

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A CONTAG EM PERSPECTIVA: UM ESTUDO
SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA**

IBY MONTENEGRO DE SILVA

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A CONTAG EM PERSPECTIVA: UM ESTUDO SOBRE A
FORMAÇÃO POLÍTICA**

IBY MONTENEGRO DE SILVA

Sob a orientação da Professora:
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação de mestrado apresentada
como requisito parcial para obtenção
do **grau de Mestre em Ciências** no
Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ.
Outubro de 2013

335.8 Silva, Iby Montenegro de.
S586c A Contag em perspectiva: um estudo sobre a
T formação política / Iby Montenegro de Silva, 2013.
157 f.

Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros
Dissertação (mestrado) – Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 154-155

1. Formação política - Teses. 2. Sindicalismo
rural – Teses. 3. Contag – Teses. I. Medeiros, Leonilde
Servolo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)

IBY MONTENEGRO DE SILVA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências.

Dissertação aprovada em 04/10/2013

Leonilde Servolo de Medeiros, Dr(a). UFRRJ/CPDA
(Orientadora)

Regina Angela Landim Bruno, Dr(a). UFRRJ/CPDA

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. CCSH/UFSM

*Com muito amor, dedico este trabalho
aos meus pais, Ibá e Martha,
e à minha irmã Janda.*

*Saiu o Semeador a semear
Semeou o dia todo
e à noite o apanhou ainda
com as mãos cheias de sementes.
Ele semeava tranquilo
sem pensar na colheita
porque muito tinha colhido
do que outros semearam.*

Trecho do poema Mascarados, de Cora Coralina.

AGRADECIMENTOS

O processo de formação de um indivíduo é como o brotar de uma semente: antes do nascer das primeiras folhas, muita história acontece debaixo da terra. Assim, minha formação, expressa nesse trabalho, é fruto da cooperação de muitos amigos que fizeram parte desta trajetória.

Inicialmente, deixo meu agradecimento a minha orientadora Leonilde Servolo de Medeiros, pela acolhida, pela dedicação e pelas valiosas contribuições. Desde os momentos iniciais do mestrado foi extremamente rico todo o conhecimento que tive ao lado dessa professora com quem, para além da pesquisa, tive os prazerosos momentos de convívio no estágio de docência em Seropédica e o durante suas aulas, às quais tive a oportunidade de assistir.

Às professoras Flávia Braga Vieira (ICHS/ UFRRJ) e Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ), que participaram de minha banca de qualificação; à professora Regina Angela Landim Bruno (CPDA/UFRRJ) e ao professor Everton Lazzaretti Picolotto (CCSH/UFSM), que participaram da minha banca de defesa, sou grata pelos ricos apontamentos.

Obrigada aos colegas Marcelo Castañeda, João Augusto Andrade, Gabriel Pereira da Silva Teixeira, Sérgio Botton Barcellos, Josiane Wedig, pelas importantes contribuições no Laboratório de Pesquisa.

Também deixo minha gratidão aos professores do CPDA, bem como aos meus colegas de turma, pela vivência e por toda a troca de conhecimento - momentos que geraram grandes reflexões para este trabalho. Aproveito para deixar um reconhecimento especial aos meus amigos Gemilson Segundo, Gerardo Cerdas Vega, Juliana Oliveira, Teresa Maia, e, novamente Josiane Wedig e Sérgio Botton Barcellos, pelo apoio, pela alegria, pela descontração, pelas aventuras e pelas conversas nas horas mais desafiadoras.

Ao professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro (LIEAS/UFRJ), muito obrigada pela compreensão que teve com a realização do mestrado.

Esse trabalho não seria possível sem a colaboração dos trabalhadores rurais, da Contag e de sua Escola, a Enfoc. Foi um privilégio participar do 11º Congresso, bem como dos cursos da Enfoc e do III Enafor. Assim, gostaria de agradecer às pessoas que permitiram a minha estada nestes eventos e, além disso, às pessoas com quem a convivência me trouxe novos olhares, que carregarei comigo daqui em diante: Amarildo Carvalho de Souza, Antenor Martins de Lima Filho, Iara Duarte Lins, Raimunda de Oliveira Silva.

Do mesmo modo, nada disso teria ocorrido sem as boas dicas de Marco Antonio Teixeira, que foi quem me apresentou a Escola, fazendo despertar em mim a vontade de estudá-la. Ele esteve comigo em grande parte dos eventos da Contag e Enfoc dos quais participei, e se revelou um grande amigo.

Quero ainda agradecer ao Arilson da Silva Favareto, ao Avelino Ganzer, ao José Eli da Veiga, ao José Francisco da Silva, à Leonilde Servolo de Medeiros, à Regina Celia Reyes Novaes, à Raimunda Celestina de Mascena, à Rosângela Pezza Cintrão, à Vilênia Porto Aguiar, pela simpatia e disposição. Obrigada!

Seja nos bares, nos cafés ou nas rodas de música e poesia, esta tarefa contou com o carinho de muitos amigos, que me presentearam com conversas, abraços, sorrisos, mas também com conselhos e animação. Alexandre Jaloto, André Vitor dos Santos, Ana Carolina Crisóstomo, Davi San Gil, Isabel Gomes, Marcus Soares, Flávia Rosa Santoro, Jade Bueno Prata Barata, Rodolfo Gomes, Jefferson Vasques, Marcelo Neder Cerqueira, Thiago Castañon, eu lhes agradeço.

Na ocasião de uma mística realizada no curso nacional da Enfoc, o animador disse a seguinte frase: “Devemos buscar o interior de nosso interior”. Lembro-me de ter me retirado e ido sentar numa rede; pensava sobre os motivos pelos quais eu me encontrava ali, aquilo que era o ‘interior de meu interior’. Foi naquele momento que percebi que nada disso teria razão se não fosse pela minha família: meu pai, Ibá dos Santos Silva, minha mãe, Martha Augusta Montenegro de Silva, e minha irmã Janda Montenegro de Silva. Preciso ressaltar que a história da minha família é atravessada por histórias de militância, que me marcaram: a curiosidade e a vontade de aprender, ensinar e trabalhar sobre a crença de que assim posso trazer coisas melhores para aqueles que me fazem bem. A eles, dedico este trabalho.

Por fim, registro um agradecimento especial à universidade pública, e, aqui, deixo meu agradecimento ao CPDA e a CAPES, que proporcionou o realizar de meus estudos.

RESUMO

SILVA, Iby Montenegro. **A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esta pesquisa analisou a trajetória da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) tomando como perspectiva a sua prática de formação política: a preparação de quadros e lideranças de uma organização realizada através de espaços como cursos, seminários, oficinas, palestras e outras atividades sistemáticas. Procurou-se verificar os motivos e as condições pelas quais a Contag buscou consolidar-se enquanto representante político dos segmentos dos trabalhadores do campo a partir da prática formativa. A partir da literatura referente ao sindicalismo rural, de documentos oficiais, da pesquisa de campo e de entrevistas realizadas, observamos que foram quatro as fases da sua formação política. A primeira foi engendrada pelo Estado civil-militar, que interveio na direção da Confederação e visou construir concepções alinhadas aos setores dominantes, a partir do emprego da formação técnica. Após a retomada da direção, em 1968, a formação política da Confederação buscou consolidar uma unidade sindical e firmar a Contag enquanto entidade representante dos trabalhadores rurais, através de releituras de bandeiras e lutas levantadas no pré-golpe, e de interpretações das legislações sindicais, trabalhistas e fundiárias. No processo desencadeado pela crise do regime militar, pela expressão de críticas ao sindicalismo, pela emergência de uma diversidade de atores no campo político sindical e rural e pela ascensão da categoria política dos ‘agricultores familiares’ nestes campos, a Contag filia-se à CUT e sua formação política se direciona para a pesquisa e formação com intuito na construção de um projeto político de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar: o Projeto CUT/Contag. Da década de 2000 até dias de hoje, a formação política da Contag é praticada pela Enfoc, uma escola própria e orgânica da Confederação que tem como objetivo principal a afirmação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o PADRSS.

Palavras-chave: formação política, sindicalismo rural, Contag.

ABSTRACT

SILVA, Iby Montenegro. **Contag in perspective: a study about political formation.** Dissertation (Masters in Social Sciences - Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The present research has analysed the history of the National Confederation of Rural Workers (Contag). We took as a prior focus the political development of managers and leaders of the organization – which was carried out through courses, seminars, workshops, lectures, among other activities. One has aimed to observe the reasons and conditions through which, alongside a formative practice, Contag sought to consolidate itself as the political representation of rural workers. From the research over the available literature on rural unions, official documents and interviews, we could notice four stages of Contag's political maturation. The first was worked out by the Civil-Military State, who intervened on the management of Contag and sought to emerge conceptions in accordance to the expectations of dominant classes – which comprised the focus on technical education. When approaching the second stage of this political development, we focus on the year of 1968. After the resumption of Contag's management, the political position of the institution aimed to consolidate itself as a Union and the main representative of rural workers. Concerning the third stage of Contag's political development, our study deals with the affiliation of Contag to CUT (Central Única dos Trabalhadores) and the conception of a political project of rural development based on family agriculture: the Cut-Contag Project. At last the dissertation analysed the fourth and final stage, which began in the first decade of 21st century and kept going up to the present. Since then, Contag's political education is managed by Enfoc. Enfoc is an independent school (though related to Contag) and has, as a main purpose, the consolidation of what is named PADRSS: an alternative project towards a sustainable and solidary rural development.

Key words: political formation, rural unions, Contag.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição de geração do público do III Enafor.....	135
Tabela 2- Distribuição de gênero do público do III Enafor.....	135
Tabela 3- Ano de frequência em atividades de educação sindical do público do III Enafor.....	140
Tabela 4- Tipos de formação em educação sindical frequentado pelo público do III Enafor.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição por estado de nascimento do público do III Enafor.....	135
Gráfico 2- Distribuição por região de nascimento do público do III Enafor.....	136
Gráfico 3- Distribuição por estado de residência do público do III Enafor.....	136
Gráfico 4- Distribuição por região de residência do público do III Enafor.....	136
Gráfico 5- Tipos de entidades de representação – STTRs, Fetags, Contag e outras entidades, dos participantes do III Enafor.....	137
Gráfico 6- Escolaridade do público do III Enafor.....	138
Gráfico 7- Frequência do público nos Encontros de Formação da Contag.....	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cronograma do Projeto CUT/Contag.....	90
Figura 2- Mística do GT de discussão sobre as ações sindicais dos STTRs - 2º módulo do curso estadual do estado do Rio de Janeiro.....	129
Figura 3- Mística do GT de discussão sobre as ações sindicais dos STTRs - 2º módulo do curso estadual do estado do Rio de Janeiro.....	129
Figura 4- Foto da atividade sobre territorialidade - 4º turma nacional da Enfoc.....	132
Figura 5- Foto da festa de formatura - 4º turma nacional da Enfoc.....	134
Figura 6- Foto da festa de formatura - 4º turma nacional da Enfoc.....	134
Figura 7- Corredor ordenado com frases e fotos sobre a história da Enfoc – III Enafor.....	141
Figura 8- Balanço da formação feito pelo grupo do Estado do Maranhão – III Enafor.....	142

LISTA DE SIGLAS

Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AD	Aliança Democrática
AP	Ação Popular
Anpocs	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Assocene	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
Capoib	Coordenação dos Povos Indígenas do Brasil
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
Cepagro	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
Cesir	Centro de Estudos Sindicais Rurais
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CID	Centro de Informação e Documentação da Contag
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNETTR	Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CNOC	Confederação Nacional dos Operários Católicos
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CO	Círculos Operários
Codefat	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
Conclat	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
Concut	Congresso da CUT
Consir	Comissão Nacional de Sindicalização Rural
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coprofam	Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSC	Corrente Sindical Classista
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Deser	Departamento de Estudos Sócioeconômicos Rurais
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
Enfoc	Escola Nacional de Formação da Contag
Enafor	Encontro Nacional de Formação da Contag
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Fetag	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
Fitpas	Federação Internacional de Trabalhadores em Plantações, Agricultura e Similares
Funrural	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

GES	Grupo de Estudo Sindical
Iadesil	Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO	Inter Ecclesiastic Organization for Development Cooperation
Inda	Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipes	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
Master	Movimento dos Agricultores Sem-terra
MEB	Movimento de Educação de Base
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MOC	Movimento de Organização Comunitária
Monape	Movimento Nacional dos Pescadores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PADRSS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDLS	Programa de Desenvolvimento Local Sustentável
Pipsa	Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura
PNF	Política Nacional de Formação
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPP	Projeto Político Pedagógico
Procera	Programa de Créditos Especial para a Reforma Agrária
Pró-CUT	Comissão Nacional Pró Central Única dos Trabalhadores
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Renec	Rede Nacional de Emissoras Católicas
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SAR	Serviço de Assistência Rural
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Sefor	Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sorpe	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Tapa	Treinamentos de Ação Pastoral
UDR	União Democrática Ruralista
Uita	União Internacional de Trabalhadores em Alimentação, Agricultura e afins.
Ultab	União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - A PRÁTICA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA CONTAG NO PERÍODO DITATORIAL: A FORMAÇÃO TÉCNICA E A FORMAÇÃO POLÍTICA PARA UMA RENOVAÇÃO SINDICAL E PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA UNIDADE	12
1.1 Antecedentes da Contag e a formação política no campo.....	13
1.2 A Contag nos seus primeiros tempos: a formação política interventora e a renovação sindical.....	24
1.3 A formação política da Contag e a consolidação da unidade sindical.....	36
1.4 A construção de idéias críticas ao sindicalismo da Contag e a crise de representação política da Confederação.....	45
1.5 A formação política da Contag no contexto da sua crise de representação política.....	50
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO POLÍTICA DA CONTAG NO CONTEXTO DA SUA ALIANÇA COM A CUT.....	58
2.1 A ascensão da categoria política dos agricultores familiares no campo político rural e sua organização no interior da CUT.....	60
2.2 A filiação da Contag à CUT e a construção de um projeto político de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar.....	70
2.3 O projeto CUT/Contag de pesquisa e formação sindical: elaboração e diretrizes.....	78
2.4 O projeto CUT/Contag de pesquisa e formação sindical: realização e resultados	86
CAPÍTULO III - A ESCOLA DE FORMAÇÃO DA CONTAG: A ENFOC	102
3.1 Os espaços de formação sindical rural para além do Projeto CUT /Contag: outras atividades de formação política rural empreendida pela CUT e pela Contag no contexto da filiação.....	103
3.2 A construção da Enfoc: o I e II Enafor e a formulação de suas diretrizes e metodologias.....	116
3.3 Os cursos de formação política da Enfoc: o curso estadual do Rio de Janeiro e o curso nacional.....	128
3.4 O III Encontro Nacional de Formação da Contag – o III Enafor: “Fortalecendo a ação sindical a partir de estratégias formativas de base”.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
DOCUMENTOS CITADOS.....	156
RELAÇÃO DE ENTREVISTAS REALIZADAS.....	157

INTRODUÇÃO

A presente dissertação buscou realizar uma releitura da trajetória da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) pela perspectiva do processo de formação política por ela empreendida. Por formação política compreendemos um processo sistemático de preparação de quadros e lideranças de uma organização realizada através de espaços como cursos, seminários, oficinas, palestras.

A motivação para investigar a formação política ¹ no sindicalismo rural se deu ainda no meu tempo de graduação em licenciatura em Ciências Biológicas, quando trabalhei com atividades de educação ambiental, ensino de ciências e agroecologia e em projetos de extensão da universidade e do movimento estudantil da Biologia. Os debates acerca do que seria um desenvolvimento sustentável, bem como o que seria uma educação voltada para a sua realização, fizeram-me querer estudar a formação, entendendo-a como um instrumento de construção de representações sociais, que, por sua vez, encontra-se em disputas por diferentes atores políticos. Depois da graduação, ao trabalhar com agricultores na região da Baixada Fluminense, atentei para o rural, após perceber o grande esforço dos movimentos do campo da região nesta prática. Já cursando o mestrado no CPDA/UFRRJ, frequentei a disciplina de Movimentos Sociais ministrada pela professora Leonilde Servolo de Medeiros, onde tive contato com a história do sindicalismo rural. O interesse pelo sindicalismo rural, florescido neste tempo, junto ao interesse pela formação, me fez chegar à escola de formação da Contag, que se tornou meu primeiro objeto de pesquisa. Contudo, ao frequentar um dos encontros da Escola, eu percebi que a Enfoc tem por diretriz principal a divulgação de um projeto político, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, ou PADRSS. Este percurso me levou a realizar esta dissertação.

Manfredi (1996), que se dedicou a estudos sobre movimento operário-sindical do Brasil, afirma que a historiografia oficial da educação brasileira enfocou o sistema escolar como sendo o *locus* privilegiado da educação das classes subalternas. No entanto, a educação dos trabalhadores (tanto do campo, quanto da cidade) ocorreu, sobretudo, em espaços associados a processos de sociabilidades cotidianas, geralmente vinculadas ao trabalho e a movimentos coletivos. A autora ainda aponta que os estudos que tomam a formação política como foco geralmente priorizam temas relativos à estrutura e dinâmica do próprio movimento, dando pouca ênfase às suas interfaces com a educação: à formação no sentido da sua organização e de seu poder político ². Frente a estas afirmações, é surpreendente haver uma escassez de pesquisas sobre o tema, seja nas Ciências Sociais, seja na Educação.

Dentre as pesquisas que se voltaram à formação de lideranças, poucas trataram do sindicalismo rural. O contrário também é válido. Embora autores como Favareto (2006), Medeiros (1989; 2010), Novaes (1991), Palmeira (1985), Picolotto (2011), Ricci (1999) e Tavares (1992) evidenciem aspectos da formação política sindical, o trabalho formativo empreendido pela Contag não se constituiu como foco principal de suas análises.

¹ Todas as menções posteriores a formação política farão referência às atividades promovidas pela Contag ou outras instâncias.

² Em outra parte, sua trajetória “militante” a fez conviver com as experiências de educação que eram operadas nestes lugares sociais, distanciando-a de uma leitura fundamentada apenas na representação instituída.

Os trabalhadores rurais sindicalizados possuem uma rica trajetória de práticas em formação política, entretanto pouco conhecida. A realização de atividades de formação política no movimento sindical rural não pode ser atribuída apenas à Contag, mas a um conjunto de iniciativas e atores políticos dos mais diferentes tipos. No entanto, como destaca Manfredi, “dentre as confederações existentes, a Contag, desde a sua criação, fez as vezes de central dos trabalhadores rurais, tentando sempre conjugar ações organizativas com iniciativas de formação” (MANFREDI, 1996, p.134-135).

A Contag é a entidade sindical representativa dos trabalhadores rurais e, atualmente, conta com 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags) e 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados³. Mesmo sem haver vasto material bibliográfico sobre o sindicalismo rural brasileiro, foi possível estudar a trajetória da Confederação. Observamos que, desde sua origem, foram realizadas atividades de formação política que adquiriram novos significados, redefiniram discursos, práticas, bandeiras e valores, mas, também, mantiveram antigas marcas. Cumpre destacar que estes eventos contaram (e comumente contam) com a presença de pesquisadores e assessores, geralmente convocados por contribuírem com algum conhecimento específico de interesse da entidade. Os eventos também proporcionaram (e proporcionam) o encontro entre antigas e novas lideranças, promovendo a socialização e a ressignificação de seus conhecimentos e ideias.

Desde sua fundação, o esforço na formação política dos dirigentes é destacado em documentos da Confederação. Durante a intervenção na Confederação, sua direção procurou uma formação voltada para a construção de concepções alinhadas aos setores dominantes. Após a retomada da direção, em 1968, sua formação buscou firmar uma unidade sindical dos trabalhadores rurais, tendo a Contag como seu representante. Nos anos 1980, a representatividade política da Contag foi afetada enquanto porta-voz dos trabalhadores rurais, muito por conta da emergência do “novo sindicalismo” e de novos atores na cena política. No processo, a Contag filia-se à CUT e há uma reorientação da sua formação, com a construção de um projeto conjunto com a CUT, o Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical (conhecido como Projeto CUT/Contag). No mesmo período, ela se encaminhou para a criação de um projeto político para o desenvolvimento no campo, que viria a ser o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS).

Em 2006 foi inaugurada a Escola Nacional de Formação Política da Contag (Enfoc), cuja função principal é a difusão deste projeto político. A Escola é um espaço permanente voltado para a reflexão das ações e organização do sistema Contag, visando, “em uma perspectiva de valorização da pluralidade de ideias, a construção coletiva do conhecimento, a autocrítica, a troca de experiências e a partilha de saberes e fazeres” (ENFOC, 2013)⁴.

A revisão bibliográfica que fizemos sugere ser fundamental à pesquisa dar continuidade aos estudos sobre o sindicalismo rural brasileiro, trazendo uma releitura da sua trajetória sob uma nova perspectiva de análise: a formação política⁵.

O objetivo desta dissertação é explorar esse viés, refletindo sobre a prática de formação de quadros e lideranças da Contag desde sua fundação, entendendo os processos que levaram ao surgimento da Enfoc. Procuramos também identificar continuidades e rupturas neste processo. Para tal, algumas ferramentas teóricas nos foram necessárias.

³ Dados retirados do sítio eletrônico da Contag: <http://www.contag.org.br>. Acessado em outubro de 2013.

⁴ Mais informações, ver <http://www.enfoc.org.br>

⁵ É importante ressaltar que a preocupação com formação de quadros e a criação de escolas também ocorreu nos movimentos não sindicais, como no caso do MST, que construiu diversas escolas e consolidou seus investimentos nesse campo com a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, inaugurada em 2005.

De acordo com Bourdieu (1989), “a luta que opõe os profissionais ⁶ é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social”. Desta forma, o campo político é um campo de lutas que têm em vista transformar ou manter a relação de forças que confere sua estrutura. Porém, este campo possui a peculiaridade de suas lutas se fazerem sentir por intermédio da relação que os mandantes têm com seus mandatários ⁷, em consequência, a distância diferencial destes mandantes com os instrumentos de produção política.

Dada a concorrência entre os agentes que se encontram envolvidos no campo político, nele é onde se encontram a gênese de produtos políticos, bem como os problemas, os programas, as análises, os comentários, os conceitos. Segundo o autor, o mundo social é em si uma luta, sendo assim, as representações que os grupos sociais ⁸ têm de si e dos outros grupos contribuem para o que esses conjuntos são e o que fazem, entendendo que uma representação que um determinado grupo tem do mundo social não lhe é dado, mas é um produto de inúmeras atividades de construção de representações, por vezes antagônicas, que estão constantemente se fazendo e se refazendo e se depositando em palavras comuns.

A transfiguração do mundo social em uma manifestação pública ou num discurso constitui um ato de institucionalização. No entanto, estes atos são naturalmente desiguais, uma vez que os agentes de construção destas institucionalizações têm acessos e instrumentos variados de construção de representação social e política. Em grande medida, isso também compete à posição do agente na estrutura social. Nesse sentido é que em momentos de constrangimentos econômicos e sociais, os grupos sociais ameaçados de cair na descontinuidade da luta atomizada podem vir a agregar-se a uma organização que produza a representação de sua continuidade enquanto tal.

O exercício de liderança de uma organização em representar os interesses instituídos de seu grupo social de referência no campo político advém dessa liderança possuir um modo particular de pensamento e de ação, exigido para a participação no campo – ou *habitus político* –, em consonância com a organização que representa. Porém, é necessária ao mandante a aquisição de uma preparação especial que lhe confira o *status* de “líder”. Estes pensamentos de Bourdieu (1989) nos permitem discorrer que a formação política, com ritos e provas, é o espaço que garantiria ao candidato à liderança um *corpus* de saberes específicos – ou *capital político* –, acumulado pelo trabalho político passado da organização/grupo social junto às suas representações presentes, conferindo-lhe uma linguagem política que o torne capaz de dialogar com aqueles membros da organização com quem trava debates. Nesse âmbito, Bourdieu (1989) declara que a busca pela elevação do nível de instrução, ou o aumento do capital escolar, tem força determinante, no sentido dos grupos sociais fazerem valer seus projetos dentro do campo político. Assim, é importante conhecer o processo de elaboração dos ‘saberes ensinados’ na formação do *habitus político* e, com isso, entender o sentido das tomadas de posição de uma organização.

A ação de normalização ou “disciplina”, que tanto os membros mais antigos do grupo quanto os mandatários impõem ao líder político, com sua própria cumplicidade, determina, em certo grau, o próprio jogo político. Bourdieu (1989) afirma que a aptidão de

⁶ Bourdieu, em seu texto, refere-se aos mandantes ou líderes, por ‘profissionais’.

⁷ Define-se por mandantes aqueles agentes mais próximos dos instrumentos de produção política. Assim, tem-se por mandatários aqueles mais distantes destes instrumentos.

⁸ Bourdieu (1989) designa o nascimento de um grupo ou categoria social quando seus membros, ou organizações representativas, para além da luta pelos seus interesses, lutam pela defesa de sua própria existência enquanto tal.

um indivíduo que o torna um político possibilita (por pressuposto) que ele preveja as tomadas de decisão dos outros políticos. No entanto, na medida em que os membros de seu grupo de referência também vão adquirindo conhecimento político, o seu líder – seus mecanismos e “formas de jogar” – também vão se tornando “previsíveis”. Assim, sob diferentes razões, um “investimento” no jogo político – como, por exemplo, a formação política – reflete no próprio resultado e na condição do jogo. O jogo está nas “di-visões” (BOURDIEU, 1989): na conservação ou transformação dos sistemas de classificação no campo político, ou campos simbólicos (as representações construídas), e nas instituições que perpetuam suas representações, seja no seio das organizações, seja no próprio campo. Referindo-se aos partidos, o autor afirma que eles:

[...] devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os tributários. (BOURDIEU, 1989, p.174)

Tentando pensar a história de lutas no campo no Brasil à luz das reflexões de Bourdieu, temos que representações políticas como “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” e, no início dos anos 1960, “camponeses”, em sua maior parte foram resultados das lutas dos trabalhadores do campo que emergiram na cena política por volta dos anos 1950. Entretanto, também foram resultado de um processo de construção de uma representação política elaborada por distintos mediadores que buscavam traduzir demandas pontuais em uma linguagem mais geral (MEDEIROS, 2010). A regulamentação da organização sindical rural pelo Estado e a criação de sindicatos abriu um “posto de poder”, que desembocou na fundação da Contag e na consolidação de uma categoria representativa da “unidade de classe”: os “trabalhadores rurais” (PALMEIRA 1985; MEDEIROS, 2010). Na trajetória da Confederação, houve um deslocamento desta categoria, passando a ter prioridade a dos “agricultores familiares”.

A história da Contag nos permite perceber que ela buscou elaborar representações do mundo na direção de obter a adesão dos trabalhadores do campo, bem como de influenciar nas instituições do Estado no sentido de assegurar-se enquanto representante destes trabalhadores. Torna-se preciso, então, atentar para o fato de que se a relação entre a formação de lideranças e a construção e institucionalização de representações políticas feita pela Confederação for entendida apenas a partir de seu produto final, não só silenciaremos a concorrência interna entre representantes como também o processo de orquestração destas representações e instituições.

Bourdieu (1977) ainda nos aponta que, no calor de um conflito entre organizações, as tomadas de decisões dos representantes podem “se descolar” dos seus representados. Isto porque os agentes representantes não são independentes do que professam seus concorrentes e, nestas circunstâncias, seus discursos podem se afinar mais às relações da disputa (dentro ou fora de uma organização). Em outro ponto, a tendência para “desvios” é contrabalanceada, na medida da força de mobilização das lutas internas, que, por sua vez, os agentes e instituições exprimem nas lutas externas.

O direito de falar em nome de um grupo e “deter” sua força é medido pelo “valor de verdade” – capacidade de naturalizar as representações em histórias – que estas lideranças têm. O poder simbólico é capturar o próprio mundo social a partir da reconstrução da sua história social: os “esquecimentos e perpetuações” que reedificam a própria história no seu curso (BOURDIEU, 1977). Assim, as percepções que temos do mundo não são naturais e são indissociáveis de um recorte do mundo, das hierarquias e estruturas nas quais estamos inseridos.

Nessa assertiva é que o autor apresenta o seu conceito de *classe objeto*, ou seja, a classe que está constantemente forçada a “ser falada” pelos grupos de maior poder ou de maior influência na construção das verdades. É significativo ressaltar que tal dominação, antes de tudo, encontra-se internalizada no próprio “dominado”: a forma pela qual estruturamos nossa consciência não é linear, e nem o conjunto de nossas ações corresponde exatamente àquilo que pensamos.

Dada a precariedade de acesso aos espaços de construção de conhecimentos que os trabalhadores do campo têm (escolas, universidades, mas também os espaços de instituição de políticas), temos, com base na noção de *classe objeto*⁹, que a prática formativa da Contag expressou um esforço da Confederação em agrupar as distintas realidades e conflitos dos trabalhadores rurais, bem como os discursos de seus representados, em ações políticas com intuito na promoção da sua organização. Em outras palavras, a prática parece ter tido como meta a materialização destes discursos em ações políticas, garantindo a Confederação enquanto entidade representativa dos trabalhadores rurais do Brasil. Se por um lado essa “tradução” foi (e é) resultado das demandas dos trabalhadores do campo, por outro, é uma ressignificação dela em uma retórica mais abrangente, e, portanto, pode estar distante do cotidiano sindical local.

Gramsci, em *Cadernos do Cárcere*, opera com a categoria “intelectuais” para designar aqueles que agem (ou tem a potencialidade de agir) para a transformação da sociedade ou sua conservação, ou seja, que são capazes de desempenhar um papel na ordem social, sendo centrais para a explicação da realidade político-social. Gramsci contrapõe-se à ideia da filosofia como uma atividade própria de uma determinada camada culta e afirma que “todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’, peculiar a ‘todo mundo’.” (GRAMSCI, 2011, p. 93). Considerando a filosofia “espontânea” enquanto conjunto de conceitos e noções determinados, o autor confere importância à cultura, ao senso comum e à religião como lugares possíveis da construção de “filosofias”, mesmo que de maneiras distintas.

Visto que os indivíduos pertencem a uma multiplicidade de grupos sociais, nos quais compartilham formas de agir e pensar, uma forma de saída da “filosofia espontânea”, nos termos do autor, mecanicamente imposta e desagregada, para uma “filosofia crítica” ou unitária e coerente a partir da crítica da realidade, estaria na formação intelectual, sendo este sujeito aquele capaz de criticar a realidade social, mesmo que com pouca instrução formal: capaz de conhecer-se a si mesmo (GRAMSCI, 2011, p. 94) como produto de um processo histórico.

O intelectual é, para Gramsci, aquele indivíduo socialmente determinado, capaz de interpretar o mundo e criticá-lo. Em razão disso, suas funções são vinculadas à organização da sociedade, dentro de suas diversas dimensões: culturais, linguagem etc., no sentido da socialização destas críticas aos demais de seu grupo referência e na criação de uma “nova cultura” ou hegemonia. Consideramos o líder como um “intelectual”, ao que, em certo grau¹⁰, este responde “organicamente” ou diretamente à concepção de mundo de sua organização referência. Partindo desse ponto de vista, entendemos o intelectual como um porta-voz ou representante deste grupo, em última instância.

À luz desta consideração vê-se que o estudo do papel do intelectual e da sua formação pode trazer pistas importantes sobre as maneiras pelas quais se constitui uma prática cultural no seio de uma organização. Sobre o intelectual e sua “organicidade”:

⁹ Para Bourdieu o campesinato é a classe objeto por excelência.

¹⁰ Gramsci aponta que toda ação é uma ação política e que o contraste entre o pensar e o agir de um indivíduo (ou grupo) nem sempre é de má-fé. Contudo, quando o contraste é observado em manifestações de ‘amplas massas’, deve-se verificar a natureza histórico-social deste contraste.

De resto, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre a teoria e a prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquela massa, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocaram com sua atividade prática, constituindo-se assim um bloco cultural e social. (GRAMSCI, 2011, p. 100).

Buscamos entender como se expressam e remodelam a “organicidade” de uma organização diante dos processos históricos, a partir da observação de seus intelectuais e da sua formação, não só da aquisição de conhecimentos “teóricos”, mas também da sua aquisição de condutas “colocadas pelas massas com sua atividade prática”. Também buscamos entender como estes intelectuais articulam a construção de uma “hegemonia” – no entender de Gramsci, um processo moral de construção de consensos.

Os intelectuais seriam os responsáveis por estabelecer a ligação entre a teoria e a prática, de acordo a vontade de seu grupo referência. Assim, no intelectual orgânico – pela sua “filosofia crítica” – residiria a direção do grupo, porém e como já visto aqui, na adesão das “massas” aos intelectuais/lideranças há continuamente momentos nos quais se produzem separações ou perda de contato. Sobre este ponto, Gramsci alega que a distinção entre dirigente e dirigido seria apenas de ordem técnica, porém, para que esta adesão ocorra, é necessário um processo de difusão da concepção de mundo do grupo tanto entre os dirigidos, quanto entre os dirigentes.

Para o autor, quando o “homem do povo” não se vê capaz de argumentar com seu adversário sobre suas reivindicações, ele pode recordar-se de alguém que as expôs, de maneira coerente. O fato de ter sido convencido por alguém seria, então, a razão de sua persistência, mas, para a “formação da fé” – fixação de uma orientação político-cultural e substituição do “senso comum” –, toda organização necessita: 1) não se cansar de repetir os próprios argumentos (variando sua forma); 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente as camadas populares, trabalhando na criação de elites intelectuais que surjam das massas e permaneçam em contato com elas para se tornarem seus “espartilhos” (GRAMSCI, 2011).

Desta forma, um empreendimento para a criação de uma “fé” é uma atividade de formação política, um espaço de construção e divulgação de determinados conhecimentos e pensamentos, cujo intuito é promover a organização política de um sujeito coletivo. Em última instância, é o objetivo da Enfoc: um espaço físico voltado para atividades de formação política permanentes.

Apesar da importância das chaves analíticas trazidas por Bourdieu (1989; 1977) e Gramsci (2011), permitimo-nos fazer um paralelo com autores contemporâneos que se dedicaram ao tema da formação militante, afim de responder algumas questões sobre a formação de lideranças como as que estão inseridas na formação política da Contag: são atividades voltadas para diversos grupos sociais, com interesses e reproduções sociais distintas.

Fillieule e Pudal (2010), cujo texto versa sobre a evolução e complexidade do “militantismo”, trazem importantes reflexões sobre os processos menos visíveis da formação dos “dirigentes militantes”, como é o caso da nossa pesquisa (ressaltamos que há distinções entre aquilo que define o militante – aquele que se engaja numa causa ou luta –, o dirigente – aquele que dirige administrativamente uma organização – e o representante político – aquele que politicamente representa uma instituição).

Os autores mostram que as análises sobre o militantismo passaram das pesquisas baseadas em um militantismo “substanciado” (os grupos militantes são a expressão da consciência de classe), às pesquisas baseadas em um militantismo “distanciado” (o militante de engajamento “individual” ou mais descentralizado). Ao invés destas visões, os autores recorrem a um debate que utiliza a noção de “carreira militante”, aproximando-se de uma visão processual e configuracional da formação, apreendendo etapas de acesso para “ser militante”: mudanças objetivas, expressa na alteração de *status* e posições claramente definidas, e remodelações subjetivas, associadas às alterações de perspectivas do sujeito com relação à sua existência e com relação às diversas características de suas ações. Com isso, os militantes se fazem durante sua própria evolução: estão permanentemente se construindo, individual e coletivamente.

A noção de processo permite trabalhar um conjunto de questões quanto às predisposições dos indivíduos ao militantismo, o que nos ajuda a entender as relações objetivas e subjetivas do indivíduo, levando em conta duas dimensões: a perspectiva diacrônica (da transformação das identidades) e a sincrônica (da pluralidade de espaços de oportunidades para a inscrição de ações militantes). Assim, as organizações são compostas por indivíduos que, por sua vez, estão inseridos dentro de uma multiplicidade de espaços sociais ¹¹, incorporados num esquema de ação conjunta às organizações, advinda de uma série de experiências socializadas por esta.

A ligação entre os contextos sociais dos militantes e o estoque de oportunidades para um engajamento, resultando na sua configuração, passa pela formação destas disposições pelas organizações e por suas lógicas de seleção e orientação de atividades para seus representados.

Para a compreensão da transfiguração de um dirigente em um militante devemos conjuntamente pensar nos mecanismos explícitos e implícitos de aprendizagens e socialização das instituições das organizações em seus contextos. Ao entendermos por socialização e aprendizagem o processo pelo qual o indivíduo acopla pontos de relação com a organização e identifica os papéis que ele tem de cumprir, observamos que estas ações por vezes podem direcionar-se à formação de uma homogeneização – imprimindo e/ou modificando marcas e condutas– de categorias de pensamentos dentre os integrantes de uma organização: uma “formação organizacional”.

De todo modo, Fillieule e Pudal (2010) afirmam que a aquisição de um “saber fazer” e um “saber ser” – seja pela formação organizacional ou de liderança – passa por três dimensões: recursos materiais e simbólicos; uma visão de mundo ou ideologia e recrutamento de redes sociais; e construção de identidades individuais e coletivas. Entretanto, estas aquisições podem não necessariamente ser percebidas de imediato por esses indivíduos ou pela organização e podem se expressar muito depois de processada a formação, ou simplesmente não se expressar. Além disso, a assimilação destas aquisições varia em grau de evolução, contexto e experiência dos seus recrutados. Lembrando que os indivíduos são inscritos dentro de uma pluralidade de espaços sociais, as identidades que estes militantes constroem são um produto de ajustamento e remodelações de diversos papéis e espaços. A formação militante pode, nesse sentido, se desempenhar como um espaço de interiorização de regras, hábitos e modos de crenças nas esferas de vida do militante.

A socialização dos conhecimentos para o exercício da militância atravessa redes de relações, dentro da esfera militante e de outros mundos sociais em que se encontram inseridos. O estar junto a um grupo/organização ou à frente deste inclui o sentimento

¹¹ Muitas vezes, esta inserção múltipla pode colocar estes indivíduos e sua organização em cheque.

primeiro de pertencimento a este, de reconhecimentos e de sacrifícios. Em suma, inclui a marcação de fronteiras com sua rede de relações: significa construir uma identidade.

Deste modo, atribui-se à formação um espaço de reforço destes sentimentos, sobretudo, um espaço de construção de um “perfil”. Vale atentar que tais perfis podem entrar em conflito: mesmo sendo perfis construídos dentro de uma mesma organização, estes podem operar de formas distintas à sua militância, visto o contexto e o tempo em que eles foram gerados.

Sabemos que ao longo da trajetória do sindicalismo rural houve diversas práticas de formação política. Também houve uma mudança da categoria do “trabalhador rural” para a de “agricultor familiar”, cuja forma de organização da produção e da vida social tem suas especificidades, que não necessariamente são as mesmas que a de outros trabalhadores do campo. Desta forma, o entendimento da resignificação destes perfis torna-se fundamental, em especial porque a atual formação política realizada pela Enfoc empenha-se na difusão de um sentimento de pertencimento a esta categoria.

Outro ponto importante para se pensar a prática da formação política é a reflexão trazida por Neves (2008) a respeito das mediações políticas: para a autora, a integração do homem a universos de significações, que se constituem sobre a base da ação social, é fornecida por modelos de comportamento, valores, normas, representações, meios de comunicação, etc, e é por esta operação que o homem vai assumindo sua capacidade comunicativa.

Resumidamente, o comportamento dos indivíduos é resultado de uma pré-compreensão simbólica do mundo social, e todos os atos pressupõem uma mediação. As condições de mediação são socialmente determinadas e contextuais, uma vez que as ações humanas são, antes de tudo, construídas sobre formas de ver o mundo. Portanto, as mediações exigem procedimentos de qualificação segundo campos específicos, ou, universos de produção e reconhecimento de sentidos: a generalização de uma representação tem mais a ver com as condições de possibilidade destas se difundirem num meio que com sua universalidade.

Neves (2008) ainda afirma que, sendo a mediação algo que não é dado de imediato, o engendramento empregado num processo de criação contínua conta com uma interação que coloca em relação dois termos por um terceiro – o mediador. Isso nos orienta a pensar que não há categorias estanques, nem funções estanques, mas, deve-se pensar as categorias e funções enquanto atores e ações sociais com propriedades humanas mediadas e em constante processo de mediação.

Outro ponto relevante visto pela autora é que aspectos da vida social se constroem e se expressam por delimitações de fronteiras simbólicas entre campos de relação. Cada campo exprime diferenciações de saberes, de identidades, visões de mundo e de abrangência da rede de relações. Assim, enquanto universos de relações e afiliações, os campos são segmentados e atravessados por desigualdades e por diversos domínios de saberes: “os espaços assim constituídos longe de revelarem a suposta ampla hegemonia e apregoada massificação, produzem a justaposição e a divergência de aspirações e de concepções referenciadoras de práticas” (NEVES, 2008, p.25) Por consequência, expandem-se projetos políticos e formas ideológicas de enquadramentos conforme categorias de reconhecimentos e de segmentação social e conforme valores que consagram uma universalidade.

Os campos de saberes designam, por fim, espaços territorializados: correlatos processos de categorização e segmentação social (em alguns casos, expressam processos de exclusão, mesmo sob a bandeira da aceitação da diferença). Esses princípios construtivos dos modos de “comunhão do diferente” correspondem à constituição de

estilos de vida, que são móveis. A produção diferenciada de domínios de saberes é o centro para se pensar a pluralidade cultural, ou a construção, a conversão e as recomposições identitárias, referidas a movimentos e conflitos de diferenciações coletivas e conquistas de reconhecimento. Entendemos, então, que o reconhecimento do pluralismo baliza as formas de luta por justiça social sustentadas em disputas “conservadoras”, no sentido da proteção de um patrimônio cultural que se vê em perigo de extinção.

Com isso, o papel dos “mediadores profissionais” (que, no caso da formação política, são os educadores) não é limitado e não se restringe a aplicar normas, mas também é o de articular significações diversificadas em signos mais unos: de escutar demandas para legitimá-las, apoiá-las ou condená-las. Por sua vez, o fazer-se do mediador (a formação dos “saberes” dos “mediadores profissionais”), é igual à formação dos representantes políticos e militantes, pois passa por sua aceitação de uma normatização moral: por terem a função de bricolagem entre os representantes e os representados, estes sujeitos também se fazem representar na sua organização.

A enunciação da necessidade de uma disciplina (política), ainda que reconhecendo desejos individuais, corresponde à criação de instituições políticas que permitem assegurar a boa gestão de engajamentos coletivos, que ao cabo, são negociados. O objetivo deste modelo – a formação – é, por fim, contratual e o espaço de formação política assemelha-se ao das “assembleias”, no sentido de sistematizar experiências e negociar projetos políticos, de modo a alcançar um resultado universal.

O espaço educativo de uma organização política tem por função transmitir heranças culturais, de modo a dar novo significado ao passado e a fim de amenizar as diferenças. Porém, este vislumbre da integração é ilusório, pois se encontra num campo político, permeado de concorrências e disputas entre grupos com interesses divergentes: as dificuldades de compreensão, de apreensão, de aceitação das diferenças exigem a contínua criação institucional de interseções especializadas.

No entanto, se o poder “militante” se coloca em prática pelo exercício de uma ideia, as realizações concretas não operam na mesma lógica, e podem produzir outros tipos de “silêncios”. Enquanto princípio, os mediadores, sob a condição de representantes de um saber específico, delegados por outros representantes, também por serem detentores de um *habitus político* e “mediático”, conjugam o conjunto dos representantes políticos com a segurança de falar de si e do mundo em nome de um outro: o coletivo. Assim, a representação política destes sujeitos – e, logo, aquilo que eles podem representar – está diretamente ligada à capacidade de reconhecimento de suas expressões de domínios. Sem o reconhecimento da linguagem pelo grupo, do qual o mediador fala, este não alcança seu posto de mediador.

Os educadores que desenvolvem atividades de formação política, ou seja, que pretendem legitimar uma organização como representante de um conjunto de segmentos sociais, necessita, por isso, estabelecer uma linguagem que gere uma continuidade entre as representações simbólicas dos representados (valores, cultura, modos de vida, etc.) e o projeto político idealizado pela organização. Em outras palavras, a partir das suas estratégias educativas, os educadores costuram as distintas formas de pensar o mundo numa unidade simbólica que é o projeto político da organização. Para tal, cria-se um sentimento de igualdade entre os segmentos: mesmo com diferenças, estes estariam igualmente representados neste projeto político.

A complexidade desta costura é grande, pois os agentes mediadores não necessariamente atuam em uma única instituição como porta-vozes e seus saberes disciplinares não necessariamente respondem ou afiliam-se a todas as crenças das quais são portadores. Da mesma maneira, as instituições que os acolhem não podem ser pensadas

como geradoras de intenções autônomas que se impõem. Nos termos da autora, em muitos casos, os funcionários vinculados às práticas de objetivação de políticas e programas, por esta posição, relativizam, criticam ou mesmo se opõem às regras advindas dos porta-vozes das instituições.

Todo esse debate nos ajuda a refletir sobre a Enfoc e seus educadores: trata-se de uma escola de formação política onde há participantes de distintas regiões do Brasil, por sua vez, com diferentes modos de reprodução social; uma escola com objetivo de construir uma perspectiva “unificada” entre os sujeitos pertencentes ao sistema sindical rural da Contag; um lugar onde se constrói sentimento de pertencimento entre os mesmos, transformando-os em um grupo militante; um lugar onde se constrói conhecimentos que visam intervir e mudar visões de mundo.

Para verificar a história da Contag pelo prisma da sua prática de formação política, buscando entender a origem da Enfoc e sua atual prática, nos debruçamos sobre: 1) fontes acadêmicas, tais como teses, artigos, livros que versaram sobre o sindicalismo rural e temas correlatos 2) fontes documentais do sindicalismo rural: anais de congressos, livros e cartilhas escritas para as atividades de formação 3) fontes orais: gravação de eventos, como Congressos e aulas de formação; também entrevistas individuais 4) questionário aplicado aos trabalhadores rurais, na ocasião do III Encontro Nacional de Formação da Contag; 5) observação de campo.

As fontes acadêmicas nos permitiram reconstruir a história da Contag, bem como observar aspectos da sua formação política, preliminarmente. A partir desta reconstrução, analisamos os documentos oficiais da Confederação, sendo os Anais dos seus Congressos os primeiros verificados. Entendemos que estes documentos expressam a síntese da concepção da Confederação sobre sua representação política, também da sua formação política. Além destes, procuramos analisar outros documentos, em particular os da CUT no período de sua aliança com a Confederação. Contudo, e, de um modo geral, temos ciência de que pode ter havido dissintonias entre as práticas de formação realizadas no decorrer da história e o discurso formal dos documentos.

Nossa observação de campo foi realizada em três espaços e buscou entender a Enfoc e seu cotidiano: entre os dias 26 a 30 de setembro de 2011 tivemos a oportunidade de presenciar o III Encontro Nacional de Formação da Contag – III Enafor; entre os dias 16 e 20 de outubro de 2012 estivemos no 2º Módulo do Curso Estadual do Rio de Janeiro, ocorrido no município de Teresópolis; no período de 12 a 23 de novembro de 2012 frequentamos o 2º Módulo do Curso Nacional de Formação da 4ª Turma da Enfoc, que aconteceu na sede da Contag, em Brasília.

Parte das entrevistas foi realizada nesses espaços e também no 11º Congresso da Confederação, que ocorreu entre 04 e 08 de abril de 2013. As referentes ao Projeto CUT/Contag foram realizadas em diversos lugares, onde se encontram atualmente os consultores e pesquisadores do Projeto. Além destas entrevistas, buscamos ouvir lideranças históricas do sindicalismo rural, a fim de apreendermos suas memórias a respeito da trajetória da formação política da Contag, contrapondo-a com os documentos e a literatura especializada. Com intuito semelhante, entrevistamos alguns fundadores da Enfoc e atuais educadores.

Como mencionado, um questionário foi aplicado no III Enafor e objetivou saber o perfil dos participantes do encontro. Ele era anônimo e não obrigatório e foi entregue aos participantes no primeiro dia do Encontro, junto com os demais materiais, como camisetas, canecas, cadernos, apostilas. Obtivemos 300 questionários respondidos, o que correspondeu a 58,6% do público total.

Com a análise dos Anais dos Congressos e dos documentos acadêmicos, também com a análise de entrevistas, o primeiro capítulo tratou de revisitar a trajetória da Contag, refletindo sobre a sua prática de formação de quadros e lideranças. Para tal, retomamos o período anterior à sua fundação, buscando captar fios de continuidades entre a formação de organizações camponesas anteriores à Contag (suas lutas e bandeiras) e as práticas de formação política engendradas pela Confederação no período ditatorial: ao longo dos anos de 1960, 1970 e início de 1980.

O segundo capítulo mostrou as atividades de formação política da Contag na segunda metade dos anos 1980 e na década de 1990. Como mencionado, esse espaço de tempo foi de grandes inflexões, quer seja no campo político rural brasileiro, quer seja no campo político sindical rural, quando há a ascensão da categoria política da “agricultura familiar” e a filiação da Contag à CUT. Aqui, nos debruçamos mais prontamente em textos e documentos referentes à construção desta categoria política, às ações do sindicalismo rural nesse contexto e à elaboração da formação política de aliança orquestrada pela Confederação e Central: o Projeto CUT/ Contag de Pesquisa e Formação Sindical. Além da referência bibliográfica e documental, para este capítulo realizamos entrevistas com os dirigentes, assessores, consultores e pesquisadores que estiveram à frente da elaboração e da implementação do Projeto.

O último capítulo delineou melhor a Enfoc: seus primeiros momentos, seu cotidiano, aprofundando-se nos cursos de formação estadual e nacional (o curso estadual do Rio de Janeiro e o curso nacional da 4ª turma da Enfoc) e nos “Encontros Nacionais de Formação da Contag – Enafor” (mais pontualmente, o III Enafor). Nossa base empírica para este capítulo foram os documentos da Escola, nosso caderno de campo e entrevistas.

CAPÍTULO I

A PRÁTICA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA CONTAG NO PERÍODO DITATORIAL: A FORMAÇÃO TÉCNICA E A FORMAÇÃO POLÍTICA PARA UMA RENOVAÇÃO SINDICAL E PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA UNIDADE

A Contag é uma entidade sindical que representa os trabalhadores rurais a nível nacional, considerada a maior confederação com o propósito de representar os trabalhadores no Brasil (RICCI, 1999), além de ser um dos principais resultados políticos das lutas sociais ocorridas no campo brasileiro nos anos 1960 (idem.). Ela é considerada também como garantidora da unidade das lutas do campo durante a época ditatorial¹², dadas as relações políticas engendradas no pré e no pós golpe de 1964, que tiveram peso na manutenção do sindicalismo rural (MARTINS, 1983). Segundo Palmeira (1985), tal unidade se deveu

[...] menos pela crise econômica do que pelas lutas do campo no qual se opõem grileiros e posseiros, assalariados e latifundiários e empresas, pequenos proprietários a agroindústrias, trabalhadores rurais a projetos governamentais ou a empresas e organismos estatais (p.43).

A fundação da Contag em 1963 e seu reconhecimento em janeiro de 1964, a intervenção dos militares na Confederação, dois meses após seu reconhecimento, e a retomada de sua direção pelos dirigentes contrários às teses do interventor José Rotta, em 1968, são pontos ressaltados por Palmeira (1985) como lugares de investigação para se entender o rumo das lutas sociais no campo brasileiro após 1964.

No período pré-golpe, o desenvolvimento do sindicalismo rural em grande medida se deu por uma oposição entre esquerda e Igreja (Palmeira, 1985). Esta última, se, por um lado, participou da articulação das ações que deram origem ao golpe, também assegurou a continuidade das atividades sindicais rurais após este, permitindo a formação de visões alternativas às dadas pela ditadura.

Um fruto disso é a “retomada” da direção da Confederação. No período ditatorial, através das lutas pela terra, reivindicações e denúncias à justiça, estas lideranças sindicais rurais exigiam o cumprimento dos direitos trabalhistas e agrários. Neste sentido, foi grande a ênfase empregada por elas nas atividades de formação política no período (MEDEIROS, 1985; PALMEIRA, 1985).

As ações formativas empreendida neste momento se dedicaram à preparação de novos quadros, o que se refletiu no estabelecimento de uma relativa autonomia da Confederação na representação dos trabalhadores do campo. Por outra parte, o banimento dos partidos de esquerda e segmentos mais progressistas da Igreja fez com que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) desenvolvesse tal autonomia, gerando, externamente, uma imagem de isolamento, enquanto que, “internamente, iria dar à Contag crédito para promover a unificação (e até mesmo uma certa homogeneização) de

¹² Consideramos como período ditatorial o intervalo entre 1962 e 1985, como sugerido por Carneiro e Cioccarri (2010)

vários setores do movimento, dos mais atuantes aos mais conservadores, que a história passada tendia a dividir”. (PALMEIRA, 1985, p. 48)

Se a formação de um grupo engendra novos *habitus* e tomadas de ações, como nos afirma Bourdieu (1977), a trajetória da Contag no período ditatorial mostrou que a prática de formação política não só foi de grande importância para a Confederação, no sentido da preparação de seus dirigentes e assessores – espaço de esclarecimento de leis, de noções de administração sindical e outros –, mas também enquanto espaço de consolidação, organização e expressão de uma cultura sindical fundamentada na luta pela terra e na luta por direitos trabalhista, sob a representação da categoria política “trabalhadores rurais”.

Verificamos isto neste primeiro capítulo, onde abordamos formas de organização dos trabalhadores do campo e também a emergência de bandeiras como a dos direitos trabalhistas, da previdência social e da reforma agrária. Posteriormente, analisaremos as práticas de formação política empreendidas pela Confederação no período ditatorial e seus reflexos na formação de suas representações políticas.

1.1 Antecedentes da Contag e a formação política no campo

A presença de formação política é percebida no movimento operário e sindical no Brasil desde o início do século XX, notadamente nos grupos anarcos sindicalistas¹³. No ideário destes atores, a educação era considerada um veículo de consentização e transformação das sociedades e responsável pela formação de supostas novas mentalidades e ideais revolucionários (MANFREDI, 1996).

No processo de constituição do sindicalismo no Brasil, a prática de formação política teve ações pautadas em distintos eixos, tais como a educação formal/escolar, as práticas culturais e políticas e de organização de lutas¹⁴. Chamaremos o conjunto destes eixos de educação sindical. Também foram diversos os seus intuitos (veicular projetos políticos, formação político-ideológica, formação de quadros) e as suas maneiras de veiculação (imprensa sindical, programas de rádio, televisão, boletins, revistas, teatro, escolas formais, cinema, piqueniques, reuniões, congressos, escolas, centros de estudos sindicais, etc).

No Estado Novo (período de 1935 a 1942) é consolidado o aparelho burocrático sindical e, segundo Manfredi (1996), é gestada pelo Estado uma concepção de organização sindical corporativista, ou sindicatos como organismos de Estado. A construção da estrutura sindical oficial e da ideologia corporativista foi resultado de uma série de medidas legais, políticas e ideológicas “dentre as quais a educação constituiu um dos mecanismos de propaganda e convencimento” (p. 32)

Os anos de governo desenvolvimentista, entre 1945 e 1964, desencadearam grandes transformações no país, dentre as quais a intensificação da industrialização e a redefinição do papel da agricultura na economia.

Nesse período a sociedade brasileira viveu seu primeiro ensaio democrático, embora marcado por restrições à liberdade de organização partidária, pela presença de um sindicalismo vinculado ao Estado, por

¹³ No período anterior ao Estado Novo foram criados Centros de Estudos Sindicais, organizados por grupos anarcos sindicalistas, bem como as Escolas Modernas e a Universidade Popular que, além dos anarquistas, contou com grupos socialistas. De acordo a Manfredi (1996), para estes agentes, os sindicatos eram entendidos como um instrumento de luta contra a exploração do capital, e a ação sindical também teria um papel educativo voltado para o desenvolvimento da consciência de classe.

¹⁴ Não desconsiderando as aprendizagens que também podem se dar no conjunto das práticas cotidianas, falamos aqui daquelas desenvolvidas de forma sistematizada.

sucessivas crises políticas e principalmente pela negação aos trabalhadores do campo do direito de organização e de direitos sociais já há algum tempo conquistados pelos trabalhadores urbanos (MEDEIROS, 1989. p. 14-15).

No meio rural, entre 1945 a 1964, seguidas transformações na produção agrícola desencadearam um processo de expropriação e quebra das relações tradicionais de produção, o que gerou conflitos ¹⁵. As lutas pela terra se tornaram um marco nessa década. Também persistiram as lutas salariais e por melhores condições de trabalho.

Medeiros (1989) aponta que ainda na década de 1940 as lutas do campo tenderam a se generalizar, a superar seu caráter local e a se articular em formas mais abrangentes de organização. No bojo dos conflitos que emergiam, uma forma de organização privilegiada foram os sindicatos e as associações civis, tais como associações, ligas, uniões e irmandades. Forjam-se, no seio dessas lutas, bandeiras como a dos direitos trabalhistas, da previdência social e da reforma agrária.

A questão agrária encontrava-se na “ordem do dia” nos momentos anteriores ao golpe militar de 1964 (PALMEIRA, 1985). Suas raízes estavam nas mobilizações das Ligas Camponesas e de outras organizações, como sindicatos rurais ¹⁶, que colocavam os trabalhadores do campo – antes marginalizados da vida política – no centro dos acontecimentos da época (idem.). Ricci (1999) alega ser preciso recuperar as orientações de duas forças políticas, para uma melhor compreensão das práticas que deram origem ao sindicalismo rural: o PCB e a Igreja.

No decorrer destes acontecimentos, a educação sindical aparecia com três concepções distintas e teve relação com as correntes que atuavam no seio da sua organização: as engendradas pelos órgãos representantes da classe dominante, as mais afinadas às ideias comunistas e socialistas, e as de orientação religiosa, com destaque aos católicos.

Entidades patronais e do Estado articularam-se a partir de instâncias tradicionais de controle, além de mecanismos diretos de ação. São exemplos o Ministério do Trabalho ¹⁷, as Delegacias Regionais do Trabalho, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi).

Contudo, à medida que o próprio Estado, sob a gestão de Goulart, ficou permeável à influência dos grupos de esquerda, que iam aos poucos conquistando as entidades sindicais regionais e nacionais, as classes dominantes tentaram articular novos mecanismos de ação ideológica para interferir no movimento sindical (MANFREDI, 1996. p. 78).

Um destes novos mecanismos foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), uma entidade que apoiou movimentos conservadores que atuaram no interior do sindicalismo, sendo um desses, o movimento circulista cristão.

¹⁵ Os conflitos eram de várias ordens, e, da parte dos trabalhadores do campo, expressavam lutas por melhores condições de vida e trabalho, bem como lutas contra situações que ameaçavam suas condições de existência (MEDEIROS, 1989).

¹⁶ No bojo da redemocratização do país, em 1945, entidades de representação dos trabalhadores do campo eram observadas, mesmo que de forma incipiente. Como veremos, a regulamentação do sindicalismo de trabalhadores rurais ocorreu apenas em 1962.

¹⁷ Cabe pontuar que, na ocasião da constituição da sindicalização no Brasil, o Ministério do Trabalho passou a programar uma política de sindicalização associada a uma ampla campanha educativa, organizada através de programas de rádio em cadeia nacional, cursos de administração sindical, boletins, serviços de recreação com atividades culturais e esportivas.

Além do apoio concedido ao movimento circulista, a seção regional de São Paulo do Ipes apoiava regularmente as atividades sindicais rurais e urbanas e a formação de militantes sindicais, canalizando fundos para a manutenção de um Centro de Formação de Líderes (MANFREDI, 1996, p. 80).

Coexistindo com as atividades formativas das classes dominantes, a formação sindical empreendida pelos partidos e entidades de esquerda se constituiu em atividades semi ou totalmente clandestinas, porém, alguns sindicatos afinados às concepções de esquerda se apropriaram dos cursos do Estado, mesmo que em certa medida. Dentre os partidos que de alguma forma dispunham de propostas de formação política para as entidades sindicais na época estava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), embora este último com menos influência ¹⁸.

De um modo geral, a conjuntura de repressão desencadeada no Estado Novo e pelo governo Dutra levou as atividades das correntes progressistas a dar suporte a núcleos organizados e a driblar intervenções.

A nova onda de repressão (intervenção em sindicatos, decretos que proibiam greves) que o governo do general Dutra desencadeia sobre as forças democrático-populares, a partir de maio de 1947, impediu o florescimento de iniciativas de educação aliadas às formas de organização e luta gestada no interior das fábricas e sindicatos, no período pós-guerra. Sendo assim, as iniciativas de educação sindical que faziam contraponto às iniciativas oficiais continuaram a ser assumidas pelos partidos de esquerda na clandestinidade (MANFREDI, 1996, p. 47)

A conjuntura estimulou suas organizações representativas a uma prática de formação política voltada para a mobilização e para a formação de quadros. “É, pois, nesse contexto histórico, que surge, a nosso ver, a dicotomia entre a formação sindical de base X formação de quadros.” (MANFREDI, 1996, p. 48). A educação para a formação de quadros seria aquela de cunho político-ideológico e destinada aos dirigentes sindicais ou militantes com potencialidade de tornarem-se representantes “das massas”. Por sua vez, a formação de base seria aquela com objetivo de levar as concepções da direção aos trabalhadores pertencentes à base profissional dos sindicatos.

Outra força que se articulou para a organização de sindicatos e para a fundação de associações rurais foi a Igreja. Seja por uma linha definida por diretrizes socialistas (RICCI, 1999), seja por uma linha conservadora ou mais afinada com as orientações da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no seio das ações católicas emergiu uma riqueza de experiências formativas.

A *mediação* ¹⁹ proporcionada pela formação política desempenhada pela Igreja orientou-se numa concepção de atendimento “aos pobres”, incluindo neste conjunto os camponeses. A maioria dos movimentos católicos que dedicaram esforços à educação passou a ver os sindicatos como um potencial instrumento de organização dos trabalhadores do campo, por onde seria possível desencadear transformações locais e também na estrutura socioeconômica brasileira. (KADT, 2007).

¹⁸ Além dos partidos, foi significativa a participação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - Iseb - e dos acadêmicos de universidades presentes no corpo da instituição. Ver Manfredi (1996).

¹⁹ A produção e o reconhecimento de sentidos, conforme Neves (2008).

Por meio de mecanismos como escolas radiofônicas e encontros periódicos, os projetos de educação da Igreja para o meio rural estimularam a sindicalização rural via mobilização e treinamento de líderes sindicais e da orientação sobre a formação de organizações. Estes esforços contaram não só com padres, mas também com profissionais contratados, como advogados.

A orientação da CNBB para estas distintas organizações foi criar um sindicalismo com matriz organizativa afastada das lutas de classes. A CNBB desejou um sindicalismo de *habitus político* ²⁰ distinto do dos comunistas, entretanto, defendiam os direitos dos trabalhadores e uma reforma agrária baseada na propriedade familiar (MEDEIROS, 1989). “Essa orientação, todavia, era mediatizada pelo tipo de concepção da Igreja local” (idem, p.77). Os sindicatos apoiados pela Igreja (dentre os quais diversos sindicatos rurais) eram orientados para afirmar a doutrina cristã, em contraposição ao “materialismo” (no meio rural, isso significou uma oposição às Ligas Camponesas), contudo, no bojo das ações locais, essa diretriz formativa se ressignificava.

Uma das primeiras investidas da Igreja nesse sentido foi no estado de Rio Grande do Norte, onde em 1949 D. Eugênio Sales fundou o Serviço de Assistência Rural (SAR), um conjunto de projetos voltados para o desenvolvimento e para a educação em áreas rurais. Em 1960, o SAR passou a estimular a organização dos camponeses em sindicatos, realizando treinamentos de lideranças. Ainda nesse período, ocorreu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), oficializada em 1956, a qual tinha como objetivo levar às comunidades conhecimentos técnicos, com base no desenvolvimento capitalista na agricultura. Concentrados principalmente no Rio Grande do Norte e na Bahia, os cursos oferecidos por eles “utilizavam filmes educativos apoiados numa concepção que pretendia demonstrar o atraso cultural e técnico do homem do campo” (RICCI, 1999, p.56). A educação do CNER ocorreu em diferentes localidades e situações do cotidiano rural, como centros sociais de comunidade (locais de reunião, de coordenação de obras) e de assistência (como pontos de serviço de crédito). Ela atuou por meio da educação formal, como cursos e treinamentos técnicos, e a partir de uma “educação dos costumes”, como orientações sobre saúde, higiene, esporte.

Em 1957, houve a fundação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), sob direção de Padre Crespo, cuja primeira tarefa foi realizar treinamento de potenciais líderes camponeses, para que estes conhecessem a doutrina social católica e as diretrizes da Igreja. Também visava que estes indivíduos se afastassem das ideologias de esquerda.

Um exemplo de prática formativa exercida pelo segmento conservador da Igreja, particularmente importante por conta dos seus reflexos na formação política desempenhada pela Contag tempos depois, foram os Círculos Operários (COs) ²¹, que objetivavam a expansão de um “movimento operário católico” no Brasil, o combate ao comunismo e a oposição ao sindicalismo de esquerda (KADT, 2007). Com esse horizonte, praticavam ações para a instrução moral e profissional do trabalhador e a formação de líderes operários e sindicais, com orientação para que cada membro pertencesse a um sindicato ²². Tal formação política ainda promoveu o assistencialismo sindical e orientou os quadros para “a contra-atividade no combate à ação da esquerda” (RICCI, 1999, p.58). Os COs tiveram

²⁰ Modos particulares de pensamento e ação forjados num campo político. (BOURDIEU, 1989)

²¹ Os COs concentravam-se mais em São Paulo e Rio de Janeiro. No sul do país, eram mais recorrentes as ações das Frentes Agrárias (FAG).

²² As COs continuaram as suas práticas ao longo do período ditatorial, em menor escala.

início no ano de 1932 e estenderam-se rapidamente a nível nacional ²³, fundando em 1937 a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC). Tal Confederação possuía escolas primárias, secundárias, técnicas e de adultos, além de cinemas, jornais, associações de créditos e cooperativas.

Em um Congresso da entidade, datado de 1955, foram criadas as Escolas de Líderes Sindicais (ELOs). Distribuídas em doze capitais do país, ofereciam cursos para a preparação sindical e formação de lideranças e chegaram a contar com o apoio do complexo Ipes/Ibad ²⁴ (MANFREDI, 1996; RICCI, 1999).

Em São Paulo, o Ipes orientava a Federação de Círculos Operários de São Paulo (FCO), constituída por 80 círculos no Estado, congregando 250 mil associados. O dirigente da FCO era José Rotta, que mais tarde seria interventor da Contag. No Rio de Janeiro, eram ministrados cursos sobre trabalhadores rurais, tendo como eixo a defesa da democracia, traduzida como defesa do sistema de propriedades privadas (RICCI, 1999, p. 59)

Cumprê ressaltar nisso que, no contexto do golpe de 1964 os COs forneceram seus quadros “politicamente não comprometidos” para preencherem o “espaço vazio” deixado pela intervenção na maioria das organizações operárias (MANFREDI, 1996).

A Ação Popular (AP) foi uma vertente da Igreja de cunho mais progressista, que também teve destaque na fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Originária da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), ela possuía certa autonomia das orientações da hierarquia da Igreja,

[...] o que lhes permitiu um engajamento nas lutas que se verificavam muitas vezes com orientações distintas, colocando-se ao lado dos que defendiam transformações radicais na estrutura social (MEDEIROS, 1989, p.78).

Tanto a JUC quanto a JEC são desdobramentos das ações de implementação da Ação Católica ²⁵ do Brasil. Outros dois ramos criados foram a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC) ²⁶.

O lema das “Juventudes” era similar ao da AC: “ver, julgar, agir” (KADT, 2007). “Ver” consistia em fazer um levantamento dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na esfera pessoal, familiar, escolar, cultural, política, socioeconômica e religiosa. A partir daí, o momento do “julgar” consistia na reflexão sobre a realidade, através de um viés político e teológico. O terceiro momento, o “agir”, implicava nos encaminhamentos de respostas aos problemas, com atribuições de tarefas e responsabilidades individuais e coletivas aos trabalhadores. O método voltava-se para a percepção das demandas dos trabalhadores em sua vida cotidiana, encaminhando-os para a construção de soluções coletivas. Através desta metodologia, a AP engendrou sua formação para a organização de operários e camponeses, com a perspectiva da construção de uma nova sociedade de perfil socialista. As etapas do “ver, julgar e agir” foram usadas e recriadas por diferentes

²³ A nacionalização dos COs deu-se mais por resposta a um chamado de Pio XI, que, por sua vez, tinha por intento deter a crescente expansão comunista a nível mundial. No Brasil, quem assumiu a proposta do Papa foi Cardeal Leme, inserindo a Igreja nos projetos sociais. Um deles foi a formação da Ação Universitária Católica e da Confederação Operária Católica, desdobramentos da Ação Católica no Brasil.

²⁴ Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

²⁵ Ação Católica (AC) foi uma organização mundial formalizada por Pio XI, em meados dos anos 20.

²⁶ Muitos de seus militantes ingressaram em distintas alas da esquerda brasileira por volta do início de 1960.

organizações, e largamente usadas pela Teologia da Libertação ²⁷ nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), anos depois.

Em 1961 é criado o Movimento de Educação de Base (MEB), por decreto do governo federal. Sob orientação da CNBB, tinha por objetivo desenvolver um programa de educação de base dos trabalhadores rurais nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Igreja responsável por estas atividades se comprometeu a mobilizar voluntários para atuar como monitores e como líderes nas comunidades, utilizando escolas radiofônicas. Sua execução foi apoiada por diversos órgãos públicos, estaduais e federais, com financiamento e cessão de funcionários. Com primeira atuação programada para durar cinco anos, cujo primeiro já contaria com 15 mil escolas radiofônicas, o MEB, ao longo da sua trajetória, passou a incentivar o sindicalismo rural em diversos locais, especialmente no Nordeste. Com o peso da ação do MEB, a AP também fez uso das radioescolas para realizar os trabalhos de sindicalização, formando, assim, grande parte de seus quadros (MEDEIROS, 1989; RICCI, 1999).

Organizações como as Ligas Camponesas também vão influir na concepção e bandeiras levantadas pelo sindicalismo rural, institucionalizado apenas na década de 1960. A origem das Ligas Camponesas situa-se em importante conflito ocorrido em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. O conflito eclodiu em Engenho Galileia, onde foreiros da região criaram, em 1955, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) ²⁸. Além de promover ajuda assistencial, a SAPPP também era uma organização de resistência ao despejo dos foreiros. Possivelmente em uma tentativa de neutralizar reações, o então proprietário do Engenho de Galiléia é convidado para ocupar o cargo de presidente da organização. Em contrapartida ao “convite”, ele reagiu com represálias policiais, com ameaças de aumento do foro e com a expulsão em massa dos foreiros (MEDEIROS, 1989).

Diante da situação de conflito, parte do núcleo dirigente da SAPPP se deslocou até Recife, a fim de buscar alguma forma de apoio às suas lutas, que viria sob a forma de uma assessoria jurídica, a partir do recém eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e advogado, Francisco Julião (AZEVEDO, 1982). A formação em direito de Francisco Julião acabou lhe conferindo um *status* ²⁹ capaz de representar este núcleo dirigente (e mais tarde, as Ligas Camponesas).

Ocorre que,

O desenvolvimento da luta na Galileia coincidiu com a constituição de uma nova concepção, por parte de intelectuais e alguns políticos locais, sobre os problemas na região, que teve por marco o Congresso da Salvação do Nordeste, em 1955. Nesse encontro, do qual participaram desde políticos, representantes da indústria, do comércio, da agricultura até intelectuais como Celso Furtado, Inácio Rangel, etc., deslocou-se o

²⁷ De acordo com Tavares (1992) e Favareto (2006), na virada da década de 1960 para 1970, foram geradas novas perspectivas para a ação católica no sindicalismo. Tendo por referência as resoluções do Concílio Vaticano II, de 1965, surgiu a Teologia da Libertação. Tendo por concepção a solidariedade aos pobres e oprimidos, “assumindo sua causa e partilhando as suas lutas” (BOFF, apud PICOLOTTO, 2011, p. 118), a Teologia da Libertação toma para si um tônus mais alinhado às concepções marxistas, incumbindo-se, com isso, da responsabilidade de politizar e engajar agentes eclesiais para atuação no campo e na cidade (NOVAES, 1995; FAVARETO, 2006). Em consequência foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, “que redefiniria, com uma guinada à esquerda, inspirada pela Teologia da Libertação, o tipo de intervenção dos agentes católicos junto aos trabalhadores rurais” (TAVARES, 1992, p.107)

²⁸ Na direção estava Paulo Travassos, antigo militante do PCB.

²⁹ Como salienta Bourdieu (1989), o exercício da liderança se dá também pelo acúmulo de saberes específicos, que confere tal status.

diagnóstico dos problemas regionais. Tradicionalmente vistos como resultado das secas e dos fatores naturais, eles passaram a ser pensados a partir de uma análise de outro teor, político-social (MEDEIROS, 1989. p. 47)

De acordo com a autora, um produto do Congresso foi a análise dos problemas nordestinos, entendendo-os como fruto das desigualdades desencadeadas por uma estrutura concentradora de riquezas, além da reivindicação por reforma agrária ³⁰. O deslocamento de concepção sobre os problemas agrários na região Nordeste contou com a participação de intelectuais, que, por possuírem *habitus políticos* ³¹ específicos, estabeleceram pontes comunicativas entre as demandas dos trabalhadores e as suas esferas de atuação.

O encontro sobre o Nordeste reuniu delegados dos nove estados da região, parlamentares de vários partidos, industriais, comerciantes, líderes sindicais, profissionais liberais, escritores e cientistas sociais, além de várias entidades e associações de classe (AZEVEDO, 1982). A *mediação* ³² proporcionada pelos intelectuais, estudantes, advogados e políticos teve peso “formativo” no processo das lutas das Ligas, tanto na realocação da leitura acerca do diagnóstico dos problemas da região do Nordeste quanto na direção das suas lutas, suas utopias e suas estratégias.

O Congresso da Salvação do Nordeste ocorreu em agosto de 1955, e no mês de setembro deste mesmo ano foi realizado o I Congresso Camponês de Pernambuco. Para Azevedo (1982), este congresso representou a primeira grande manifestação de massa em apoio à luta dos foreiros do Engenho da Galiléia. Ainda conforme o autor,

Na verdade é desse congresso que nasce a estrutura orgânica das Ligas Camponesas e se amplia a sua ligação com as camadas populares e os setores mais progressistas da capital, que passam a formar uma base de apoio fundamental para a ação política na área rural, seja através do deslocamento de quadros e militantes (especialmente estudantes) para o campo, seja pelo suporte jurídico e político-parlamentar ou, ainda, pelas campanhas de denúncia e agitação da questão agrária e camponesa e a luta pela reforma fundiária (AZEVEDO, 1982.p. 67)

Além do deslocamento de quadros de outros segmentos sociais, a organização começou a estreitar laços com os setores populares urbanos, diminuindo sua exclusão política, ainda que sob repressão. A ampliação das Ligas Camponesas ocorreu por todo o estado, culminado, no ano de 1956, em uma passeata de três mil trabalhadores no Recife, marcando o início da consolidação do “movimento camponês” na região, uma vez que, para Azevedo (1982), é a partir desse instante que esta organização autônoma dos camponeses começa a conquistar seu próprio espaço no cenário social do estado.

A expansão ³³ das Ligas deu corpo ao debate sobre a propriedade da terra e a reforma agrária, pois o acompanhar das lutas jurídicas por manifestações projetava a

³⁰ Cabe ressaltar que um fruto dos debates travados no evento foi a Carta de Salvação do Nordeste. “entre as suas moções mais importantes estava a adição da reforma agrária como uma das soluções para a questão do campo” (AZEVEDO, 1982, p. 65).

³¹ Conforme Bourdieu (1989)

³² Conforme Neves (2008)

³³ Em 1958 foi realizado o 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores do Pernambuco, tendo como uma das pautas a situação do Engenho da Galileia, que foi desapropriado no ano seguinte pelo governo do Estado. Tais ações projetaram as Ligas Camponesas nacionalmente, ganhando território principalmente na Paraíba. Em 1962 foi criado o jornal *A Liga*, com fins de divulgação do movimento.

organização como uma imagem icônica desse tipo de confronto. Nesta trajetória, Francisco Julião passou a defender uma concepção de “revolução brasileira” de conteúdo socialista, no qual o “camponês” tinha um papel protagonista.

Para o entendimento das articulações feitas frente aos conflitos no campo desta época é fundamental retomarmos as ações do PCB, que, naquele momento, voltava-se para o campo tentando torná-lo base de apoio para seu projeto de transformação social (MEDEIROS, 1989). Criado em 1922 e reerguido em 1943 após sobreviver à repressão durante o Estado Novo, o PCB ganhou força com sua proposta de transformação em um partido de massa. Uma das ideias do Partido era se aproximar dos trabalhadores urbanos e rurais (MEDEIROS, 1989) e é no seio destas ações e propostas ³⁴ que se dá a emergência do termo “camponês” enquanto uma categoria política. A categoria buscou designar as “massas exploradas do campo”, englobando nela os parceiros, os meeiros, os posseiros, os pequenos proprietários, etc. Para Medeiros (1989) a categoria estava intimamente ligada à concepção que o PCB elaborava sobre a sociedade brasileira.

Como mencionado, nas décadas de 1950 e 1960, o PCB dispôs de cursos de formação, orientados a assegurar sua fundamentação político-ideológica entre seus militantes. Para Manfredi (1996), a formação empreendida por esse partido tinha dois propósitos: 1) formar indivíduos capazes de dirigir uma organização clandestina e de transformar militantes em quadros; 2) criar adeptos e trazer (convencer) o militante para a sua linha política. As atividades de formação do PCB também serviram de instrumento de seleção dos quadros. Nos termos da autora:

[...] além da educação teórica e política do militante, também objetivavam “formar o caráter”, o que implica em dizer que serviam como mecanismos para selecionar e eleger aqueles militantes que se tornariam quadros (p. 51).

Temos em Fillieule e Pudal (2010) que a formação de um militante pressupõe a interiorização de regras, hábitos e crenças nos diversos universos sociais do mesmo. Assim a formação (seleção) de quadros do PCB, requereu destes candidatos, sobretudo, o sentimento de sacrifício por conta de um sentimento de pertencimento, dado o seu contexto de clandestinidade.

A bibliografia básica dos cursos do Partido envolvia a história do PC da URSS, a biografia do Stálin e suas obras, textos com fundamentos leninistas e marxistas, tais como o Manifesto Comunista. Os cursos eram majoritariamente teóricos e moldaram-se em uma certa ortodoxia, uma vez que eram divididos naqueles para quadros (ou representantes políticos) e para os “militantes do partido” (dirigentes sindicais e trabalhadores) (MANFREDI, 1996). Esta fundamentação marxista e ortodoxa forjou a concepção teórica do PCB para o meio rural, baseando-se na ideia de que havia no Brasil o predomínio de restos “semifeudais”, cuja expressão maior seria o latifúndio. A reforma da estrutura fundiária do país seria o caminho possível para a extinção destes “restos”, uma vez que a

³⁴ A organização dos camponeses pelo PCB foi, em boa parte, fruto do trabalho de Gregório Bezerra, que era do Agreste Pernambucano e sargento do Exército. Com a legalização do PCB, em 1945, ele foi candidato e eleito deputado em Pernambuco, permanecendo no cargo até 1948, quando foi preso, e, por falta de provas, liberado. Daí em diante, viveu nove anos na clandestinidade até 1957, quando foi preso novamente, desta vez, pelos militares. Permaneceu nove dias detido e sofreu diversas torturas, chegando a ser arrastado por um jipe em praça pública. Em 1967, foi condenado a 19 anos de prisão, contudo, no ano de 1969, foi solto em troca do embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado por um grupo de oposição armada. (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010).

distribuição das terras impulsionaria o desenvolvimento econômico e industrial capitalista (MEDEIROS, 1989; RICCI, 1999).

Assim, a reforma agrária, para o partido, contaria não só com o apoio das camadas populares, mas também com o da burguesia. Por outro lado, a onda de repressão desencadeada subjugou as ações formativas que se contrapunham às ações oficiais do Estado, o que pode ter gerado essa visão da reforma agrária.

No final dos anos 1950 e início de 1960, começaram a vir à luz as divergências entre forças políticas do campo – as Ligas e o PCB – acerca da condução das lutas. A raiz destas divergências estava, sobretudo, na concepção do sentido da “revolução brasileira” e o caráter da reforma agrária a ser implementada.

Como apontado, para o PCB a revolução teria um caráter democrático burguês e seria alcançada através de etapas. Todavia, para Francisco Julião e os militantes das Ligas, não era possível buscar alianças com a burguesia e os setores latifundiários, por isso “não aceitavam a hierarquização tática das lutas, que subordinava a questão agrária à questão nacional-democrática” (AZEVEDO, 1982, p. 89). Estes fatos acabaram por provocar a separação entre estas forças, muito embora tais divergências pareçam ter sido resultado de debates entre a direção dos movimentos e não terem permeado necessariamente sua base, e, portanto, o cotidiano das lutas (MEDEIROS, 1989).

Para Azevedo (1982), a ruptura definitiva entre estas duas forças se deu no Congresso Camponês de Belo Horizonte, convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Utlab) ³⁵ em 1961. Ainda sob o peso da crise política institucional gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, o Congresso realizou-se e contou com uma bancada minoritária das Ligas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) ³⁶, recém constituído no Rio Grande do Sul. Destacamos este evento, pois, nele, as principais bandeiras dos movimentos camponeses da época são firmadas, sendo recuperadas pela Contag posteriormente.

As discussões do Congresso trataram dos temas propostos pela Utlab: solução para o problema da propriedade e do uso da terra no Brasil, medidas imediatas e parciais de reforma agrária, formas de arrendamento e parceria, direitos dos pequenos e médios proprietários rurais, organização das massas trabalhadoras. Ainda assim, a tese de reforma agrária das Ligas “empolgou o plenário”, derrotando as propostas elaboradas pelo PCB (MEDEIROS, 1989).

O Congresso é considerado um marco das lutas camponesas. Para além da proposta de reforma agrária trazida pelas Ligas e as divergências entre Francisco Julião e o PCB sobre a validade das lutas pela reforma agrária, o Congresso mostrou o reconhecimento político da categoria “camponês” no campo das lutas dos movimentos sociais rurais da

³⁵ Em outubro de 1953, em Viena, ocorreu uma Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas, que provocou a convocação pelo PCB de um encontro nacional – o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas –, com finalidade de eleger seus representantes no Brasil e elaborar uma pauta de reivindicações. Dentre as reivindicações estavam o confisco das terras dos latifundiários e companhias estrangeiras, com sua distribuição gratuita aos assalariados agrícolas, camponeses sem terra ou com pouca terra, e outros. No ano de 1954, o PCB organizou a II Conferência Nacional dos Lavradores, reunindo trabalhadores do campo. Como descreve Medeiros (1989), um dos seus objetivos era criar uma organização em âmbito nacional que aglutinasse e desse direção às diversas organizações de trabalhadores rurais existentes. Fruto deste processo foi a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Utlab).

³⁶ Nos anos 1940 e 1950, no Rio Grande do Sul constituiu-se uma camada de agricultores que não tinham acesso à terra, quer seja pelo esgotamento da fronteira interna do Estado, impedindo novas unidades de pequenas propriedades familiares, quer seja pelo crescimento do número de assalariados temporários. No início de 1962, com o apoio do então governador do estado, Leonel Brizola, do PTB, os agricultores sem terra iniciaram a forma de luta que mais os caracterizaram: os acampamentos no perímetro do latifúndio improdutivo (MEDEIROS, 1989). Fruto da organização destes agricultores é o Master.

época e marcou a bandeira da reforma agrária como a grande bandeira representativa dos trabalhadores do campo.

Se o Congresso de Belo Horizonte é considerado um divisor de águas entre as correntes que disputavam a hegemonia da condução das lutas dos trabalhadores rurais, ele guarda outros significados também. Antes de mais nada ele marcou como nenhum outro evento o reconhecimento social e político da categoria “camponês”, sintetizando um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo (...) A representatividade das delegações, a diversidade de situações representadas, o caráter das reivindicações levantadas e o clima do encontro indicavam que não era mais possível tratar a questão agrária com medidas locais, seja de caráter repressivo, seja através de soluções parciais negociadas. Realizar transformações profundas na estrutura agrária aparecia como uma questão essencial do desenvolvimento nacional. (MEDEIROS, 1989, p. 60)

Marcado pelos debates entre as duas entidades, o Congresso contou com a presença de representantes do Estado ³⁷ como João Goulart, então presidente do Brasil, o que demonstrou a importância que a questão agrária assumia naquele contexto. Ao início dos anos 1960, havia, portanto, sinais claros de que a luta do campo começava a ter maior peso político, medidos, sobretudo, pela violência policial e dos proprietários de terra.

Por outra parte, à emergência dos conflitos no campo e à instituição da categoria política “camponês” no plano das lutas, correspondeu a construção social de uma imagem de “latifúndio” pelas correntes de esquerda: equivalente à sobrevivência feudal, ao atraso e à opressão (MEDEIROS, 1989). As reações dos proprietários de terra à organização dos trabalhadores foram várias, como, por exemplo, a queima de casas, despejos, assassinatos; a detenção de instâncias da justiça; interesses fortemente representados no Congresso Nacional (idem). No período, também as entidades patronais revigoraram e procuraram estabelecer

[...] a imagem do proprietário que produzia sem estímulo do governo, que sustentava a industrialização com as divisas que seus produtos geravam, que enriquecera a custo do trabalho duro, que dava toda a proteção e apoio aos bons trabalhadores e que se via agora ameaçada pela agitação introduzida em suas terras de fora para dentro. Rebatendo a imagem de atraso, reivindicavam do governo apoio à entidade agrícola, com políticas especiais de crédito, construção de silos, armazéns, estradas, educação, introdução de medidas de apoio à produção, etc., de forma a elevar o nível de renda do setor. Com isso, argumentavam, seria possível também a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores e a consequente redução do êxodo rural (MEDEIROS, 1989, p. 65)

A regulamentação da sindicalização rural ocorreu em 1962 através de portaria do Ministério do Trabalho ³⁸, feita nos moldes da legislação sindical então vigente. Calcou-se, portanto, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943, que trouxe

³⁷ Estavam presentes o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto e o Primeiro Ministro, Tancredo Neves.

³⁸ No governo João Goulart, o Ministério do Trabalho criou a Comissão Nacional do Sindicalismo Rural (Consir), formado por representantes do governo e um representante dos trabalhadores rurais. Essa comissão era composta por membros de partidos (dentre eles o PCB), da AP e da Igreja e tinha por plano constituir 1700 sindicatos em um ano.

normas às organizações sindicais de empregados e empregadores como a de os sindicatos representarem os interesses da categoria profissional referida diante aos órgãos públicos e coletivos da sociedade civil. Também trouxe o reconhecimento por base territorial municipal, seguido de federações e de uma Confederação de âmbito nacional. Da parte de seus representados, caberia uma contribuição financeira regular, o imposto sindical.

Um dos motivos da regulamentação do sindicalismo rural foi o desejo do governo de João Goulart em ampliar a sua base de sustentação política e conter os movimentos sociais rurais em expansão (RICCI, 1999). Segundo Palmeira (1985), a outorga das primeiras cartas sindicais rurais veio por exigência dos próprios sindicatos já existentes, percebendo a importância de seu reconhecimento oficial.

“Uma verdadeira corrida” pelas forças políticas atuantes no campo decorreu da regulamentação, para a formação de sindicatos de trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989; RICCI, 1999). Como visto, em diversas áreas já existiam associações que, contudo, não tinham reconhecimento. Somam-se a esses todos os outros criados independentemente de uma organização anterior dos trabalhadores do campo. Diante desse cenário, a “corrida” se deu sob a concepção de que o controle de um grande número de entidades garantiria sucessivamente o controle das federações e da confederação, a nível nacional. Todavia, a disputa passava ao largo dos trabalhadores e se dava principalmente no nível das direções (MEDEIROS, 1989). Em suma, estavam em jogo as representações políticas do campo político rural. Igualmente, estava em disputa o direito destas organizações de falar em nome dos trabalhadores do campo: o *poder simbólico*³⁹ destes sujeitos.

No período, a AP, assim como o PCB e os segmentos conservadores da Igreja⁴⁰, disputaram direções de sindicatos, federações e a própria direção da iminente Confederação. Foi com esse objetivo que três organizações católicas moderadas do Nordeste e uma de São Paulo se reuniram em Recife para fundar uma Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais. Isto porque, segundo a lei, com três federações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho era possível a fundação de uma Confederação Nacional.

No entanto, a Confederação fundada não foi reconhecida, posto que havia diversos processos de federações aguardando o seu reconhecimento. Ao cabo, uma nova fundação foi marcada para o final do ano de 1963. O processo contou com federações de orientação do PCB, da AP, de grupos cristãos do Nordeste, dentre outras, e houve divergências entre os agentes políticos. Em 1963 foi fundada a Contag, reconhecida pelo decreto de lei nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964. Na direção, quatro cargos eram ocupados por pessoas ligadas ao PCB, três à AP e dois aos “grupos cristãos”. No cargo de presidente elegeu-se Lindolpho Silva, do PCB.

Para Novaes (1991), a importância deste evento é o fato da Contag se tornar, ao cabo, um ponto de chegada, acolhendo centenas de sindicatos fundados a partir de distintas intenções e atores. A Contag se tornaria, nas duas décadas seguintes, “a única possibilidade de integração no chamando Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, o MSTR” (NOVAES, 1991, p. 175).

³⁹ Conforme Bourdieu (1977),

⁴⁰ A partir de 1961, as Ligas entram numa crise interna. Após reflexões sobre a experiência cubana, parte da direção das Ligas rejeitou as possibilidades de transformações sociais e políticas pelas vias pacíficas (MEDEIROS, 1989), buscando instalar campos de treinamento de guerrilhas. Progressivamente, estas entidades foram ficando isoladas politicamente e tendo que enfrentar adversários como a Igreja e o Estado.

1.2 A Contag nos seus primeiros tempos: a formação política interventora e a renovação sindical

Dois meses depois da criação da Contag, ocorreu o golpe civil-militar e a efervescência social e política entrou em refluxo, abrindo uma conjuntura de grande repressão aos movimentos operários e do campo.

No que se refere ao campo, de imediato houve a intervenção na recém constituída Contag e nas federações mais ativas, sendo nomeados como interventores elementos ligados à Igreja Católica ⁴¹. No caso da Contag e dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde era forte a presença dos comunistas, a direção passou para membros oriundos dos Círculos Operários. No Nordeste, foram escolhidas pessoas ligadas aos Serviços de Orientação Rural ligados aos bispados, como é o caso da Sorpe em Pernambuco, e do SAR, do Rio Grande do Norte. (MEDEIROS, no prelo)

No âmbito da direção nacional, a intervenção se deu através do Ministério do Trabalho. Foi nomeada uma Junta Governativa, que tinha como presidente José Rotta, líder paulista do COs. A intervenção foi formalmente suspensa em 1965 e a junta governativa foi eleita para dirigir a Contag.

Sob patrocínio do Estado civil-militar, através do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (Inda) ⁴², o I Congresso dos Trabalhadores Rurais foi convocado e realizado em 1966, coordenado por José Rotta, muito embora neste momento também se consolidasse uma oposição à sua presidência, o que demonstra que permaneciam disputas entre o Estado ⁴³ e setores dominantes e as organizações de trabalhadores do campo, pelas representações políticas dos trabalhadores.

O I Congresso da Contag teve por argumento a ideia de que a luta dos trabalhadores rurais se daria em torno do cumprimento da legislação vigente. Assim, era preciso o estudo e o esclarecimento do Estatuto da Terra, Estatuto do Trabalhador Rural e das políticas agrícolas vigentes. Sobre este último ponto, é válido destacar que, durante o período do regime militar, as políticas de desenvolvimento agrícola inspiraram-se no modelo norte-americano e voltaram-se para a modernização dos processos produtivos a partir da especialização e da modernização tecnológica das lavouras com o uso de maquinários, agroquímicos e sementes melhoradas (PICOLOTTO, 2011).

No plano legal, o Estatuto do Trabalhador Rural, instituído pelo Congresso Nacional em 1963, era a lei reguladora das relações entre capital e trabalho e determinava formas de encaminhamentos de questões trabalhistas, mesmo que com limites rígidos para a ação sindical (MEDEIROS, 1989; FAVARETO, 2006). Logo após o golpe também foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Terra, composto de duas partes distintas: uma referente à reforma agrária e outra ao desenvolvimento rural. O documento objetivava

⁴¹ Como apontamos, a ação da Igreja no campo durante o período de ditadura militar é complexa. Muitos padres e bispos, dentro da concepção de combate à pobreza e defesa dos direitos, imbuíram-se da necessidade de incentivar a organização dos trabalhadores do campo. Muitos foram presos e torturados pelo regime ditatorial.

⁴² Órgão autárquico criado pelo Estatuto da Terra, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, com jurisdição em todo o território nacional.

⁴³ O Inda, vinculado ao Ministério da Agricultura, teve por atividades gerais a promoção do desenvolvimento rural, essencialmente através das atividades de colonização, extensão rural, cooperativismo, assistência técnica e associativismo.

estimular a “empresa rural”, ou, a propriedade fundiária caracterizada pela exploração “econômica e racional”: o empreendimento rural era calcado num modelo ideal de propriedade e de utilização, o qual seria determinado dentro das condições da região em que se situasse e também pela a sua utilização, que seria a de uma área mínima, segundo padrões estabelecidos por lei. O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria através de estímulos de política agrícola e desapropriação, em caso de tensão social (MEDEIROS, 1989). Desta forma, o documento expressava uma visão política do meio rural e da reforma agrária, conivente com as concepções mantidas pelos proprietários de terra, entretanto, propunha a eliminação do minifúndio e latifúndio, entendidos como fontes de conflitos ⁴⁴. Como observado em Medeiros (1989), ambos os estatutos acabariam por impor aos trabalhadores rurais um determinado campo de luta pela reforma agrária: o regulado pela lei.

O tema da formação político-sindical pouco aparece nas teses aprovadas pelo I Congresso, e sua tônica acompanhou as diretrizes dadas pelo Estado e setores dominantes: foi vinculada à formação técnica, ao estudo do Estatuto da Terra e às práticas de associativismo e cooperativismo.

A formação política para o cooperativismo era vista em conjunto com o governo federal, tendo o Inda como o responsável por firmar convênios com as Fetags, para a criação e manutenção das atividades. Os cursos seriam promovidos pelos sindicatos e realizado nos seus núcleos residenciais, por correspondência ou em cursos noturnos volantes, com duração de 3 a 6 dias. Nesse sentido, a formação política é engendrada a partir da formação técnica, por sua vez, entendida como um caminho no sentido de romper com a “falta de ciência” e “falta de crença” que, em parte, os trabalhadores rurais teriam em relação às cooperativas (tidas como órgãos ideais para a associação dos agricultores).

É por meio desta retórica que a formação política empreendida pela direção do José Rotta objetivou a consolidação de um perfil de sindicalismo rural com fundamentação nas concepções do Estado civil-militar. Isso se dava através da afirmação de que a técnica promovida nos seus cursos daria ascensão aos trabalhadores em termos econômicos (como produção, comercialização de produtos e serviços, acesso ao mercado, etc.). Sob outro ângulo, a formação exercida por sua direção buscou afastar discussões de “teores mais políticos”, o que evidencia que, embora a resistência no campo tivesse entrado em refluxo e tivessem sido silenciadas pela formação interventora, as demandas do período anterior permaneceram vivas.

Os anos que se seguiram ao golpe viram, como desdobramento da política agrícola e agrária dos diversos governos militares, a continuidade e mesmo a intensificação das lutas do campo, na medida em que as condições que as alimentavam não só persistiram como se agudizaram. (MEDEIROS, 1989, p. 91)

O I Congresso da Contag foi também um momento de consolidação da oposição a José Rotta, quando dirigentes das federações do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco

⁴⁴ No Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), em seu Art. 17. , temos por Reforma Agrária “[...] a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas: a) desapropriação por interesse social; b) doação; c) compra e venda; d) arrecadação dos bens vagos; e) reversão à posse do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros; f) herança ou legado.” A desapropriação por interesse social teria como um de seus fins condicionar o uso da terra à sua função social.

fizeram um bloco em contraposição às teses apresentadas no congresso. As críticas eram quanto aos encaminhamentos das demandas dos trabalhadores do campo. O grupo cresceu consideravelmente em 1967 ⁴⁵, ao ponto de vencer as eleições para direção da Confederação, em 1968 (RICCI, 1999).

A derrubada do interventor foi realizada por representantes dos “setores mais atuantes de um movimento ainda em larga medida sufocado” (PALMEIRA, 1985, p.46). Esse grupo toma posse da direção da Contag em 1968, tendo por representante político José Francisco da Silva, proveniente da Zona da Mata Pernambucana. É relevante registrar que alguns membros da diretoria da intervenção permaneceram na direção de José Francisco da Silva (consta em Medeiros (1989) que a nova direção incorporou o tesoureiro da gestão anterior, ligado aos COs do Rio de Janeiro, além de ter contado com apoio do Rio Grande do Sul, onde sobressaia a Frente Agrária – FAG). O fato deixa indagações quanto aos motivos destas continuidades e como se deram e mantiveram ⁴⁶.

José Francisco da Silva foi um “quadro poupado” na época ditatorial (NOVAES, 1991), em grande parte, por ter sido monitor do MEB. Muito embora a Igreja tenha exercido distintas formas de ações e concepções, seu papel foi de grande importância para a constituição desta nova direção da Contag. Se ela apoiou oficialmente o golpe e foi relevante na constituição da diretoria interventora, a sua existência amenizou intervenções diretas nos sindicatos “cristãos” (NOVAES, 1991), garantindo a continuidade de um sindicalismo rural alternativo ao regime militar (PALMEIRAS, 1985).

No campo, a repressão oficial e/ou a violência privada dos patrões deram cabo de várias organizações camponesas. Contudo, no que tange ao sindicalismo, mesmo quando houve intervenções em sindicatos localizados, a Igreja, via de regra, pôde indicar substitutos recrutados entre seus quadros mais moderados, evitando que parte significativa deles fosse fechada (NOVAES, 1991, p. 176).

Palmeira (1985) argumenta que a repressão sobre os dirigentes rurais foi mais contundente do que sobre o operariado e Medeiros (1989) alerta que o processo de reconstituição do sindicalismo feito pela Igreja neste período não foi simples e muitas vezes também sobre eles se abateu a repressão, seja do regime militar, seja de setores mais conservadores da própria Igreja. Com efeito, a continuidade das organizações sindicais próximas à Igreja, em algum grau, permitiu a reestruturação do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Sobre os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, Tavares (1992) chama a atenção para o fato de que a presença católica, como a do Padre Crespo, na Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Fetape) foi importante para preservação da federação e especialmente relevante para o acúmulo de *capital político* ⁴⁷ pelas lideranças sindicais pernambucanas.

Esses sindicalistas que assumem a diretoria da Contag passariam assim

[...] a considerar sua história a do conjunto dos movimentos pré-64, ainda que a partir de uma leitura própria, tomando como referência diversas

⁴⁵ Em 1967, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência Nacional Intersindical, na qual estavam presentes representantes dos trabalhadores rurais, bancários e industriários. De acordo com documentos da Contag (2003), nela ocorreu o início da articulação urbana e rural. A chapa de José Francisco da Silva também seria fruto desse processo.

⁴⁶ Apesar da relevância neste ponto, discutiremos este assunto apenas quando este subsidiar a discussão pretendida nesta pesquisa, que é a formação política.

⁴⁷ Bourdieu (1989).

matrizes e não apenas a dos “sindicatos dos padres”. Além disso, a marca pernambucana dessa passagem começou a se traduzir em hegemonia política e na capacidade de produzir a história dos movimentos camponeses em Pernambuco enquanto *história nacional dos trabalhadores rurais*. (TAVARES, 1992, p.111)

Em entrevista, José Francisco da Silva nos traçou a sua trajetória até chegar à presidência da Contag, revelando aspectos do caminho dos dirigentes que compuseram o bloco de oposição. Ele foi secretário da Fetape no começo de 1960 e foi um destes sindicalistas opositores. Desta forma, José Francisco da Silva responde enquanto um intelectual orgânico ⁴⁸ do bloco:

A gente, até chegar na Contag... tem uma historiazinha também que passa pelo processo de conscientização e formação, e eu fiz parte desse processo. Meu município de origem é Orobó, Pernambuco. Eu era filho de pequenos posseiros e a gente não tinha terra. A gente trabalhava na terra de parentes, na época de chuva. [...] E a partir dos meus quinze, dezesseis anos eu comecei a me interessar em participar em trabalhos nessas áreas, social. Dentro dos limites da época, muito motivado pela Igreja. Igreja Católica. Eu participei da JAC, isso em Orobó ainda. Participei de uma entidade de... era caritativo, mas era um meio de você ajudar o pessoal pobre, dentro da realidade do município. Fazer mutirão para fazer casinha de barro, coisa assim. Mas também aqueles que estavam doentes, prestar uma assistência melhor. Também de socorro, entrega de cestas básicas para alimentação daquelas famílias que precisavam. Chamava-se Sociedade Vicentina. Existe até hoje. Claro que o foco maior era essa questão da presença junto às famílias pobres e carentes, de maneira mais assistencial. Depois veio, já nos anos 1959 e 1960, 1959 mais precisamente, o Movimento de Educação de Base, o MEB. [...] A diocese de Nazaré da Mata começou a mobilizar as igrejas e a mobilizar as pessoas para começar esse trabalho de educação pelo rádio, envolvendo a educação de base. [...] Dentro daquele método de educação Paulo Freire. E a gente fez alguns debates, alguns treinamentos para... até chegar a monitor do MEB. E, assim, dentro de uma linha muito conscientizante. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

A fala indica que muito embora a retórica da Igreja progressista fosse de assistência a populações carentes, ela se voltou para debates políticos em torno da organização das lutas destes grupos. A fala também nos chama a atenção para o método Paulo Freire ⁴⁹, muito utilizado pelos diversos movimentos populares ⁵⁰ e sindicais da época, por causa das suas ideias: de certa forma, abria espaço para metodologias de ensino que propiciavam a

⁴⁸ No sentido trazido por Gramsci (2011)

⁴⁹ Nascido em Pernambuco, Paulo Freire formou-se em Direito e atuou como professor de português na escola básica, em seguida começando a trabalhar com alfabetização popular no Serviço Social da Indústria (Sesi), na mesma cidade. Nos anos 1950 e 1960, já como professor de História e Filosofia da Educação na Universidade de Recife, Freire realizou experiências de alfabetização de adultos em áreas rurais e urbanas pauperizadas de Pernambuco. Ao que consta na literatura, o método de Paulo Freire esteve mais presente dentre os movimentos populares do que os escritos sobre a formação de intelectuais e formação de organizações de Gramsci e Lênin, graças à sua grande capacidade de “ir ao povo”, mesmo sendo o método voltado para os processos de alfabetização – ou talvez por esse motivo.

⁵⁰ Algumas das ferramentas utilizadas por estes grupos foram o teatro, o filme, a música e outras manifestações culturais.

elaboração política, crítica e coletiva, a partir das experiências individuais e sociais dos participantes. Para além disso, este método foi usado, na segunda metade da década de 1970, porque a formação mais explicitamente política era clandestina.

As obras de Paulo Freire (em particular a *Pedagogia do Oprimido*) possuem um caráter explicitamente político, com uma conotação polissêmica, gerando uma multiplicidade de práticas educativas, cujos protagonistas, ainda que movidos por intenções e projetos políticos - ideológicos distintos, incorporam alguns aspectos específicos de seu método, em suas práticas pedagógicas (MANFREDI, 1996, p. 181).

Paulo Freire dedicou seus estudos à alfabetização das camadas populares e seu método consiste numa leitura “circular” do aprendizado, onde o ato da educação é um condutor do aprendizado. Diferentemente do professor tradicional, aqui o educador seria um coordenador do aprendizado. Sua tarefa seria estabelecer um diálogo do conhecimento com a realidade do “educando”, ou seja, a vida cotidiana das pessoas é considerada relevante à educação e passa a ser seu ponto de partida.

A perspectiva dialética do método de Paulo Freire tem a mesma matriz católica do “ver, julgar e agir”. Ambas se fundamentam numa ideia de educação na qual “temas geradores” são elencados e refletidos pelos educandos, de modo que assim os educandos seriam capazes de desenvolver soluções conjuntas para as suas demandas. A “educação libertadora”, portanto, é concebida apenas na história dos próprios homens que a vivem: quando toma sentido real no cotidiano dos aprendizes (FREIRE, 1967).

Para tal, os temas são divididos em subunidades de conteúdos e de historicidades, ordenados na forma de um roteiro. A escolha do tema, bem como a sua ordenação, é tarefa do professor ou “formador reflexivo”, que traduz as situações colocadas pelos educandos para o processo coletivo de ensino-aprendizagem. As “palavras geradoras” e os “círculos de cultura”, utilizando os termos de Freire, são os lugares dialógicos do método, nos quais todas as realidades e vozes possuem lugar na construção de uma realidade coletiva ou “libertadora”. De igual forma são os lugares pelos quais o processo de formação, progressivamente, vai dando novo significado à realidade do educando e, gradativamente, dando novo significado ao aprendizado coordenado.

Dado que o caminho de transformação da filosofia espontânea para a crítica é feito a partir da formação intelectual (GRAMSCI, 2011), a metodologia de Paulo Freire em muito contempla as proposições de uma formação que pretende garantir uma hegemonia política: o método freiriano permite criticar a realidade nas suas diversas dimensões. Sob outra perspectiva, os ‘educadores reflexivos’ cumpririam a função de mediação como a que sugere Neves (2008), posto que a sua ação seria a de coordenar as distintas realidades dos educandos, no sentido de engendrar uma linguagem universal.

José Francisco da Silva ainda nos relatou que teve dificuldades na sua trajetória de formador do MEB, pelo contexto político, pela própria dinâmica das atividades de formação e pela dinâmica de trabalho como canavieiro. Em grande medida, suas dificuldades residiam no fato de diversos trabalhadores participantes dos seus cursos não terem vínculos com os engenhos, indo trabalhar nos locais que lhes pagassem um pouco melhor. As dificuldades eram agravadas por conta da sazonalidade das épocas de chuva e seca na região. Segundo suas palavras, as atividades do MEB (a rádio, mas também as atividades presenciais) e as instalações das escolas radiofônicas, por vezes dependiam da própria dinâmica de trabalho de seu monitor. “[...] cada monitor tinha que deixar um companheiro de apoio, um auxiliar para continuar naquele período [período de trabalho no canavial] ”.

No ano de 1961, José Francisco da Silva se mudou para o município de Vicência, para trabalhar num engenho. Sobre o episódio, ele lembra:

Levei minha família para lá. E levei também minha escola radiofônica, o meu rádio. [...] A escola do MEB. Fui pra lá e instalei a Escola. Tinha uns trinta, quarenta alunos. E o pessoal de Nazaré, da diocese, era muito ligado à gente. Iam lá, supervisionava. Fazia reunião de avaliação, discussão de como estavam indo as Escolas. E implantando também em outros engenhos. E é nesse momento que começa a surgir o Movimento Sindical [Rural]. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

O trecho acima ilustra que a prática de formação política empreendida por estes formadores não foi ausente de sacrifícios e desafios, na esfera de vida familiar, econômica, social (sobretudo, levando em conta a violência exercida pelos setores dominantes). A criação de uma “fé política”, que culminou no surgimento do MSTR, contou com um trabalho árduo e molecular de divulgação de pensamentos e conhecimentos.

O relato de José Francisco da Silva ainda nos ajuda a entender alguns aspectos do processo de formação destes sindicalistas em um grupo opositor à direção interventora. O dirigente nos expôs que no início de 1962, Euclides Nascimento⁵¹ o teria procurado em Vicência durante uma reunião (que era uma missa) e proposto a ideia de organizar um sindicato. Na ocasião, foi citado o nome de José Francisco da Silva para o cargo de delegado da região, por conta das suas ações com o MEB. Após o período em Vicência, José Francisco da Silva teria voltado e organizado o sindicato em Nazaré da Mata, que abrangeu mais do que o município de referência⁵². Diante do cenário da criação de um sindicato, o proprietário do engenho no qual José Francisco da Silva trabalhava teria “aceito” a sua institucionalização porque ele era católico e tinha ações mais próximas às da Igreja, e, com isso, o “perigo” da chegada das Ligas Camponesas ao local estaria afastado.

José Francisco da Silva ainda apontou que os sindicatos foram fazendo suas lutas a partir de cada engenho, com base em ações para reivindicar direitos trabalhistas e na mediação das demandas do trabalhador rural com o proprietário, diante do contexto de repressão. Possivelmente, a expansão do número de sindicatos na região e a emergência de paralisações e manifestações foi um resultado desse tipo de empreendimento. A expansão, junto ao crescimento das Ligas Camponesas acirrou o clima de tensão no campo, na época⁵³. Sobre o procedimento para a escolha das lideranças sindicais rurais no início da década de 1960, José Francisco da Silva comentou:

Agora, essa questão da formação que você diz... Você não escolhe o delegado por acaso. Havia encontros, havia capacitações. Esse pessoal, esses delegados: Qual o papel do delegado? Porque ser delegado? O que

⁵¹ Euclides Nascimento foi fundador e presidente da Fetape. Conhecido como Chiquinho, atuou no sindicalismo rural durante toda a década de 1960 e 1970, e, junto a José Francisco da Silva, organizou a retomada da Contag, em 1968. Também foi atuante na organização das campanhas salariais, em 1980.

⁵² Estendendo a Vicência, Carpina e Pau d’Alho. De acordo com sua fala, essa forma de sindicato ocorria na época porque havia poucas lideranças que pudessem organizar sindicatos a nível local.

⁵³ No ano de 1963, houve a greve geral de canavieiros na região nordestina. Sobre isso, José Francisco da Silva relata que houve um acordo em Pernambuco, que contou com apoio de Francisco Julião, dos sindicatos ligados à Igreja, do PCB (Gregório Bezerra), além do apoio do governador Miguel Arraes. O acordo acabou se tornando um instrumento de orientação para as lutas dos trabalhadores rurais na busca de melhores condições de trabalho.

estava se defendendo? Essa questão do projeto. E isso o patrão não abriria mão com facilidade. Tem que ser na base da organização e da luta. Esse foi um período muito efervescente e muito bom. Agora, durou pouco. Para você ver. Em 1961, 1962... em 1963 já foi fundada a Confederação, que foi reconhecida no final de 1963, mas foi fundada antes. A Contag: a preocupação da criação da Contag a nível nacional, dessa entidade nacional. Isso foi muito bom, mas o tempo era muito curto. Foi muito acelerada, as coisas. E o trabalho do MEB, de educação de base, que já falei a questão do... A Igreja tinha um segmento muito importante. Por sinal o Betinho era o líder nacional, que era da AP – Ação Popular. Existia no estado do Pernambuco e a nível nacional era o Betinho. Era uma Igreja progressista, que o que havia de diferença aí, era que era um trabalho a partir dos engenhos, a partir das pessoas, a partir das lideranças. Não de cima para baixo. E também se colocando no sentido de ver quem são os verdadeiros amigos dos trabalhadores e quem são os inimigos. Em outras palavras quem está no nosso lado e quem está contra a gente. Agora, dentro de uma formação progressista, cristã, né. [...] Agora, o problema era o seguinte: com a Bíblia na mão eu vou pra guerra. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

A seleção dos delegados também ocorreu a partir de provas. A fala sugere que a entrada de pessoas nas atividades de formação, bem como sua seleção para delegado, provinha de numa negociação com seus patrões. Sob um contexto repressor, as diversas formações, sobretudo as de matriz marxista, ocorriam, em sua maioria, na clandestinidade: essa situação condicionava o público, restringindo a escolha daqueles que frequentariam os cursos mais voltados para a formação de lideranças.

Se em termos gerais a formação política pré e pós-golpe empreendida pela Igreja era entendida pelo Estado civil-militar ou segmentos dominantes como “apolítica” e com objetivo na “ajuda aos pobres”, ou era entendida como uma formação política para o afastamento das concepções comunistas, ela também foi uma formação política para a organização das lutas das classes subalternas. Sobre as matrizes discursivas que substanciaram a formação sindical e que deram base ao sindicalismo como um todo, Manfredi (1996) salienta que as formulações marxistas, em maior ou menor grau, foram absorvidas por grupos de educação de base e treinamentos pastorais. Assim, a organização da Confederação, das Federações de Trabalhadores Rurais (Fetags) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STTRs) não se deu sem uma formação política anterior, muito embora esta tenha sido realizada dentro de estratégias complexas e a partir de diversas concepções, matrizes discursivas e atores em disputa pelas forças políticas, ao longo do tempo.

A ideia de mudança da direção da Contag surgiu a partir de encontros formativos, que gestaram uma constatação por parte das lideranças de que a Confederação estaria subordinada ao Ministério do Trabalho e aos militares. Sobre a retomada da Contag, José Francisco da Silva nos disse:

Quando a federação de Pernambuco (Rio Grande do Norte também, que era uma federação atuante); federação da Paraíba, que se apoiou muito no pessoal da Diocese, de Dom Zé Maria... Quando esse pessoal viu que a linha da Contag estava destoando... Quer dizer, ela era civil, mas era dos militares e querendo sufocar essa retomada da luta dos trabalhadores. Era assistencialismo. Cursinho aqui, cursinho ali, de fabricar, corte costura. Mas só. Que se dê corte e costura, mas que se estabeleça uma linha de

conscientização nesses cursos. E aí veio a luta pela retomada da Contag [...] Eles [os militares] não se interessavam por cursos não. Era uma linha de fazer encontros, para discutir muito mais o respeito ao regime do que a retomada da luta de classe dos trabalhadores. O importante era dominar pelo Ministério do Trabalho. E o pessoal começou a questionar isso. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

As entrelinhas da fala acima corroboram com a afirmação de que a formação política adotada pela direção de José Rotta se interessou pelo uso dos cursos como um espaço de forjar concepções políticas: os de “corte e costura” eram aqueles provenientes em parceria com organizações do Estado e classes dominantes (a exemplo dos cursos do Sesi/Senai) e se voltaram para a afirmação da concepção de concordância política da Confederação com o regime ditatorial.

Os encontros de formação que deram corpo à construção de uma chapa de oposição à direção de José Rotta ocorreram durante as reuniões convocadas pelo mesmo. Eram encontros paralelos aos convocados pela direção interventora, que ocorriam em espaços alternativos tais como as dependências dos hotéis nos quais ficavam hospedadas as lideranças.

Estes encontros eram pequenos e contavam com poucos participantes. Entretanto, José Francisco da Silva lembrou esses espaços como sendo de formação política, no sentido da construção de uma ideia de oposição à Rotta: locais de ‘socialização e aprendizagem’, para usarmos as idéias de Fillieule e Pudal (2010)⁵⁴, da realidade dos agricultores das regiões do Brasil.

Uma das decisões tomadas nessas ocasiões foi a de que a federação de Pernambuco encabeçasse a chapa de oposição – na época com Euclides Nascimento como presidente e José Francisco da Silva como secretário. Para José Francisco da Silva, essa nomeação teve relação direta com o fato de ele sempre se manifestar nos encontros (ou seja, de ser uma liderança com certo *habitus político*⁵⁵ confiável). Na sua fala,

Na época, eu tinha 28 anos, 29 anos incompleto. Eu comecei novo a vida, né? Eu disse: é um desafio, eu posso até aceitar, desde que vocês se comprometam com a gente nessa linha da gente preparar um grupo, uma equipe, preparar um programa e lutar para melhorar o trabalho da Contag. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

Após a retomada da Contag, a nova direção se voltou para um programa de preparação de grupos para assumirem as ações de lutas da instituição. Realizou-se em Petrópolis-RJ o Seminário de Integração dos Programas da Contag, delegacias e federações, que contou com dirigentes do sistema Contag, inclusive com dirigentes de estados e regiões que ainda não possuíam federações.

Além da intenção na expansão do sistema Contag, através da criação de novas federações e de novas delegacias, a programação do encontro trouxe pautas voltadas para a criação de uma atividade de formação mais consolidada. O Plano Integrado de Educação Sindical partiu do entendimento da formação política como um instrumento garantidor da unidade política do MSTR, diante da divisão política ocasionada pelo processo eleitoral da Confederação, em 1968.

⁵⁴ Lembrando que para os autores, o processo de aprendizagem forja pontos de relação dos militantes ou candidatos à militância com a organização de referência, imprimindo nestes sujeitos condutas e categorias de pensamentos.

⁵⁵ Bourdieu (1989)

Com base no conceito de mediador de Neves (2008), podemos entender que a Contag preocupava-se, quanto aos formadores desta educação, em ter “mediadores profissionais”⁵⁶, a partir do aperfeiçoamento de uma equipe educacional que traduziria para o sistema as propostas da direção. A Contag formou uma equipe de educação da Confederação, que seria “multiplicadora”, ou, responsável por formar dirigentes educadores nos estados e municípios. Esta equipe realizou 11 encontros, que ocorreram principalmente nos estados do Nordeste, em Pernambuco, Sergipe, Ceará, Paraíba, Bahia.

A formação política desempenhada pela Contag no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 manteve alguns temas encontrados na formação da direção de José Rotta, como o cooperativismo, a profissionalização técnica do campo e a administração sindical, mas também a estas preocupações se agregaram outras, mais explicitamente políticas, tais como o conhecimento da história e da realidade do Brasil, a estrutura agrária do país e dos respectivos estados, a reforma agrária, o desenvolvimento, a valorização do camponês e as formas de uso e a posse da terra, o crédito fundiário, a legislação agrícola e o desenvolvimento comunitário, a história do sindicalismo.

A metodologia dos cursos fundamentou-se nas matrizes católicas: foi desenvolvida a partir do “diálogo” e a partir do engajamento dos participantes em tarefas de formação e de ações sindicais. Sobre a formação política desempenhada pela Contag nesse momento, José Francisco da Silva nos relatou:

É aí que surge, nessa programação toda, nesse trabalho de 1968, final de 1968, a partir de 1969... é que vem essa escola de formação⁵⁷. A escola de formação já existia, que eram os cursos que se davam em vários estados. Mas como unificar mais isso, dar forma a isso, dar organicidade a isso? Quer dizer: uma escola de formação da Contag, extensiva às federações, com programas de cursos, de capacitação de cinco dias no estado, três dias no município e vinte dias na Contag. Para discutir toda essa questão: o Brasil que a gente tem e o Brasil que a gente quer, análises de conjuntura, realidade brasileira, como é que estão os órgãos públicos e a serviço de quem, a questão da violência do campo, a Sudene. Na época eu me lembro: “Dez anos de Sudene para quem”. Esse era um dos assuntos. E também temas específicos: a questão do Estatuto da Terra, a questão da reforma agrária, a questão da política agrícola, a política diferenciada para o pequeno produtor, cooperativismo, organização sindical, como é que se organiza o sindicato, questão trabalhista, a questão da posse e uso da terra, a defesa da posse. Enfim, tinha um temário que era discutido nos estados. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

Essas temáticas eram elaboradas pela direção da Contag, pelas federações e também por sua equipe de assessores⁵⁸, que contou com atividades específicas de formação política. Vale destacar que a equipe de assessores da Confederação da época era envolvida com todas as funções e frentes de luta da Contag.

⁵⁶ Aqueles cujo papel era o de transmitir heranças culturais, ressignificar passados e amenizar diferenciações.

⁵⁷ José Francisco da Silva se refere aos cursos empregados naquele momento e contexto. Não havia “escola de formação”, tal como a existente hoje.

⁵⁸ Lembramos que desde o pré-1964, as lutas do campo contaram com mediadores, tais como os “doutores”: advogados e outros. Além de estes advogados possuírem um conjunto de saberes que lhes conferiam um *habitus e status*, utilizando-nos dos conceitos de Bourdieu (1989), sua mediação contribuiu com o rompimento do medo e da submissão, por parte dos agricultores.

A partir daí se tentou estruturar, em primeiro, o esquecer que houve uma oposição ou situação. E convocar todas as onze federações para pensar junto um programa de trabalho para melhorar esse quadro que o movimento sindical estava vivendo, que a Contag estava vivendo. Não foi fácil. E a equipe precisava de gente que tinha experiência comigo em Pernambuco. Convidei Zé Gonçalves, o próprio Romeu ⁵⁹ também, para dar um assessoramento (mas Romeu era temporário). O Crespo que era do Sorpe, também chegou a dar um certo assessoramento, mas também era temporário. Mais permanente era o Zé Gonçalves ⁶⁰. E buscar gente em outros estados, o pessoal de esquerda bom danado. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

Além de lideranças e assessores ligados aos sindicatos e à Igreja progressista, esta assessoria também contou com pessoas ligadas à Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) ⁶¹. Para além da Abra, a assessoria da Contag contou com estudantes, chamados por conta de seus conhecimentos específicos e por serem lideranças estudantis com afinidades com a luta do campo. Se as esquerdas se encontravam na clandestinidade e não podiam oferecer uma alternativa de educação político-sindical, ela, em certa medida, estava presente nas assessorias da Contag, contribuindo para a definição do projeto sindical das lideranças que, em 1968, assumiram a sua direção (TAVARES, 1992).

Os cursos ocorriam da seguinte forma: havia os cursos regionais e os estaduais e em ambos eram tiradas delegações para participarem dos nacionais, em Brasília ⁶². Os professores eram da própria equipe da Contag e das federações, além dos assessores e pesquisadores que possuíam afinidades ao MSTR.

Para Medeiros (no prelo), a nova diretoria se envolveu num esforço de elaborar diretrizes políticas para a sua atuação, fundamentando-se na procura pela Contag em se estabelecer como uma entidade de representação política dos trabalhadores rurais, na organização da ação sindical em sua base e na garantia de ser ela a entidade de mediação entre a classe e o Estado. Isto, a partir da formação de ações e concepções.

Os cursos começaram a se difundir através do patrocínio do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil) ⁶³. Contudo, a direção da Contag,

[...] também se cercou de assessores das mais diferentes origens políticas que foram amalgamando tradições de esquerda e da Igreja e produzindo uma diretriz política que tinha a apropriação da lei em defesa dos

⁵⁹ Luiz Romeu Cavalcanti da Fonte era advogado e atuou na Fetape e na Contag durante os anos 1970 e 1980.

⁶⁰ José Gonçalves da Silva foi assessor da Contag durante o período de 1968 a 1988.

⁶¹ Esta organização não governamental foi criada em 1967 e foi intimamente articulada com o sindicalismo rural. Ao longo dos anos 1970, a Abra foi um canal significativo de manutenção dos debates sobre a reforma agrária, constituindo-se como um espaço de intervenção, crítica e denúncia das questões ligadas ao campo (MEDEIROS, 1993).

⁶² Os cursos ocorriam na então sede da Contag, no Rio de Janeiro. Em 1972 a Contag se transferiu para Brasília e lá inauguraram o Centro de Estudos Sindical Rural (Cesir), embora sua atividade de formação política naquele momento fosse realizada em Taguatinga, uma região de Brasília.

⁶³ O Iadesil, fundado nos Estados Unidos no ano de 1961, oferecia cursos para sindicalistas rurais e urbanos, visando formar dirigentes para um sindicalismo mais distante dos ideais de esquerda (MEDEIROS, no prelo). No Brasil, seus cursos eram realizados por meio do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), por sua vez, fundado em São Paulo em 1963, com o apoio do Iadesil. Manfredi (1996) traz que o ICT surgiu em função de interesses recíprocos entre o governo e o patronato americano e o Iadesil foi o seu órgão fiscalizador. De maneira geral, os cursos do Iadesil trataram de temas como administração sindical, legislação trabalhista e outros.

trabalhadores como principal mote. Assim foi desenhada uma estratégia voltada para a demanda por reforma agrária e direitos trabalhistas, com base no Estatuto da Terra e no Estatuto do Trabalhador Rural, ao mesmo tempo que divulgava entre os dirigentes, parte deles bastante inexperientes, a ideia de que os trabalhadores tinham direitos, assegurados em lei. Para tanto, valeram-se de diversos instrumentos, sendo um dos mais importantes o *Boletim O trabalhador Rural*.” (MEDEIROS, no prelo. p. 12)

Além de terem sido espaços de formação os cursos também foram espaços de sistematização de experiências, divulgadas nos boletins da Contag, que iam para as direções sindicais municipais, como explica José Francisco da Silva:

Os cursos eram assim. A turma fazia aquela amizade de noite, brincando e lá vai, trocando ideia, uns perguntando como era o seu estado, enfim, havia aquela convivência ali e disso tudo se tirava um resumo para o Boletim da Contag. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

O Boletim *O Trabalhador Rural* teve por meta instrumentalizar os dirigentes mais próximos das bases sobre a sua organização sindical, levando a estas direções as propostas retiradas pela direção nacional, com base nas discussões dos encontros de formação.

Em suma, o Boletim ⁶⁴ foi parte da medida de reorganização e repolitização da direção da Contag. “Você vê que boa parte da revista da Contag tinha sempre esses aspectos: análise de conjuntura, questão agrária, questão trabalhista. Eram os temas refletidos nos próprios cursos”, nos declarou José Francisco da Silva.

Trazemos como exemplo o boletim *O Trabalhador Rural* de 1969 (ano próximo da entrada da nova direção). Nele há a matéria “Educação: um objetivo a atingir” que traz uma reflexão sobre os objetivos da direção com a prática de educação sindical (formal e política). A matéria define como precária a condição de vida do trabalhador rural e segue com um debate sobre a importância de se reivindicar uma educação formal para os trabalhadores. Contudo, afirma que a educação é um instrumento válido “de conversão do homem inconformado e sem força de reação em homem ativo e propulsor do próprio desenvolvimento”. (CONTAG, 1969, p. 16). A matéria ainda afirma ser necessário que se dê ao trabalhador o conhecimento da sua realidade, para, deste modo, poder “ ‘julgá-la e criticá-la’ e ser capaz de tomar ‘a sua própria ação’ ”. (p.17). A busca pela transformação desta realidade contestável precisaria da socialização das distintas visões dos trabalhadores e suas lideranças, a partir de uma linha de comprometimento comum. Essas afirmações mostram que a base formativa era calcada em vertentes católicas: a ideia de que a formação “dá ao homem conhecimentos da sua realidade” porque ela promoveria a esse homem capacidades de “ver, julgar e agir” sobre esta realidade.

É no contexto do estabelecimento do sindicato único com base municipal, quando houve a congregação da diversidade de sujeitos sociais do campo na categoria genérica de “trabalhador rural” (NOVAES, 1991), que a nova direção da Confederação construiu um discurso específico do MSTR, com ênfase na sua autonomia frente aos partidos mais combativos (por ora banidos) ⁶⁵, à Igreja e ao Estado. Para Ricci (1999), um aspecto

⁶⁴ Um dos espaços da Revista chamava-se “Conversa de Caboclo”, no qual havia histórias elaboradas pela equipe técnica da Contag e assinadas com nomes fictícios, que versavam acerca do cotidiano dos trabalhadores rurais.

⁶⁵ Havia partidos aceitos pelo estado: a Arena e o MDB.

presente nas lideranças que marcará a cultura sindical no pós-64 é a “apologia aos dirigentes”, com forte centralidade política e hierarquização da ação sindical. Vale salientar que além do esforço formativo que subsidiava essa centralidade, a legislação existente também condicionava o fortalecimento das instâncias superiores da estrutura sindical, em detrimento do poder das instâncias de base.

A reivindicação pelo cumprimento da legislação era a estratégia sindical rural de se fazer a luta, mas também era uma forma de reerguer os sindicatos e de mantê-los enquanto entidades representantes dos trabalhadores rurais. Dado o contexto de intervenções no sistema sindical rural e diversas prisões de diretores, e dado o mosaico de agentes políticos que compunham as diretorias dos sindicatos, o “ritual legal” como *habitus político*⁶⁶ da prática sindical criava uma cultura sindical com sentido para as altas direções da estrutura, muito embora tais rituais não impedissem a autonomia das lideranças de base. Segundo Ricci (1999), a prática sindical disseminada anteriormente à fundação da Contag

[...] generalizou-se e deu coerência a uma prática sindical nacional, recuperada no pós 64. É nesse sentido que são tomadas aqui como legado da prática sindical instituída no campo até o final da década de 1970, quando emergem novos movimentos sociais no campo (p. 80).

No quadro, o projeto político sindical que se forjava na estruturação da Contag trazia heranças do período anterior:

A Reforma Agrária e a defesa dos direitos trabalhistas passaram a ser as principais bandeiras do sindicalismo rural. Essas duas bandeiras traduziram a leitura que esse sindicalismo fazia do conflito agrário no período e unificaram pelas duas décadas seguintes as reivindicações dos trabalhadores rurais. (FAVARETO, 2006, p. 31)

As experiências adquiridas nos conflitos eram socializadas e debatidas através de reuniões e encontros de formação (locais, regionais e nacional) e uma das estratégias de luta que foi fruto desses encontros foi a de fazer ações coletivas para dar entrada na justiça. Ao comentarmos sobre isso na entrevista, José Francisco da Silva lembrou as lutas feitas pelos sindicatos de Pernambuco:

Ao invés de você fazer uma petição individual, ou seja, cinquenta petições, cinquenta processos, você fazia um processo só envolvendo as cinquenta pessoas e dava entrada na justiça. Aí tinha que ser uma tentativa de acordo e um julgamento só. A gente achou esse caminho com os advogados ligados ao movimento sindical. E deu muito resultado. Resultado porque abarrotamos a justiça de trabalho de processos. E era uma forma dos sindicatos sentirem que estavam defendendo os trabalhadores, lutando pelos trabalhadores. [...] Eu me lembro até do pessoal do Museu Nacional, que estava fazendo pesquisas de campo: as condições do trabalho do campo, a questão do pequeno agricultor, a questão do cambão. Então, a universidade... Moacir, Lygia, fazendo essa pesquisa lá, em Pernambuco. Palmares, aquela região toda, Carpina. E sentiram isso, que, na realidade, havia uma organização ali importante, que abarrotou esse trabalho de processo. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

⁶⁶ Bourdieu (1989).

O relato evidencia o fato de que, em algum grau, nesse momento havia a aproximação de alguns acadêmicos com a Contag e sua formação política ⁶⁷. Essa aproximação citada na fala, especificamente, se deu no início dos anos 1970, por conta de um trabalho coordenado pelo professor Moacir Palmeira, intitulado “Trabalho e Emprego”, realizado em Pernambuco.

Para Novaes (1991), nos anos 1960 e 1970, a prática sindical foi marcada pela prudência, a partir de denúncias feitas pelas organizações às autoridades. A diretriz era “fazer cumprir a lei vigente”. Favareto (2006) e Medeiros (1989) argumentam que esta face foi que possibilitou à Contag dar visibilidade institucional aos conflitos, além de ampliar sua malha organizativa. No entanto, vale a ressalva de que as formas de luta no país eram múltiplas e não necessariamente seguiam o modelo apresentado por José Francisco da Silva.

1.3 A formação política da Contag e a consolidação da unidade sindical

As novas lideranças tentavam reorganizar o sindicalismo rural no país com base nas bandeiras enraizadas ainda no pré-64, como a defesa dos direitos trabalhistas, a demanda por reforma agrária e a previdência social. Empossada, a nova diretoria se preocupou em criar um instrumento capaz de garantir a unidade do MSTR, diante da divisão política revelada no processo de fundação e intervenção da Confederação. A bandeira da Reforma Agrária foi retirada como capaz de promover essa unidade, e isso em muito se daria a partir da formação política. A revista da Contag que versa sobre os seus 40 anos de existência, ao relatar sobre este período, nos revela isso.

A formação de líderes era essencial para o futuro do MSTR. Por meio de cursos sobre a realidade brasileira, legislação trabalhista, agrária, agrícola, cooperativismo e de organização sindical, a Contag iniciou um contínuo trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais sobre os seus direitos, qualificando-os para a luta cotidiana [...] Enquanto as outras confederações urbanas existentes tinham dúvidas entre resistir ou aceitar a intervenção no movimento sindical, a Contag optou pelo enfrentamento ao poder econômico e político em uma de suas principais bases: a democratização da terra e a organização política dos trabalhadores rurais, por meio da formação de lideranças. (CONTAG, 2003, p. 20).

Palmeira (1985) sinaliza que a nova direção da Contag “puxou” o MSTR através da criação de novos sindicatos e da sindicalização em larga escala, implantando o movimento a nível nacional. Ainda para o autor, o MSTR é castigado pelas várias intervenções em sindicatos e federações, contudo, também o é quando o governo federal transfere aos mesmos a realização de serviços assistenciais. Com efeito, em 1971 foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, conhecido como Funrural, cujas ações se voltavam para a aposentadoria, pensão, serviços de saúde, serviços sociais, etc. Em julho daquele ano uma resolução ⁶⁸ direcionou a vinculação do convênio às entidades de classes. O fato criou uma situação ambígua, que leva a imagem sindical a se vincular ao Funrural e à prestação de serviços dele decorrentes.

Numa esfera com grandes carências, como o caso dos trabalhadores rurais, em alguns locais os sindicatos se tornaram de fato agências assistenciais. Vale destacar

⁶⁷ No final da década de 1970, Moacir Palmeira (Museu Nacional/ Rio de Janeiro) foi contratado como assessor da Confederação, vinculado à área de formação política.

⁶⁸ Lei complementar nº 11 de 27/05/1971, DOU 223, de 25/11/1971, seção 1, parte I.

também que em muitos municípios, políticos locais buscaram fundar sindicatos para capitalizar votos. Em outras situações, a prestação de serviços assistenciais foi uma estratégia de aproximação dos trabalhadores aos sindicatos e de realização da educação sindical (MEDEIROS, 1989): por este prisma é que podemos entender o fato do MSTR ter “aceitado correr o risco” (PALMEIRA, 1985) dessa transferência de imagens, objetivando o aumento da sindicalização e o evitar que políticos locais acabassem por tomar o controle dos sindicatos. Ao cabo, no período de 1970 é notada uma expansão expressiva do sindicalismo rural (TAVARES, 1992; NOVAES, 1991; RICCI, 1999; FAVARETO, 2006).

Entretanto, o esforço de estabelecer uma hegemonia não foi homogêneo entre as regiões, e por vezes se deu sob muita tensão. Em outra parte, as intervenções nos sindicatos se deram de maneira diversificada e em ritmos distintos. Embora este ponto não seja o foco de nossa investigação, destacamos que este é um mapa que ainda precisa ser delineado, para com ele podermos aprofundar nossos estudos acerca das maneiras sobre as quais formação política contaguiana se deu.

Medeiros (1989) aponta que se por um lado a proliferação de sindicatos, num período de desmobilização, contribuiu para acentuar a heterogeneidade do sindicalismo nesta época, por outro, conflitos que emergiam acabavam tendo que ser traduzidos pelos sindicatos. Tentando dar direção a esse complexo quadro interno, dentro de uma conjuntura adversa, realizou-se o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, convocado pela Contag, em 1973.

Para Medeiros (1989), o Congresso

[...] implicou na reordenação de alguns aspectos da ação da entidade, merecendo destaque a preocupação com o mapeamento da realidade sindical de cada estado e a ênfase na formação política, com a constituição de equipes educacionais, quer na própria Contag, quer em diversas federações. O trabalho educacional parece ter sido o ponto nodal da atuação da Contag no período que se abriu após o II Congresso, entendendo “educacional” no seu sentido amplo: desde desenvolver uma concepção sobre o que é sindicalismo até noções práticas sobre como operar com os sindicatos existentes. (MEDEIROS, 1989, p.101)

Tal preocupação, ao contrário de romper com os princípios anteriores, os consolidaram no que Tavares (1992) chama de “sistema sindical articulado nacionalmente”⁶⁹. Medeiros (1989) assinala que esta preocupação com o mapeamento da realidade sindical e a ênfase na formação política consolidava-os na medida em que, para a Contag, o investimento educacional aparecia como uma vertente no fortalecimento do MSTR para torná-lo representativo.

Realizadas pelos assessores e dirigentes da entidade, a partir de instrumentos como os cursos e as publicações, a ação pedagógica da Contag tentava construir uma linguagem e uma concepção comum: a de que os trabalhadores rurais necessitavam conhecer seus direitos para assim se organizarem de modo a obter seu cumprimento. A formação política orientava os dirigentes sindicais rurais a buscarem aquilo que conforme a legislação poderia ser acionado no calor dos conflitos. Para Palmeira (1985), o fato de esta ação ser ministrada em cursos para lideranças denota uma marca de visão pedagógica originária da Igreja: a ideia de que é necessária a conscientização dos trabalhadores para que haja ações.

⁶⁹ Tavares (1992) afirma que tal dimensão política da Contag a diferenciou das demais confederações de trabalhadores do país durante o regime militar. A diferença estava justamente na sua articulação das bases sindicais desde Brasília.

Essa estratégia de “prudência” em relação ao Estado (NOVAES, 1991), traduzida na “luta pelos direitos”, é percebida no relato de José Francisco de Silva, quando este versa sobre as negociações feitas com o Ministério do Trabalho para a realização do congresso, dado o cenário de ditadura:

Aí veio o Congresso de 73 e foi um “deus nos acuda”. Já tinha um andamento bom, já tinha 15 federações, mas a ditadura do AI-5, a ditadura do Médici foi um “deus nos acuda”. Queriam proibir a discussão dos temas, da reforma agrária, da análise de conjuntura. Eu nunca ia só para as reuniões com o Ministério do Trabalho. Sempre ia cercado de duas ou três pessoas comigo, entendeu? Tanto da área de formação como da área jurídica também. Eu disse: Olha, o Congresso vai ser realizado. A gente trabalha com base na lei, na constituição, no Estatuto da Terra, no Estatuto do Trabalhador Rural. Está aí. Enfim, tudo que nós faremos está na legislação. Agora, deixar de discutir esses assuntos, não. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

Se por um lado a prática de formação política estava sob a condição de censura, por outro lado, ela foi um instrumento através do qual a Contag articulou suas ações internas. Pelo relato é possível identificar que a formação sindical serviu como um campo de disputa política⁷⁰ no qual a Contag disputou forças com outras concepções sindicais vigentes, bem como disputou forças com o Estado (Ministério do Trabalho), quanto àquilo que deveria “ser dito ou não dito” nos espaços de organização e de deliberação da Confederação.

O II Congresso ocorreu em 1973 e delegou ao MSTR a efetivação de publicações e cursos para as lideranças, no sentido de potencializar o conhecimento dos trabalhadores rurais sobre noções de direitos e noções de administração sindical. Esta última teve como uma de suas metas potencializar a apresentação de novas chapas, para modificar quadros dirigentes não afinados às diretrizes do Movimento. O tópico intitulado Educação Sindical traz pontos que demonstram essa disputa, à luz de resoluções em dois eixos: a educação formal e a formação “militante”.

Os Anais do Congresso afirmam ser baixa a formação escolar do camponês. Por conta, consideram que a organização sindical deve dedicar intensos cuidados à capacitação de suas lideranças, assumindo os treinamentos e capacitações nas instâncias formais de educação, tais como o ensino profissionalizante, as escolas e os colégios agrícolas. Igualmente, reivindicam a criação de uma Semana Sindical nas escolas formais, gestada pelas federações dos trabalhadores rurais. Tanto a Semana Sindical como as disciplinas escolares possuiriam materiais produzidos pela Contag e tratariam de temas como noções de associativismo, sindicalismo e cooperativismo, e também de temas como a legislação agrária, trabalhista e previdenciária. A delegação para sua formação neste âmbito calçou-se numa prudência com relação aos espaços e conteúdos geralmente utilizados pelo Estado: as escolas formais e técnicas; os temas acerca do desenvolvimento rural e da organização sindical.

Na pauta referente à formação política observa-se o incentivo para uma maior integração entre os dirigentes e os trabalhadores, através de uma ‘unidade de linha de ação’. Para cumprir esse objetivo, dentre outros, planejou-se elaborar programas de formação destinados à família do trabalhador rural, além do incentivo à integração da

⁷⁰ Como visto, o campo político é aquele campo cujas lutas se fazem sentir por intermédio da relação que os mandantes têm com seus mandatários (BOURDIEU, 1989). No caso acima, os mandantes são a Contag e o Estado civil-militar, e os mandatários os trabalhadores rurais.

juventude rural na ação sindical ⁷¹. Tal delegação mostra matrizes católicas, uma vez que os cursos e treinamentos levariam em conta as condições de vida e realidade dos trabalhadores para a organização sindical.

Em relação aos materiais didáticos, o texto cita como importante para as atividades de formação política a aquisição de mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que possibilitassem observar a divisão das áreas geográficas e dos setores produtivos fundamentais. Ao que parece, o uso deste tipo de material objetivava apresentar aos dirigentes um mapeamento da realidade do campo, para proporcionar reflexões acerca das produções, mas também acerca dos conflitos e estratégias de luta e organização sindical, a nível local e nacional. Além destes mapas, o Congresso ainda sugeria o uso de apostilas e outros materiais sobre legislação e associativismo, que seriam publicados pelos próprios sindicalistas e teriam uma linguagem de fácil interpretação, adaptada à realidade do trabalhador rural.

A preocupação com os sindicalistas também aparecia na avaliação de que nas suas ações havia pouca combatividade. Assim, a formação política teve por meta instruir dirigentes e assessores desde as bases, sendo sua estruturação periódica e acompanhada pelos sindicatos e federações. Destarte, as orientações do Congresso para as atividades de formação política priorizaram a formação de dirigentes e de equipes de educadores composta por indivíduos do próprio sistema Contag.

Os cursos de formação sindical ocorreram em toda década de 1970. No começo, a equipe educacional se deslocava para os estados para formar equipes nas federações. Entre 1975 e 1977, ocorreram em Brasília, encontros de avaliação destas práticas, orientados pelo planejamento de trabalho integrado entre as federações e a Contag. Em depoimentos encontrados na dissertação de Tavares (1992), observa-se que dentre os desdobramentos das ações educacionais houve a constituição de sindicatos, desencadeada por aqueles que frequentaram os cursos.

Apesar da repressão que assolou o MSTR, a Contag aprofundou seus esforços na formação sindical, voltando-se para a criação de uma “linha nacional” do movimento e para criação de quadros, diante da expansão sindical. Tratava-se, pois, de consolidar uma orientação política para o sindicalismo rural, a partir da formação de novas lideranças.

Externamente, a Contag administrava com prudência sua relação com o Estado militar. “Dizendo-se autônomo em relação à Igreja e às forças políticas, legitimava-se para tratar com o Estado questões específicas de seu mandato: os interesses dos trabalhadores rurais” (NOVAES, 1991. p. 178). Por outro lado, a necessidade de “improvisar em matéria de política”, em um contexto de ausência dos partidos de esquerda e setores combativos da Igreja (PALMEIRA, 1985) também pode ter sido um dos motivos do investimento neste tipo de educação. Para José Francisco da Silva, as atividades de formação política ocasionaram uma maior organização do movimento sindical,

Aí foi, mas felizmente o congresso [II Congresso] foi realizado, e tiramos uma série de propostas boas e partimos para lá. E a escola sindical continuando. Tanto é que a gente se preparou bem para o III Congresso, em 1979. O III Congresso já estava com uma estrutura boa para a organização sindical, e também já tinha uma consciência maior. E uma maior... do direito da classe, do trabalhador do campo, em 1979. E a necessidade dessa retomada ... da abertura política. [...] E aí, em seguida, no congresso de 1979, é só pegar os anais que você vai ver, foi a

⁷¹ No documento, ainda é possível encontrar um vínculo da formação política com a comunicação interna do sistema Contag.

retomada das lutas coletivas. (José Francisco da Silva, entrevista concedida a IMS no dia 19/03/2013)

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 marcaram a crise do regime militar, caracterizada por dificuldades econômicas, como também marcaram uma efervescência de lutas sociais no campo e na cidade, tais como a abertura partidária, a liberdade de imprensa, greves rurais e urbanas, reivindicações por melhores preços de produtos agrícolas, luta pela terra e emergência de novos atores na cena política do país.

Especificamente no meio rural, paralelo à consolidação do sindicalismo rural, também cresceu o espaço dos conflitos, e, em muitos destes casos, os sindicatos ficaram completamente a margem (MEDEIROS, 1989). Em geral, a diversidade de conflitos e as alternativas organizativas tencionavam a representação sindical da Contag quanto aos interesses dos trabalhadores rurais.

Dentre estes conflitos, movimentos e lutas ⁷², destacaram-se aqueles que aprofundaram críticas à política agrícola, sobretudo dentre os pequenos agricultores “integrados” ⁷³. Nesta época também surgiram os movimentos de seringueiros, frente aos sucessivos desmatamentos e violência, que ameaçavam sua continuidade social. A partir do início da construção das hidrelétricas, que gerariam a energia para as indústrias, dão-se desapropriações de áreas e resistência das populações atingidas. Novos personagens começam a emergir na cena política, como os “agricultores familiares”, os “assentados” e os “sem terra” (MEDEIROS, 2010). A luta pela garantia dos direitos e permanência na terra era o que os movia.

Como visto, a reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas foram as principais bandeiras erguidas pelo sindicalismo da Contag ao longo das décadas 1960 e 1970. O mais importante nesse processo foi que, enquanto estratégia e ação da Confederação, a reforma agrária “funcionou como o cimento” (PALMEIRA, 1985; NOVAES, 1991; TAVARES, 1992), tida como ideologia e ação política: se, por um lado, essa bandeira serviu para a Contag como uma espécie de costura, aglutinando os diversos segmentos sociais do campo em torno da Confederação e associando a identidade camponesa à luta dos assalariados, por outro serviu como política voltada à sensibilização do Estado, no sentido da efetivação do Estatuto da Terra ⁷⁴.

Também construiu-se neste tempo um padrão de ação sindical com pauta no cumprimento das leis. Cumpre dizer que o aparato institucional sindical restringiu a representação política sindical em torno da categoria dos “trabalhadores rurais” e em torno de um único sindicato, além de ter determinado as condições para o desenho do projeto político da Contag na época.

A unicidade sindical e a instituição do imposto sindical compulsório permitiram, a um só tempo, um impulso e uma limitação à constituição do sindicalismo rural brasileiro do período. A unicidade sindical instituiu a obrigatoriedade de representação do conjunto de segmentos do campo

⁷² Para mais detalhes sobre os conflitos e lutas, ver Medeiros (1989).

⁷³ Basicamente, são pequenos produtores, proprietários de terra e com mão de obra predominantemente familiar. No processo de modernização, foram levados a se especializar em determinadas mercadorias, conforme a demanda de alguma indústria, tornando-se integrados a estas.

⁷⁴ Muito embora a Contag defendesse a reforma agrária, suas ações tiveram por referências as Fetags. Por conta é que a Confederação apoiou em parte as ocupações: no Rio de Janeiro, a Contag apoiou a ocupação de São José da Boa Morte, que, por sua vez, contou com a participação da Fetag-RJ; contudo, as ocupações do Rio Grande do Sul não contaram com o seu apoio, uma vez que a Fetag do Estado não teve participação ativa no processo.

em um único sindicato, de base municipal [...] Já a cobrança do imposto sindical instituiu um mecanismo permanente de sustentação. (FAVARETO, 2006, p.31)

Tavares (1992) destaca que no final da década de 1970 ⁷⁵, a Confederação lançou um “projeto ambicioso”: 600 dirigentes se deslocaram em grupos sucessivos para Brasília, para frequentar um curso de vinte dias integrais. Os temas oferecidos abordavam questões da realidade brasileira, direitos trabalhistas, política agrária e agrícola; também nos temas evidenciam maiores preocupações com a história da pequena produção.

Os professores eram assessores da Contag, além de sociólogos, antropólogos e advogados chamados pela mesma, seja pelo seu conhecimento, seja pela sua afinidade: “ [...] era uma educação sobre o próprio sentido da Contag”. (TAVARES, 1992, p.127). Tal ação educativa, em última instância, garantiria a Contag como entidade representativa dos trabalhadores rurais. Tavares (1992) ressalta que os cursos em Brasília foram fundamentais para as lideranças que conduziram as ações sindicais posteriormente.

[...] os cursos tiveram efeito estruturante e o tônus nacionalizante da perspectiva sindical, a que induziam, foram muito importantes para preparar a etapa seguinte: as viagens a Pernambuco e a participação em lutas coletivas como nova estratégia de formação dos quadros. Os cursos parecem ter acumulado referências importantes para os passos seguintes. (TAVARES, 1992, p.127)

A Contag, já consolidada como uma importante referência nacional na cena política do campo no final dos anos 1970, voltou o encaminhamento das suas lutas para a realização das greves dos assalariados rurais: luta por salários, melhores condições de trabalho e pela aplicação da lei do sítio (TAVARES, 1992). Por outro lado, priorizou menos a luta pela terra nas suas propostas de ação política imediata. Todavia, a identidade camponesa sugerida no “modelo” pressupunha a identificação do trabalhador rural com a posse da terra. Isso é notório nas resoluções do III Congresso da Contag (1979).

O evento debruçou-se sobre temas como a conquista da cidadania rural e a reconstrução democrática do país (MEDEIROS, 1989); também a luta de resistência pela terra era facilmente percebida nos debates do Congresso, detectada no seu plenário, inclusive, pela voz de lideranças críticas ao sindicalismo contaguiano presentes (RICCI, 1999). Muito embora neste período, novos atores políticos na cena do trabalho rural não estivessem claramente delineados, as preocupações acerca do contexto político e da emergência destes novos agentes políticos foram evidentes. Ao cabo, nos anais do Congresso constou:

[...] uma grande preocupação com a participação da base sindical, o congresso propõe que se “amplie a organização do trabalhador através das delegacias sindicais, núcleos comunitários e equipes educacionais”, estas ganhando o estatuto de “elos de ligação entre a base e as entidades sindicais”. Pregava-se, ao longo das resoluções, a volta do sindicalismo à sua “verdadeira finalidade que é o papel reivindicatório”. A direção da Contag pressentia que aquele era o congresso da virada, da mudança do MSTR. Era o congresso da abertura política, da emergência de novas

⁷⁵ Em julho de 1978 ocorreu o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, durante o qual um grupo de dirigentes opôs-se à cúpula da CNTI, dando início a uma articulação, a Intersindical, liderada pela nova geração de dirigentes. Para Ricci (1999) este momento inicia um processo de formação de críticas ao sindicalismo vigente.

demandas e novas lideranças, gestadas nos anos de regime militar. (RICCI, 1999, p.163).

Intitulado de “Um marco na história da classe trabalhadora rural” e presidido por José Francisco da Silva, o Congresso buscou implementar um *habitus*⁷⁶ sindical em torno da reivindicação, diante das transformações sociais e políticas brasileiras: a ênfase nas lutas coletivas e na pressão direta, por um lado, a busca de alianças com organizações envolvidas na luta pela redemocratização e na defesa dos interesses populares, por outro (PALMEIRA, 1985).

Nisso, uma proposição tida nos Anais é a de que as direções contaguianas concentrassem ações voltadas para a centralização dos esforços – humanos e financeiros – na ampliação das informações a respeito das condições dos trabalhadores rurais: propõem a aceleração do processo de organização dos trabalhadores rurais, a partir da conscientização do trabalhador rural “de que sua libertação só acontecerá a partir de sua própria luta” e de que “o sindicato é do trabalhador e não da diretoria nem do Governo”.

Uma proposta que se mantém para a formação, em relação ao Congresso anterior, é a de que suas atividades englobassem a educação “formal” e política, bem como os espaços de divulgação do MSTR. Nas palavras dos Anais: “Educação não é só aprender o que se ensina na escola, mesmo porque este tipo de ensino é desvinculado da realidade do trabalhador” (p.131). Vêem-se influências da matriz católica na formação política deste momento. Também é perceptível que a proposta para tal educação mostra uma preocupação com a discussão do instante político nacional e com as ações do movimento sindical rural junto às “bases” (no caso, os sindicatos mais a nível local).

A ação de formação política delegada pelo Congresso (conjunta à ação da comunicação, cujos encarregados também participariam dos processos de formação) objetivou manter o sindicato como órgão de “representação, pressão e reivindicação”, através da capacitação do trabalhador com base na sua realidade. Ela envolveria delegacias, sindicatos, federações e a Contag em estudos constantes e coordenados, para que, com isso, multiplicasse seus participantes a partir de “quadros educacionais”. As atividades formativas permaneceram abordando temas como a legislação sindical, agrária, trabalhista e previdenciária, política agrícola e cooperativismo e permaneceram contando com diversos instrumentos: reuniões, cursos, Semana Sindical do Trabalhador Rural⁷⁷; recursos técnicos de comunicação como cartazes, gráficos, slides, álbuns, apostilas, jornais, revistas, livros elaborados em linguagem simples e dados estatísticos elaborados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)⁷⁸. Estes meios também serviriam para divulgar vitórias e fracassos obtidos pelo MSTR.

⁷⁶ Bourdieu (1989)

⁷⁷ A semana, que seria compreendida entre 25 de abril e 1º de maio agregaria, portanto, o dia do trabalhador, e dedicar-se-ia ao repúdio aos atentados à trabalhadores rurais, dirigentes sindicais rurais e pessoas que se colocam na sua defesa e à perpetuação da memória do campo, exaltando lideranças que na história, foram submetidas a prisões, assassinatos e torturas.

⁷⁸ O Dieese, criado em 1955, foi (e é) uma instituição que unifica associações sindicais, configurando-se num centro técnico de produção de dados para os sindicatos e num órgão de assessoria sindical e de formação de representantes políticos sindicais. Seu corpo profissional contou e conta com intelectuais, em sua maioria das áreas das ciências sociais, econômicas e jurídicas, com o papel de produzir conhecimentos no eixo “ciência-classe social”, indicando, a partir das suas pesquisas, formulações de projetos políticos e atividades para o sindicalismo brasileiro (CHAIA, 1992). Na leitura do autor, o Dieese nasce e funciona afastado da massa de trabalhadores, e, por conta “o pressuposto do pensar científico para o agir político”, portaria uma autonomia com relação aos seus diferentes grupos componentes. Com isso, teria a característica de ser um elemento de mediação na relação intelectuais/ trabalhadores e na relação entre estes.

Do ponto de vista da educação formal, o Congresso reivindica a inclusão de temas como o Sindicalismo e o Cooperativismo nos currículos escolares, sendo estes elaborados com a participação das entidades sindicais. Especificamente sobre o cooperativismo, consta nos Anais que um maior incentivo à prática poderia ser proporcionado pelos programas educacionais e, nisso, requerem a existência de um fundo destinado à educação cooperativista. Isso visava uma maior participação dos trabalhadores do campo nas ações sindicais da Contag e um maior esclarecimento e divulgação dos “verdadeiros princípios do cooperativismo”. Se em tempos anteriores o cooperativismo fora um espaço de entrada do poder estatal na formação dos trabalhadores rurais, as diretrizes postas pelo II e pelo III Congresso explicitam que tal espaço também foi utilizado como uma estratégia de formação política da Contag: através desse tipo de formação se deu um esforço da Confederação no sentido de reorientar à sua representação os agricultores mais de base.

A formação política também é encontrada nos tópicos referentes à reforma agrária e proteção possessória. Nestes pontos, as lideranças sindicais são orientadas a assumir a luta pela reforma agrária, buscando formas de conscientização, de organização, de motivação e de mobilização dos trabalhadores rurais para permanecerem na terra e resistirem a pressões, não aceitando desocupações e providenciando justificação judicial para a posse de suas terras.

Com isso, as propostas de ações de formação desempenharam um papel de amenizar as diferenças sentidas, seja dos sindicalistas contaguianos menos afinados às concepções provenientes da direção de cúpula, seja dos grupos dos agricultores críticos à Confederação. Outro exemplo é com relação ao debate relativo a estrutura sindical. As decisões do Congresso incorporam as críticas à estrutura e as direcionam à legislação brasileira. O Congresso argumentou que o atrelamento do sindicalismo ao Poder Público (ou à estrutura sindical, expressa na consolidação da CLT – título V.) estaria obrigando os sindicatos a uma postura “de cima para baixo”, não tendo como um ponto de partida as bases. Também os moldes aos quais estaria sendo aplicada a Contribuição Sindical daria ao Governo o poder de controlar e fiscalizar a aplicação do tributo, atribuindo aos sindicatos tarefas meramente assistencialistas, desviando-os de seu papel reivindicatório. A falta de autonomia dos sindicatos estaria sendo otimizada pelas leis de exceção como o AI-5 e a lei antigreve.

Em outra perspectiva, a formação deste tempo assumiu a função de amenizar as tensões entre base e entidade, redefinindo no calor das questões, aquilo que seria as necessidades do conjunto do MSTR. Com isso, há uma reorientação da Contag no sentido de reestruturar sua forma de representação política dos trabalhadores rurais, e, em decorrência disso, há a ênfase numa ampliação da formação para os trabalhadores de base: reflexo do processo de transformação no sindicalismo brasileiro e da diversidade que se expressou na base rural neste momento da iminente abertura. Sobre esta orientação, a formação política determinada pelo III Congresso assumiu o papel de ser um ponto de encontro e de “negociação” das distintas maneiras de conduções das lutas existentes no interior do sistema Contag, dando orientações para as lutas pela terra e dando uma relevante importância para as ações de greve, que veremos a seguir.

A diretriz pedagógica, se antes era a do “esclarecimento” dos direitos dos trabalhadores e da concepção de luta da Contag, agora passa a ser ainda mais “dialógica” – a se pautar na “teoria e prática” – passando a divulgar mais as situações de luta, de vitórias e de conflitos, através de encontros periódicos para estudo e trocas de experiências, com distribuição de tarefas e com etapas de avaliação.

Tal formação também teve relação com uma resolução do III Congresso: a entrada em cena dos quadros formados no período ditatorial e a organização forjada nesse período.

No entanto, Ricci (1999) afirma que justamente essa expectativa e seu contexto marcam o início de um período de crise de representatividade na Contag.

Durante o período de 1979 a 1985 (período entre o III e o IV Congresso), a Contag desenvolveu um programa de formação política extenso, envolvendo assessores próprios e do Dieese ⁷⁹, principalmente no que concernia a temas como negociação coletiva, campanhas salariais e política social. O programa contou com encontros e seminários destinados aos distintos segmentos da classe trabalhadora rural: assalariados rurais, pequenos proprietários, parceleiros, trabalhadores temporários, etc., além de atividades voltadas para os dirigentes nacionais, estaduais e de base. Os temas debatidos trouxeram assuntos mais afinados com os conflitos emergentes no tempo. Para além da legislação sindical, trabalhista e previdenciária, foram eles: a violência no campo, a organização jurídica, as eleições constituintes, os contratos coletivos e individuais de trabalho, os projetos governamentais voltados para o campo, a expropriação de terra e os conflitos ocorridos a partir da construção de barragens.

A greve dos canavieiros dirigida pela Contag e Fetape em outubro de 1979 representou, portanto, a estratégia de organização sindical da Confederação, ou o “modelo pernambucano”: ela foi realizada totalmente dentro dos parâmetros da lei de greve, vista como uma forma de evitar a intervenção do Estado nos sindicatos.

A luta pelos direitos envolveu principalmente os assalariados. O “morador”, personagem destes conflitos, não era mais o das lutas do pré-64: a moradia de “outrora”, aqui, teria sido realocada numa relação baseada no trabalho. A compreensão dos sindicatos para o contexto era de que a permanência dos agricultores nos engenhos era preferível à transformação destes em trabalhadores clandestinos, sem vínculo empregatício.

A retomada das greves com a volta da questão do sítio na região ⁸⁰ foi de extrema relevância. Por vincular o assalariado rural à luta pela terra, a retomada articulou a base social à política sindical (TAVARES, 1992) ⁸¹. Além disso, ainda segundo o autor, os dirigentes sindicais eram os únicos, na ocasião, com condições de romper a predisposição do trabalhador em recuar na luta diante das “ordens dos patrões”.

As experiências de greves se estenderam e em 1980 já eram vistas na Bahia e Minas Gerais. Em 1982 realizou-se a primeira convenção coletiva no Rio Grande do Norte que culminou em uma greve. No ano seguinte, no mesmo estado, outra greve eclodiu, ficando marcada pela violência patronal e policial. Em 1984, a Paraíba também se incorporou às lutas e em 1985 outra mobilização ocorreu no estado, também marcada pela repressão. “Sob essa perspectiva, sem dúvida os movimentos grevistas nordestinos acabaram por fortalecer o verticalismo sindical e realçar o papel central que a Contag neles assumia” (MEDEIROS, 1989, p. 130). Contudo, o contexto político e a emergência de

⁷⁹ “O Dieese e a Contag contribuíram para a formação de novos quadros dirigentes e intermediários das instâncias mais institucionais do movimento sindical, sendo a primeira no âmbito urbano e a segunda no sindicalismo rural, notadamente no Centro, Norte e Nordeste. Foram, portanto, duas entidades responsáveis em grande parte (embora não exclusivamente) pela renovação ‘da liderança emergente’ na primeira metade da década de 80, nascida a partir dos embates e lutas do período e/ ou do crescimento numérico de entidades sindicais oficiais” (MANFREDI, 1996, p. 140 -141).

⁸⁰ É importante destacar que na ocasião da implementação do Estatuto do Trabalhador Rural foi intensificada, sobretudo nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, a expulsão dos trabalhadores dos sítios. Como vimos, organizações sindicais entraram com ações na justiça e com a exigência do cumprimento da “lei do sítio” (Estatuto da Lavoura Canavieira, decreto lei 57.020 de 11 de outubro de 1965).

⁸¹ A proposta de “campesinização” do sindicalismo visava defrontar a “lei do patrão” (sendo o patrão entendido como aquele que negaria o direito ao pedaço de terra para o plantio de subsistência, como previsto na lei) com a “lei do sindicato” (entendendo o sindicato como o mediador dos conflitos e agente defensor das demandas dos trabalhadores rurais, através da exigência do cumprimento das instituições legais).

novos atores levaram a Contag a não ser mais a única referência para as questões e demandas dos trabalhadores rurais, em especial no que se referia à luta por terra.

1.4 A construção de idéias críticas ao sindicalismo da Contag e a crise de representação política da Confederação

A luta dos trabalhadores do campo ocorreu em diversas regiões do Brasil, e a influência católica foi importante para a afirmação política dos pequenos agricultores e para a construção de ideias críticas ao sindicalismo rural contaguiano. Se a presença da Igreja durante todo o período, sob várias formas, acabou por permitir a continuidade de lutas da Contag, por outro foi um *locus* de práticas formativas alternativas à Confederação.

Com isso, a Igreja oferecia uma alternativa organizativa aos pobres do campo; e com suas metodologias de trabalho de organização de comunidades e, principalmente, com a concepção de ação social nelas embutida, gestava-se também uma aguda crítica a uma determinada forma de ação sindical que vinha se consolidando. A análise dos documentos e dos discursos de agentes e organizações vinculadas a esse trabalho da Igreja na época em questão mostra a grande diferença entre os elementos que compõem este discurso, que toma forma nas oposições sindicais, e os elementos que conformaram o discurso e a prática do sindicalismo oficial. (FAVARETO, 2006)

Para Picolotto (2011), no período inicial da ditadura militar, comunistas e cristãos seguiram caminhos diversos. Contudo, a partir de meados dos anos 1970,

[...] militantes cristãos e comunistas passaram a se encontrar em muitas lutas localizadas de operários, trabalhadores rurais, associações de bairro, comunidades de base, etc. No final de 1970 e início da década de 1980, militantes dessas duas origens contribuíram na formação de novas organizações políticas que marcariam a transição democrática e a construção de novos personagens políticos. Para tanto, um longo caminho foi percorrido. (PICOLOTTO, 2011, p. 116)

Como sugerido, não podemos entender as mudanças de estratégias e alianças como simples sucessoras de organizações anteriores. Contudo, se por um lado, militantes de organizações de esquerda postos na marginalidade buscaram atuar junto aos setores mais desfavorecidos social e economicamente, ao entrar no meio “do povo” encontravam em muito os trabalhos de base da Igreja progressista, passando a aproximar-se deles ou mesmo a atuar junto à eles (PICOLOTTO, 2011). A aproximação não era meramente “utilitarista”, havendo em grande parte, uma confluência de concepções: havia uma similaridade entre a noção de libertação, proveniente das pastorais, com a de “revolução”, proveniente dos discursos comunistas e socialistas (idem).

A CPT foi uma organização pastoral de concepção progressista que engendrou representações políticas alternativas às do sindicalismo. Sua criação, em 1975, ligou-se diretamente aos efeitos da política de ocupação da Amazônia empreendida pelos militares, comprometendo-se com as lutas dos trabalhadores rurais envolvidos em conflitos, tais como posseiros e outros. No geral, a ação da CPT voltava-se para onde era mais frequente a questão da luta pela terra. Isso “se dava (e se dá) muito em função da visão ruralista da Igreja, [...] onde o modelo ideal seria a comunidade de pequenos produtores” (MEDEIROS, 1989, p. 113).

Na base da organização da CPT destacaram-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em que os agricultores ⁸² eram organizados em grupos e cursos de formação, coordenados por agentes pastorais ⁸³ que conduziam mensagens bíblicas articuladas às reflexões da vida cotidiana, bem como à organização de mutirões, manifestações, etc.

Novaes (1995) e Favareto (2006) ressaltam que, mediante estes agentes, a CPT fez-se presente nas áreas de conflitos rurais, tornando-se parte da própria comunidade e fornecendo uma linguagem ao movimento por intermédio de rituais e práticas comunitárias, como vigílias, caminhadas, acampamentos e roçados. Desta forma, forneciam novos *habitus políticos* ⁸⁴ para a organização e ação dos trabalhadores do campo, forjando uma identidade específica entre os membros das comunidades. Novas questões e disposições foram introduzidas, permitindo críticas ao sindicalismo vigente (MEDEIROS, 2010). Na intensificação do processo modernizante e no contexto de fim da ditadura, os conflitos deram razão para o aumento das CEBs e o aumento de alternativas organizativas aos segmentos do campo.

A CPT foi influente na origem do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para Ricci (1999), foi a organização que catalisou o movimento oposicionista ao sindicalismo contaguiano, sendo os pontos centrais da sua crítica à Confederação a valorização da estrutura sindical centralizada e a solução de conflitos pelas resoluções institucionais. De acordo com o autor, o embate político fez a Contag reforçar a defesa da estrutura sindical naquele período.

Num outro plano, no Sul do país, desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, uma diversidade de movimentos locais surge, apoiados por agentes católicos ligados à Teologia da Libertação. Um exemplo disso é mostrado por Picolotto (2011). Ao referir-se ao Rio Grande do Sul, o autor traz que, mesmo a CPT tendo forte atuação no estado naquele momento, a FAG ainda era ativa junto ao sindicalismo rural e era o agente responsável pela formação sindical no estado. Contudo, ela passa por um processo de reestruturação interna, implicando no fechamento de institutos de formação de jovens rurais que ela mantinha.

Com essas mudanças, a FAG deixou de ser o agente responsável pela formação sindical no estado, ao mesmo tempo em que a Fetag, que já tinha estrutura e vida própria, passava a estabelecer convênio direto com os órgãos governamentais para a formação sindical, adotando, a partir de então, o modelo das Casas Familiares Rurais (formação técnica para jovens). A FAG os apoiaria, mas não era mais a executora dos cursos como anteriormente. Na área de formação de lideranças sindicais, a FAG continuaria atuando, mas com inovações, criando um novo método de formação: os Treinamentos de Ação Pastoral (Tapa). Neles, continuava a ser usado o método do ver, julgar, agir, mas o sentido de sua aplicação passava a ser mais questionador da realidade em que se estavam vivendo, indícios da internalização de elementos da Teologia da Libertação. (PICOLOTTO, 2011, p. 121)

⁸² As CEBs se expandiram rapidamente na área rural, muito embora não existissem apenas nestes locais.

⁸³ Os agentes pastorais foram (e são) voluntários leigos ou religiosos, que se dedicavam a estimular e articular os trabalhadores do campo em suas lutas.

⁸⁴ Bourdieu (1989)

Os cursos da Tapa, iniciados em 1978, teriam formado lideranças que passariam a questionar a estrutura sindical vigente, potencializando a criação de algumas lutas e oposições sindicais.

A pluralidade de movimentos que surgiu no Sul do país centrou-se na luta pela terra, e, em sua grande parte, foram resultados da organização dos trabalhadores, em torno da sua expropriação em função de obras públicas ou projetos de colonização. Além de melhores condições de produção e comercialização, suas pautas traziam a luta por direitos à saúde e à previdência social ⁸⁵ e a renovação da estrutura e das práticas sindicais. No início de 1980, esses movimentos, que em princípio eram apenas locais e contavam com a Igreja como canal comum de organização, iniciaram um processo de unificação de forças e elaboração de uma identidade política dos diferentes segmentos da região, emergindo, com isso, grandes questões para as lutas dos pequenos produtores. É importante dizer que além da Igreja, organizações como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) ⁸⁶ também tiveram uma influência contundente na formação de lideranças rurais ligadas às oposições sindicais.

O surgimento de novos atores no meio rural tem relação com a crise econômica vivida pelo país na época, suas consequências no setor agropecuário e com o enfraquecimento do regime militar. No entanto, ela tem uma ordem subjetiva, tendo relação com a crise de antigas instituições organizadoras do pensamento social, como a Igreja, os sindicatos, as esquerdas, junto à evolução das experiências de organização e luta dos próprios trabalhadores rurais (PICOLOTTO, 2011).

Crise da Igreja, que conduz à reformulação de alguns de seus setores que alteram seu discurso e suas práticas à luz da Teologia da Libertação. Crise das esquerdas que, após as derrotas das décadas anteriores e dos impasses internacionais, enfrentavam dificuldades para reformular a “matriz discursiva marxista”, embora mantivessem um corpo teórico consistente sobre a “exploração e a luta sob (e contra) o capitalismo”. Crise no sindicalismo que, esgotado pelas práticas assistencialistas e de cúpula com que fora acostumado, não conseguia dar respostas aos novos desafios e expressar as novas demandas dos trabalhadores. O surgimento de movimentos de renovação do sindicalismo fez surgir o que Sader chama de uma “nova matriz discursiva” que deu origem ao chamado “novo sindicalismo”. É bem verdade que essa nova matriz do sindicalismo em muito se baseia na inclusão da “participação das massas” (da matriz religiosa) e na sistematicidade teórica (da matriz marxista). (PICOLOTTO, 2011, p. 131)

Nesta época, diversos conflitos eclodiram, o que levou ao questionamento da Contag e seu encaminhamento das greves e ações de luta. A greve dos canavieiros em maio de 1984, em Guariba, São Paulo, confirma isso, pois uma de suas características que colocou a Contag em questão foi a de, em certas localidades, ter passado ao largo dos dirigentes sindicais da região (RICCI, 1999). A greve de Guariba, que estava diretamente

⁸⁵ Como mencionado, esse tema teve relativo acolhimento pelo sindicalismo rural durante a década de 1970, quando instituído o Funrural. Maiores informações sobre essas lutas no Sul do país, ver Picolloto (2011)

⁸⁶ A Fase é uma organização não governamental fundada em 1961, que teve (e tem) como objetivo a organização e o desenvolvimento local. Em 1960 ela realizou trabalhos relacionados ao associativismo e cooperativismo. Já nos anos de 1970, a Fase passa a apoiar organizações de resistência à ditadura, movimentos comunitários de base e oposições sindicais, desenvolvendo trabalhos de formação junto aos agricultores no norte e nordeste do Brasil e também junto aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste.

relacionada com as condições de trabalho do trabalhador assalariado temporário, contou com 40 mil canavieiros e a dinâmica da greve ⁸⁷ e sua difusão, proporcionando diversos parades, surpreenderam os dirigentes sindicais pela inversão dos sinais orientados pelo “modelo pernambucano”.

No plano do sindicalismo brasileiro, desde 1977 eram vistas movimentações como a campanha para recomposição salarial realizada pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Em 1978, eclodiram os ciclos de greves na região do ABC paulista. Em 1979, teve-se a greve geral dos metalúrgicos do ABC. A importância disso é que neles residiu a gênese do novo sindicalismo brasileiro (FAVARETO, 2006). Para o autor, do movimento de retomada das lutas e de mobilização social efervescente no contexto da ditadura emergiram lideranças e experiências inovadoras que vieram a questionar a tradição sindical anterior, bem como a contestar o regime militar.

A diversidade de discursos emergentes, em inúmeras formas de expressão de novos sujeitos políticos, levou à busca de formas de unificação e canais organizativos para coordenar a construção de um projeto da classe trabalhadora (PICOLOTTO, 2011). O resultado é a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No bojo destas manifestações também está a emergência de lideranças que, mais tarde, estariam à frente destas organizações. A crítica à estrutura sindical oficial levantada pelas oposições sindicais (que irão se congrega no interior da CUT), de sua parte, cunhou-se numa concepção de que a estrutura, conforme a lei vigente, seria um instrumento de manipulação do Estado, por sua vez, repressor e indutor da modernização agrícola conversadora ⁸⁸.

Entretanto, características da prática sindical anterior persistiram nesses grupos, como a estrutura sindical corporativa e a presença de mecanismos de controle pelo Estado (FAVARETO, 2006). Também vale destacar que as oposições sindicais operaram com uma contradição: se em certo modo havia a crítica à tradição organizativa sindical, em outro, reconhecia-se sua importância, assumindo-a como instrumento privilegiado (FAVARETO, 2006).

No processo de construção da Central houve fortes disputas sobre o lugar que a estrutura sindical deveria ocupar no seu interior. Apesar da participação nos processos de articulação da Central, chegando inclusive a sediar algumas reuniões preparatórias, a Contag não apoiou a criação da Central, sendo o estopim da cisão a resolução adotada pelo seu grupo organizador (a Comissão Nacional Pró Central Única dos Trabalhadores, ou comissão Pró-CUT), que permitia a participação das oposições sindicais (FAVARETO, 2006).

A I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), ocorrida em 1980, contou com José Francisco da Silva na sua organização. A Conferência reuniu diversas correntes e a grande questão em pauta era o papel do sindicato e a composição da central a ser criada. Apesar das principais reuniões da comissão pró-CUT em sua maioria terem sido realizadas nas dependências da Contag, por se tratar de um território neutro (NOVAES,

⁸⁷ Para Ferrante (1994) a emergência da luta dos “bóia fria” mostrou maneiras novas de se fazer política, posto que o movimento perpassou a esfera da produção e reprodução do segmento: estes trabalhadores revoltaram-se contra o sistema de trabalho da usina, mas contestaram os preços de serviços urbanos e da alimentação.

⁸⁸ Para Favareto (2006), a década de 1960 “representou um ponto de virada na história da agricultura brasileira no século XX e engendrou um quadro de referências inescapável para a atuação dos movimentos sociais rurais, com a emergência da chamada modernização conservadora e sua expressão regulativa, o padrão corporativista”. Delgado (2010) salienta que o Estado da década de 1970 concebia o rural como sinônimo de agrícola e o desenvolvimento rural como idêntico à modernização agrícola, sustentando políticas voltadas para a industrialização rural, porém, mantendo a participação das elites agrárias.

1991; FAVARETO, 2006), a postura desta, progressivamente, se tornava mais explícita a favor do adiamento da fundação da CUT, visto que, segundo ela, a “unidade sindical” seria abalada.

O acirramento desencadeado nesse processo expressou duas correntes de forças sindicais: a corrente que era a favor da unidade sindical e defendia a criação da central a partir dos sindicatos, federações e confederações existentes, composto por lideranças tradicionais do interior do movimento sindical e por setores tradicionais das organizações de esquerda como o PCB, PCdoB, Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) e direção da Contag; a corrente dos “sindicalistas autênticos” que defendia a redução do papel das confederações e dava maior ênfase ao papel das bases sindicais, às lutas diretas dos trabalhadores e aos acampamentos sem terra. Estes eram formados pelos metalúrgicos do ABC, funcionários públicos, bancários, por sindicatos e oposições sindicais rurais principalmente da região Sul e do Pará. Nos anos seguintes, estas correntes criaram duas centrais sindicais: a CUT e a Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em suma, o novo sindicalismo alicerçaria sua crítica à estrutura sindical vigente exigindo a aplicação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Debatia-se o caráter das organizações sindicais, visto que seus artigos afirmavam ao trabalhador o direito de filiação à organização que julgasse conveniente para si e, principalmente, o direito de constituição de organizações à sua escolha. Lembrando que a legislação brasileira permitia (e ainda permite) somente a criação de um sindicato de cada categoria por município, este debate tornou-se nodal para Contag, pois “confrontava” a sua unidade. O novo sindicalismo seria a favor da criação de uma nova estrutura, apontando ainda a necessidade de um partido político que possibilitasse “libertar” as classes populares (RICCI, 1999).

As oposições vão disputar sindicatos, federações e bandeiras com a Contag. A Confederação, por sua vez, não se filiou à CUT nem à CGT, tentando, assim, manter sua autonomia enquanto representante dos trabalhadores rurais (NOVAES, 1991; TAVARES, 1992; RICCI, 1999). Tal postura permitiu a formação de posições e grupos concorrentes no interior do sindicalismo da Contag, uma vez que uma quantidade expressiva de lideranças ocuparam posições em direções nas duas centrais criadas (PICOLOTTO, 2011). À medida que houve um grande aumento no número de trabalhadores filiados a sindicatos no período, o fato e a existência destas distintas correntes teriam proporcionado contornos heterogêneos a essa nova expressão sindical.

Cumprir destacar que, no surgimento da CUT, os sindicatos rurais tiveram importante presença, pois, além de registrarem considerável presença no encontro para sua fundação em 1983⁸⁹, a primeira diretoria da Central contou com Avelino Ganzer (STR de Santarém-PA) como vice-presidente⁹⁰. A primeira direção responsável pelas ações nacionais da CUT teve aproximadamente um terço de trabalhadores rurais⁹¹. Além disso, a categoria contou com um espaço próprio no interior da Central, com a criação da Secretaria Rural.

O I Congresso da CUT, ocorrido em 1984, além de ter determinado a primeira direção da Central, aprovou princípios para nortear um novo modelo de organização sindical: 1) a organização democrática, que seria a permissão à liberdade de expressão das correntes internas; 2) a organização classista, não compactuando com os planos do governo em desacordo com os interesses dos trabalhadores; 3) a liberdade e autonomia sindical, que

⁸⁹ Maiores informações, ver Picolotto (2011).

⁹⁰ Avelino Ganzer foi vice-presidente da Contag no período entre 1996 até começo de 1999.

⁹¹ Dados retirados de Favareto (2006).

seria a independência do governo, das classes patronais, dos partidos políticos, de concepções religiosas e filosóficas.

No II Congresso da CUT, em 1986, a Central teria decidido pela implantação de departamentos por ramos de produção, a nível nacional e estadual. Em abril de 1990, ocorreu o I Congresso do então formado Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais – DNTR/CUT (que detalharemos melhor no capítulo a seguir). A formação do DNTR/CUT em muito foi de encontro aos STTRs, Fetags e Contag, gerando um campo de disputas pela representação dos trabalhadores do campo.

No sindicalismo rural da CUT tiveram destaque os agricultores de base familiar (sobretudo, os da região sul e norte do país), que ocuparam os principais postos da direção do eixo rural da Central, dentre os anos de 1980 e início de 1990. No entanto, uma contradição residiu: a presença dos agricultores autônomos de base familiar não compunha o *script* do corpo organizativo da CUT, majoritariamente urbano, tendo por relação trabalhista a venda da sua força de trabalho. “Neste aspecto, percebe-se certa subordinação dos rurais aos urbanos na Central”. (PICOLOTTO, 2011, p. 133).

Na perspectiva das representações políticas sindicais do campo, tal vertente marcou particularidades no interior da organização da CUT, trazendo centralidade à bandeira da “reforma agrária ampla e sob controle dos trabalhadores,” (CUT, 1988). Com isso temos a manutenção da bandeira da reforma agrária tanto nos sindicatos ligados à Contag quanto naqueles ligados às oposições sindicais, sendo ela o “*locus* político” das reivindicações rurais.

As oposições abrangeram na sua base social um conjunto de situações, contudo, estas não tiveram o mesmo peso dentro das suas linhas políticas e composição de cargos (FAVARETO, 2006). Da fundação do DNTR/CUT participaram 419 sindicatos. No decorrer do tempo, houve o crescimento de sindicatos filiados à CUT (idem.), todavia, havia um claro descompasso entre a sua importância numérica e política (PICOLOTTO, 2011). Por outra parte, o aparecimento dos questionamentos ao sindicalismo rural da Contag culminou no surgimento de novas lideranças sindicais, oriundas das oposições, que adentraram nos sindicatos rurais a partir das eleições (ou ainda, das oposições de sujeitos que eram dirigentes, mas eram sensíveis às causas do novo sindicalismo).

Por último vale ressaltar que o aparecimento de questionamentos ao sindicalismo contagiado também foi fruto da própria formação exercida pela Confederação, posto que os campos de saberes são territorializados e expressam processos de comunhão entre sujeitos, mas também de exclusão e silêncios, conforme Neves (2008). A formação política exercida pela Confederação na década de 1960 e 1970 gerou militantes com perfis próprios de seu contexto, contudo, a nova configuração do campo político sindical e rural teria requerido novos perfis, e o processo de engendramento destes perfis colocou a prova as tradições antigas.

1.5 A formação política da Contag no contexto da sua crise de representação política

Em 1984, a Contag buscou se articular com as forças políticas que visavam a transição democrática, participando da Aliança Democrática (AD), cujo candidato à presidência era Tancredo Neves. Para Ricci (1999) e Tavares (1992), este é um movimento complexo, uma nova engenharia política empreendida pela entidade.

No ano seguinte, 1985, ocorreu o IV Congresso da Contag, com 4800 participantes, dentre os quais sindicalistas ligados à CUT e outros ligados ao então emergente MST⁹².

⁹² Nesse momento, o MST estendia-se nacionalmente e ainda tinha lideranças vinculadas a sindicatos em algumas regiões.

Era fundamental para a Contag sair do Congresso firmando sua hegemonia (RICCI, 1999). Em sua mesa de abertura, pela primeira vez na história dos congressos da Contag, um Presidente da República esteve presente – no caso, José Sarney. Também compareceu ao evento Nelson Ribeiro, Ministro da Reforma Agrária, que fez um discurso anunciando a proposta do I PNRA ⁹³ – Plano Nacional de Reforma Agrária (RICCI, 1999). Basicamente, o documento trazia a reforma agrária como prioridade do governo dentro dos limites do Estatuto da Terra, a desapropriação por interesse social e diretrizes para assentamentos. Para as correntes em torno do MST e da CUT, o Estatuto da Terra deveria ser recusado, visto que a reforma agrária deveria surgir da própria ação dos trabalhadores.

O Congresso mostrou preocupação com o contexto político, visto que teve como lema “Reforma Agrária para acabar com a fome e o desemprego no campo e na cidade, a democratização da terra é a base para a democracia no Brasil”. Ele marcou a expectativa da Confederação na realização da reforma agrária pelo Estado: sua preparação foi realizada buscando afirmar a unidade dos segmentos do campo em torno de bandeiras de luta e de inimigos comuns (os latifundiários e as forças econômicas e políticas que os apoiavam). Nesse sentido, a Contag orientou novamente o seu olhar para o entendimento do Estado enquanto agente de negociação para a solução dos conflitos e demandas dos trabalhadores rurais, e, segundo Tavares (1992), o IV Congresso foi um momento de coroamento disso.

Considerada pelo Congresso a maior bandeira do MSTR, as concepções apresentadas nos seus Anais sobre a reforma agrária defendeu a desapropriação, por interesse social, das terras e benfeitorias dos latifúndios, como também o confisco das terras griladas ou com títulos duvidosos, sendo, assim, a única medida efetiva de mudança da estrutura fundiária. A imediata aplicação do Estatuto da Terra seria a proposição de solução para sua implantação, visto o momento de consolidação da democracia no país, considerando que para sua realização efetiva seria necessária a eliminação das leis de exceção e órgãos repressivos e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com finalidade de elaborar a nova Constituição Brasileira. E, por estar atrelada à eliminação destas leis, a luta pela sua implantação deveria contar com um trabalho de mobilização das grandes massas de trabalhadores. O IV Congresso ainda traz orientações aos trabalhadores rurais para não venderem suas terras aos latifundiários, bem como reivindicarem desapropriações e adquirirem terras coletivamente, usando os meios jurídicos.

Toda essa organização e todas essas concepções seriam realizadas através de encontros, cursos e campanhas de conscientização e mobilização, de modo a esclarecer “o verdadeiro projeto de Reforma Agrária do MSTR”. As atividades contariam com o apoio de outros setores e entidades como as prefeituras, igrejas, escolas, partidos políticos, movimento sindical urbano, etc., e, dentre os participantes, se incluiriam crianças e mulheres.

Conjuntamente a esse objetivo, a formação política da Contag é tida como espaço de propulsão da participação do MSTR na construção da democracia, tendo em vista a abertura de um campo político ⁹⁴ com o fim do Estado ditatorial. Isso se daria a partir da promoção da entrada dos dirigentes “formados” nos espaços políticos, bem como a partir da construção de uma opinião pública.

O fato de a Contag não ter se filiado às Centrais (embora José Francisco da Silva tivesse assumido a vice presidência da CGT), provocou um acirramento da polarização

⁹³ Recebido no plenário do Congresso com a palavra de ordem “Reforma Agrária Já”. Tais fatos, segundo relatos dos anais, teriam ganhado as páginas de jornal, TV e rádio.

⁹⁴ Aqui, nos referimos ao conceito de Bourdieu (1989), onde campo político é entendido como o local de concorrência entre agentes para a constituição e “naturalização” de produtos políticos.

entre CUT e Contag (FAVARETO, 2006). No entanto, a autonomia da Contag diante das Centrais e diante dos emergentes representantes políticos dos trabalhadores do campo, tal como MST, não implicou na neutralidade do MSTR frente aos embates sindicais e frente à política nacional: por conta é que o IV Congresso orienta atenção aos trabalhadores na escolha de seus representantes políticos, propondo ter representantes da própria categoria nos diversos níveis de representação política, aproveitando o espaço da formação para consolidar sua organização de maneira independente de outras entidades.

Outra orientação sobre as atividades de formação política é quanto à autonomia sindical com a preservação do princípio da unicidade. O IV Congresso considerou que a aplicação da convenção OIT 87 era incompatível com seus princípios, uma vez que a Convenção era clara na defesa da pluralidade sindical. Apesar disso, o Congresso propôs que se aproveitasse “seus aspectos positivos”: seria por dentro da unidade que ocorreriam as lutas dos trabalhadores. O fortalecimento dos sindicatos, sua autonomia e sua liberdade seriam constituídos, por fim, na existência de uma central sindical unitária e livre da tutela do Estado, do partidarismo, do paralelismo e do pluralismo sindical, tendo a sua diretoria composta por 50% de lideranças de trabalhadores rurais, representando o MSTR. Esta central seria oriunda de um trabalho intersindical do campo e da cidade, e, para tal, seria necessário educar os trabalhadores para participar deste movimento. Noutros termos, a autonomia sindical se daria através do restabelecimento da unidade da classe trabalhadora, posto que a aplicação da convenção OIT 87 resultaria na divisão das organizações dos trabalhadores. Assim, a unidade do MSTR ocorreria na medida em que o conjunto dos trabalhadores se identificasse e participasse da vida sindical e das suas lutas.

Gramsci (2011), falando da formação da organicidade de uma classe, observa que, quando os indivíduos passam a se re-conhecer enquanto grupo organizado, ou seja, ao se tornarem intelectuais orgânicos, estes indivíduos criticariam e modelariam o processo histórico à luz das condutas de seu grupo de referência. Nessa perspectiva, a formação da Contag intentou ser o instrumento de criação dos “elos” político-ideológicos entre os sindicatos rurais, originando a unidade; especificamente, seria a formação o espaço de afirmação da concepção político-ideológica da Contag dentro do conjunto de sindicatos da classe trabalhadora.

Sendo uma responsabilidade da direção, as recomendações dadas pelo Congresso para a formação política foram: 1) a preparação dos dirigentes sindicais, para transmitir informações aos trabalhadores e facilitar o processo de organização; 2) a divulgação aos trabalhadores da história do sindicalismo – rural e brasileiro – através de livros e treinamentos; 3) a formação de novos dirigentes, particularmente, com a construção de um trabalho específico junto aos jovens, precedido de encontros estaduais organizados pelas federações e sindicatos⁹⁵; 3) a ampliação da participação das mulheres nas ações sindicais, através de programações específicas dirigidas à elas, como o treinamento de lideranças femininas, sindicalização, levantamentos e encaminhamento de reivindicações específicas; 5) a preparação do trabalhador para entender o papel dos governantes e poderes públicos em relação aos direitos da classe, e para interferir na sociedade; 6) distinguir a luta sindical da luta partidária, além dos tipos de sociedades existentes – a capitalista e a socialista; 7) afastar diretorias sindicais não alinhadas com as lutas dos trabalhadores; 8) a realização de um encontro nacional para “educadores sindicais”, com objetivo de trocas de experiências; 9) a promoção, pelos sindicatos, de palestras nas escolas municipais; 10) a ampliação da discussão sobre classe e consciência de classe; 11) a inclusão no currículo de 1º e 2º grau e

⁹⁵ Dentre outros, a ênfase pode ter sido por serem mais sensíveis às críticas ao sindicalismo contaguiano, uma vez que estes não possuem longas trajetórias militante.

5ª a 8ª série da matéria “Educação Sindical”, compreendendo temas como a reforma agrária e direitos dos trabalhadores, cuja elaboração contasse com a participação do MSTR.

No entanto, ao longo dos meses seguintes ao Congresso expectativas foram frustradas:

A possibilidade de encampação de uma proposta de reforma agrária, mesmo que limitada, pelo governo da Nova República, imediatamente provocou o reaparecimento na cena política das organizações empresariais, como a Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Organização das Cooperativas do Brasil, que durante todo o regime militar pouco manifestaram publicamente ou, quando o fizeram, foi estritamente em defesa da política de preços e financiamento (MEDEIROS, 1989, p. 188)

O PNRA foi progressivamente alterado, essencialmente por pressões dos segmentos patronais, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). A reação ao Plano, também desembocou na criação da União Democrática Ruralista (UDR)⁹⁶. O PNRA sofreu doze modificações, alterando em muito seu conteúdo original.

“A última pá de cal sobre as esperanças de que alguma reforma agrária pudesse ser implementada através da ‘vontade política’ do governo Sarney veio em outubro de 87” (MEDEIROS, 1989, p. 198). O PNRA apareceu na sua versão definitiva como um capítulo da política agrícola – o decreto 2.363, de outubro de 1987 – completamente desfigurado em relação à proposta inicial. Dentre as alterações, as “áreas em produção” foram excluídas da possibilidade de desapropriação, tensionando os pequenos produtores a buscarem formas alternativas de conquista de suas demandas.

Em 1987, a Contag suspendeu seu apoio ao PNRA. “Restava pressionar para que a Constituinte ainda lhes garantisse algum espaço legal” (MEDEIROS, 1989, p.198). Contudo, os trabalhos em torno da Constituinte apontavam que a questão da terra ainda constituía um ponto político crítico. No final das contas, muito pouco do reivindicado pelos movimentos do campo constaram no documento final.

Para Tavares (1992) a crise da reforma agrária do governo Sarney afetou profundamente a Contag na sua estratégia de articular um projeto de reforma agrária em negociação com o Estado, além de afetar o seu aporte político e financeiro⁹⁷. Conjuntamente, a emergência do MST⁹⁸ e as críticas ao sindicalismo, trouxeram um desgaste para a Contag enquanto poder mobilizador, perdendo representatividade frente às novas demandas e novos movimentos sociais do campo (RICCI, 1999). O “modelo” perdeu seu carisma (RICCI, 1999). No entanto, Tavares (1992) declara que a manutenção da Contag enquanto “central” dos camponeses continuava a ser um dos principais aspectos da política sindical do grupo “histórico”.

⁹⁶ Através da UDR os proprietários fundiários reapareceram na cena política, agregando-se a uma imagem “moderna”. Articulando-se criticamente à representação patronal tradicional, buscaram novos métodos de ação, como mobilizações e ações “espetaculares” no intento de ampliar sua visibilidade política. Para os trabalhadores rurais, o perfil mais conhecido desta entidade foi a violência. (MEDEIROS, 1989).

⁹⁷ O Incra recolhia os impostos sindicais da Contag neste período. Mais detalhes, ver Tavares (1992).

⁹⁸ Neste ponto, cabe atentar que o desgaste da Contag em muito se deu pela emergência e pela expansão do MST. Através da bandeira “Terra não se ganha, se conquista”, o MST valorizou as formas mais diretas de luta, como as ocupações de terra e os acampamentos (MEDEIROS, 1989).

A partir de 1988 foram realizados encontros estaduais para avaliar os trabalhos educativos realizados e para realizar trocas de experiências, principalmente para elaborar uma proposta de formação integrada para o biênio de 1989 e 1990. Neste período, a Contag formula uma Política Nacional de Formação, com estratégias para englobar os seus diferentes públicos a partir de instâncias de formação distintas e respectivas atribuições. É criada a formação “de formadores”, com objetivo de veicular as experiências desenvolvidas nas diferentes instâncias de suas estruturas organizativas (MANFREDI, 1996).

A proposta era de que dirigentes e técnicos da Contag captassem e aperfeiçoassem metodologicamente seu “quadro de educadores”. O novo quadro seria constituído de dirigentes e assessores estaduais, que seriam responsáveis pela formação de novos educadores que, por sua vez, seriam oriundos das instâncias regionais e pólos. A “formação de formadores” seria executada pela Contag, com cursos de duração de 10 dias. No currículo houve temas como formação pedagógica, métodos e técnicas de ensino e planejamento de cursos, propostas de formação sindical para o MSTR, sindicalismo e temas referentes à realidade socioeconômica e política do meio rural. Para, além disso, os cursos destinados aos dirigentes e assessores regionais e de pólos tiveram o acréscimo de assuntos específicos de suas regiões. Eles foram executados pela Contag e pelas equipes de formação estaduais, com duração de 12 dias. A proposta ainda objetivou a construção de um espaço de avaliação das atividades e de planejamento das atividades futuras, que teriam por duração de 3 a 5 dias ⁹⁹.

Em 1991 ocorreu o V Congresso da Contag, presidido por Francisco Urbano ¹⁰⁰, que mostrou a continuidade da direção da Contag em estabelecer articulações com os demais atores, inclusive urbanos, contudo, permanecendo com sua autonomia. Segundo seus Anais, as mobilizações durante a Constituinte teriam voltado os trabalhadores rurais para a construção da unidade da categoria e sua integração com a sociedade. A Contag se colocou numa busca por um relacionamento com organizações e setores da sociedade para articular interesses comuns sobre as políticas públicas, contudo, pautando que o MSTR e as entidades representantes dos agricultores é que assumiriam o papel de coordenação das lutas no campo, organizando estratégias e resistências.

Para tal posição unificada de enfrentamentos seria necessária a organização das bases e delegacias sindicais, bem como a formação de delegados e um sistema de avaliação da atuação destes. Para o cumprimento dessa diretriz, o Congresso mencionou a necessidade de se promover amplas discussões sobre as lutas dos trabalhadores.

Em outra parte, o texto traz que a crescente internacionalização da economia junto à utilização de novas tecnologias teria ocasionado a precarização das condições de trabalho rural, em especial, provocado arrocho salarial e dificuldades à política agrícola, prejudicando principalmente os pequenos agricultores. Por sua vez, a diversidade expressa na realidade dos trabalhadores rurais na nova conjuntura teria provocado uma crise de representatividade às suas instituições de representação. Diante ao exposto, estaria faltando ao MSTR uma ênfase na luta coletiva e um “necessário trabalho” (CONTAG, 1991) de educação sindical.

Isso diz que o V Congresso seguiu com uma sensível preocupação com as redefinições trazidas pelo novo sindicalismo, sobretudo, com a consolidação da CUT. Ao mesmo tempo, mostrou uma preocupação em relação à consolidação do MST.

⁹⁹ Por ora, destacamos que, nos anos 1980, proliferam as escolas de formação sindical vinculadas à CUT. Falaremos delas a seguir.

¹⁰⁰ Francisco Urbano foi próximo politicamente de José Francisco da Silva e foi parte das diversas direções presididas pelo mesmo.

Estes novos atores no campo, emergentes na década de 1980, levaram para os anos 1990 as suas lutas. Também levaram fios de continuidade sobre um novo lugar social para os pequenos produtores dentro do sindicalismo rural e no cenário político nacional. Com essas preocupações, a “politização” das lutas assumidas pelo conjunto do MSTR é que daria à Contag o fortalecimento do seu *poder*¹⁰¹ sobre os trabalhadores do campo.

A promoção de eventos de formação continuou voltada para a afirmação da bandeira da reforma agrária como tema aglutinador das lutas e dos segmentos do campo no interior do MSTR. No entanto, desde os anos 1980 já eram vistas a promoção da formação política com considerável ênfase às demandas e propostas específicas dos pequenos agricultores, e isso se manteve como diretriz neste congresso. Há nos Anais do Congresso um tema com nome de “Luta dos pequenos produtores rurais”, onde destaca-se a luta por uma política agrícola diferenciada, mediante crédito rural distinto. O tema também demonstra uma preocupação com a definição de quem é o pequeno produtor, suas demandas e suas lutas. Frente a isso, o texto traz uma necessidade de se propagar a ideia de que a reforma agrária seria também a bandeira do pequeno produtor, através da divulgação da sua importância.

Sob esse prisma, a formação política determinada pelo V Congresso reafirmou a tensão existente para aquilo que seria as demandas dos pequenos produtores. No caminho de garantir a hegemonia da representação dos trabalhadores rurais diante da ampliação de organizações participantes nas suas lutas, especificamente, diante da disputa pela representação desta categoria, o Congresso apontou prioridades para a formação: o estudo permanente dos programas de reforma agrária dos partidos políticos, bem como da situação fundiária de cada Estado e áreas de conflito. Haveria, em conjunto, um processo de avaliação “a ser feito na teoria e na prática dessa luta”, ou seja, uma avaliação feita ao passo das suas ações e do cenário político.

O Congresso reconhece a CUT como a Central Sindical mais próxima das suas concepções, porém, coloca que há desafios e aponta para a necessidade de se continuar o debate sobre a importância de uma Central Sindical para o MSTR. Defende que a estrutura sindical tem por função ser um instrumento de representatividade da organização dos trabalhadores, devendo, por isso, ser mantida, aperfeiçoando-a de modo a viabilizar uma maior articulação das ações do MSTR. Tal melhoria foi traduzida pela Contag na criação de órgãos internos – secretarias, departamentos ou comissões –, cada qual com programas diferenciados por frente de luta e setores. Presentes em todas as instâncias sindicais, estas secretarias tiveram por função tratar de assuntos específicos, como reforma agrária, pequenos produtores, assalariados rurais, formação, finanças.

De um modo geral, o Congresso demonstrou a afinidade da Contag à CUT, vistas as orientações dadas ao sindicalismo contagiado: 1) Democrático; 2) Autônomo; 3) Unitário; 4) Classista. Porém, o desenvolver da “solidariedade de classe com a unidade” (CONTAG, 1991) seria fruto da ação educativa do MSTR no movimento intersindical no campo e cidade.

Com o estabelecimento do Estado democrático, as políticas públicas se tornaram um campo de disputa dos trabalhadores do campo com as classes patronais, bem como entre as organizações e movimentos representantes dos agricultores. Logo, a formação de lideranças empreendida pela Contag buscou influenciá-las tendo por objetivo garantir a Confederação como seu representante. Noutro olhar, vê-se aqui um esforço organizativo da Contag voltado para a construção de um discurso mais compreensivo às críticas trazidas pelas oposições sindicais.

¹⁰¹ A capacidade de captar o mundo social e de reconstruí-lo em história (BOURDIEU, 1977)

“O MSTR não é partidário, contudo, não é apolítico” (CONTAG, 1991, p. 39). No jogo de forças com a Central e o MST pela representação política dos segmentos dos trabalhadores no campo, a Confederação posicionou-se a favor de que se continue o enquadramento dos sindicatos dentro da categoria “trabalhadores rurais”, sendo esta, também agregadora dos “pequenos produtores rurais com ou sem terra, que trabalhem em regime de economia familiar e com a ajuda eventual de terceiros”.

A Contag continuou o seu projeto de formação política próprio e sistemático, envolvendo o sistema STRs – Fetag – Contag através de espaços formativos sindicais a níveis nacional, regional, estadual e municipal. A efetivação desta formação se deu a partir da reestruturação das equipes de educação do MSTR constituídas em 1988.

Os conteúdos e metodologias do programa atentaram-se sobre a necessidade de coerência com os princípios da concepção, da organização, dos objetivos e das práticas do MSTR, sendo somente deste modo que a formação política resultaria num processo de transformação da realidade do trabalhador rural. Cartilhas e apostilas produzidas com leitura acessível aos trabalhadores rurais, com temas educacionais, sindicais, jurídicos, administrativos, contábeis, legislativos, análise da estrutura e de conjuntura nacional e internacional e das frentes de luta do MSTR foram usadas com este fim.

A formação foi coordenada por um Coletivo de Formação da Contag, Fetags e STRs, que teve a tarefa de estabelecer diretrizes, conteúdos, metodologias e metas. O programa foi para a formação do conjunto de lideranças sindicais, mas, principalmente, para os trabalhadores de base, para novas lideranças, para assessores do MSTR. Contudo, a formação teve critérios na escolha dos encarregados ao realizá-la, tanto em relação à sua coordenação quanto em relação à sua aplicação. O objetivo era que os encarregados fossem sempre lideranças, técnicos e especialistas identificados com o Movimento.

Num texto a respeito do V Congresso da Contag, um dirigente nacional da CUT ressaltou a importância do evento mesmo que o primeiro grande embate entre Contag e CUT tivesse se evidenciado no IV Congresso da Contag, no qual cutistas teriam se posicionado em questões como a reforma agrária e políticas agrícolas. No entendimento do dirigente, a CUT teria sofrido uma derrota, uma vez que a bandeira de ratificação da convenção 87 da OIT teria sido retirada das resoluções da Contag. Ainda assim, o V Congresso teria expressado um avanço na divulgação e propagação da CUT dentre os rurais ¹⁰². A conjuntura teria proporcionado para a CUT a idéia de que era preciso disputar a direção da Contag, entretanto, para tal, seria preciso preparar-se para uma fase de transição.

A CUT se firmou na tática de construir sua estrutura sindical a partir de sua entrada nos sindicatos e federações rurais já existentes. Nesse horizonte, também firmou uma necessidade de se fazer trabalhos de formação política para os rurais, bem como uma necessidade de se aliar ao MAB, ao MST, às federações da Contag, às cooperativas e entidades de apoio.

Cabe lembrar que a preocupação cutista com atividades formativas já constavam no seu estatuto provisório (de 1986), que previa a criação de uma Secretaria de Formação, Educação e Cultura (MANFREDI, 1996). Neste mesmo ano de 1986, ocorreu o 1º Seminário Nacional de Secretarias de Formação da CUT, com secretários de formação estaduais e regionais. O seminário teve por intuito mapear as experiências de formação existentes nos sindicatos cutistas para esboçar um plano de formação. No ano seguinte, a CUT realizou seu 2º Congresso Nacional, quando a sua direção nacional definiu sua Política Nacional de Formação, tendo por base os mesmos princípios da organização da

¹⁰² Lembramos que neste Congresso já houve uma composição de diretoria, entre CUT e Contag, em várias instâncias do sistema Contag.

CUT: democrático, classista, unificado e autônomo. Tais fatos são importantes no sentido de que, com isto, abriu-se alternativas à Contag, em relação à formação política sindical dos rurais.

Manfredi (1996) salienta que a formação política cutista buscou com esses princípios construir uma concepção de educação sindical que se aproximasse da “pedagogia transformadora” ou, ligada às múltiplas dimensões da vida cotidiana dos trabalhadores. Sua metodologia foi com base na *práxis*, ou numa investigação da vida dos trabalhadores pelos trabalhadores, para a sua sistematização e reflexão. Para cumprir estes objetivos, a CUT elaborou uma “rede formativa”, estruturada em secretarias intercategoriais e departamentos por categorias. Além destas instâncias, no final da década de 1980 e começo de 1990 houve uma proliferação de escolas sindicais, muito utilizadas pelos rurais.

O Instituto Cajamar é criado em 1986 em São Paulo. Primeiramente destinado a operários urbanos, a Escola nasceu a partir de uma proposta de formação política advinda do Partido dos Trabalhadores – o PT ¹⁰³. O Instituto também foi frequentado por trabalhadores rurais em geral ligados às oposições sindicais. Na maior parte das vezes, estes frequentavam os encontros nacionais de formação.

A partir de 1987 surgem sete escolas sindicais da CUT: Escola 7 de Outubro (Belo Horizonte – fundada em 1987), Escola Sul (Florianópolis – fundada em 1990), Escola São Paulo (fundada em 1993), Escola Amazônia (Belém), Escola Chico Mendes (Porto Velho), Escola Centro-Oeste (Goiânia) e Escola Marise Paiva de Moraes (Recife). No caso das escolas sindicais regionais, todas possuíam programas específicos para a formação dos rurais. Ainda em 1988, em Recife, Pernambuco, surge a Escola Quilombo dos Palmares, uma associação entre “os novos” movimentos sindicais e movimentos populares no Nordeste.

Os anos 1980 e início de 1990 não só expuseram uma diversidade de organizações sindicais e rurais, que vieram a disputar bandeiras e categorias com a Contag: através da ampliação de espaços de formação política, a partir destes novos atores no campo político rural e sindical, tais anos expuseram alternativas de formação de novas representações políticas do mundo rural e sindical; também expuseram possibilidades alternativas à Confederação, de formação de novas lideranças. Um exemplo disto são as diversas escolas cutistas, que foram frequentadas pelos trabalhadores rurais.

No entanto, no início dos anos 90, a CUT também se colocou numa direção mais simpática às outras organizações representantes dos trabalhadores do campo, inclusive em relação à Contag. Fruto do processo é a política de alianças que se desencadeia a partir deste tempo, culminando na filiação da Contag à CUT e, particularmente no âmbito da formação política, na emergência de um projeto de formação política “de aliança”: o Projeto CUT/ Contag de pesquisa e formação sindical.

¹⁰³ O partido foi criado em 1981, e, seu embrião, como já mencionado, estava nos debates levantados na I Conclat.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO POLÍTICA DA CONTAG NO CONTEXTO DA SUA ALIANÇA COM A CUT

No contexto da abertura política, as novas lideranças sindicais começaram a se articular, organizando os chamados “sindicalistas autênticos” (RODRIGUES, 1991), que, por sua vez, vieram a formar o “novo sindicalismo”. De outra parte, havia sindicalistas com vinculações partidárias distintas, basicamente com o PT e o PCB (idem). Ainda neste tempo ocorreram encontros ¹⁰⁴ nos quais participaram líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de atividades comunitárias de bairro, das oposições sindicais, além de dirigentes de sindicatos oficiais. Para Rodrigues (1991),

Essa junção de sindicalistas com atividades de movimentos sociais não é comum na história do sindicalismo. No nosso caso, ela se explica diretamente pela atuação de intelectuais militantes ligados à Igreja. Entre estes, cumpre citar frei Beto, que teve papel relevante na aproximação dos “autênticos” com os movimentos sociais e no encaminhamento de militantes católicos para o PT (RODRIGUES, 1991. p. 17)

No tocante à formação política do sindicalismo brasileiro há de se ressaltar que, com a organização do novo sindicalismo na CUT, houve a estruturação das atividades de formação destes atores. Assim, a construção da Secretaria Nacional de Formação da CUT foi um passo relevante na construção de um projeto político orgânico das oposições sindicais.

Contudo, a nosso ver, as concepções e práticas que já vinham sendo vivenciadas em alguns sindicatos que constituíram o carro-chefe na construção da CUT – os sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Monlevade, Químicos de São Paulo e do ABC, Bancários de São Paulo, Sapateiros de Franca, entre outros –, no Dieese, nos Centros de Assessoria à Educação Popular, já mencionados (principalmente o Cedi, 13 de Maio, Cepis, que durante anos de implantação atuavam no campo cutista em atividades de formação), forneceram tanto as matrizes para a construção do ideário do projeto como também boa parte dos quadros de formadores. (MANFREDI, 1996, p. 148)

Especificamente, a presença dos pequenos agricultores de base familiar no interior da CUT foi importante no sentido da construção de um novo projeto político para o meio rural, bem como no sentido da construção de um projeto de formação política com esse intuito.

O V Congresso da Contag (que como mencionado, ocorreu em 1991) também evidenciou essa importância, pois marcou uma mudança tática da CUT e da Contag,

¹⁰⁴ São exemplos o Encontro de João Monlevade, em Minas Gerais, organizado pelo Sindicato de Metalúrgicos local, e também o encontro de São Bernardo, que contou com 50 lideranças, dentre as quais 24 diretores sindicais e 14 lideranças vinculadas a organizações católicas (Pastorais, AC, Fase, etc.).

abrindo diálogos entre as duas vertentes (TAVARES, 1992). Uma hipótese levantada pelo mesmo autor é de que dificuldades do DNTR/CUT com os demais setores internos da CUT teriam contribuído para que estes participassem do V Congresso. Muito embora a luta pelos pequenos produtores fosse uma das antigas bandeiras da Contag, aqui o fortalecimento político destes agricultores, enquanto representação política, ganha destaque prioritário, em comparação as bandeiras cunhadas nas questões fundiárias e no cumprimento das leis, encampadas outrora. Além disso, há maior ênfase em questões ambientais e nas relações sociais de gênero, geração, raça e etnia. Em outro ponto, ganham relevância as ações “propositivas”. A ideia era a de transitar de uma prática de “contestação” das políticas públicas para uma prática voltada para a proposição de políticas públicas. No que se refere à formação, portanto, tratava-se de estruturar lideranças capazes de negociar e propor políticas ao Estado.

Para entendermos todo esse processo, é importante relembramos que no decorrer dos anos 1980, o “novo sindicalismo” conseguiu construir bases sólidas no campo sindical, sendo a evidência disso a consolidação da CUT como Central sindical de expressão nacional. Porém, tal consolidação não conseguiu romper com o modelo organizativo do sindicalismo corporativo (FAVARETO, 2006). Paralelamente, temos a bandeira da Reforma Agrária, que, em grande medida, passou a ficar sob a representação do MST. A consolidação do MST, também do DNTR/CUT, no campo político rural, abriram disputas pela representação política dos trabalhadores do campo.

No plano governamental, a entrada de Fernando Collor de Melo na presidência (e a derrota de Lula, que no imaginário do sindicalismo representava uma utopia de mudança social), exigiu novos referenciais às ações de CUT e da Contag, uma vez que o fato representou a consolidação de um Estado voltado para as políticas neoliberais.

Entre 1995 e 1998, preside o governo brasileiro Fernando Henrique Cardoso, dando continuidade ao projeto neoliberal. Em meio a tudo isso é que se processa uma reconfiguração na Contag, culminando no atual Projeto político da Contag, o PADRS. Tal processamento não foi ausente de uma formação política: nesse período a Contag filiou-se à CUT e também foi elaborado pelas organizações uma formação política vinculada a uma pesquisa sobre a realidade do desenvolvimento rural e da organização sindical rural: o Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical, cujo objetivo foi o de buscar bases para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural.

O projeto CUT/Contag durou de junho de 1996 a julho de 1999, sendo sua edificação pensada com base em dois eixos temáticos: o primeiro residiu num diagnóstico nacional e regionalizado do setor rural, analisando os motivos da crise do sindicalismo e da sua influência na agenda da ação sindical; o segundo analisou os rumos do desenvolvimento rural. Para tal, foram três os eixos operativos: o diagnóstico, cujas análises operaram com base em sistematizações das experiências existentes e em pesquisas de campo; a formação política, com a capacitação feita a partir dos resultados advindos do diagnóstico; a elaboração de diretrizes para um projeto de desenvolvimento rural alternativo ao hegemônico, com ênfase na agricultura em regime de economia familiar.

O foco era “desenvolver um amplo processo formativo de socialização dos elementos estudados durante todo o projeto.” (CUT/CONTAG, 1998, p. 8). Através de seminários e intercâmbios nacionais e regionais, a formação política do Projeto CUT/Contag objetivou formar dirigentes nacionais de modo que seus debates se estendessem aos dirigentes “intermediários” e, posteriormente, à “base”. Concomitantemente, o Projeto buscou formar um grupo de 40 monitores vinculados às entidades estaduais dos trabalhadores rurais, para desenvolverem assessoria nas suas áreas temáticas e para a produção de instrumentos visando um programa nacional de formação.

Assim, manteve-se uma visão de distanciamento entre base e direção. Apesar disso, o projeto aglutinou em torno de 5.000 trabalhadores rurais durante toda a sua realização. O conteúdo foi o próprio resultado (e discussão) da pesquisa de campo e dos estudos sobre experiências positivas desenvolvidas pelo sindicalismo, cruzando o conhecimento adquirido no diagnóstico com debates para a formação de políticas para a organização sindical e debates para o fomento de ações políticas no campo político rural, baseadas num projeto alternativo de desenvolvimento rural, a partir de duas vias: plataformas para ações imediatas e ações em longo prazo.

Este capítulo apresentará a construção da concepção de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, verificando como se deu a ascensão da categoria política dos “agricultores familiares” e a construção do projeto político com base no seu fortalecimento (que culmina no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS). Especificamente, o capítulo dedica-se a ver o processo de construção e realização do Projeto CUT/Contag de pesquisa e formação sindical, que, na nossa leitura, trouxe novos marcos para a prática da formação política empreendida pelo sindicalismo rural.

2.1 A ascensão da categoria política dos agricultores familiares no campo político rural e sua organização no interior da CUT

A Contag, ao constituir sua unidade sindical rural se afirmou como representante nacional dos segmentos de trabalhadores rurais no final de 1970 e início de 1980, quando lançou as campanhas salariais e coordenou as greves dos canavieiros no Nordeste (PALMEIRA, 1985). Entretanto, novos atores políticos e formas de organização e de lutas emergiram no campo político sindical e rural neste período, questionando e criticando as práticas sindicais contaguianas.

No tangente ao trabalho no campo, a intensa diferenciação econômica e o processo de modernização da agricultura ocorrido neste período expressa uma progressiva pauperização do pequeno produtor, fazendo com que muitos deles perdessem as suas terras ou arriscassem a sorte em projetos de colonização, públicos ou particulares, na Região Norte e Centro-Oeste. Muitos não foram bem sucedidos, retornando à sua terra de origem. Adiciona-se a isso, a crescente dificuldade destes agricultores em dividir seus lotes ou comprar novas terras na região, frente ao caráter empresarial da agricultura e os altos preços da terra (MEDEIROS, 1989).

O aparecimento das lutas de segmentos de pequenos agricultores expropriados ou arrendatários, em especial no sul do país, veio a formar a categoria política dos “sem-terra”. No início, os sem-terra estiveram intimamente ligados às oposições sindicais, contudo, aos poucos, foram constituindo um movimento com perfil próprio – o MST –, que questionava a organização sindical rural e, mais particularmente, a sua relação à questão fundiária (MEDEIROS, 2010). A crise de representatividade da Contag se deu por questões postas à unidade sindical por atores que surgiram no campo político rural, mas, igualmente, ela ocorreu por dificuldade da Contag em construir alternativas de ação frente à força do setor patronal em torno do I PNRA e da Constituinte e frente à intensificação das lutas pela terra no período.

Picolotto (2009) nos relembra outro aspecto. Com a redemocratização constituiu-se um “espaço público”, sendo destaque a conquista, por parte dos setores populares, do direito de serem reconhecidos enquanto sujeitos capazes de proposição pública. Muito embora de formas variadas, o *poder simbólico* adquirido por estes atores engendraram no campo político representações novas, cujo efeito os retirou, em alguma medida, do *status* de subalternidade quanto às deliberações políticas. Igualmente, questões antes silenciadas

também se colocaram no campo, ampliando bandeiras. Além disso, com o fim da ditadura, em alguma medida, cada ator político se tornou capaz de *mediar*¹⁰⁵ as demandas de seus representados, seja com a sociedade, seja com o Estado.

Neste “caldo cultural”, para usarmos o termo de Picolotto (2009), foi que, nas áreas urbanas e rurais, as oposições sindicais se articularam, constituindo o chamado novo sindicalismo (MEDEIROS, 2010). Na criação da CUT, era notável a presença das “oposições rurais”, explicitando um campo de luta pela representação dos trabalhadores do campo em relação à Contag.

Avelino Ganzer revelou que desde a Pró-CUT a Central teve ações voltadas para o fortalecimento do novo sindicalismo e também teve pautas na reforma agrária e na produção agrícola com base familiar. O relato revela que desde então já havia uma importância do segmento dos pequenos produtores dentro da Central, mesmo esta sendo um espaço hegemonicamente organizado por trabalhadores urbanos: espaço basicamente composto por dirigentes sindicais provenientes do trabalho na indústria, bancários e servidores públicos.

A progressiva ascensão da categoria política da agricultura familiar no campo político nacional permitiu a produção de novas representações políticas e o estabelecimento de caminhos para a construção de outras linguagens¹⁰⁶. Muito embora não se trate de um processo pacífico, o reconhecimento destas linguagens possibilitou novas alianças no meio rural como um todo.

A formação política subsidiou a ressignificação das demandas do campo, permitindo a continuidade de lutas e bandeiras silenciadas pela repressão e violência ditatorial. Por outro lado, a perpetuação das situações e lutas, junto à consolidação de uma institucionalidade democrática, deu um crescente peso à aparição de outras bandeiras, e, ao mesmo tempo, cresceu uma divisão no interior do sindicalismo rural, conformando o grupo que se convencionou chamar de os “rurais da CUT”. No entanto, de acordo com Medeiros (2010), no processo de ruptura do sindicalismo rural e com a entrada dos pequenos produtores na CUT reafirmou-se a identidade dos “rurais” enquanto trabalhadores, visto que o engajamento deste segmento na central sindical chegou a ser questionado por sua relação trabalhista não ser a da venda direta da força de trabalho, tal como é para grande parte dos trabalhos urbanos.

Conforme Colleti (2005), o primeiro passo na construção da organização dos pequenos agricultores dentro do então sindicalismo cutista teria sido decidir a constituição do Fórum Sul dos Rurais da CUT e a construção de propostas alternativas ao desenvolvimento rural vigente. Tais propostas ganham apoio nas regiões Norte e Nordeste por adesão a uma bandeira, mas, sobretudo, pelos jogos políticos construídos no próprio processo de formação de reordenamento do lugar político dos pequenos agricultores no sindicalismo rural e na sociedade. Tal reorganização derivou da descrença no potencial da modernização da agricultura como forma de melhoria de suas condições de vida; do efeito acumulado de experiências de incentivo às formas associativas e cooperativas; do germinar de um conjunto de novas lideranças com forte influência da Igreja ligada à Teologia da Libertação (mesma matriz de diversas lideranças do MST), questionadoras da ação da Contag (MEDEIROS, 2010).

¹⁰⁵ Aqui, mediar significa dizer a capacidade que um agente tem de estabelecer uma relação entre universos de significações. (NEVES, 2008).

¹⁰⁶ Para Bourdieu (1977), a representação política que um grupo tem de si é um produto da construção de representações que se solidificam em palavras.

Nas disputas políticas que recortavam o sindicalismo, os “pequenos produtores” progressivamente passaram a ocupar lugares de destaque, com as demandas de há muito ganhando novo perfil, através do seu reenquadramento dentro de um diagnóstico da situação agrária e agrícola do país, que os levou a falar cada vez mais da necessidade de um “novo modelo de desenvolvimento”. Nesse processo, foram importantes as atividades de formação e de intercâmbios internacionais, promovidas principalmente por iniciativas da Igreja e de organizações não governamentais, nas quais diversas lideranças sindicais foram levadas a conhecer experiências europeias. Esses elementos, somados ao crescimento do debate intelectual sobre a importância econômica e social da agricultura familiar que, por meio da ação de assessorias, rapidamente passou a circular no meio sindical, num exemplo característico da reflexividade a que se refere Giddens (1991), colocou no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo o “agricultor familiar”. Essa categoria rapidamente substituiu, no debate político e na linguagem sindical, o termo dominante até os anos 1980, “pequeno produtor”. (MEDEIROS, 2010, p. 117)

No Sul do país, as redefinições do sindicalismo, a emergência de novos atores e a mudança de ordenamento sociopolítico brasileiro da década de 1980 deu base para a construção de um novo lugar para os pequenos produtores passando pela construção de experiências de agricultura alternativa, diversificação da produção e pela luta por políticas agrícolas diferenciadas (PICOLOTTO, 2011). No processo, as ações da Igreja, cooperativas e ONGs resultaram em reflexões sobre a construção de alternativas organizativas para engendrar novos horizontes aos segmentos, sendo um dos frutos a concepção da necessidade de um novo modelo agrícola. (idem.)

Há, portanto, uma mediação no sentido da que se refere Neves (2008), feita pelos intelectuais e pelos educadores à frente da formação política promovida pela Igreja e ONGs: há uma ressignificação de universos de reconhecimento e sentidos, resultando na progressiva importância da agricultura familiar na cena política, bem como numa progressiva ideia de construção de um novo modelo de desenvolvimento baseada nos modos de produção e modos sociais da categoria. Nessa perspectiva, o contato com as experiências europeias foram importantes, como veremos a seguir.

Concomitantemente, há a disputa política pela representatividade da categoria e suas representações políticas. De acordo com Favareto (2006), nesse tempo e contexto, entra em pauta o grande desafio da organização sindical da CUT: construir a unidade na diversidade de segmentos do campo. A preocupação residia, sobretudo, na disputa pela representação dos diversos segmentos do campo representados pelos novos atores que emergiram na cena política, especialmente, pela representação do agricultor com base de produção na mão de obra familiar. Em outra parte, residia na disputa aberta com o patronato, para a representação deste segmento. Nas resoluções do III Congresso da CUT temos:

O conflito de classe e as relações sociais no campo são de uma complexidade crescente. Na região Sul, os *integrados*, uma ampla parcela de pequenos produtores que trabalham para uma única empresa e se transformam em assalariados disfarçados e a domicílio, vivem em condições cada vez piores. Os *posseiros* do Norte pagam o Incra, mas não têm a propriedade regularizada, vivendo atacados e ameaçados pelos jagunços e pistoleiros dos grandes grupos interessados em suas terras. Os *pequenos proprietários* do Norte, Nordeste e Centro-Oeste enfrentam

condições difíceis para manter a propriedade e sustentar a produção com competitividade frente aos grandes grupos favorecidos pela política do governo. De uma forma geral, vendem sua força de trabalho sazonalmente e alguns chegam também a contratar temporariamente mão de obra para a colheita. Há ainda os pescadores, que se espalham pela costa e pelos grandes rios como assalariados ou pequenos proprietários de produção artesanal. Os seringueiros e garimpeiros, que trabalham por conta própria nas piores condições conhecidas pelos homens, além dos últimos 220 mil índios, subdivididos em 150 nações, que conseguiram sobreviver e resistir à voracidade da lógica capitalista. Os trabalhadores madeireiros, em condições subumanas, também constituem uma enorme categoria. E, finalmente, nas regiões Sul e Sudeste cresce o número de *assalariados temporários*, conhecidos como bóias-frias, que, conjuntamente com os assalariados do Nordeste, sustentam as lavouras de exportação como as de cana, cacau, laranja, café, juta e outras. Este quadro complexo está presente na vida associativa dos sindicatos, onde convivem interesses concretos diferenciados de pequenos proprietários, assalariados, posseiros e sem-terra. (CUT, 1988, p. 8-9)

São imensas as dificuldades e os desafios da luta dos trabalhadores no campo. No entanto, é exatamente aí que estamos assistindo aos mais rápidos avanços da luta popular no país. O crescimento do capitalismo no campo coloca um quadro extremamente complexo de interesses no seio da própria classe trabalhadora. O capitalismo, longe de unificar os interesses dos trabalhadores, procura dividi-los. O latifúndio e os grandes grupos econômicos procuram jogar os trabalhadores do campo uns contra os outros. E, muitas vezes, alguns setores não se sentem plenamente contemplados pelas ações sindicais, pelas pautas de reivindicações e pelas formas de luta. Unificar este conjunto de interesses e reivindicações dos trabalhadores do campo é uma questão estratégica para a classe trabalhadora brasileira. E é um dos grandes desafios para a CUT, que tem também que enfrentar a relação campo/cidade, para que os trabalhadores construam na prática sua unidade de classe. (CUT, 1988, p. 9-10)

A CUT, para emergir como a grande referência da luta dos trabalhadores do campo, terá que fortalecer o Departamento Rural em todos os estados e regiões e promover um trabalho incansável de reflexão, organização e participação efetiva dos trabalhadores rurais na definição da estratégia de trabalho e nas grandes decisões da central sindical. (CUT, 1988, p. 10)

Na ocasião do 1º Congresso do Departamento, no início de 1990, foi lançada a bandeira de um desenvolvimento rural alternativo ao hegemônico, com base na agricultura familiar e na reforma agrária ampla e massiva. Segundo Medeiros (2010), neste contexto o termo “agricultor familiar” é amplamente incorporado pelas lideranças vinculadas à CUT e o segmento passa a ter prioridade.

Sobre a crítica à categoria do “trabalhador rural” e do “pequeno produtor” e a construção da categoria política do “agricultor familiar” enquanto categoria unificadora da diversidade, Avelino Ganzer afirmou:

Agora algo que há muitos anos vinha incomodando é que, na hora que você tratava da luta – da busca de crédito, da busca de assistência técnica

ou na relação com o governo –, você não tinha uma caracterização. Então os agricultores, os sem terra ou aquele que queria a terra, eram classificados como o micro, o mini, o pequeno ou médio produtor rural. Criou-se essa cultura. Você ia ao banco e tinha essa caracterização. Era uma grande confusão entre o pequeno proprietário de terra e o pequeno produtor, pois você pode ter uma pequena propriedade, e esta pode ter uma alta produtividade. Até a academia fazia (e continua fazendo) essa confusão. Você tem, de um lado, a propriedade da terra, que é uma disputa permanente. Nesse sentido, quem é o proprietário da terra? E aí sim você pode tratar o latifundiário, o grande empresário rural, o médio, o pequeno e o micro proprietário de terra. Mas do ponto de vista da caracterização de quem produz para abastecer os pequenos mercados nas cidades ou os pequenos mercados em geral, estes são os setores que estão em áreas pequenas. E como você caracteriza? Nós fomos buscar, desde a década de 1980, com a USP, o Veiga [José Eli da Veiga], o Abramovay [Ricardo Abramovay], o Chiquinho da Universidade do Pará [Francisco de Assis Costa], que tinha acabado de chegar e feito doutorado sobre agricultura familiar na Alemanha. Fomos pegar outro estudioso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que hoje está na Embrapa, pegamos outro da região da Paraíba. Fomos juntando esses intelectuais junto a nós, para discutir. E aí fomos buscar essas experiências a nível nacional e a nível internacional, principalmente. Começar a estudar um pouco as experiências europeias, americanas, ou das experiências do leste asiático – Japão, China – que é muito diferente, mas era importante para se ter uma noção para avançar numa caracterização. Em 1984, 1985 esse debate interno já estava colocado, mesmo que de maneira inicial. (Avelino Ganzer, entrevista concedida a IMS no dia 09/11/2012)

O debate acerca da gestação de uma nova cultura sindical rural, ou nova hegemonia, tal como é pensada por Gramsci (2010), estava colocado no âmbito cutista desde o ano de 1988, muito embora as “oposições rurais” tenham se organizado no seio da instituição desde a sua construção; também desde esse tempo essas oposições se organizaram na malha sindical rural, constituindo divisões no seu interior (MEDEIROS, 2010). Favareto (2006) revela que uma das principais críticas das oposições ao sindicalismo contaguiano estava na generalidade da categoria “trabalhador rural” frente à diversidade de segmentos que compunha o meio. As disputas em torno das categorias políticas vão gerar, além das já mencionadas organizações sindicais e não sindicais, a Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp), a Federação de Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (Fetrafesc) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Ao mesmo tempo, outros temas foram se impondo ao sindicalismo rural, envolvendo questões de gênero e geração (MEDEIROS, 2010). Um exemplo foi a crescente organização de mulheres trabalhadoras rurais, que, segundo a mesma autora, se traduziu em preocupações como o reconhecimento legal delas como trabalhadoras rurais e sua garantia nas direções sindicais, através de um sistema de cotas. No tangente ao tema da geração, a preocupação foi quanto à sua formação profissional diante das dificuldades de acesso à terra e à empregos urbanos. O tema da aposentadoria também ganhou visibilidade, devido à situação de pobreza nas áreas rurais, ao aumento relativo da população idosa no campo e ao crescente abandono do local pelos jovens. Ademais, a contribuição dos aposentados ocupou grande parte das atenções do cotidiano sindical, por passar a representar uma renda mensal regular das famílias agricultoras, frente à sua crescente pauperização.

A emergência e consolidação destes novos atores e representações políticas retiraram a hegemonia da Contag quanto à representação dos trabalhadores do campo, bem como retirou o lugar de unidade da categoria dos trabalhadores rurais quanto à representação destes segmentos. Após todo um processo de formação política direcionado para a consolidação do mosaico de segmentos e atores em torno da identidade política de trabalhador rural, conforme as leis sindicais determinadas pelo Estado civil militar, há, neste tempo, a “implosão” desta unidade. Esta preocupação esteve presente nas atividades de formação política desenvolvida pela CUT e pela Contag ao longo dos anos 1990.

No IV Concut, que aconteceu em 1991, foi realizado um levantamento sobre as práticas formativas desenvolvidas pelos sindicatos filiados à Central. Verificou-se que elas se destinaram à formação de dirigentes, militantes e à formação de categorias profissionais e segmentos específicos, como o das mulheres. Nas atividades feitas pelos sindicatos rurais, por exemplo, desenvolviam-se temas que expressavam a cultura sindical rural da CUT, ou as demandas de seus representantes: pequenos agricultores autônomos, de base familiar, segundo Picolloto (2009). Além das relações de partidos e sindicatos e da administração sindical cutista, os temas foram o avanço do capitalismo no campo, organização/produção de pequenas propriedades, cooperativas agrícolas, assistência técnica e agrícola, comercialização na pequena produção, economia agrícola, direitos dos trabalhadores, assessoria jurídica e a mulher trabalhadora rural. Os resultados também mostraram que 75% dos sindicatos filiados à Central desenvolviam alguma prática de formação política, mesmo que não de modo sistemático ou permanente. Dentre estes, 54% eram sindicatos rurais (MANFREDI, 1996).

No plano geral, reações conjuntas dos movimentos sociais do campo às transformações na agricultura expressam-se com mais vigor no cenário político dos anos 1990. Organizações como a Contag e o DNTR/CUT passam a se articular conjuntamente em direção à reivindicação da reestruturação produtiva dos agricultores familiares: a reivindicação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares e de produção, impactados pelo processo de abertura econômica (SCHNEIDER, MATTEI, CAZELLA, 2004). Ganham destaque os “Gritos da Terra Brasil”, evento que coloca os agricultores em grande visibilidade política.

Para Picolotto (2011), a origem dos Gritos da Terra é creditada a eventos organizados em duas regiões que tiveram forte articulação da CUT rural: o sul e o norte do país. Em 1991, é realizado no Pará, pela Fetagri e outros, o I Grito do Campo, com grande mobilização dos trabalhadores contra a violência no campo e pelo acesso dos pequenos produtores a um fundo financeiro previsto na Constituição de 1988. Este Grito do Campo teve a participação do MSTR, das centrais sindicais CUT e CGT, de partidos políticos como o PT, PCdoB, PSB, PSDB, de entidades de apoio como a Fase, CPT, Caritas, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e das igrejas católica e luterana. Outros Gritos do Campo aconteceram no início dos anos 1990, como o da Amazônia, o que mostra uma ampliação das articulações políticas na região norte. No sul do país ocorreram as Jornadas de Mobilização, organizadas pelos pequenos produtores ligados à CUT.

A conquista de algumas vitórias¹⁰⁷ permitiu a construção de uma perspectiva de luta sequencial, a partir de estudos sobre ações de longo prazo (PICOLOTTO, 2011). Tanto os Gritos do Campo quanto as Jornadas de Mobilização deram base para que no ano de 1994 fosse organizado o I Grito da Terra Brasil, uma mobilização nacional organizada

¹⁰⁷ O II “Grito da Terra” conquistou uma linha de crédito chamada de FNO-Urgente. Mais informações, ver Picolotto (2011).

por uma ampla articulação do DNTR/CUT, da Contag, do MST, da MAB, do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), do CNS e da Coordenação dos Povos Indígenas do Brasil (Capoib). “A realização do I Grito da Terra foi muito bem arquitetada, tomando por base as experiências anteriores e a postura propositiva que o sindicalismo assumia nesse período” (PICOLOTTO, 2011, p. 176). O objetivo era que os movimentos sociais do campo ganhassem confiabilidade entre si, bem como o de agregar elementos para um projeto alternativo de desenvolvimento rural (idem.).

No plano do campo político rural, diante das muitas mobilizações ocorridas entre o I e do II Grito da Terra (este último, datado de 1995), o governo se redefiniu e optou por atender demandas de apoio à agricultura familiar, escolhendo o sindicalismo rural (já unificado formalmente pela filiação da Contag à CUT, que ocorreu no seu VI Congresso, em 1995) como o seu interlocutor (PICOLOTTO, 2011)¹⁰⁸. “Neste complexo contexto de ascensão nacional do MST e de unificação do sindicalismo no campo é que ocorreria a emergência da categoria “agricultura familiar” no sindicalismo da Contag.” (PICOLOTTO, 2009).

A filiação e a adoção do termo “agricultura familiar” pela Contag não eliminou disputas entre ela e a CUT, no interior das instâncias sindicais, em especial no sul do país, contudo,

Em função dessa unificação do sindicalismo, a partir do II Grito, a Contag, como organização cutista, passaria a assumir a sua realização como prioritária, mantendo-se um amplo leque de alianças com as demais organizações do campo que já haviam participado da primeira edição. A preparação do II Grito – já durante o governo Fernando Henrique Cardoso – manteve uma estrutura semelhante à do de 1994. Entretanto, o projeto do movimento sindical começava a se transformar significativamente desse momento em diante ao assumir a *agricultura familiar* como a destinatária de suas maiores expectativas. (PICOLOTTO, 2011, p. 178)

Fruto do “Grito da Terra” foi a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o reconhecimento da categoria do “agricultor familiar” nas políticas públicas. Picolotto (2011) atribui a origem do programa a duas ordens de fatores: a reivindicação, por parte do sindicalismo rural (Contag e DNTR/CUT), por um plano de créditos subsidiado para os pequenos agricultores afetados pelo processo de abertura comercial da economia brasileira e a repercussão do estudo FAO/Incra, que definiu operacionalmente a agricultura familiar.

O estudo foi um convênio firmado em 1994 entre estas entidades para elaborar estratégias para o desenvolvimento rural no Brasil, sendo elas: 1) elaborar um conjunto de diretrizes na formulação de políticas públicas destinadas aos agricultores familiares; 2) elaborar uma avaliação de custos de assentamento de reforma agrária e sugerir diretrizes para a eficiência do processo de reforma agrária. O primeiro trabalho realizado pelo estudo foi uma caracterização do potencial de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, delimitando o público alvo das políticas recomendadas pelo estudo. A segunda parte dedicou-se a elencar medidas de políticas agrárias e agrícolas “que engendrarão a opção pela agricultura familiar como linha estratégica do desenvolvimento rural.” (p. 1)

¹⁰⁸ O “Grito da Terra”, até os dias de hoje, é um evento de reivindicação, proposição e negociação do sindicalismo rural com os governos.

No projeto vemos uma visão positiva do modo de produção da agricultura familiar, diante do modo patronal: sendo a ação patronal sócio-excludente e concentradora de renda (uma vez que seu modo de produção se baseia na completa separação entre a gestão e o trabalho, na especialização, na relação de trabalho assalariado), a agricultura familiar engendraria um modo de produção melhor em termos sócio-culturais, uma vez que ela apresentaria mais diversificação de produção e de formas de exercício do trabalho. Logo, ofertaria maior sustentabilidade.

Essas medidas também se direcionaram para o âmbito fundiário. Na leitura do estudo, o fortalecimento da agricultura familiar era uma forma de se fazer a reforma agrária: “[...] um programa de políticas públicas dirigido à agricultura familiar também terá o efeito de impedir o agravamento dos problemas sociais aos quais a reforma agrária procura responder” (p.6). Os problemas mencionados são aqueles referentes aos estratos mais fragilizados de trabalhadores rurais: estratos que não possuem condições de garantir terras às suas gerações seguintes, motivo que faz aumentar o contingente de trabalhadores sem terra e a migração de pessoas do campo para a cidade.

Em outra parte do texto, temos que o acesso à terra, somado ao apoio governamental, permitiria mesmo aos agricultores familiares de pequenas dimensões de terra um nível de vida superior ao que poderiam obter como trabalhadores assalariados, no campo ou na cidade. Por fim, cabe ressaltar que as considerações técnicas do Projeto FAO/Incra contou com alguns consultores que, tempos depois, estariam à frente do Projeto CUT/Contag.

Em 1996, a partir do decreto 1946, criou-se o Pronaf, com finalidade de promover o desenvolvimento do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, a partir de parcerias entre os Governos Municipal, Estadual e Federal, da iniciativa privada e dos agricultores familiares e suas organizações (Pronaf, 1996). Suas diretrizes tiveram como referência as experiências européias. Segundo Carneiro,

Assim como na Europa, o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural (CARNEIRO, 1997, p. 71)

O público definido pelo Pronaf foi a agricultura familiar de transição ou aqueles ainda não consolidados como empresas, mas que possuíam um potencial de viabilização econômica com a utilização do trabalho direto seu e de sua família (mesmo que com possibilidade de utilização de mão de obra empregada, no mínimo 80% da renda familiar deveria ser originada da exploração agropecuária e/ou extrativa). O Programa priorizou os agricultores capazes de acessar as inovações tecnológicas e o mercado, ficando de fora os “periféricos”, ou com áreas menores que dois hectares ¹⁰⁹, considerados como inviáveis economicamente (uma integração produtiva sugerida pelo Programa ao grupo é o exercício de atividades não-agrícolas compatíveis com sua condição de agricultura). O agricultor familiar reconhecido pelo Pronaf (1996), portanto, teve forte base nos estudos levantados pela FAO/Incra (1994) e suas tipologias das formas sociais de produção no meio rural brasileiro.

¹⁰⁹ Ver resolução nº 2310, de 29 de agosto de 1996.

Livros acadêmicos também subsidiaram a formação do discurso pelo fortalecimento da agricultura familiar. Para Favareto (2006), o livro de Ricardo Abramovay, lançado em 1992 – *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* –, o de José Eli da Veiga, lançado em 1991 – *O desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica* – e os dois volumes organizados por Hugues Lamarche – *A agricultura familiar* – formaram uma “espécie de trinca incontornável de estudos rurais e serviram para afirmar a relevância da noção ‘agricultura familiar’ para o vocabulário acadêmico brasileiro” (p.16). Favareto (2006) ainda salienta que estas produções produziram reflexos no discurso dos movimentos sociais e na burocracia governamental ligada à agricultura.

Com abordagens diferentes, os autores apontam reflexões teóricas e empíricas sobre o processo de desenvolvimento rural empreendido nos países capitalistas avançados, para refletir o processo no Brasil. Não adentraremos profundamente nos debates levantados nos livros, mas, temos neles uma crítica à idéia de agricultura como semelhante à produção industrial, trazendo que a produção agrícola esbarra nos limites naturais das plantas e animais: o desenvolvimento capitalista da agricultura ocorre apenas através da apropriação e da substituição industrial de determinadas etapas do processo de produção destes organismos (VEIGA, 1991). Noutro ponto, a adoção de uma visão histórica do processo de produção agrícola nos países capitalistas desenvolvidos teria mostrado que a caracterização feita apenas pela oposição ‘familiar’ X ‘patronal’ seria limitada, sendo mais frutífera as análises que procuraram entender o movimento histórico que fizeram com que a agricultura familiar tenha predominado em todos estes países (VEIGA, 1991). Os livros verificam que os casos bem sucedidos de integração agroindustrial vistos nos EUA e Europa contrariaram a idéia de desenvolvimento como algo atrelado apenas à mudança técnica, sendo fundamentais os aspectos mercadológicos, financeiros e espaciais, tais como mudanças no padrão de demandas, o acesso a fontes alternativas de financiamento, o tamanho da área de produção definido a partir do seu potencial na produção de capital e força de trabalho.

É nessa unidade entre a natureza fundamentalmente familiar da agricultura e seu funcionamento a partir de critérios públicos, definidos institucionalmente e onde o mercado pesa cada vez menos, que reside justamente a pedra de toque da modernização da agricultura nos países capitalistas avançados. [...] Vale dizer, o que mudou na agricultura dos países capitalistas centrais não foi apenas sua base técnica, ou sua integração a conjuntos econômicos que extrapolam o setor: a característica central da agricultura moderna está exatamente na capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre seu próprio processo de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1991, p. 266)

Para os autores, a moderna agricultura teria se apoiado na empresa familiar, contrariando a visão de que seu modo de produção estaria fadado à extinção ou a sua total transformação em mão-de-obra assalariada.

Dentro e fora do sindicalismo rural (cutista e contaguiano) a busca pela formação de um discurso comum também teria iniciado uma reavaliação do significado do desenvolvimento rural, envolvendo nisso as relações entre o rural e o urbano. Nessa assertiva, a perspectiva era a de trançar uma aliança a partir da construção de ideias de mudanças nos processos políticos, econômicos e sociais em curso no Brasil, de proposições de políticas públicas e de injeção de agentes pró-desenvolvimento alternativo no cenário político. O desafio, no entanto, residia em como caracterizar e identificar o

“agricultor familiar”, tendo em mente esta orientação. Avelino Ganzer nos relatou como foi este momento no interior da Central:

E é aí vai avançando toda essa caracterização, porque para nós [a CUT] era importante. Isso foi até quando nós jogamos isso na pauta e fomos para as grandes plenárias e Congressos, para ser debatido e aprovado. Houve muitas divergências sobre isso: a economia camponesa, a economia [...], todo esse debate ideológico, por detrás ou não. (Avelino Ganzer, entrevista concedida a IMS no dia 09/11/2012)

Um depoimento do então presidente da Contag, Francisco Urbano, mencionado por Picolotto (2011), aponta como foi essa “virada” de bandeiras na Contag:

Desse período de 1988 para cá, nós fomos aprofundando. Em 1995, me parece, foi o grande salto da maioria das lideranças sindicais, e boa parte dos técnicos, de fato, compreenderam que tinham que mudar o enfoque nessa agricultura, da pequena agricultura familiar. Se você olhar a maioria dos documentos dos Congressos dos Trabalhadores, tem uma lógica em termos dos objetivos, mas você vai ver que tem uma mudança muito grande entre os documentos anteriores e a partir de 1995. Que, na minha visão, foi o grande momento da academia brasileira. Estudiosos como José Eli da Veiga e outros que estavam na Europa estudando com maior firmeza o papel da agricultura familiar, nesses países capitalistas, sem ter feito uma reforma agrária. Eu me lembro que o José Eli da Veiga passou uns oito meses na Inglaterra – que tem um processo de distribuição de terras bem diferente da maioria – estudando o processo da agricultura familiar. A partir daquele Projeto Nacional de Política Agrícola da Contag – que foi feito para definição de uma política agrícola diferenciada e que foi feito para fazer a Lei Agrícola no Congresso Nacional, que a Constituição mandava fazer – foi aonde se aprofundou esse processo. (Francisco Urbano, 2003, *apud* Picolotto, 2011, p. 179).

Os silêncios registrados nos dois depoimentos trazem pontos importantes, uma vez que a fundação do DNTR foi em 1988, e este, como vimos, tinha por principal público o segmento de agricultores de base familiar. Para Picolotto (2011), o DNTR foi um dos grandes responsáveis por levar o debate quanto à definição de uma categoria política da “agricultura familiar” para o interior da Contag no início da década de 1990. As falas trazem indagações às formas como o fato ocorreu, contudo, demonstra tensões e disputas no campo político sindical rural, quanto à constituição da categoria.

Quando indagado sobre as negociações a respeito do Pronaf, feitas entre o sindicalismo rural e o governo, Avelino Ganzer revelou na sua entrevista que elas vinham acontecendo desde antes do I Grito da Terra. No tempo entre o I e o II Grito ¹¹⁰, uma audiência foi marcada com o então presidente Fernando Henrique Cardoso, a fim de apresentar a proposta para o Programa. O presidente teria argumentado que a proposta seria válida se ela fosse uma política social e não econômica. Entretanto, o Ministro da Agricultura a teria achado inovadora, mas não teria fontes para financiá-la. Por fim, o Pronaf foi implementado com uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Sobre seus passos seguintes, temos as palavras do dirigente da CUT,

¹¹⁰ Lembramos que quando ocorreu o I Grito da Terra, Itamar Franco presidia o Brasil. Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência apenas em 1995.

Agora, como não tínhamos autorização para consolidar o programa, mesmo com o ministro nos falando isso, tiveram que ter ocupações do Ministério, manifestações pelo país inteiro. Nós tínhamos força política. E, de certa forma, nasceu uma política de aliança importante, que foi a CUT – o Departamento Rural – com o Movimento sem Terra. E aí é que, ela [a aliança] procurava se relacionar com a Contag. Mas ela sentiu que era um projeto de fazer oposição à própria Contag. Então sempre trabalhava com muita preocupação. E depois vieram grandes processos. No tempo dessa questão do Pronaf (que já vinha desde a constituição de 1988) estávamos com mais de 20.000 pessoas do campo, com a CNBB, a CPT, no Congresso Nacional em Brasília. (Avelino Ganzer, entrevista concedida a IMS no dia 09/11/2012)

Há que se destacar que a Contag e a CUT vinham demandando a criação de uma política de créditos para a reforma agrária desde a Constituinte (PICOLOTTO, 2011). Em outra perspectiva, um plano de créditos já era previsto no PNRA. Em 1986 é criado o Programa de Créditos Especial para a Reforma Agrária (Procer), porém, o programa só teve maior efetividade a partir de 1992, quando as mudanças políticas do governo Itamar Franco (1992-1994) e a crescente pressão dos movimentos sociais contribuíram para o aumento dos recursos destinados ao Programa. O Pronaf, da mesma forma, foi fruto de pressões feitas por manifestações de massa.

Por sua parte, no sindicalismo contaguiano, o início de uma concepção de luta com base na categoria “agricultura familiar” teve início no I Grito da Terra, quando a Confederação elaborou e participou das mobilizações conjuntas com a CUT e demais organizações representantes rurais. Ao longo do I e II Grito da Terra, o debate da agricultura familiar consolidou-se na Contag, e, na ocasião em que a Confederação se filiou à CUT, o projeto da agricultura familiar passou a ser também da Contag.

A aproximação entre a Contag e a CUT acabou promovendo o relacionamento da Confederação com organizações internacionais e a construção de uma política estratégica de relações internacionais por parte da Confederação, sendo uma das suas primeiras intervenções a de representar a “agricultura familiar” numa coordenadoria do Mercosul. O processo de internacionalização levou a Contag a participar de eventos como os da União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação (Uita).

No entanto, a presença de atores políticos que criticavam o sindicalismo contaguiano e a instituição da categoria política dos agricultores familiares por meio da implementação do Pronaf desenhou um contexto ambíguo, considerando-se as relações entre CUT e Contag, um contexto de disputa entre as entidades, mas também de unificação, dando início ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – o PADRS.

2.2 A filiação da Contag à CUT e a construção de um projeto político de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar

Para entendermos o momento de emergência do PADRS, entrevistamos um assessor do DNTR/ CUT do período de 1993 a 1996. Vale pontuar que nos momentos anteriores à assessoria, nosso entrevistado teve envolvimento com o movimento estudantil da agronomia, com o PT e com o movimento sindical dos bancários ¹¹¹.

¹¹¹ No momento da sua entrada no Departamento, nosso entrevistado era recém-formado em Ciências Sociais. Sua entrada no DNTR/CUT ocorreu por conta de um amigo que pertencia ao movimento estudantil da agronomia e era assessor do departamento. Além do trabalho de assessor do DNTR/CUT, nosso

Seu relato trouxe que o nascer da bandeira do projeto alternativo de desenvolvimento rural nos congressos nacionais do DNTR ocorreu em três fases.

A primeira relacionava-se com a abertura política do país: no período em que se originou a CUT a luta sindical era de oposição e de reivindicação do Estado, contudo, na abertura começou a se formar uma oposição ao modelo do desenvolvimento brasileiro posto em marcha. No contexto, os espaços públicos passaram a ser compostos também por representantes de movimentos e organizações de esquerda, trazendo a possibilidade de proposição do modelo alternativo ao hegemônico.

Junto a isso, houve a centralidade nos agricultores familiares, que, em grande medida, teve a ver com a crise de representatividade da Contag e a emergência de novos atores e bandeiras de luta no campo. Na opinião do entrevistado, a ascensão da categoria de “agricultor familiar” teve forte influência dos quadros técnicos do movimento sindical e da academia ¹¹².

O terceiro elemento que vem, e aí que dá a ideia de um projeto alternativo, que era o jargão: o slogan de orientação marxista do sindicalismo rural, que era construir a unidade na diversidade. Então como você traduz esse princípio geral da esquerda numa coisa endereçada à realidade rural: a unidade é o projeto. E o alternativo de desenvolvimento rural é a maneira de acomodar as demandas dos assalariados, dos sem terra e da agricultura familiar, os três grandes públicos em que se divide a base social do sindicalismo rural, tal como ele lia naquele momento. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 17/12/2012)

A fala indica que a construção do projeto intentou não só construir uma concepção de desenvolvimento rural alternativo ao hegemônico, mas, sobretudo, intentou construir uma representação política para os trabalhadores do campo: o projeto seria a “unidade” representante desses trabalhadores. Nisso, a categoria política dos agricultores familiares representaria a “diversidade” de segmentos de trabalhadores, uma vez que seus modos de produção e de reprodução social contemplariam as demandas destes segmentos.

Além disso, o plano de construção de uma concepção de desenvolvimento alternativo foi um projeto levado pela CUT para os espaços das Fetags para, com ele, disputar a Contag. Para Avelino Ganzer,

Era o centro de disputa da Contag. Nós não queríamos disputar pelo espaço simplesmente. Tinha uma visão de tentar trabalhar para filiar a Contag à CUT, para que avançássemos no rumo da construção deste novo sindicalismo. O centro desta visão era o grande debate do momento histórico que o país vivia, para o desenvolvimento rural sustentável. Aí entrou o início do debate da chamada ruralidade ¹¹³, que é muito mais do

entrevistado também implementou na Escola cutista São Paulo a última parte da formação do Projeto CUT/Contag e declarou que após sair da assessoria do DNTR/CUT e ter passado a prestar serviços para a direção nacional da CUT, permaneceu alguns anos como formador na Escola São Paulo, junto aos rurais.

¹¹² Para o assessor do DNTR/CUT esse processo ocorreu concomitantemente no campo das ONGs.

¹¹³ Os estudos dedicados ao mundo rural teriam se consolidado numa dualidade entre uma perspectiva econômica, onde as estruturas determinantes do desenvolvimento rural estão assentadas nos caracteres agrários e, noutro ponto, numa concepção cultural (FAVARETO, 2006; CARNEIRO, 2008). Diante da diversidade de formas de unidades de produção, de formas sociais e formas culturais existentes no cotidiano rural é que se deram e dão os debates sobre a “ruralidade”. O norte dado ao projeto alternativo nesse sentido foi o de juntar a racionalidade da produção na agricultura às relações sócio-culturais da organização familiar:

que produção agrícola: é produção agrícola e não agrícola. (Avelino Ganzer, entrevista concedida a IMS no dia 09/11/2012)

No entanto, o assessor apontou que no bojo da crise do sindicalismo rural o DNTR/CUT percebeu que o seu projeto de disputa das federações havia chegado a um limite, por conta da capacidade de interlocução e mediação que a Contag tinha com estas instituições, bem como com o Estado.

Porque projeto político? Os chamados rurais da CUT tinham se constituído muito em função da contraposição à Contag. Então eles tinham uma forte capacidade de mobilização, um discurso ideológico muito consistente, e na base desse discurso, além das questões de cunho político mais estrutural, no âmbito interno do sindicalismo estava uma crítica ao modelo da Contag: essencialmente verticalizado, muito pautado pela negociação com o Estado, pouca mobilização social, etc. Só que o que acontece é que, se você olhar os gráficos de crescimento do sindicalismo rural da CUT, desde o início, no alto de 1983, o número de sindicatos vai crescendo, crescendo, crescendo, depois ele chega perto de 700¹¹⁴ e para. Então, qual que era esse estacionamento de crescimento? Você tinha um grande número de sindicatos, que eram simpáticos ao discurso da CUT, mas que não queriam se desvincular da Contag. Porque a Contag tinha uma legitimidade, ela tinha uma capacidade de interlocução com o Estado, etc. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 17/12/2012)

Devido à sua crise de representação, a Contag também sentiu dificuldades. Como mencionado anteriormente, diversos de seus sindicatos tinham simpatias pela CUT, o que gerava tensões.

Pensando na costura que foi feita na construção do Projeto Alternativo, na construção da categoria do “agricultor familiar” no interior do sindicalismo e na ascensão da categoria política dos agricultores sem terra (sob a representatividade do MST), o entrevistado afirmou que “É quase como houvesse uma divisão política do trabalho”. De um modo geral, houve certa habilidade das lideranças rurais em “juntar as peças”, construindo seus discursos e suas bandeiras com pontos de vista ideológicos “não concorrentes” entre si: a “costura” permitiu que a representação política dos agricultores familiares ficasse mais a cargo do sindicalismo rural, enquanto a dos “sem terra” ficasse com o MST. Com isso, houve uma generalização da categoria “agricultor familiar” para além do sindicalismo, uma vez que para o projeto do sindicalismo rural todos os segmentos do campo por ele representado seriam contemplados na categoria. Concomitante ao entendimento daqueles que representam a agricultura familiar houve o entendimento daqueles não representados pelos sindicatos, alocados “fora” da categoria da “agricultura familiar”, no caso, os sem terra.

Do ponto de vista das bandeiras políticas históricas capitaneadas pela Contag, se durante a ditadura a luta pelos direitos trabalhistas e a reforma agrária garantiram a continuidade da organização dos trabalhadores rurais, tal como nos afirma Palmeira (1985), por outro lado, tais bandeiras se transfiguraram no momento da democratização do

a unidade familiar (e suas formas de vida) protagonizaria as redes de relação de trabalho no campo, ao inverso da concepção de que os componentes econômicos é que ditariam as relações sociais de produção.

¹¹⁴ De acordo com o IBGE (1992), eram 4.483 sindicatos rurais existentes em 1987. Em 1992, eram 4.498 sindicatos rurais e, destes, 639 eram filiados à CUT.

país (seja de significado, seja de representação): novamente, tal transfiguração se deu num momento de unificação do sindicalismo rural.

No momento, o DNTR se lançou a partir de duas bandeiras: a reorganização do movimento sindical e um projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar. Contudo, sua tentativa de adentrar o sistema Contag a partir do acoplamento do seu projeto às concepções contaguianas (formadas nos anos 1960, 1970 e 1980, calcadas nos direitos trabalhistas e na luta pela reforma agrária), teve contratempos.

As principais lideranças do Departamento Rural da CUT vêm do sul do Brasil, daquela região que envolve o noroeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, e da Transamazônica. Portanto, eram agricultores que reivindicavam a identidade de agricultura familiar, mas havia um número muito grande de sindicatos no interior do Nordeste, onde a questão fundiária era muito forte. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 17/12/2012)

O “esgotamento” das bandeiras anteriores do sindicalismo rural junto ao teto de crescimento da base social do movimento sindical cutista teria gerado um campo de aproximação entre ambas as entidades, muito embora com tensões. “Enfim, o encaixe era perfeito, digamos assim [risos]. E aí que veio o Projeto CUT/Contag.”, avaliou o assessor (o Projeto CUT/Contag será o tema aprofundado no nosso terceiro subitem).

No sentido da trajetória da formação política do sindicalismo rural, é importante ressaltar as práticas desempenhadas pelo DNTR no momento anterior à formulação do PADRS. No início dos anos 1990, o DNTR era um departamento vinculado à direção nacional da CUT e recebia recursos de cooperações internacionais.

Eles tinham um projeto grande, que era financiado por uma organização que não existe mais, que se chamava Fitpas¹¹⁵. [...] E esse projeto estava chegando ao fim. Era um projeto cujos doadores originais eram a Central Sindical Holandesa, a FNV, e o Conselho das Centrais Sindicais Suecas, o Conselho LO/TCO. E, portanto, estava centrando num período em que era preciso fazer uma avaliação desse projeto. E havia da parte do departamento rural o desejo de propor um novo projeto para os anos seguintes. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 17/12/2012)

Tratava-se de um projeto que financiava as atividades do DNTR para a sua consolidação, subsidiando a liberação dos dirigentes para o exercício do cargo, a contratação de assessores e a realização de encontros de formação. Contudo, o projeto não possuía um eixo temático: o eixo era a própria consolidação do Departamento.

Naquele momento, era grande a relação da DNTR com centrais sindicais europeias, conseguindo daí uma das principais fontes de financiamento da Central. Segundo o assessor:

E para as organizações internacionais, a área rural era uma das prioritárias, por conta da precariedade toda e por conta também dos conflitos do campo etc., a visibilidade disso tudo. Então havia vários projetos de cooperação internacional, e esses correspondiam, sei lá, a 80%, 90% do orçamento do Departamento Rural. Então, era muito

¹¹⁵ Federação Internacional de Trabalhadores em Plantações, Agricultura e Similares

importante essa continuidade. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 17/12/2012)

Dois fatos importantes ocorriam durante o início da década de 1990, no âmbito do sindicalismo rural: no plano internacional, a Fitpas foi incorporada por outra organização, a Uita ¹¹⁶, em 1994; em território nacional ocorreu a aproximação do DNRT/CUT com a Contag.

De tais estreitamentos derivaram-se algumas inovações na formação política desenvolvida pela CUT. Ao refletir sobre o momento, o assessor do DNTR/CUT contou que havia a constatação de uma insuficiência quanto à maneira como a formação política cutista vinha sendo feita. Segundo ele, a formação da CUT era fundamentada numa linha “principista”. Tratava-se de uma formação com objetivos na passagem de uma concepção para o conjunto sindical cutista, contudo, alguns quadros técnicos e da direção da CUT eram críticos a esta prática formativa. Em certa medida, o elaborar de uma formação política conjunta – CUT e Contag – inflexionou esse sentido “principista”, uma vez que o processo de unificação das entidades carregava consigo a necessidade de uma formação com vertente mais voltada para a “unificação de discursos”, este, em torno de um projeto político.

Ainda do ponto de vista das lideranças cutistas, a saída da crise de representatividade do sindicalismo rural se daria numa busca pelo “autoconhecimento”, ou seja, uma busca para se mapear os locais nos quais haviam sindicatos filiados à CUT, quais eram os segmentos predominantes nas áreas rurais brasileiras, etc. Na fala do assessor entrevistado, “a diversidade era reconhecida no discurso, mas havia pouca informação concreta”.

A filiação da Contag à CUT ocorreu no VI Congresso da Confederação, em 1995, e houve tensões no processo. A respeito do Congresso, temos:

Eu nunca vi num congresso, uma chapa ser anunciada e desagradar simplesmente a todos os delegados que estavam presentes. E ser a chapa única. Foi uma coisa completamente inusitada. Porque quando anunciaram o presidente da chapa, que era o Urbano, ex-presidente da Contag, metade do Congresso vaiou, que era a metade de delegados da CUT.

– Você estava no Congresso?

– Estava. E participei das discussões todas, de composição, e porque que se chegou à composição, etc. Então, a metade vaiou. Quando anunciam o vice-presidente da chapa única, que era o Avelino Ganzer a outra metade vaiou. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 17/12/2012)

A avaliação que a Central fazia sobre a situação era a de que, mesmo que esta ganhasse a direção, não seria possível a governabilidade da Confederação, pois uma parte considerável de suas bases estaria contra.

O VI Congresso da Contag (1995) marcou a disputa do MSTR pelo projeto político estatal, uma vez que eleição a presidência de Fernando Henrique Cardoso afirmou o neoliberalismo na pauta do governo e a aliança do setor latifundiário e agroexportador ao seu projeto: para o meio rural, isso se traduziu numa modernização da agricultura, cunhada na especialização e na seletividade da produção. Para o Congresso, o projeto neoliberal

¹¹⁶ A Contag se filia à Uita em 1998, mantendo-se assim até os dias de hoje.

significou a promoção de desigualdade econômica entre os diferentes segmentos de produtores agrícolas e o aprofundamento de problemas ambientais.

Visto como o conjunto das representações políticas capaz de disputar o campo político hegemônico pelo projeto neoliberal, o projeto de desenvolvimento rural alternativo do MSTR teve por elementos norteadores: a reforma agrária como instrumento econômico e político modificador da estrutura agrária brasileira; a agricultura de economia familiar; as políticas agrícolas diferenciadas; o incentivo ao cooperativismo e ao associativismo; a garantia de condições de vida e de trabalho para os assalariados rurais; novas tecnologias de produção não agressivas ao meio ambiente; a reformulação de políticas públicas referentes à assistência técnica e à extensão rural; a revisão do sistema educacional existente de forma a atender às especificidades dos agricultores.

A liberdade sindical também se remeteu à implementação do projeto de desenvolvimento para a agricultura. Ela se encaixaria num projeto de sociedade: o projeto seria uma forma de entrada das representações políticas do MSTR na sociedade civil, através da sua aliança com as bandeiras e de lutas desenvolvidas pelos trabalhadores como um todo. No entanto, a estratégia explicitara a necessidade de se pensar a construção destas novas estratégias de luta e “novas utopias”. Nos termos do Congresso,

Hoje não basta protestar. É preciso disputar espaços com os outros projetos, apresentando alternativas de desenvolvimento para o país. Desta forma, as lutas de massas devem incorporar as propostas em debate de um novo projeto de desenvolvimento para a agricultura brasileira. Assim, são necessários novos métodos mais democráticos de trabalho, tanto reivindicativos, quanto propositivos e que, mantendo a autonomia de cada organização, sejam capazes de unificar os pontos programáticos com o objetivo de restabelecer a confiança dos trabalhadores em suas ferramentas de lutas, sob pena de os sindicatos perderem sua razão de ser diante dessa nova realidade. (CONTAG, 1995, p.29-30).

Para o Congresso, a falta de confiança dos trabalhadores em suas ferramentas de lutas estariam vinculados à falta de formação de novas lideranças e à falta de compasso entre a teoria e a prática sindical. A saída seria buscar a “unidade pela diversidade”, aqui, significando uma nova forma de relacionamento com o Estado, de interferência na formulação de políticas públicas e da participação em espaços institucionais representativos. Também significando a aliança entre a Central e a Confederação, em especial com o DNTR, e a aliança dos pequenos produtores e os assalariados rurais. “Os dois segmentos do trabalho rural devem se unir contra o atual modelo agrícola” (p. 92). Esta união dos segmentos também englobaria as discussões referentes à criação de sindicatos por categoria e por ramos de produção.

Na sua entrevista, o assessor do DNTR/CUT afirmou que o período após o Congresso foi um momento complexo porque acoplou à Confederação as exigências das bases da CUT, que, em parte, não eram alcançadas por conta das disputas internas entre as organizações. Uma medida tomada no sentido de amenizar as diferenças foi a de dissolver o DNTR/CUT para que, no cenário de alianças, não permanecessem duas estruturas diferentes de representação política dos agricultores. Desta forma, a organização representativa da CUT no meio rural passou a ser a Contag e suas federações. Essa ação também marcou o distanciamento da Central em relação aos seus aliados de origem, a CPT e o MST. Favareto (2006) afirma que os congressos da CUT da metade da década de 1990 em diante reafirmaram esse movimento e a luta “pelo projeto alternativo” como principal proposição para os rurais.

Como mencionado nas teses do VI Congresso, a eleição de Fernando Henrique Cardoso foi decisiva para demarcar os termos em disputas. Para Delgado (2010) dois projetos políticos evidenciaram-se neste tempo no campo das políticas públicas: o neoliberal e aquele oriundo da sociedade civil organizada, no processo de democratização. Para Picolotto (2011):

Enquanto a democratização política foi mais importante na década de 1980, a liberalização político-econômica destacou-se na década seguinte. A direção liberalizante com redução da participação do Estado na economia emergiu da própria incapacidade da ação estatal contornar as sucessivas crises econômicas, descontrole da inflação, queda do PIB etc., aliadas à difusão de ideias neoliberais que vinha ocorrendo desde os anos de 1970 pelas instituições econômicas multilaterais e governos de países do capitalismo central. (PICOLOTTO, 2011, p. 162)

O projeto “democrático-popular”, concorrente do neoliberal e gestado nas lutas dos setores populares pela democratização do Estado, se apresentou como alternativa de projeto hegemônico. No entanto, Delgado (2010) sinaliza que apesar de serem antagonísticos, os projetos convergiram numa “confluência perversa”. O processo democrático foi formalizado na Constituição de 1988 e expressou a criação de espaços públicos com a crescente participação da sociedade civil nos processos estatais de tomada de decisão. Contudo, com a eleição de Fernando Collor de Mello e, sequencialmente, a de Fernando Henrique Cardoso, o Estado se isentou de seu papel de garantidor de direitos, legando suas ações às iniciativas privadas ou para o terceiro setor.

É nessa aparente necessidade de uma sociedade civil ativa e propositiva entre os dois projetos que Dagnino (2004) chama de “confluência perversa”. Entretanto, a mesma autora adverte que essa confluência, na verdade, é mais aparente do que real, pois o que ocorre é a adoção de termos semelhantes entre os diferentes projetos através de um “deslizamento de sentidos” do que seriam as noções de “sociedade civil”, “participação”, “cidadania” e “democracia” (inscritos na Constituição). (PICOLOTTO, 2011, p. 163)

Cumprindo ainda destacar que no final da década de 1980 e metade da década de 1990, nos momentos anteriores do Congresso de filiação da Contag à CUT, o quadro eleitoral brasileiro fez crer na possibilidade de setores da esquerda entrarem no Estado, principalmente o PT. Era um quadro oportuno para influência do MSTR nas políticas públicas e foi neste panorama que, um ano antes do VI Congresso, o Conselho Deliberativo da Contag aprovou a realização de um Congresso Extraordinário, que ocorreu em 1994.

Comparando as conjunturas, o documento base do I Congresso Extraordinário dos Trabalhadores Rurais da Contag ¹¹⁷ (CETR) constatou que “a capacidade de ampliar a reprodução e a concentração de capital, a partir da própria desagregação dos setores populares, é uma das novidades da atual conjuntura.” (p.1). Segundo a avaliação dos sindicalistas da Contag, as elites estariam se compondo com setores menos conservadores, disputando a hegemonia num projeto eleitoral; o MSTR teria de superar os limites das

¹¹⁷ O Congresso Extraordinário foi coordenado pelo presidente em exercício, Aloísio Carneiro. Francisco Urbano estava licenciado para concorrer a uma vaga para o Senado Federal, pelo Rio Grande do Norte (CONTAG, 2012).

simpatias partidárias, investindo na construção de um programa de governo para a área rural: “[...] precisamos ter um discurso unificado, materializado num programa que seja consensual entre as diversas forças políticas que compõem o movimento” (CONTAG, 1994, p.4). A necessidade de uma reestruturação no campo da representação política do meio rural, portanto, apontou para um novo aprimoramento da intervenção sindical, ou, uma ressignificação das bandeiras e discursos a partir da formação política.

O documento disserta sobre experiências bem sucedidas de formação, destacando que elas também foram meios de formulação de propostas de políticas públicas, ainda que com desafios. Também o Congresso debateu sobre a educação do campo ¹¹⁸, alegando a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o assunto.

Vale levar em consideração que a relevância dada pelo Congresso ao debate e muito deveu-se a emergência do campo político e a possibilidade de intervenção do MSTR nele. Desta forma, a preocupação com a educação sindical voltou-se para a emergência de lideranças e de ideias capazes de influenciar as políticas públicas, nacional e internacionalmente (o documento revela que a Contag estaria sediando a secretaria de um grupo de trabalho latino-americano com temática na Educação Popular ¹¹⁹).

Muito embora não tenha se tratado de um processo tranquilo, os anos 1990 teriam aberto novas perspectivas e desafios para a organização sindical rural. Tais desafios levaram a Contag a aprofundar sua perspectiva de organização, entretanto, a Confederação manteve o sistema confederativo STRs/ Fetags/Contag/Central Sindical. Vê-se que a sua filiação a CUT não representou a superação dos desafios de representação política trazido pelos seus críticos, muito embora tenha havido uma investida nessa direção.

No contexto da unificação, a formação política ganhou relevância. Ela aparece como uma ferramenta de construção de discursos comuns entre as entidades e como local de incentivo à participação dos trabalhadores em outros espaços, tais como as eleições partidárias. Desenvolvida em encontros e seminários, seus temas centralizaram-se em assuntos como a globalização, a reestruturação produtiva, a privatização e a agroecologia, e se fundamentariam nas avaliações das experiências de organização do MSTR. Sua materialização se deu através de uma Política Nacional de Formação e de Planos Anuais de Formação, coordenados por uma Secretaria de Formação e Organização Sindical (a partir da criação de coletivos de formação—estaduais, regionais, interestaduais –, a secretaria cumpriria a função de fixar esta nova orientação, ou, utilizando-nos das ideias de Gramsci (2011), cumpriria o papel de “espartilho” entre a nova retórica da Contag e os diversos segmentos do seu interior).

A política nacional de formação e a Secretaria de Formação confeririam uma unidade política da Contag dentro do contexto de aliança com a CUT. A partir de uma concepção dialógica advinda da educação popular é que, portanto, se estabeleceram os “espartilhos” entre: a bandeira do projeto político, a estratégia de “sindicato propositivo”, as entidades e seus representados – CUT e Contag –, os vários níveis do sistema Contag – STRs, Fetags, Contag –, os distintos segmentos do campo existentes no conjunto do

¹¹⁸ “A educação do campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”. (PALUDO, 2012.p. 257). A expressão “educação do campo” surge formalmente em 1998, no contexto da preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (CALDART, 2012), porém, o fato, junto ao aparecimento do termo nos Anais do Congresso da Contag, indica que, no começo da década de 1990, debates sobre o tema já existiam no seio dos movimentos sociais do campo e outros âmbitos, como o acadêmico.

¹¹⁹ A educação popular “[...] nasce e constitui-se como ‘Pedagogia do Oprimido’, vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando a transformação social.” (PALUDO, 2012. p.281)

MSTR. Os critérios de definição de participantes e das atividades de formação se fundamentaram no “desenvolvimento orgânico de seus educandos”, englobando nessa concepção de organicidade as ações de seus representados no tangente ao político-sindical, mas também às mudanças políticas e econômicas da sociedade e suas relações.

Quanto à formação política empreendida nos espaços de educação formal voltou-se para o agricultor familiar, sendo a estratégia a criação de grupos de trabalho multidisciplinares e interinstitucionais (com representantes do Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, do Andes, além da Contag e da CUT).

No intervalo entre 1995 e 1998, a Contag preparou o Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS, com seminários, oficinas e cursos sobre o desenvolvimento social, político e econômico das populações rurais e a dinamização da economia das pequenas e médias cidades do interior do país. Para tal, desencadeou-se um processo de mobilização e capacitação envolvendo assessores, técnicos e dirigentes do seu sistema. O PDLS contou com cartilhas, cartazes e vídeos, que ainda hoje são utilizados nas suas atividades. Também neste tempo, em 1996, a Contag e a CUT elaboram o “Projeto de Pesquisa e Formação Sindical”, ou Projeto CUT/Contag, que visou mapear o desenvolvimento rural e a organização sindical rural, para com isso elaborar um projeto de desenvolvimento rural alternativo.

Ambas formações afirmaram a ideia de um desenvolvimento rural divergente do neoliberalismo, pelo qual o MSTR se representaria. Estas atividades formativas foram ímpares na elaboração e sistematização de propostas do sindicalismo rural: formaram espaços de articulação de lutas por políticas públicas voltadas para este novo desenvolvimento. Como resultado houve a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), que consistiu em um plano político com base no fortalecimento da agricultura familiar e na luta por uma ampla e massiva reforma agrária.

2.3 O projeto CUT/Contag de pesquisa e formação sindical: elaboração e diretrizes

Em 1996 nasceu o Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical. Para Medeiros (2010) e Picolotto (2011), a filiação da Contag à CUT esteve na raiz da implementação do projeto, com a participação dos quadros da Contag e componentes do extinto DNTR/CUT, permitindo um desenho unificado. Sua origem residia na perspectiva de reorientação do DNTR/CUT e da Confederação, voltada para a reestruturação da organização e da política sindical rural, assumindo como prioritárias as ações voltadas para um projeto alternativo ao desenvolvimento rural neoliberal, com base numa produção agrícola que fortalecesse a agricultura familiar.

Desde o início da década de 1990 o sindicalismo rural cutista desenhava um projeto político com diretrizes para tais propostas, porém, é no momento da filiação da Contag à CUT que tais concepções englobam, por fim, todo o sindicalismo rural. A estratégia da formação neste tempo voltou-se para a formulação de um projeto político alternativo, capaz de adentrar as políticas do Estado, e para a construção de uma concepção política em todo âmbito sindical rural. Contudo, tal formação não ocorreu com medidas pontuais, nem de forma harmônica.

Para a elaboração do Projeto Alternativo realizaram-se atividades de formação política (em âmbito nacional, regional, estadual e municipal) que agregaram “pesquisa e formação”, desencadeadas por duas frentes: 1) o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS; 2) o Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical.

As entrevistas que realizamos nos apontaram que no momento em que os projetos aconteceram não estavam claras as bandeiras, o projeto político sindical no meio rural e

também não estava claro quem eram os seus agentes, sindicais ou não, nem seus partidários. Frente a isso, o Projeto CUT/Contag teve o caráter de ser uma ampla formação política “de aliança”, com três intentos.

Seu primeiro objetivo foi de ordem técnica: levantar informações que permitissem substancializar e qualificar o discurso e a intervenção sindical rural em torno do projeto alternativo. Portanto, o componente de pesquisa existente no CUT/Contag tinha o caráter de ser um diagnóstico sobre a organização sindical e sobre o desenvolvimento rural brasileiro, para, com isso, obter um conjunto de dados entendidos como de grande importância para a construção de novas estratégias e de ações pelo sindicalismo rural cutista/contaguiano. Conforme o assessor do DNTR/CUT, a ideia presente era a de que a formação política do Projeto não fosse apenas “político-ideológica”, mas que apresentasse aos sindicatos a sua situação e as tendências de desenvolvimento rural nas regiões. Em síntese, que atualizasse a percepção dos dirigentes sobre o meio sindical e sobre a agricultura no Brasil.

[...] a gente fazia uma leitura também da trajetória recente da formação sindical no Brasil. E a gente fazia uma leitura naquele momento de que a formação sindical da CUT, por exemplo, ela estava vivendo uma transição [...] Então, a gente queria descer para um conteúdo mais... menos principista: de afirmação dos princípios, de organização sindical, dos princípios do sindicalismo cutista, etc., e entrar em conteúdos que permitissem, por exemplo, no caso do movimento sindical rural, negociar políticas públicas com conteúdos menos principistas e mais afirmativos, do ponto de vista da lógica da própria política [...] Esse era um debate que a gente fazia na formação da CUT, e o Projeto CUT/Contag foi uma das experiências que levou isso mais a fundo. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 26/02/2013)

A decisão pelo desenvolvimento de um programa de “pesquisa e formação” aponta o fato de que o sindicalismo rural daquele momento percebia que havia no campo político rural uma nova realidade: a disputa pelas políticas públicas.

O segundo objetivo foi o de atingir diferentes níveis de lideranças, muito embora a formação política empreendida pelo Projeto tenha sido voltada para os dirigentes sindicais e, apenas posteriormente, é que tenha se dedicado à formação de base. Seu foco foi o de elaborar uma política de organização sindical capaz de superar os problemas da “crise do sindicalismo rural”. Nisso, é preciso destacar que a crise de representatividade se expressou, sobretudo, no distanciamento da base dos seus sindicatos. A dificuldade de implementação da formação do Projeto “de aliança” nestes espaços revela que havia dissensos e disputas entre as entidades, apesar do contexto.

O último objetivo do projeto foi o de aproximar o discurso de duas trajetórias – CUT e Contag –, cada qual com leituras distintas sobre a organização e prática sindical: o CUT/Contag foi um canal de mediação, tal como o apresentado no conceito de Neves (2008).

Se o consenso construído entre as entidades foi a ação propositiva e a afirmação do projeto alternativo, na prática houve grandes tensões, que giraram em torno da estrutura sindical e da “unidade na diversidade”: a CUT, muito embora procurasse descentralizar a estrutura sindical vigente, encontrava dificuldades com a presença de lideranças afinadas com a concepção da unidade sindical no conjunto do MSTR (para tal, uma das suas ações foi investir na criação das secretarias, estrutura questionada por muitos sindicatos, muitos dos quais afiliados a ela).

Tanto a CUT como a Contag, embora buscassem representar a categoria dos agricultores familiares de maneira genérica, esbarravam nas muitas formas de produção e modos sociais dos segmentos do campo, que, muitas vezes, não eram compatíveis às diretrizes do modo de vida familiar determinado pelo projeto, com características próximas ao modelo sulino. No final das contas, era uma busca desafiadora por um discurso comum, uma prática e um sujeito político unificador do conjunto do sindicalismo rural.

O Projeto foi desenhado a partir dos eixos de “Estrutura e Organização Sindical” e “Desenvolvimento Rural Sustentável” e suas escolhas não foram harmônicas. Ao que parece, a Contag teria ratificado o primeiro eixo, uma vez que o tema da estrutura não estaria em questão: a discussão a respeito da estrutura abria brechas para colocar novamente em questão a unidade sindical. No momento de decisão houve um debate se haveria um eixo central no qual as demais temáticas ficariam ancoradas, e a leitura que se fez foi que, tendo a pesquisa um ponto único, haveria o rebaixamento das questões teóricas e da sua complexidade. Assim, optou-se por duas pesquisas, com momentos de entrecruzamentos. Essas discussões evidenciam que, apesar da mudança de bandeira e de representações políticas, a Contag direcionou esforços para manter-se hegemônica sobre a representação dos trabalhadores do campo diante da concorrência com a CUT no campo político sindical rural. A estratégia fez-se com base na legislação trabalhista, que, como já dito, garante a estrutura sindical em Confederação – federação – sindicato.

Outra avaliação que se tinha para as ações do Projeto CUT/Contag era a de que as suas formulações fossem capitaneadas pelas pessoas que conduziram a junção das trajetórias destas organizações. Por conta, para além da pesquisa, o Projeto visou construir uma “rede de formação”, composta por 200 dirigentes de âmbito nacional, 40 monitores (técnicos e assessores), 2.000 lideranças intermediárias (formadas através de intercâmbios) e 3.000 lideranças de bases. O objetivo era que a primeira frente de público fossem as lideranças nacionais, sendo o intuito o de fazer com que as questões principais da pesquisa surgissem a partir desses sujeitos para, assim, aprofundá-las. Também pensava-se que, no contexto de unificação de discursos, sua formação seria mais estratégica, no sentido da consolidação deste discurso. Por sua vez, a formação da base, nas palavras do assessor do DNTR/CUT, foi operada de modo mais “centralista”, em alguma medida, devido às iniciativas locais e às tensões nelas existentes.

Sendo assim, pensou-se numa formação capaz de prover ao conjunto do sindicalismo rural um *capital político* favorável à agricultura familiar. Se o exercício de liderar um grupo em um campo político provém de um modo particular de ação exigido pelo campo e pela organização que a liderança representa (BOURDIEU, 1989), estas lideranças nacionais, por possuírem *habitus políticos* advindos de todo trabalho político construído no processo de “unificação”, seriam mais influentes em seus espaços de militância. Por outra parte, esses formadores (lideranças sindicais nacionais e assessores), por não serem sujeitos limitados a simplesmente “aplicar normas”, ao cabo, articulariam as distintas significações existentes no conjunto sindical, ou *mediariam*¹²⁰ estes signos na direção do projeto – estabeleceriam uma relação comunicativa entre os segmentos do campo, a partir da universalização de significações.

Essa concepção de formação política em muito se deu por conta da trajetória de movimento estudantil e das trajetórias acadêmicas de alguns de seus elaboradores (com forte influência de matrizes discursivas marxistas). Contudo, seu desenho também foi a “junção” destas matrizes de conhecimentos com as advindas das trajetórias de formação de base dos elaboradores sindicalistas. Isso originou um projeto com forte apoio na

¹²⁰ Neves (2008).

formulação acadêmica, centrado em pesquisas para revelar conhecimento, e com forte aspecto na educação popular (uma formação com orientações dialógicas). Ao cabo, o Projeto CUT/Contag resultou numa arquitetura centralista, contudo, que deu voz às lideranças sindicais, desde a construção do mesmo.

Como salientamos, havia por parte da CUT e da Contag, uma preocupação diante da complexidade existente no contexto sindical rural e, logo, um intento do Projeto foi o de formar vínculos entre os sujeitos e as concepções CUT/Contag, ao passo daquilo que fosse constatado nas pesquisas. Em outra perspectiva, o processo de realização da pesquisa concomitante ao processo de socialização dos seus resultados traria à tona, progressivamente, a complexidade social, política e cultural que forma o conjunto dos trabalhadores representados pelo sindicalismo rural, além de explicitar a diversidade de agentes que os representam e as diferenças nas correlações de força em cada região do país (organizações representantes, entidades patronais e também o Estado).

Um consultor do Projeto CUT/Contag destacou na sua entrevista que muitos dos dirigentes sindicais rurais também eram lideranças partidárias. Se o fato aumenta a complexidade no campo político rural, também aumenta a capilaridade onde o projeto alternativo poderia intervir (abrindo a possibilidade do projeto alternativo de desenvolvimento rural ser parte do projeto de partidos políticos). Sob outro ponto de vista, o Projeto CUT/Contag era um plano formulado por quadros partidários, uma vez que os agentes eram os mesmos.

A formação, por fim, foi o “termômetro” e o “remédio” da organização sindical. O Projeto CUT/Contag não só forneceu uma retórica para o sindicalismo rural, mas as pessoas foram formadas pelo Projeto para propor políticas públicas no campo político rural, local e nacional. Sobre suas trajetórias, as entrevistas afirmaram que, após o Projeto, algumas dessas lideranças tornaram-se assessores de políticos, agentes do governo e parte da burocracia sindical.

O projeto “[...] era bem ambicioso”, avaliou o assessor do DNTR/CUT, que chegou a fazer duas viagens para a Europa com o propósito de angariar financiamentos. Na ocasião, ele alegou para os financiadores que a importância desse plano era maior do que a dos anteriores do DNTR, devido ao contexto interno e externo do sindicalismo rural de então. Para o assessor, esta “ambição”, se estava na intenção do sindicalismo rural em oferecer para o governo uma estratégia de desenvolvimento rural que fortalecesse a agricultura familiar, contudo, não se prendia apenas à agricultura, mas também corria para as distintas esferas políticas.

Ainda conforme o relato do assessor, o DNTR teria conferido grande importância para o Projeto, que se lançou firmemente em sua direção. Na ocasião, o pensamento residiu no argumento de que

Ao invés de fazermos vários projetos pequenos, vamos concentrar tudo nesse [o Projeto CUT/Contag] e esse vai ser o grande projeto, e a gente faz tudo por aqui. Pesquisa, formação, intercâmbio. E eles [os financiadores] gostaram muito. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 26/02/2013)

Cumpramos ressaltar que, em termos de financiamento e investimento, neste momento outras propostas estavam competindo com esta, no âmbito interno cutista. O Projeto foi articulado pela Uita, que arrecadava a doação de duas centrais sindicais internacionais:

FNV e o Conselho LO/TCO ¹²¹. Além destas, participaram do financiamento duas ONGs: a Solidariedad e a Inter Ecclesiastic Organization for Development Cooperation (Icco).

O primeiro esboço foi realizado na Secretaria de Formação da CUT ¹²² e teve seus alicerces no projeto de consolidação do DNTR/CUT. Posteriormente, teve de ser reelaborado, quando negociado com a Contag ¹²³. Em outros termos, o Projeto teve sede na CUT mesmo após a filiação da Confederação, mas sua coordenação foi partilhada e todos os seus momentos foram marcados por negociações entre as duas entidades: o nome dos consultores, a execução, etc.

Em algum grau, a elaboração do Projeto CUT/Contag expressou a influência dos seus assessores, tanto cutistas, quanto contaguianos, visto a influência destes atores no desenho do Projeto. Nas palavras do nosso entrevistado, isso fica evidente ao refletir sobre o seu papel de assessor dos “rurais da CUT”:

[...] às vezes eu via que a coisa estava indo para uma direção que não devia, mas eu dizia: isso não é problema seu, você não é agricultor, você não é representante de agricultor. O máximo que você tem que fazer é dar um alerta e deixa. Outros colegas diziam que não. E as próprias lideranças sindicais. Não, entrou aqui para dentro, nós somos todos companheiros e, portanto, todos temos a mesma responsabilidade [...] E isso sempre foi um motivo de crise para mim. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 26/02/2013)

À essa “crise” sentida pelo assessor agregava-se o fato de as lideranças sindicais da CUT e da Contag terem proveniência nas CEBs, ao passo que seus assessores não necessariamente tinham essa mesma trajetória, o que aumentava a complexidade no sentido destes sujeitos fazerem a ponte do Projeto com os sindicalistas. Refletindo sobre o seu papel e a sua trajetória, o assessor do DNTR/CUT nos contou sobre as dificuldades sentidas ao assumir um cargo dentro de um espaço ao qual ele não pertencia anteriormente:

Nós éramos todos militantes que tínhamos assumidos cargos de assessorias [...] Eu, para você ter uma ideia... quando começou o Projeto CUT/ Contag, eu me matriculei numa disciplina na Unicamp [...] porque precisava entender alguma coisa disso, porque senão eu não ia conseguir trabalhar nesse negócio. Fui fazer uma disciplina com a Nazareth [Maria de Nazareth Baudel Wanderley], que depois virou minha orientadora no mestrado. Então, eu não consegui sair disso até hoje [risos].

Quando eu entrei lá [DNTR/CUT], eu fui catar na banca. O que eu posso ler? E me deparei com o livro de um tal Ricardo Abramovay e de um tal José Eli da Veiga que eu abri e falei: isso aqui vai me ajudar.

¹²¹ A FNV é uma organização dos sindicatos de empregados da Holanda. Já o Conselho LO/TCO trata-se de um conselho sueco, entre a Confederação Nacional de Sindicatos com a Confederação Nacional de Funcionários e Empregados.

¹²² Altemir Tortelli foi secretário de formação da CUT no período do Projeto CUT/Contag e foi uma expressiva liderança do DNTR/CUT. Chamamos atenção para esse fato porque ele é fundador e ex-presidente da Fetraf, por sua vez, um sindicato institucionalizado como da categoria dos agricultores familiares (e, logo, fora do sistema Contag). Atualmente, Altemir Tortelli é deputado estadual do Rio Grande do Sul.

¹²³ O assessor nos alertou que no interior da CUT havia outras propostas de ação que desenvolviam suas próprias pesquisas. A inovação do Projeto CUT/Contag residiu no fato de a pesquisa ter ocorrido mesclada com a formação. A ideia do diálogo entre pesquisa e formação teria advindo, principalmente, da percepção dos rurais cutistas quanto à sua trajetória de formação política, muito calcada na formação realizada nas CEBs.

Nunca tinha ouvido falar dos dois. A mesma coisa. Fui olhar na banca de um congresso e me deparei com um livrinho vermelho chamado História dos Movimentos Sociais do Campo e pensei: isso aqui vai me ajudar. E é isso. A gente olhava também para essas pessoas: eles são dessas áreas específicas. Não adiantava colocar [o Projeto] na mão da Leonilde ou da Regina, nem tão pouco do Zé Eli ou do Ricardo, muito menos do Graziano. Enfim. Não tinha uma pessoa que pudesse assessorar uma pesquisa unificada sobre os dois temas. Então nossa alternativa foi a seguinte: são dois temas e na coordenação vamos fazer o diálogo possível entre os dois. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 26/02/2013)

Pelo motivo da afinidade com os movimentos sociais do campo e por possuírem conhecimentos específicos sobre o tema, na área de sociologia e economia rural, é que acadêmicos foram contratados como consultores para tratar dos eixos do Projeto CUT/Contag. Para aquele de “Organização Sindical”¹²⁴, foi chamada a professora Regina Célia Reyes Novaes¹²⁵, que, por sua vez, propôs dividir o trabalho com a professora Leonilde Servolo de Medeiros¹²⁶. Para o eixo de “Desenvolvimento Rural”, foi chamado o professor José Eli da Veiga¹²⁷. A execução do projeto ficou a cargo de pesquisadores contratados, de diversas regiões do Brasil.

Cabe traçarmos uma pequena trajetória destes consultores, para entendermos como eles se tornaram referência para estes sindicalistas e assessores. José Eli da Veiga foi chamado para o projeto por conta das ideias expostas no livro *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica* e porque participou de reuniões com os assessores e dirigentes sindicais rurais. Na ocasião da formação da CUT e do PT, Regina Célia Reyes Novaes tinha vínculos com uma ONG, o Centro Ecumênico de Comunicação e Informação (Cedi),

¹²⁴ Título apresentado no documento final do Projeto CUT/Contag.

¹²⁵ Regina Célia Reyes Novaes fez mestrado em Antropologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1979. Na ocasião da sua entrada, seus estudos não tinham ligações com o tema rural, porém, neste tempo ela foi convidada pelos professores Moacir Palmeira e Lygia Sigaud (então professores com temas de pesquisa ligados aos STRs) para ser assistente de uma pesquisa sobre mudanças sociais no Nordeste. Regina Célia Reyes Novaes participou das primeiras campanhas salariais em Pernambuco e o seu trabalho, em grande parte, consistiu em fazer relatórios de assembleias sindicais, traçando uma relação de assessoria entre ela e os trabalhadores, com mediação do Moacir Palmeira.

¹²⁶ Graduada e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, ao longo de sua vida acadêmica Leonilde Servolo de Medeiros se debruçou sobre temas como movimentos sociais do campo, reforma agrária e políticas públicas para o campo. Em 1976, Leonilde Servolo de Medeiros foi chamada para trabalhar numa pesquisa que consistia em entender a produção de subsistência e que era sua contribuição para a agricultura brasileira. Nesse trabalho, ela teve contato com a Contag, que encomendara a pesquisa. Sua história junto ao DNTR/CUT iniciou-se por conta da sua vinculação com pessoas que trabalhavam para o Cedi e por conta do lançamento do seu livro *História dos movimentos sociais do campo*. A partir deste tempo, a acadêmica começou a frequentar reuniões do Departamento e a participar de um grupo chamado para dar assessoria à criação do DNTR/CUT.

¹²⁷ José Eli da Veiga se graduou em Agronomia na *École Supérieure d'Ingenieurset Techniciens pour l'Agriculture*, em 1973 e seguiu a sua carreira fazendo mestrado (1973) e doutorado (1976) em Economia Agrícola, ambos realizados em universidades francesas. Ao longo da sua trajetória acadêmica, José Eli da Veiga se debruçou em temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social agrícola e desenvolvimento sustentável. Para além do espaço da academia, ele foi superintendente regional do Incra em São Paulo (1985-6). Também participou do projeto da FAO, que lhe permitiu ter contato com o Deser: uma entidade intimamente ligada a organizações de agricultores familiares, moldada para realizar pesquisas e elaborar projetos e políticas para organizações e movimentos da agricultura familiar da região sul do Brasil.

que prestou assessorias ao DNTR¹²⁸. Leonilde Servolo de Medeiros pertencia ao grupo do Cedi, e, por conta, escrevia textos para discussão no DNTR.

Um dos consultores do Projeto CUT/Contag comentou que o debate entre os intelectuais de esquerda dessa época também focou em pesquisas com temas que poderiam subsidiar saídas para o contexto das lutas políticas no meio rural. Para além do âmbito sindical, tais debates eram percebidos nos seminários acadêmicos, como os da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), e também já eram vistos no Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (Pipsa). Cumpre salientar que parte desses intelectuais compôs o grupo de consultores do Projeto CUT/Contag e fizeram parte da assessoria das entidades. O fato demonstra que havia certo processo de inflexão sobre a concepção de lutas no campo, vista em diversas esferas: acadêmicas, dos movimentos sindicais e não sindicais. No cenário político do rural brasileiro e do sindicalismo rural houve uma releitura da questão agrária, priorizando menos as relações de trabalho vinculadas à relação patrão-trabalhador e direcionando-se mais à consolidação do produtor familiar.

A costura das ideias dos consultores com aquelas que emergiram no bojo do sindicalismo rural, por fim, “cimentou” a pauta do desenvolvimento rural com base na agricultura familiar em diferentes esferas¹²⁹.

Seria de ordem social e ideológica a escolha do sindicalismo rural por um protagonismo da categoria do agricultor familiar¹³⁰. Para o assessor do DNTR/CUT, essa escolha residia no fato de este segmento representar, na época, um grande percentual da base sindical rural e também na constatação de que, para este segmento, as bandeiras de reforma agrária e de direitos trabalhistas não seriam um grande mobilizador.

A escolha de ordem ideológica teria advindo da vontade do sindicalismo rural de se retirar de uma posição “incômoda”, que era a de assumir a exploração capitalista: sendo o seu o papel de representar os interesses de uma classe de trabalhadores assalariados, sua estrutura por si já afirmaria a relação capitalista, a despeito das concepções mais afinadas às concepções socialistas. Visto que na lógica capitalista, o assalariamento consiste numa relação na qual a força de trabalho é vendida por um valor determinado pelo tempo de labor necessário para produzir determinada mercadoria, e visto que essa força é remunerada por alguém que a contrate e a remunere – o patrão, que passa a ter direitos sobre o serviço –, o intercâmbio instituído pelo assalariamento é, portanto, o que dá lógica à produção capitalista. Em contrapartida, na produção de lógica familiar essa relação de exploração se tornaria ausente.

Estas ideias acabaram por trazer para a categoria de agricultor familiar a “utopia” de um modo de vida e produção menos oprimido pelas relações capitalistas, e, na lógica, no fortalecimento da agricultura familiar se encontrariam as demandas dos distintos

¹²⁸ O Cedi possuía três programas na sua sede em São Paulo: povos indígenas, educação e movimento operário. Também possuía dois programas no Rio de Janeiro, centrados em questões relativas à religião e à relação dos movimentos camponeses com a Igreja. Este último assessorava o DNTR/CUT diretamente e um dos seus trabalhos foi o de levantar considerações sobre os STRs ligados às oposições sindicais. No início dos anos 1990 o Cedi entrou em crise financeira, por conta da mudança de rumos de seus recursos econômicos internacionais. A saída encontrada foi dar autonomia aos seus programas e foi este o momento em o programa sobre povos indígenas se transformou no Instituto Sócio Ambiental (ISA). O grupo sobre movimento camponês e a Igreja se dissolveu, dentre outros motivos, por seus participantes serem, em sua maioria, professores universitários ou estudantes em fase de término de graduações e pós-graduações.

¹²⁹ Com a Constituição de 1988, formaram-se alguns canais de participação dos atores sociais com o Estado, possibilitando um maior protagonismo do sindicalismo nestes espaços.

¹³⁰ Vale dizer, mesmo que brevemente, que as reflexões oriundas do evento internacional Eco 92 foram apropriadas pelo sindicalismo rural, que remeteu à ideia de sustentabilidade a de produção agrícola familiar.

segmentos do campo. A concepção de “unidade na diversidade” se manifestava, portanto, no conceito de unificar essas bandeiras de outrora – reforma agrária e direitos trabalhistas – num mesmo eixo direcionador, construindo uma retórica única para ambas.

As entrevistas destacaram que o projeto CUT/Contag foi entregue aos consultores e pesquisadores com uma diretriz já estruturada: seu enfoque recaía no agricultor familiar integrado com características próximas aos dos pequenos agricultores do sul do país. Como vimos, as propostas das entidades afinaram-se às ideias dos intelectuais que se debruçavam sobre o assunto com foco nessa região. Na fala de um dos consultores,

[...] como o Brasil é um mosaico de situações [de relações de trabalho no meio rural], isso era realmente confuso para a maior parte das pessoas. [...] Nas discussões deles [sindicalismo rural], tanto do lado CUT quanto do lado Contag, aos poucos eles começam a perceber que não estavam dentro do campo deles as teses que mais interessavam. (Consultor do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 26/02/2013)

A proposta de desenvolvimento rural com um protagonismo determinado se, por um lado, parecia eficiente porque apontava uma saída para as disputas entre as entidades sindicais e para as demandas dos agricultores (sendo apenas necessário aprofundar estratégias, a partir do mapeamento da realidade sindical rural), por outro, não assimilava as particularidades e a complexidade existente no mundo rural: de região, de modos sociais e de produção, de lideranças e entidades representativas. A complexidade aumenta, lembrando que diversos quadros da Contag eram provenientes das linhas de ação anteriores, cuja formação política foi calcada na concepção de consolidação da estrutura sindical vertical, bem como também moldada nas bandeiras com base na reivindicação do cumprimento das leis. “A diversidade estava posta no ar no fim da ditadura, tanto para o rural quanto para o urbano”, salientou um dos consultores entrevistados.

Vale dizer que, a investida do projeto em formar lideranças capazes de influenciar nas “políticas públicas” não é novidade deste tempo, visto que mesmo as antigas demandas por reforma agrária eram voltadas para o Estado, no sentido dele fazer cumprir as políticas vigentes. Também, tanto a CUT, quanto a Contag mantinham relações próprias com o Estado, desde antes da filiação. A diferença apresentada no Projeto CUT/Contag residiu na afirmação do sindicalismo rural na busca pela normatização de demandas a partir da consolidação de políticas públicas propostas pelo mesmo, ao invés de apenas a busca pelo seu cumprimento. A intenção na implementação de políticas públicas significou a “tradução em políticas” das demandas dos trabalhadores do campo, a partir da sua consolidação em leis. Sucintamente, o projeto foi uma tentativa de solucionar suas demandas dentro dos espaços de poderes públicos, no contexto de disputa dual existente no campo político rural – de cunho camponês/ familiar e patronal/ agronegócio (LEONARD, BONNAL, FOYER, LEITE, 2011; FILIPPI, 2011) ¹³¹. Nessa lógica, essa distinção trouxe espaço para lutas e disputas: a partir da luta por proposição de políticas públicas, explicitou-se um pluralismo de demandas antes silenciado.

¹³¹ Inclusive no campo institucional isso é evidenciado, no qual há a existência de dois ministérios para as questões rurais – o Mapa e o MDA.

2.4 O projeto CUT/Contag de pesquisa e formação sindical: realização e resultados

As entrevistas com os consultores nos mostraram que houve discussões a respeito do que seria mapeado no Projeto CUT/Contag. No entanto, essas discussões trouxeram ao MSTR uma nova teoria e bandeira. Na bandeira do projeto alternativo, estaria contida uma concepção de “aliança urbano-rural”. Igualmente, estaria contido o entendimento da existência de uma complexidade no seio do movimento sindical rural, complexidade esta, tanto no campo material quanto no simbólico. Daí, portanto, é que o projeto CUT/Contag visou a avaliação das continuidades e mudanças das organizações sindicais e das categorias que o sindicalismo rural pretendia representar, assim como suas relações (sindicalismo e categorias) com o Estado, a sociedade civil e outras entidades e formas de organização.

Após o aceite para participar do Projeto CUT/Contag, alguns dos consultores esboçaram metodologias para sua realização, apresentadas para os assessores Arilson da Silva Favareto e Gerson Bittencourt, da CUT, e Eugênio Conolly Peixoto, da Contag.

A elaboração do Projeto CUT/Contag, bem como toda a realização, foi permeada de tensões em diversos âmbitos: concepção-guia, instituições, coordenação (assessores, consultores, pesquisadores, sindicalistas, etc.). Sua coordenação também foi complexa, por ser política e técnica, contando com acadêmicos e dirigentes, corpo este formado por agricultores e por pessoas que não necessariamente tinham trajetórias de lutas no campo. Se, por um lado, a complexidade trouxe tensões, por outro, trouxe novidades.

O intento para o Projeto CUT/Contag era de que os eixos trabalhassem de modo compartilhado, contudo, eles operaram de forma paralela ao longo da sua execução. Da parte do eixo “Desenvolvimento Rural”, o trabalho do consultor consistiu em montar uma metodologia para que as pesquisas regionais fossem realizadas. O seu papel foi mais relacionado à construção de uma concepção norteadora do projeto: sua visão do que deveriam ser as perguntas, as hipóteses da pesquisa, bem como formas pelas quais estas poderiam ser testadas. Por sua vez, a organização desenvolvida pelo eixo “Organização Sindical” foi próxima à de uma coordenação compartilhada entre os consultores, os pesquisadores, os assessores da CUT e Contag e os dirigentes dos sindicatos. E sua elaboração ocorreu ao longo da realização do Projeto.

O andamento do Projeto CUT/Contag foi pensado para ocorrer no período de três a quatro anos. Como visto, o primeiro módulo destinou-se ao mapeamento do sindicalismo e das dinâmicas de desenvolvimento do Brasil rural, assim, a duração do contrato dos consultores foi prevista para cerca de um ano e meio, que era o tempo de realização do diagnóstico (portanto, estes não acompanharam a formação de base).

Durante a realização do Projeto aparentemente não houve discussões teóricas. Especificamente sobre o eixo da “Organização Sindical”, um dos consultores nos contou que havia uma raiz thompsoniana, muito embora o quadro não tivesse sido uma questão central para o Projeto. A raiz thompsoniana teria servido de guia norteador para como verificar as ações dos sindicalistas, entendendo-os como atores bem como entendendo suas ações enquanto matriz criadora da história e capaz de gerar o desenvolvimento.

Os pesquisadores foram contratados via Escolas Sindicais cutistas e ONGs. Aqueles que foram contratados por meio das Escolas se destinaram a levantar diagnósticos para o eixo de “Organização Sindical”, e os contratados por meio das ONGs se destinaram ao eixo de “Desenvolvimento Rural”. Eram duas as condições de contratação: estes pesquisadores deveriam ter algum interesse por trabalhar com temas na área rural; seu tempo e sua dedicação deveriam ser exclusivos para o Projeto. Deste modo, ocorreu uma seleção dos pesquisadores, cuja tarefa, além de realizar o diagnóstico referente ao seu eixo de contratação e à região para a qual foi contratado (sul, sudeste, norte, nordeste e centro-

oeste), era produzir um relatório e dois cadernos, contendo experiências bem sucedidas captadas nas atividades de formação.

O processo de atividades de formação política do Projeto CUT/Contag também visou formar os pesquisadores vinculados às Escolas e ONGs, uma vez que tinha uma diretriz metodológica já estruturada. “Se você tem uma orientação metodológica e te pedem para fazer um trabalho de campo, você tem que aprender a metodologia”, declarou um dos consultores.

Neves (2008) aponta que o “fazer-se” do mediador profissional responde à sua disciplina diante das instituições políticas de sua organização de referência. Essa formação ou disciplina assegura a sua prática formativa, e, por fim, assegura a boa gestão “contratual” entre os representantes e os representados da organização. Com isso, as pesquisas organizadas em regiões e por meio de Escolas da CUT e ONGs tinham claro aspecto formativo, pois a pesquisa poderia ocorrer sem necessariamente ter uma operação nesse formato.

Para acompanhar as discussões e ter capacidade de intervir nos rumos das decisões sobre o desenvolvimento rural, as organizações sindicais precisavam de orçamentos volumosos, o que transcendia as possibilidades concretas das entidades (PICOLOTTO, 2011). De um modo geral, as organizações fizeram uso de órgãos de assessoria para tornar possível a sua intervenção nesse processo: e este pode ter sido um dos motivos do contrato dos pesquisadores via Escolas cutistas e ONGs. No caso da CUT, por exemplo, além do Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais (Deser)¹³², as próprias Escolas da CUT teriam prestado essa função de assessoria.

A contratação dos pesquisadores realizada via Escolas da CUT calcou-se na constatação de que assim tais espaços seriam fortalecidos; também os aproximariam da Confederação. A fala do assessor do DNTR/CUT ilustra essa afirmação e explicita as tensões entre a CUT e a Contag a respeito da execução do projeto, ao trazer que justamente o eixo de “Organização Sindical” teve seus pesquisadores contratados via escolas cutistas: isso fazia das Escolas um *mediador*¹³³ entre as concepções de estrutura sindical provenientes da CUT, com as da Contag.

Para nós [CUT] era muito importante que a gente fortalecesse as escolas sindicais da CUT. Então foi por isso que a gente propôs que a contratação dos pesquisadores fosse feita no eixo organização sindical, pelas escolas sindicais. Porque a gente queria internalizar nas Escolas alguma capacidade técnica de trabalhar com pesquisa, aplicada à formação sindical. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 26/02/2013)

Quanto ao eixo “Desenvolvimento Rural”, para cada região do país, foi escolhida uma ONG, cujo critério foi o de ter tradição no tema do desenvolvimento rural, ter conhecimento das particularidades da região e ter capacidade de dialogar com as forças políticas locais.

A escolha de pesquisadores via ONGs deveu-se ao fato de as entidades sindicais não possuírem uma tradição de trabalho no tema, segundo o relato do assessor da CUT. No entanto, a fala traz silêncios, uma vez que vimos que a Confederação possui toda uma trajetória de formação no tangente à área técnica, sobretudo, a respeito da organização e

¹³² Apontamos o fato de que parte dos assessores da CUT pertenciam ao Deser.

¹³³ Espaços de “assembleias” no sentido de sistematizar experiências e negociar projetos políticos, tal como definido por Neves (2008).

produção agrícola. Talvez, aqui, é que tenha estado o “nó” com relação à resignificação de categoria para protagonizar a luta dos sindicatos rurais de então— de trabalhador rural para a agricultura familiar —, posto que a formação anterior em muito foi relacionada a atividades de cooperativismo numa lógica de “negociação” de suas demandas com o Estado e com entidades patronais. Os traços deste tipo de formação foram fortes nas bases sindicais contaguianas, e, nisso, a busca pelas ONGs também foi uma forma “contratual” entre a CUT e a Contag. No caso, coube à Contag indicar os nomes de ONGs para o eixo, uma vez que é nessa área que suas bases eram mais fortes.

Em entrevista, uma pesquisadora do Projeto expôs que o amadurecimento que algumas ONGs tinham sobre o tema trouxe um *capital* e um *habitus*¹³⁴ para toda a equipe. Sobre a participação do Deser no eixo de desenvolvimento para o Sudeste, ela refletiu:

[...] de certa maneira eles trouxeram a experiência deles, que juntou com a consultoria do Zé Eli e deu um toque especial, porque o Zé Eli fez essa junção com as cidades: você não pode pensar o rural sem pensar o urbano. [...] Ele trouxe umas coisas novas e ele estava numa discussão urbano rural, que era bastante novidade na época. Que ele e o Ricardo [Abramovay] traziam. (Pesquisadora do Projeto CUT/ Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012.)

As escolhas dos pesquisadores se deram, direta ou indiretamente, pelo seu vínculo pessoal com a militância ou pelo vínculo com as ONGs. O contrato de uma das pesquisadoras entrevistadas para o Projeto ocorreu através de uma amiga que tinha vínculo com a Escola 07 de Outubro e era assessora da CUT. Outra pesquisadora entrevistada relatou que um de seus professores universitários foi quem propôs a ela o trabalho no Projeto. Ambas as pesquisadoras fizeram mestrado em Sociologia Rural, e seus vínculos com os movimentos sociais existem desde as suas participações no movimento estudantil, na década de 1980. Uma das falas encontradas explicita que esta trajetória militante as levou a buscar as questões ligadas ao rural, bem como a se alinharem a movimentos sociais e partidos políticos.

[...] Porque todos nós viemos do movimento de agronomia, né?
– Movimento estudantil?
– É, movimento estudantil da década de 80, pós-ditadura... participar do negócio das diretas já, o movimento de democratização do país. Acho que isso “deu um fogo”, um gás... Então a gente tinha muitos questionamentos, os estudantes já tinham questionamentos ao desenvolvimento, ao tipo de agricultura que se praticava. Tínhamos vínculos muito fortes com os movimentos. Quando começou a surgir o PT, muitas das pessoas se engajaram no PT, se engajaram na CUT. Eu participei um pouco, ajudei nas oposições sindicais cutistas, lá em Pernambuco. Então já tinha um pouco dessa história, que desembocou hoje. Assim, tanto que eu ainda estudo movimentos e ainda estou ligada aos movimentos, de uma forma ou de outra. (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 11/12/2012)

Além da ligação com movimentos sociais e com partidos, a participação no movimento estudantil permitiu às duas entrevistadas fazer parte de uma rede acadêmica através da qual conheceram professores universitários alinhados aos movimentos.

¹³⁴ Bourdieu (1989).

Quanto à conexão entre os dois eixos as falas evidenciaram um “paralelismo” em relação às suas ações, ao longo da pesquisa. Comparando os trabalhos realizados pela equipe de “Desenvolvimento Rural” e pela de “Organização Sindical”, uma das entrevistadas lembrou que a equipe envolvida com o eixo do “Desenvolvimento Rural” teve contratempos, sobretudo por conta das diferentes concepções entre seus integrantes quanto às ações da pesquisa. Na equipe envolvida com o eixo de “Organização Sindical” havia pessoas que, em certa medida, tinham trajetórias ligadas a movimentos, ONGs e Escolas de formação política. As diferentes perspectivas entre cada eixo e a complexidade existente no mundo sindical rural podem ter adensado esse sentimento de paralelismo. Isso pode ter sido por conta do processo de organização dos eixos, mas também pode ter sido por conta do eixo de “Organização sindical” ter tido todos os seus pesquisadores contratados via escolas cutistas (ou seja, com uma orientação pedagógica comum).

Para o desenvolvimento do Projeto foi montada uma equipe central, composta pelos consultores e assessores. Além disso, houve reuniões entre as equipes, divididas por eixo. Muitos pesquisadores não tinham sido escolhidos pelos consultores e todos se conheceram ao longo da pesquisa. “Isso gerou certo incômodo [...] Nós tínhamos que conhecer, porque eram eles quem iam fazer o trabalho e a gente não os conhecia. [...] Obviamente, você perde um tempo criando uma linguagem comum.”, explicou uma consultora.

No primeiro encontro dos consultores com os pesquisadores do eixo de “Organização Sindical” foi apresentada a proposta elaborada pelas consultoras do eixo. “Era um projeto com uma fundamentação teórica, com uma problematização da situação do sindicalismo rural, da ‘crise’ ”, afirmou uma das pesquisadoras. Com base neste texto, a discussão voltou-se para a metodologia e para o levantamento das informações desejadas. Sobre o processo de realização do diagnóstico para o eixo, temos a fala de uma das pesquisadoras: “Foi meio que construído junto com a Leo e a Regina [...] discutiram bastante o relatório e os instrumentos. Mas Leo e Regina levaram as propostas, e aí se construiu uma metodologia, que cada um seguiu nos lugares”. A proposta para o levantamento dos dados gerou um roteiro de entrevistas aplicado nas federações. Cada equipe, com a orientação de seus respectivos consultores, começou a produzir relatórios com o diagnóstico sobre as grandes regiões do país.

À medida que as experiências iam sendo levantadas, emergiam outras questões que não estavam previstas originalmente. Especificamente no eixo de “Organização Sindical” surgiram questões como as de gênero e de geração. Segundo os relatos, consultores e equipe foram percebendo o que poderia ser diagnosticado e o alcance do Projeto dentro do limite do tempo que dispunham. “Nosso papel era um pouco esse, de equacionar todas essas coisas”, refletiu uma das consultoras, sobre a sua função.

O cronograma completo do Projeto, encontrado no documento final, resume sua intenção e estratégia:

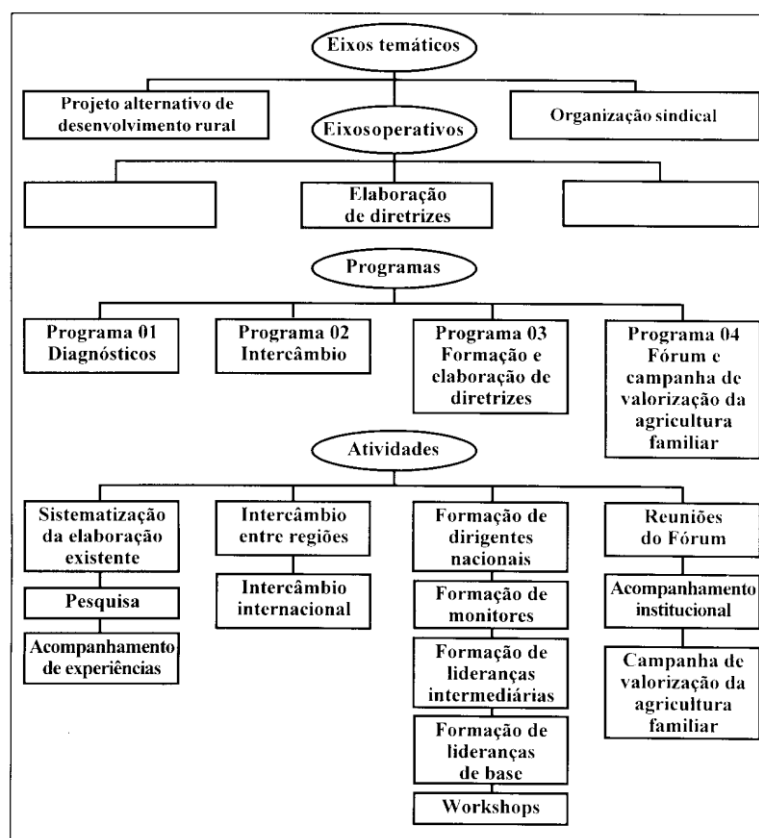


Figura 1: Cronograma do Projeto CUT/Contag. (CUT/ CONTAG, 1998, p. 10)

Ao traçar uma linha do tempo sobre como foi a realização do projeto, o assessor do DNTR/CUT nos informou que a formação começou pelas lideranças nacionais, que ocorreu em três módulos e foi conjunta à pesquisa. A formação das lideranças de base, por sua vez, ocorreu depois de findada a etapa de pesquisa. Portanto, de fato, havia uma diferença no entendimento daquilo que seriam as ações de formação destes segmentos: a formação dos dirigentes nacionais aconteceriam sob a forma de eventos modulares e presenciais, sendo o momento de socialização dos resultados no decorrer da pesquisa; à formação de base caberia a passagem dos resultados finais da pesquisa através das cartilhas.

O que queríamos saber sobre desenvolvimento rural? Então a gente retomava o que o movimento sindical já tinha acumulado sobre o tema, quais eram as grandes lacunas, como transformar isso em uma questão de pesquisa. Depois de seis meses, oito meses, esse primeiro grupo voltava e discutia os primeiros resultados. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 26/02/2013)

Nestes encontros, no eixo de “Organização Sindical” realizaram-se diversas entrevistas, que subsidiaram os resultados do Projeto. Ademais, haviam questionários entregues aos dirigentes, para serem repassados para suas bases. Ao avaliar esse momento do Projeto CUT/Contag, uma das pesquisadoras lembrou-se da magnitude e da riqueza que foi a realização das entrevistas, dos questionários e da captação de experiências. Sobre a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), ela ressaltou:

Era uma coisa bem densa [os questionários] [...] Quando eu fui apresentar, [...] O Eugenio estava, a Rose estava, a gente apresentou a primeira etapa e eles olharam para mim e falaram assim: Está tudo errado! [risos] Porque a gente entrevistava um dirigente que falava, aí o outro que estava lá falava que aquele tinha dito tudo errado porque eles também eram uma composição, tinha CUT, tinha Contag, tinha as divergências internas. Eu lembro que foi legal eles falarem: está tudo errado! Esse quadro não está certo. Então tá: como é que a gente faz? E eles se disponibilizaram a sentar de novo comigo para cada região, e aí eu fiz novas entrevistas por regional, com três dirigentes. E aí... foi esse momento que eu lembro, que foi de formação com dirigentes mesmo. Eu lembro bem de lá de Minas .

– Formação, você diz o quê?

– Que foi um retorno, né. Que serviu para discutir o que era as regiões, o que tinha. (Pesquisadora do Projeto CUT/ Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012.)

Para as lideranças “intermediárias” (ou que tinham projeção mais ampla que a da liderança de base, contudo, sem ter um aspecto nacional), foi priorizada a formação por intercâmbio. “Isso foi uma coisa muito legal. Uma das coisas mais bacanas que se fez no Projeto”, opinou o assessor do DNTR/CUT sobre esta etapa do Projeto.

Doze experiências eleitas como bem sucedidas pelo MSTR e pela equipe do Projeto foram visitadas por estas lideranças, nas cinco regiões. Foram visitas de campo, que ocorreram de modo intercalado com reuniões de pesquisa para o diagnóstico. As experiências eram relativas à produção com base familiar, mas também à organização e formação sindical.

Como exemplo, temos as experiências presenciadas pelas pesquisadoras entrevistadas. Foram elas o “Arrastão de Animação Sul” feito na Região Sul, e o “Mutirão da Cidadania”, realizado no Espírito Santo. Na primeira, os dirigentes circulavam nas comunidades promovendo discussões acerca dos problemas e demandas do local. Desta forma iam “arrastando” os debates levantados, provocando, ao cabo, uma convergência entre eles. Por sua vez, o “Mutirão da Cidadania”, tratou das experiências de doze sindicatos do Espírito Santo, na realização de mutirões para a regularização de documentos dos trabalhadores rurais. As experiências foram apresentadas no final do Projeto sob a forma dos cadernos de experiências ¹³⁵, pensados para serem utilizados na formação de base.

Sobre a prática de formação realizada ao longo do Projeto CUT/Contag, uma das consultoras nos chamou a atenção para o fato de que a maioria do público era proveniente da CUT, episódio que teria ocorrido porque eram pessoas com quem a equipe do Projeto

¹³⁵ São eles: 1) Fundos Constitucionais, sindicalismo rural e desenvolvimento sustentável na Amazônia: a experiência do FNO 2) Cooperativas de Leite: movimento sindical e cooperativismo: as cooperativas de leite na Região Sul 3) Serra do Mel desenvolvimento sustentável no semi-árido: a experiência da Serra do Mel/RN 4) Desenvolvimento Sustentável na Zona da Mata Mineira: agricultura familiar e desenvolvimento sustentável– a experiência da Zona da Mata Mineira 5) Vale do Itajaí: o desenvolvimento na Região do Vale do Itajaí/SC 6) Campanhas salariais: as experiências de São Paulo, da Zona Canavieira Nordestina e do Vale do Rio São Francisco 7) Mutirão da Cidadania: o mutirão da cidadania da Região Sul 8) Arrastão: o arrastão de animação da base da Região Sul 9) Cooperativas de crédito: crédito solidário– as experiências de cooperativas da Região Sul 10) Reforma Agrária: sindicalismo e reforma agrária– a luta pela terra no Noroeste de Minas e entorno de Brasília 11) Tauá: desenvolvimento sustentável– a experiência de Tauá/CE 12) Quebradeiras de Coco: lutas sociais, desenvolvimento e condição de gênero– o movimento das mulheres quebradeiras de coco de babaçu/MA 13) MOC/ APAEB: sindicalismo rural e desenvolvimento local– a experiência da região de Vitória da Conquista/BA.

tinha mais proximidade. Para uma das pesquisadoras, era claro que o Projeto CUT/Contag provinha do DNRT, e, num acordo, a Contag teria se adicionado a mesma.

Era o Arilson e o Bittencourt, o pessoal da CUT é que dava a linha bem claramente, porque se fosse só a Contag, não teriam sido esses os assessores, os consultores... não teria sido essa a linha, porque Leo e Regina eram do Cedi, que apoiava as oposições sindicais, e tinham toda uma trajetória de CUT. (Pesquisadora do Projeto CUT/ Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012.)

A fala sugere que o Projeto foi uma estratégia de entrada do DNTR no sistema Contag. Se sim, no processo de sua realização houve disputas de concepções, uma vez que, como vimos, houve a participação dos dirigentes e assessores da Contag no processo de formação.

Os resultados do Projeto foram apresentados num seminário, e, logo depois da apresentação, abriu-se um debate para dirigentes nacionais. O Projeto também gerou um documento intitulado “Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil”, no qual constam os seus objetivos, seus passos e seus resultados. As ideias expostas daqui em diante são reflexões acerca das proposições encontradas neste documento e as avaliações feitas pelos consultores e pesquisadores sobre os resultados do Projeto.

O objetivo do CUT/Contag, de acordo ao documento, foi o de qualificar o debate sindical rural e de promover a intervenção sindical em torno de dois temas: a noção de projeto alternativo de desenvolvimento rural e a definição de uma política de organização sindical para enfrentar problemas “da chamada crise de representação sindical rural” (p.6). Isso, a partir de intervenções nas instâncias sindicais e da articulação das demandas dos segmentos dos setores rurais (agricultura familiar, assalariados rurais, trabalhadores sem terra e aposentados).

Ainda buscou “qualificar a discussão sobre a importância e o papel estratégico das pequenas unidades produtivas, em regime de economia familiar, junto à sociedade civil e à opinião pública nacional, procurando influenciar diretamente na definição de políticas públicas para este setor” (CUT/CONTAG, 1998, p.8). Aqui encontra-se a “ambição” mencionada anteriormente pelo assessor da CUT: o projeto visou conhecer a realidade do sindicalismo rural e capacitar os dirigentes a partir de uma perspectiva focada no fortalecimento da categoria dos agricultores familiares, sendo ela uma categoria genérica representativa dos distintos segmentos que compõe o seu conjunto; concomitantemente, teve intenção em formar uma concepção da agricultura familiar na sociedade, fazendo da categoria a representante de um desenvolvimento alternativo ao neoliberal. As evidências disso no texto são indicadas nos resultados das pesquisas, nos quais se afirma que as atividades formativas também subsidiaram a construção de um arcabouço teórico para servir de instrumento de influência sobre o rural na sociedade como um todo.

Os conteúdos dos resultados estão apresentados na forma de mapas e textos, dispostos com perspectivas sobre a organização sindical e o desenvolvimento rural, em abrangências nacionais, regionais e estaduais, com temas como filiações dos STTRs à CUT e à Contag, ocupações de terra realizadas pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais e mapas de regionalização da produção e desenvolvimento rural ¹³⁶.

Observando o documento, a formação com os dirigentes de base foi programada para acontecer entre o período de novembro de 1998 e junho de 1999, logo, a prática da

¹³⁶ Ao que parece, durante a pesquisa também foi levantado um cadastro de entidades e organizações dos trabalhadores rurais, com seus devidos endereços.

formação política empregada pelo sindicalismo rural para este segmento se deu por fora da programação do Projeto, cabendo à vontade de cada uma das entidades sindicais. Tal prática pode ter tido direção na idéia de que os dirigentes nacionais e intermediários seriam mais aptos a ser porta voz do discurso de unificação do conjunto do sindicalismo rural, por possuírem mais alto *capital político*, que, por sua vez, conferiria-lhes um status de representação, diante do próprio conjunto sindical e diante a sociedade e Estado.

Segundo uma das pesquisadoras a formação destinada à base ocorreu e se manteve numa perspectiva “centralista”, muito porque havia pouco esforço sindical especificamente dedicado ao tema da formação:

[...] O tipo de formação era esse realmente: bancária. Você vê, a gente fez o diagnóstico. Quase não tinha secretaria de formação ¹³⁷. Não tinha formação nos sindicatos. Hoje você vai ver que já tem. Não em todos, mas mudou bastante. Então formação era mínima, era minimizada [...] Hoje só o fato de ter uma Escola Nacional de Formação [a Enfoc]... já é uma coisa. Esse momento aqui [momento do Projeto] realmente, digamos que é um momento que dá um respiro. (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 11/12/2012)

O Projeto CUT/Contag marcou a formação sindical rural, no que se refere à maneira como se forjou seu conteúdo: ele não foi estruturado mediante uma concepção ou teoria pré-concebida por um grupo de lideranças, mas mediante um costurar das distintas realidades dos dirigentes rurais, frutificando num diagnóstico do desenvolvimento rural e das organizações sindicais rurais com horizontes na construção de um projeto político alternativo para o desenvolvimento rural. Na avaliação de uma das consultoras:

É uma formação que se faz de uma outra forma: mais informal. E a pesquisa ajudou nisso. A pesquisa foi um dos elementos: têm as perguntas mais informais, os contatos que você vai fazendo, uma formação que se faz de outra forma, mas informal. Tem um marco aí, sim. Havia uma preocupação com a formação, sim, com palestras, livros, etc., mas também tinha essa outra. De repente eles chamam para a formação alguém que não entende nada de campo, mas tem uma visão de Brasil. (Consultora do Projeto CUT/ Contag, entrevista concedida a IMS no dia 25/02/2013)

A inflexão trazida pelo Projeto CUT/Contag foi a de a pesquisa ser a própria formação, numa espécie de permanente retroalimentação de ambos. Outra inflexão foi a de legitimar o espaço da formação política como sendo o espaço do sindicalismo rural expressar a sua complexidade: um lugar de “autoanálise” de sua organização.

A origem destas inflexões teria advindo da aposta na integração de discursos a partir do Projeto junto ao sentimento de uma falta de discurso que tornasse o sindicalismo rural efetivamente num forte representante dos trabalhadores do campo. A fala de uma das pesquisadoras ilustra essa intenção do Projeto:

Isso que o projeto da Leo e Regina falava bem. Não tinha um sindicalismo que respondesse à crise, um sindicalismo rural forte que respondesse. Os agricultores estavam falindo, ficando endividados. E a

¹³⁷ O testemunho remete aos sindicatos rurais de base. No resultado do Projeto consta que havia sindicatos organizados por secretarias temáticas diversas, o que já era um modo de organização visto nos sindicatos cutistas.

discussão que veio do sul, da CUT, era de que isso se dava por conta de um modelo agroexportador, modelo que não era inclusivo. E tinha toda uma discussão sobre o modelo que se implantou no Brasil, com a revolução verde e que gerou a crise que estava fazendo os agricultores migrarem para as cidades, abandonarem as suas terras, e que eles não queriam saber dos sindicatos, porque os sindicatos não respondiam a tudo isso. No sul, muito forte, os sindicatos já estavam discutindo isso da organização produtiva, de dar resposta a essa questão da produção, porque antes não era uma demanda dos sindicatos. Então, os sindicatos não conseguiam responder a isso, porque a sua organização e estrutura tinha sido formatada dentro de um outro contexto. (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012.)

Para o assessor do DNTR/CUT, a prática na formação aplicada pelo Projeto CUT/Contag teria conseguido criar uma linguagem comum às duas vertentes do sindicalismo rural, a proveniente da CUT e a oriunda da Contag.

Foi a partir do projeto CUT/Contag que as lideranças da Contag e da CUT começaram a ter um vocabulário comum. Falar em agricultura familiar. Isso de falar em projeto alternativo não existia antes do projeto CUT/Contag. O projeto CUT/Contag foi um baita instrumento porque produziu um discurso único para a Contag. Muito mais para a Contag do que para a CUT, porque para CUT esse discurso já existia. O que o projeto CUT/Contag fez foi por base empírica nisso. (Assessor do DNTR/CUT, entrevista concedida a IMS no dia 26/02/2013)

O Projeto CUT/Contag, ao criar esse vocabulário comum, conferiu um valor de verdade ¹³⁸ à agricultura familiar na reestruturação da história social rural. Contudo, o debate acerca da categoria já era presente nos Congressos e discussões anteriores ao Projeto, sobretudo no âmbito rural cutista, apenas produzindo conhecimentos novos em cima daquilo que já estava na roda das reflexões do sindicalismo rural.

Numa avaliação feita por uma das entrevistadas, no início dos anos 1990 houve discussões no interior da Central, voltadas para análise do sindicalismo da Contag, no sentido de se pensar uma estratégia para a sua entrada na Confederação. Na ocasião, teria havido uma constatação de que se, por um lado, a Contag era pouco combativa, por outro, tinha força e era um patrimônio. No contexto da filiação, os “rurais da CUT” não se viam com força para colocar na cena do evento suas pautas e estratégias, porém, sentiam uma pressão da CUT nacional em trazer a Contag para dentro da Central. Nesse embate, muitas alianças foram construídas nos sindicatos, mesmo que sob tensões.

Foi uma entrada muito costurada pela CUT. Entrou e houve uma costura política grande, após isso. Logo depois veio o Projeto CUT/Contag. A ideia do projeto era aproximar e pensar num grande diagnóstico e uma intervenção que juntasse um pouco as perspectivas da CUT e da Contag. (Consultora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 13/12/2012)

O Projeto CUT/Contag foi elaborado para consolidar uma retórica e uma bandeira política de alianças entre as entidades sindicais, sendo este discurso comum o desejado para representar politicamente os segmentos do campo, tanto no âmbito interno do

¹³⁸ Tal como Bourdieu (1989) relata ser o ganho de um poder simbólico por um grupo social.

sindicalismo rural, quanto no campo político estatal e na opinião pública. Entretanto, as atividades formativas, se tinham intenções de forjar um discurso a nível nacional, abrangendo todos os capilares do sindicalismo rural, estas, ao cabo, não ocorreram de modo semelhante em todas as regiões.

Uma das pesquisadoras entrevistadas, avaliando o Projeto CUT/Contag, lembrou-se da sua atuação na região sudeste, trazendo o exemplo do estado de São Paulo, onde há a Fetaesp e a Feraesp, esta última, uma federação específica de assalariados rurais, cuja posição quebra a lógica da “aliança” cunhada pela CUT e Contag. A Feraesp não era reconhecida pela Contag, porém, pelo fato do Projeto ser uma ação conjunta entre as organizações e pela Feraesp ser filiada à CUT na época, esta foi incluída no mesmo.

Ao nos contar sobre a sua recepção nas federações, a pesquisadora comentou: “Era um projeto CUT e Contag. Então eles [os sindicalistas contaguianos da Fetaesp] recebiam, davam todas as informações. Apesar de olhar e saber que eu era CUT” (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012).

Em parte, as animosidades observadas relacionam-se com o fato de a Contag ter construído a sua representação política a partir da junção de um conjunto heterogêneo de segmentos do campo em torno da categoria do trabalhador rural (tal como prevê a estrutura sindical tida na lei). Desta forma, o conflito sentido tem referência no próprio debate sobre a organização sindical: a questão da unicidade sindical.

As tensões ¹³⁹ deram subsídio para os participantes do Projeto CUT/Contag pensar os direcionamentos de suas lutas: da perspectiva de luta baseada no sistema sindical organizado em municípios, estados, nação, as orientações passam para uma perspectiva regionalizada, residindo na constatação de que não se poderia pensar a organização sindical a partir de espaços estruturados, mas sim numa direção de “[...] extrapolar o município e pensar numa coisa mais ampla, e que foram ideias inovadoras para a época”, nas palavras de uma das pesquisadoras. O Projeto, na sua realização, apresentou novas realidades ao sindicalismo rural e ressaltou a crítica que se tinha a verticalidade sindical.

Isso era claro ali, nessa região da Feraesp ¹⁴⁰. Porque ali o sindicato não podia atuar. Você tem Matão e você tem a colheita de cana. Eles pegam de seis municípios ao redor. O pessoal vem do Vale do Jequitinhonha, fica alojado num lugar dormitório, numa cidade dormitório. E dali eles saem para vários municípios. Então eles tinham que pensar em todas as estratégias regionalizadas. E isso também para você pensar várias outras coisas. [...] Mas eu acho que ajudou muito a pensar essas coisas, para pensar o desenvolvimento rural sustentável. (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012)

O argumento se assemelha ao sentimento da pesquisadora que desenvolveu o Projeto na região sul. Ela comentou que as atividades de formação política no estado de Santa Catarina eram muito voltadas para os sindicatos cutistas, embora muitos destes fizessem parte do sistema Contag ¹⁴¹. Disso aferimos que os sindicatos possuíam certa autonomia, mesmo fazendo parte do sistema e/ou sendo filiados. De outro modo, se por um

¹³⁹ De acordo aos resultados finais apresentados no Projeto CUT/Contag, era grande o número de dirigentes identificados com algum partido político, sendo principal o PT (mas também o PSB, PCdoB, PDT, PSDB, PMDB). O fato reafirma a evidência de tensões, uma vez que, como vimos, o PT, na sua origem, tinha fortes vínculos com as oposições sindicais.

¹⁴⁰ Em termos da trajetória de formação política dos dirigentes paulistas, a Feraesp contou com grande influência do PCB, conforme os relatos.

¹⁴¹ Nesta época ainda não existia a Fetraf, porém já eram sentidas tensões no sul do país.

lado as oposições sindicais obtiveram uma vitória, conquistando federações e enraizando suas formas de organização sindical, tal crescimento foi limitado, em grande parte, pela fidelidade dos sindicalistas à Confederação.

Nos resultados do Projeto CUT/Contag isso ficou notório. Em 1997, dentre as 26 federações estaduais existentes, 24 eram Fetags (uma era específica de assalariados – que é a Feraesp, e na época era filiada à CUT – e uma era específica de agricultores familiares – a Fetrafesc). Destas federações, 15 eram associadas à CUT, 8 são caracterizadas como de “composição” e 3 não tinham relação de parceria ou aliança.

Em vários estados, apareceram iniciativas de criação de sindicatos específicos por categoria. Em SP, MG, ES, PA, BA ocorreram casos referentes aos assalariados rurais e, em SC, casos referentes aos agricultores familiares. Também houve casos de sindicatos por ramos de produção, como na área do açúcar e do álcool, além de avicultores, fumicultores, extrativistas e outros. Observou-se também um número significativo de criação de secretarias temáticas e “coletivos” com trabalhos sistemáticos ligados especificamente a uma categoria ou demanda representadas pelos sindicatos (de agricultores familiares, assalariados, políticas agrícolas, políticas sociais, etc.). Lembrando que essa prática era comum dentre os DTRs na sua origem, o fato pode indicar disputas entre as concepções estabelecidas por cada entidade, a nível local.

Experiências inovadoras também foram vistas em relação à estrutura sindical, colocando em questão o modelo de STR municipal. Foram experiências como articulações sindicais interestaduais, como o fórum sul da CUT, que agregou organizações do RS, SC, PR, e o vale do Jequitinhonha (MG), que desenvolveu trabalhos em articulação com a Feraesp e com a Pastoral dos Migrantes.

Em síntese, estes resultados indicaram haver uma necessidade de reflexão do sindicalismo rural, quanto às demandas de seus representados, haja visto a ampliação das práticas sindicais e, com isso, a valorização de novos representantes para estes. Estes dados apontaram, por um lado, limites quanto ao ordenamento sindical pela lógica da representação sindical a partir de uma categoria genérica, por outro, apontaram para a importância da Contag enquanto instituição representante dos trabalhadores do campo, dada a variedade de demandas e lutas às quais, historicamente, a instituição canalizou em si.

Os resultados do Projeto deram concretude às suspeitas sentidas desde os anos 1980 pelo sindicalismo rural: a ‘implosão’ da categoria dos trabalhadores rurais. No entanto, as evidências expostas no Projeto mostram que mais do que uma preocupação com a complexidade de segmentos e modos sociais existentes no mundo rural, o Projeto já intencionava ressignificar a representação política dos mesmos, construindo um sentimento de pertencimento destes segmentos em torno dos modos de vida e produção familiar, diminuindo sensivelmente este sentimento com relação ao trabalho assalariado.

Por outra parte, a Confederação enraizou a concepção de representação política dos trabalhadores rurais, que se demonstrou forte, sobretudo, na virada de bandeiras e na sua filiação à CUT. A narrativa de uma das pesquisadoras demonstra este ponto de vista:

Acho que tem um reconhecimento do patrimônio que a Contag é. A pesquisa mostrou. Altamente enraizado. Quase todos os municípios têm sindicato. [...] é o lugar onde o cara vai saber de direito. É a única instituição no município que fala de direitos, que fala do estatuto da terra, do trabalhador rural. Que traz alguma assistência médica. Então ficou bem claro a enorme capilaridade que a Contag tem. E de alguma maneira, como era uma instituição importante. Como era uma coisa que já mexia. Nos mapas a gente viu, também deu pra perceber bem como a CUT era

minoritária mesmo (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012).

O assessor do DNTR/CUT, na sua avaliação, ressaltou que, quando a Contag se filiou à CUT, gradativamente as estruturas internas dos “rurais da CUT” foram desmontando. Aos poucos também o discurso pelo Projeto Alternativo foi adentrando na Contag, muito por conta do contexto de crise do sindicalismo rural e do Projeto CUT/Contag. Uma razão pela qual ambas as entidades investiram nesta formação foi o fato de a Contag ter se mantido em diálogo com o Estado ao longo de seus trinta anos, e, no momento em que o discurso do Projeto Alternativo chegou à Confederação o Estado estava aberto a conversar ¹⁴², o que potencializou a ideia de que o projeto político poderia adentrar as concepções da esfera pública, via políticas públicas voltadas para o meio rural. O canal pelo qual se viabilizaria a realização disso foi o Projeto CUT/Contag, quando a formação política sindical rural foi entendida como a estratégia de ressignificação de concepções e *habitus* políticos dos dirigentes sindicais.

O documento final do Projeto CUT/Contag revelou estas expectativas e estratégia. No projeto de desenvolvimento rural alternativo vislumbrado pelo CUT/Contag, tem-se a ideia de que a concepção hegemônica de desenvolvimento seria atrelada apenas à ideia de crescimento econômico, sem nela estar contido outros aspectos fundamentais, como o emprego, as necessidades básicas, a saúde, a educação, a equidade e os aspectos ambientais. Muito embora o argumento do CUT/Contag apresente uma direção para o nacional, ele dá atenção aos projetos de desenvolvimento local, a partir de propostas descentralizadas e participativas.

A tese defendida no Projeto CUT/Contag é a de que na trajetória agrícola vigoraram modelos concentradores e excludentes que poucas características tinham em relação ao que seria de fato um desenvolvimento no meio rural. O contexto de abertura política teria nutrido esperanças, no entanto, somente com a estabilização monetária alcançada no governo Itamar Franco é que teriam surgido condições mínimas para um debate democrático sobre as estratégias de desenvolvimento. No governo de Fernando Henrique Cardoso os blocos com pretensões hegemônicas – no caso o neoliberal e o democrático/popular – não teriam apresentado alguma proposta de desenvolvimento para o Estado, porque coexistiriam no interior do governo distintas perspectivas de desenvolvimento. Tais correntes estariam presentes em todos os partidos que formariam a base de apoio parlamentar do governo, o que denotaria uma iniciativa pelo projeto neoliberal, mesmo na ausência de um consenso sobre um modelo de desenvolvimento. O fato teria complicado o debate sobre a formação de uma alternativa por parte de uma aliança de centro-esquerda ou mesmo oposicionista. Ao conflito de interesse, teria se agregado uma concepção discriminatória quanto à vida rural, uma vez que seria forte entre os brasileiros a associação da ideia de rural com a concepção de passado ou atraso, resultando numa desvalorização do meio rural por parte da sociedade.

O processo de construções de representações políticas no campo político nacional teria separado o entendimento da produção e economia dos aspectos sociais e culturais no meio rural; também teria separado o entendimento de rural e do de urbano, sendo o primeiro ‘atrasado’ em comparação ao segundo. De encontro a essas concepções, o documento argumenta em torno do fortalecimento econômico e social do agricultor familiar, apontando que no histórico do meio rural dos países desenvolvidos a ideologia com base na agricultura familiar foi constituída numa estratégia político-econômica de valorização do seu perfil distributivo e poliprodutivo. Nessas premissas, o agricultor

¹⁴² Lembrando que no ano 1996 foi instituído o Pronaf.

familiar seria o sujeito central na construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. O projeto alternativo seria, desta forma, o instrumento formativo da sociedade brasileira,

que ajude uma sociedade precocemente urbanizada a perceber o quanto seu desprezo pelo meio rural gera desperdícios [...]. Um instrumento que leve as elites dirigentes dessa sociedade a descobrirem o potencial de desenvolvimento do espaço rural (CUT/CONTAG, 1998, p.14).

“A palavra de ordem é promover políticas públicas mais focalizadas [...]. E esta é talvez a principal vantagem comparativa do sindicalismo rural: sua enorme capilaridade social e geográfica” (p.21) –. Nessa assertiva, o projeto alternativo também seria um critério norteador para a promoção de políticas públicas pelo sindicalismo rural, logo, seria a diretriz central da sua representação política.

Posto que o desenvolvimento rural seria um fenômeno de âmbito nacional e regional, a implementação do projeto se daria com a participação de entidades formais e informais – como associações, cooperativas, escolas e outros. Vê-se com isso que, houve uma considerável preocupação por parte da CUT e Contag com o fortalecimento da organização sindical a nível local.

Um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável só pode se dar, portanto, através da alavancagem desses movimentos endógenos de atores sociais e políticos capazes de mobilizar corações e mentes das sociedades locais, em estreita sintonia com as mudanças institucionais de caráter nacional e estadual. E a concentração das energias do movimento sindical nessa alavancagem exige, antes de tudo, a definição de propostas. (CUT/CONTAG, 1998, p.24)

A formação política de alianças entre Contag e CUT adensou a consolidação da bandeira de fortalecimento dos agricultores familiares no seio do MSTR e projetou a bandeira para o espaço público: fruto de todo esse processo foi o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS).

Com o título “Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”, o VII Congresso da Contag ¹⁴³ afirmou sua contraposição ao projeto de desenvolvimento rural hegemônico instituindo o PADRS: tido como alternativo por significar o crescimento econômico articulado às questões sociais, culturais, políticas, ambientais, às relações de gênero e raça e às políticas voltadas para a distribuição de renda (resumidamente, um projeto que articularia as questões materiais e simbólicas do modo de produção e modo social do trabalho no campo).

Vista como parte do Projeto alternativo, a reforma agrária, para além da permanência na terra, significaria a expansão das oportunidades políticas e sociais do agricultor, em especial do agricultor familiar, e a expansão das possibilidades de renda e emprego no meio rural, proporcionando a consolidação de um forte mercado interno no país. Estas lutas, além da denúncia e contestação, comportariam a proposição de projetos para a política pública.

No entanto, se, por um lado, o PADRS ampliou a visibilidade da agricultura familiar para o interior do sindicalismo rural, por outro, reduziu sensivelmente o lugar dos

¹⁴³ O Congresso ocorreu no ano de 1998.

assalariados na pauta sindical. Nos termos do PADRS, sua opção pela agricultura familiar se deveu:

pela sua capacidade de geração de emprego (da família e de outros) e renda a baixo custo de investimento. A sua capacidade de retenção da população fora dos grandes centros urbanos é fator fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento. Sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo o entorno sócio-econômico local. (PADRS, 2013, p. 4)

Por outro lado, a gestão da unidade produtiva precisa ser considerada como o exercício prático da democracia. Se todos os membros da família têm um papel e uma função no processo produtivo, têm direito a tomar parte nas decisões e nos resultados. Para isso, é preciso valorizar o trabalho das mulheres e dos jovens na agricultura em regime de economia familiar, construindo relações sociais de gênero, geração e etnia igualitárias e solidárias no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras. (PADRS, 2013, p. 5)

Resumidamente, sua perspectiva apontou para o reconhecimento da existência de uma diversidade ambiental, cultural, social, política e econômica, de organização de modos de produção e de modos de viver no campo, no entanto, tal diversidade passou a ser representada pela categoria política genérica do “agricultor familiar”, uma vez que o desenvolvimento rural ocorreria, fundamentalmente, no estabelecimento dos trabalhadores do campo na terra, na condição de produtores de base familiar.

Importa ressaltar que o PADRS dedica proposições quanto aos assalariados rurais, muito embora em menor escala. Compreendido como a parcela mais empobrecida da agricultura, a criação de agroindústrias, a geração de emprego no interior das unidades familiares, a efetivação de assentamento, a qualificação profissional e o contrato coletivo de trabalho foram as soluções dedicadas ao segmento pelo Projeto.

Um dos principais desafios tidos pelo MSTR em relação à viabilização do PADRS foi combinar propostas de mudanças nas políticas governamentais – federal e estadual –, e, ao mesmo tempo, organizar as ações de base, fundamentando-se no argumento da “unidade da diversidade”¹⁴⁴. A solução encontrada foi a formação política¹⁴⁵.

Aqui, a formação é entendida como a afirmação da diversidade e igualmente como um processo, onde se constroem e se articulam “unidades políticas”. Caberia a ela, portanto, estabelecer a hegemonia através da construção de uma nova organicidade sindical: entre o projeto político e os segmentos do campo e suas representações. A “unidade” sugerida, não só teria direção para o sistema Contag, mas também para as demais entidades representantes do campo, sendo o “elo” articulador¹⁴⁶.

¹⁴⁴ O documento do PADRS traz que a filiação da Contag à CUT resultou na ampliação e fortalecimento da base sindical, possibilitando ao MSTR um “novo desenvolvimento” estruturado. Da mesma forma, afirmam que é preciso transmutar da “velha e quase consensual avaliação no movimento sindical”, readequando o MSTR numa maior organicidade no conjunto MSTR e CUT.

¹⁴⁵ Lembramos que as bases de elaboração do PADRS são residentes na avaliação dos resultados das pesquisas realizadas do Projeto CUT/Contag.

¹⁴⁶ Ressaltamos que o movimento de alianças com entidades também era feito pelos movimentos sociais do campo. Neste momento, o MST também buscava alianças com outras organizações, como aconteceu no seu ingresso na Via Campesina.

Para além da construção de um discurso comum entre as entidades, os debates sobre uma “reorganização” do sindicalismo rural gestaram na Contag a necessidade de um “processo de discussão coletiva” (ou de formação) para definir suas próprias propostas organizativas em relação com a CUT. De um modo geral, a abordagem metodológica da formação política deliberada pela Confederação centrou na “negociação dos saberes”, ou seja, no desenhar de consensos táticos e estratégicos. Visto o contexto, um referencial importante adotado pela formação política da Contag foi a avaliação, entendida como um princípio pedagógico: a materialização da formação “massiva” seria verificada através de pesquisas sobre a realidade local dos trabalhadores rurais, através das quais se identificariam pontos de mudanças, de seleção, de objetivos estratégicos e operacionais, de definição de tarefas para a execução do projeto PADRS.

Coube a Secretaria de Formação e Organização Sindical garantir a coerência interna do MSTR com o PADRS, explicitando pontos de estrangulamento existentes e buscando as suas superações. As ações da Secretaria foram diversas: implantar um Projeto Político de Formação Sindical para os Trabalhadores Rurais; articular os coletivos—nacional, estadual, municipal—de formação da Contag; envolver a base na formulação e definição dos conteúdos da formação; formar quadros para conduzir ações específicas, como desenvolver metodologias e instrumentos que favoreçam a construção da “vontade coletiva”; incentivar a participação dos jovens nas atividades formativas; promover criação de secretarias de formação e organização nas Fetags; garantir um processo permanente de avaliação da formação realizada; implementar um processo de discussão sobre a reestruturação produtiva no campo, dando subsídios para a elaboração de propostas para a organização e estrutura sindical (CONTAG, 1998, p.131).

Evidencia-se com isso que, apesar da mudança de bandeira e de representações políticas, a Contag direcionou esforços para manter-se hegemônica sobre a representação dos trabalhadores do campo diante da concorrência com a CUT no campo político sindical rural ¹⁴⁷. Feita através de cursos e seminários em âmbito municipais, regionais, estaduais, pólos sindicais e “grandes regiões”, a formação contaguiana ¹⁴⁸ buscou capacitar dirigentes para levar à organização sindical e à sociedade civil as diretrizes do PADRS; do mesmo modo, tal formação buscou promover uma análise sobre a organicidade sindical rural ¹⁴⁹ (em especial, estava a definição de critérios de representação sindical para os agricultores familiares e assalariados).

Um último aspecto merece atenção, pois refletirá nos passos seguintes da formação política da Contag: refere-se à questão de gênero ¹⁵⁰. No VII Congresso da Contag deliberou-se quotas de 30% de participação de mulheres nas instâncias sindicais. Ainda neste Congresso, o termo MSTR ganha um “T” (MSTTR), dando visibilidade às “trabalhadoras rurais”. A aprovação do termo explicita a ascensão das mulheres no seio do sistema Contag.

Isto lançou luz sobre as atividades educacionais e de formação políticas voltadas especificamente para as mulheres, uma vez que, para cumprir com a deliberação, era

¹⁴⁷ Por sua vez, a formação política cutista ressaltou a promoção de campanhas de filiação dos sindicatos rurais à CUT (houve seminários sobre o que seria a estrutura sindical da Contag no sistema CUT).

¹⁴⁸ No tangente à educação formal, a Contag continuou dedicando-se a utilização dos espaços profissionalizantes ligados ao cooperativismo.

¹⁴⁹ A meta era a de fazer um documento com os dados adquiridos para apresentá-los no II Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores Rurais (II CETR).

¹⁵⁰ Com relação à questão de geração, apontam a necessidade de estímulos para a participação dos jovens trabalhadores rurais nos programas de formação implementados pelo MSTR nas diversas áreas temáticas.

preciso o aumento de seu *capital político* ¹⁵¹ e o combate da discriminação de gênero no MSTR. Assim, definiu-se assegurar a participação das mulheres nas instâncias de formação política, estabelecendo uma quota de 50% de vagas para elas nestes eventos.

No geral, a formação política do sindicalismo rural buscou amenizar as diferenças entre a estrutura sindical do MSTR e a do sistema cutista a partir da ênfase na concepção comum de ambas organizações: o PADRS. Isso fica notório quando, por distintas vezes, o Projeto CUT/Contag é citado nos documentos da Contag como exemplo de formação que permitiu a construção de diálogos e de elaboração de propostas pró desenvolvimento alternativo. Por outro lado, o Projeto CUT/Contag foi um instrumento que inspirou a Contag para a construção e consolidação da sua própria organização de formação.

Além do discurso pautado no desenvolvimento rural sustentável, o Projeto CUT/Contag deixou outro legado para o sindicalismo rural: o entendimento de que o MSTR é composto de uma diversidade social, cultural e econômica. Na fala de uma das consultoras do Projeto CUT/Contag:

A gente sabe que os nomes não mudam realidades, mas os nomes indicam um novo tempo. E de alguma forma a questão da diversidade que estava já na sociedade como uma noção de disputa, e acho que entrou aí. (Consultora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 25/02/2013.)

É preciso lembrar que a filiação da Contag à CUT derivou da escolha por um modelo ou bandeira, mas também derivou de outras disputas, e, nisso, teve importância o contexto de emergência de novos atores no campo político e, particularmente, a emergência de outros sindicatos fora da malha sindical da Contag.

No caldo destas alianças e disputas, a prática da formação política empreendida, seja a promovida pelo Projeto CUT/Contag, seja a promovida pela própria Contag, foram “desafiante e desafiadora”, por terem se incumbido da tarefa de enfrentar problemas e “mexer” a organização sindical rural para a ressignificação de concepções e estratégias de luta, fosse para firmar bandeiras e discursos existentes, fosse para mudá-las.

De acordo a fala de uma das pesquisadoras do Projeto CUT/Contag havia um desconforto das antigas lideranças com relação à formação, em parte por ela ter “imposto” novos olhares, fato que poderia derivar na sua retirada do lugar de representante.

Porque a formação faz “voltar a mexer” e o pessoal [formado] vai fazer oposição à direção. Com isso, há um temor por parte dos sindicatos de enviarem lideranças para os cursos de formação (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012)

Para além do “temor”, que acabou por impedir que determinados sindicatos liberassem seus militantes para cursos e eventos, as formações políticas paralelas ao Projeto CUT/Contag complexificaram a formação de representações políticas no momento. Como descrevemos, a Contag desenvolveu neste tempo o PDLS. Indagado se havia uma formação cutista desenvolvida especificamente para os rurais neste tempo, o assessor do DNRT/CUT nos revelou que, ao longo do Projeto, houve práticas de formação próprias da CUT voltadas para o segmento. O capítulo a seguir detalhará sobre estas formações políticas, apontando como o processo político nacional e a jornada de reorganização sindical rural desembocaram na criação da Escola de Formação da Contag, a Enfoc.

¹⁵¹ Bourdieu, 1989.

CAPÍTULO III

A ESCOLA DE FORMAÇÃO DA CONTAG: A ENFOC

Identificamos três frentes adotadas pelo sindicalismo rural para as suas atividades de formação política na década de 1990: a qualificação das lideranças com centralidade num debate sob uma nova retórica (o projeto político de desenvolvimento rural); o desencadear de intervenções políticas do MSTR nos espaços de gestão de políticas públicas locais, estaduais, regionais e nacionais; a construção de ações massivas com intuito de dar visibilidade ao seu projeto na sociedade civil.

A retórica de fortalecimento da agricultura familiar em muito se deveu à formação política realizada através do Projeto CUT/Contag. A partir do Projeto, forjou-se no sindicalismo rural a bandeira do PADRS e uma junção entre organizações através da construção de um discurso positivo “de alianças” sobre o momento de filiação da Contag à CUT, muito embora as disputas pela representatividade dos segmentos de trabalhadores do campo não tivessem desaparecido.

Em outra perspectiva, o projeto político de desenvolvimento rural nascido no conjunto dos rurais da CUT sofreu modificações no contexto da aliança, em razão das disputas políticas existentes no campo sindical rural em relação à representatividade dos agricultores familiares. No processo, as instâncias de organização destes rurais se modificaram e o DNTR foi extinto. Para uma das pesquisadoras que participou do Projeto CUT/Contag:

Mas o ônus da CUT foi ter desmantelado os departamentos porque apostou numa estratégica via tomada da estrutura da Contag, que eu acho que foi muito mais ônus para a CUT, em termos de organização dos rurais, do que para a Contag. (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 11/12/2012.)

Visto que o PADRS é instituído pela Contag como sua principal bandeira, o ônus refere-se ao fato de, com a extinção do Departamento Nacional e dos Departamentos Estaduais, a bandeira ter sido deslocada da representação da CUT, passando a ter a Contag como sua representante. Se a origem da bandeira se deu no seio dos “rurais da CUT” (adentrando a Contag principalmente por meio da sua filiação à Central), o desfazer dos DETRs não ocasionou sua extinção. A bandeira foi o instrumento utilizado como “elo” de aliança das entidades, mas também ela foi disputada pelas entidades, em grande medida, devido à ascensão da categoria política “agricultor familiar” no campo político sindical rural e nacional. No processo, a categoria “trabalhador rural” perdeu um considerável *poder simbólico*¹⁵² dentro da retórica rural.

Neste mesmo período outros projetos de formação política para os trabalhadores rurais foram capitaneados tanto pela Contag quanto pela CUT, para além do Projeto CUT/Contag. Tais atividades voltaram-se principalmente para a formação técnica e de quadros e para influenciar as políticas públicas para o meio rural.

¹⁵² Bourdieu (1989)

No que se refere à CUT, entre a década de 1990 e 2000, ocorreram diversas práticas de educação sindical: federações estaduais e escolas da CUT, entidades parceiras como a Fase, bem como a Secretaria Nacional de Formação da CUT desenvolveram programas de formação básica, profissional e política voltadas para os trabalhadores rurais.

A Contag desenvolveu o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS). Nos termos do documento, o programa foi parte de um amplo projeto de formação e organização da Contag, no qual estava contido o Projeto CUT/Contag e os Gritos da Terra. Portanto, o PDLS foi calcado na ideia de fomentar projetos de desenvolvimento a luz do projeto alternativo com base na agricultura familiar. Particularmente, sua idéia foi a de promover políticas públicas no âmbito local. Além do PDLS, a Confederação também desenvolveu diversas ações a partir de suas secretarias: formações básica, profissional e política a nível nacional, regional, estadual e municipal, que contou com entidades governamentais e não governamentais.

Em 2005, no seu IX Congresso, a Confederação deliberou pela construção de uma escola de formação política própria. A direção dada foi a de que ela se voltasse para a formação de dirigentes, tendo como perspectiva trazer debates sobre os desafios existentes na prática da luta sindical rural, dentre os quais, a implementação do PADRS.

Para cumprir com essa intenção, montou-se um Grupo de Trabalho a fim de elaborar os primeiros documentos norteadores da concepção e prática da Escola. O grupo foi composto por dirigentes, assessores e colaboradores externos. Ao passo, foi encaminhada a realização do I Encontro de Formação da Contag (I Enafor), que ocorreu no mesmo ano da deliberação pela criação da escola. Surge, a partir disso, a Política Nacional de Formação para o MSTTR (PNF) e o Projeto Político-Pedagógico da Enfoc (PPP). Também um fruto foi a inauguração da Enfoc, em 2006.

Este capítulo dedica-se a apresentar as outras práticas de formação política empreendidas pela CUT e Contag no período do Projeto CUT/Contag e também dedica-se a entender como ocorreu a construção da Enfoc (como foi elaborada sua diretriz política e pedagógica, sua metodologia e itinerário), bem como entender o seu atual momento, a partir da observação de algumas das atividades empreendidas pela Escola (especificamente as que presenciamos: o 2º Módulo do Curso Estadual do Rio de Janeiro, o 2º Módulo do Curso Nacional de Formação da 4ª Turma da Enfoc e o III Encontro Nacional de Formação – o III Enafor).

3.1 Os espaços de formação sindical rural para além do Projeto CUT/Contag: outras atividades de formação política rural empreendida pela CUT e pela Contag no contexto da filiação.

Vimos que, no plano cutista, desde o final da década de 1980 diversas escolas sindicais foram frequentadas pelos rurais. Contudo, antes da inauguração das escolas, boa parte da formação política da CUT era feito como apoio de ONGs, como a Fase que fazia pesquisa e programas educacionais em colaboração com a Central.

As equipes da Fase também prestaram apoio técnico às articulações intersindicais – Entoes, Enclats, Comissão Pró-CUT – que fizeram parte do processo de gestação da CUT. Em vista disso, após a sua criação houve um investimento muito grande por parte das equipes da Fase (principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Porto Alegre) na assessoria a direções de sindicatos cutistas e na formação dos quadros que iriam compor as estruturas orgânicas (níveis municipal, estadual e regional) da Central. (MANFREDI, 1996, p. 131)

O surgimento das escolas tensionou o papel das ONGs como ator principal da formação sindical cutista, uma vez que marcou uma busca da Central por uma atividade de formação própria: com educadores e conteúdos selecionados pela mesma.

As Escolas da CUT, quando criadas, foram alinhadas ao projeto político da CUT, no entanto, tinham uma direção autônoma em relação à Central e possuíam seu próprio projeto político-pedagógico. No início, elas contaram com o apoio financeiro de organizações nacionais e internacionais, contudo, na VII Plenária Nacional da CUT, em 1995, a formação cutista se voltou para o uso do FAT e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), adensando a tensão.

Tanto o Senar quanto o FAT eram ligados a uma concepção de qualificação técnica de perfil conservador, voltada para as dinâmicas produtivas no campo. O Senar foi criado pelo decreto nº 77.354, de 31 de março de 1976, e é uma entidade paraestatal mantida pela classe patronal rural, vinculada à CNA e administrada por um conselho tripartite composto por representantes do governo federal, das classes trabalhadoras e das classes patronais rural. A entidade é integrante do sistema “S” (Senai/Sesc/Senar) que, como vimos, é um sistema de formação profissional de empregados composto por organizações patronais dos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transporte e cooperativas). O Senar não possui unidades de ensino, sendo estas os locais nos quais o trabalhador rural vive e atua. O FAT é um fundo ligado ao Ministério do Trabalho, instituído pela lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990. É destinado às ações de formação profissional da mão de obra do campo e da cidade para o auxílio aos trabalhadores na busca por emprego (BRASIL, 1990). Para tal, oferece bolsas a trabalhadores com contrato de trabalho suspenso em virtude da participação nos cursos ou programas de qualificação oferecidos pelos setores empregadores.

A busca formativa cutista se direcionou para uma formação política de caráter mais propositivo e uma educação sindical mais “técnica”. Em contrapartida, esta formação foi utilizada como um canal para adensar a formação no conjunto da Central. As falas de alguns de nossos entrevistados ilustram o que foi este momento de inflexão na formação cutista:

Porque aí, logo que acabou o CUT/Contag, estava na febre do FAT... que foi um momento diferente das Escolas [da CUT], momento de entrada de cursinhos. O FAT entrou para os sindicatos, via Senar, e muitos acessaram por aí. Mas aí eram formações bem “tratoristas”... Vários sindicatos entraram nisso. Mas aí o que eu achei que a CUT fez de genial foi pegar um desenho de um curso que era completamente isso, técnico, e fazer um desenho ...eles meio que viraram do avesso e de ponta cabeça e montaram uma outra coisa, que foi o Integrar, que virou esse Semear, Terra Viva. (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012).

Talvez esse momento do FAT seja um momento meio de unificação de uma política do governo para o campo e a cidade e um contexto da ideia de um trabalho, que o mercado estava sendo afetado pelas mudanças sociais mais gerais. (Consultora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 25/02/2013).

Não adentraremos nos motivos desta inflexão porque nosso foco é a formação política empreendida pela Contag, contudo, vale dizer que aqui também se fizeram sentir as ambiguidades de operar uma formação política a partir de instrumentos patronais: com projetos políticos e concepções distintas e em muito concorrentes aos levantados pelos representantes políticos dos trabalhadores rurais, CUT e Contag. Uma avaliação feita pela

CUT (2002) mostra isso, ao considerar que o financiamento via FAT gerava interrupções no processo de formação política. Podemos perceber, então, que a dinâmica entre aquilo que era estipulado via Senar e FAT, e a dinâmica das atividades em formação política para os rurais desenvolvida pelos cutistas não se equipararam, gerando contratempos que desgastavam a formação.

O documento *Formação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CUT* (2002) foi uma sistematização feita das práticas de educação sindical rural da CUT, empreendida ao longo da década de 90. Os programas de educação sindical rural cutista captados nesta oficina, bem como os seus organizadores, foram: 1) Projeto Terra Solidária – Fetraf-Sul ¹⁵³; 2) Projeto Semear – Escola Sindical São Paulo e Escola Sindical 7 de Outubro; 3) Projeto Vento Norte– Escola Sindical Amazônia; 4) Projeto Flor de Mandacaru – Escola Sindical do Nordeste; 5) Projeto Raízes – Fetraece/CE e Fetagri/PA; 6) Projeto Semear Bahia – Fase; 7) Educação Integral do Trabalhador Rural para o Desenvolvimento Sustentável e Solidário no Brasil Central – Escola Sindical Centro-Oeste.

De um modo geral, os projetos de educação sindical cutistas almejavam desenvolver uma educação básica e profissional agregando a ela a formação política, através de um eixo central: o debate sobre o “trabalho”. A formação política cutista tentou articular a aprendizagem de conhecimentos técnicos com a ação e a organização do trabalhador rural, no caso, os agricultores familiares, pressupondo formar educadores e dirigentes para serem agentes da proposta política da CUT para os rurais.

Se a representação dos interesses instituídos de um grupo social em um campo político requer da sua liderança um *habitus* (BOURDIEU, 1989), a formação “técnica” da CUT buscou viabilizar impactos nas políticas públicas articulando o elevar do *habitus* técnico ao *habitus político*, costurando esses *habitus* à ideia de trabalho e do que é ser trabalhador.

Os temas da formação voltada para os rurais perpassavam debates sobre a formação escolar, como alfabetização, ensino de matemática e ciências e questões referentes às dimensões do trabalho rural, de cunho mais político, como: natureza e sociedade, estrutura fundiária, movimentos sociais do campo, políticas públicas, desenvolvimentos alternativo, trabalho e geração de renda no campo. Metodologicamente, a educação sindical cutista contou com espaços de atividades para os educandos (ou dirigentes) e para os formadores ¹⁵⁴ (dirigentes e assessores encarregados de ministrar os cursos). Além destes espaços, houve atividades de sistematização e avaliação das práticas feitas, através de cartilhas e cadernos etnográficos, cujas elaborações contaram com a participação de acadêmicos.

Dois cursos cutistas empreendidos por duas federações da Contag nos chamaram a atenção: o das Federações de Trabalhadores na Agricultura do Ceará e do Pará.

A formação cutista detectada na Fetraece durante o período de 1997 a 2001 originou-se da preocupação da Federação em articular as diretrizes da Secretaria de Formação da CUT e da Escola Nordeste às diretrizes da Contag. Em 1998, agregou-se a esta articulação a realização do PDLS, muito embora tenha havido dificuldades nessa articulação. O Projeto Raízes realizado pela Fetraece nasceu em 2000 e foi reformulado em 2001. De um modo geral, tratou de qualificar os trabalhadores rurais em técnicas de dinâmicas produtivas na

¹⁵³ Sua origem reside nas mobilizações dos agricultores com base familiar do Sul e em proposições com base nos pensamentos do “novo sindicalismo” e CUT. Formada em 2001 como uma organização sindical específica de agricultores familiares, logo se nacionalizou, formando a Fetraf Brasil em 2005. O fato tensionou a representação política da Contag em relação a esta categoria, muito embora tenha sido central na projeção da categoria no cenário nacional (PICOLLOTO, 2006).

¹⁵⁴ Uma equipe de pedagogos e coordenadores de formação da Central é que ministravam estes cursos.

agricultura, desenvolvendo temas como sindicalismo rural, PADRS, gênero, juventude, economia solidária, associativismo e cooperativismo, agrossistemas e sustentabilidade. Para além dos temas, o Projeto debateu a construção da política de formação da Fetraece ¹⁵⁵.

Vale dizer que, diante das distintas entidades de aliança da Federação e dos distintos projetos políticos de formação envolvidos – educação técnica, mas também a elaboração da política de formação da Federação –, a Fetraece optou pela formação “de aliança”, dedicando-se a construção de uma retórica em torno do PADRS. O fato indica que no cotidiano dos sindicatos a política de “aliança”, ao menos no seu aspecto formativo, encontrou tensões de várias ordens: quanto às disputas pela representação dos rurais entre a Contag e a CUT; quanto às disputas destas organizações com setores patronais; quanto à própria formação: técnica e política.

O Projeto Raízes implementado pela Fetragri/PA também teve orientações da Contag e da CUT para a sua formação. Igualmente à Fetraece, suas atividades trataram do PADRS, cooperativismo e sindicalismo rural. Contudo, centraram-se em questões da produção familiar na Amazônia, marcada por diferentes formas de trabalho, como, por exemplo, o extrativismo ¹⁵⁶.

Os cursos de formação política cutistas ocorreram antes, durante e após o Projeto CUT/Contag. A preocupação da CUT com uma formação própria para os rurais também esteve na raiz da contratação de seus pesquisadores e formadores: ambas as pesquisadoras que entrevistamos trabalharam em ações de formação política rural da CUT, após o Projeto CUT/Contag.

Quando teve o seminário final do CUT/Contag, eu fiquei sabendo que estava começando o Integrar [...] e as Escolas entraram meio de cabeça nisso, todas as Escolas da CUT. Entraram na coisa do FAT, mas com esse viés, porque eu acho que eles conseguiram fazer uma coisa legal, acho que eles conseguiram pegar isso e construir uma proposta de pedagogia diferenciada para jovens e adultos, pensando o profissionalizante [...] A gente tentou fazer isso no rural também. Eu acho que o Terra Solidária foi o que mais estruturou. Era o que Paulo Freire fazia, só que o que eles fizeram foi juntar a realidade com currículo (Pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 07/12/2012).

Os rurais estavam na Escola Sul, ou seja, na formação da CUT. A Escola Sul funcionava com “formação de formadores” e com “formação de dirigentes”. Era FF e FD. Na formação de formadores eles pegaram gente. As pessoas que vinham fazer a formação eram dirigentes. E, normalmente, eram dirigentes que trabalhavam com formação nos sindicatos. Nem todos os sindicatos, como a gente viu no CUT/Contag, tinham o seu departamento de formação. A formação era uma coisa relegada a segundo plano, como eram a de mulheres, a de jovens, que hoje tem. Mas quando não tinham, alguém vinha. Então os formadores, na verdade, eram dirigentes que não voltariam para os seus sindicatos [...] Então a Escola Sul trabalhava em rede. Era uma ideia de multiplicação: você trazia os dirigentes, eles teriam de desenvolver seus trabalhos... trabalho de formação. Eles seriam responsáveis pela formação. E aí, nessas pessoas, tinham pessoas dos sindicatos rurais [...] o FF tinha os rurais porque eram sindicatos que ficavam no interior, no município. E tinham representações de rurais, sim. Não era para os rurais, mas como os

¹⁵⁵ O Projeto contou com recurso financeiro da Icco.

¹⁵⁶ Este projeto foi financiado pelo FAT.

rurais estavam dentro dos sindicatos, eles também vinham, entende? Mas não era voltado para o público rural. Era a formação de formadores cutistas. (pesquisadora do Projeto CUT/Contag, entrevista concedida a IMS no dia 11/12/2012).

As falas indicam que as atividades de educação profissionalizantes buscaram enraizar as concepções cutistas, além de ampliar seus próprios espaços de formação. Isso foi uma direção dada para as ações de formação da CUT, porém, nela estiveram presentes muitos dirigentes rurais. A formação “profissionalizante” também foi uma direção dada aos cursos especificamente voltados para o segmento.

A ampliação dos espaços cutistas não se deu sem uma seleção de dirigentes para a função de formador. A partir das atividades de formação destes se pretendeu um processo de transfiguração de sujeitos em militantes, num exemplo de formação processual, tal como visto em Fillieule et Pudel (2010): “etapas” objetivas e subjetivas da formação de sujeitos em militantes de uma organização.

A Contag também realizou ações de formação política próprias. Capitaneada pela Secretaria de Organização e Formação Sindical, o PDLS foi uma ação nesse sentido, mesmo que tenha contado com a participação da CUT. Suas ações datam de 1997, ou seja, após a realização da primeira etapa do Projeto CUT/Contag.

O intento do PDLS foi o de formar dirigentes sindicais mais ligados à base no sentido de redesenhar o perfil socioeconômico do meio rural local, tornando este mais afinado ao projeto alternativo de desenvolvimento rural. Sob uma concepção de formação política advinda da educação popular, o PDLS promoveu estratégias de intervenção do MSTR voltadas para a elaboração de planos de desenvolvimento rural local e para a negociação de políticas públicas. A cartilha do seu primeiro módulo (1997) ilustra isso:

A dimensão do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável ¹⁵⁷ sinaliza que este Programa não significa sua construção definitiva. Revela a capacidade propositiva do Movimento Sindical de Trabalhadores que, juntamente com o acúmulo das suas diversas instâncias, parceiros e aliados, busca redesenhar o perfil socioeconômico do meio rural. Ao mesmo tempo, demonstra o interesse do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em estabelecer um processo interativo com os demais setores da sociedade para, juntos, contraírem um projeto que assegure o bem estar coletivo. Assim, para a implantação, avanço e consolidação desse projeto é fundamental estabelecer um amplo processo de alianças, discutindo suas propostas, diretrizes e ações com o movimento sindical urbano, representado pela nossa Central – Central Única dos Trabalhadores – e buscar o apoio dos demais movimentos e organizações da sociedade civil, técnicos e intelectuais, numa intensa e permanente disputa pela hegemonia com os setores dominantes. (PDLS, 1997, p. 3-4)

O PDLS teve uma linha política clara: agir junto a agentes políticos locais no sentido da construção de dinâmicas econômicas de produção atreladas ao Projeto Alternativo. A realização do desenvolvimento local envolveria distintos setores (rurais e urbanos): os assentados, os assalariados, os agricultores familiares (dentro do conjunto familiar há jovens, mulheres e idosos); também os empresários e comerciantes locais, professores e vereadores. Assim, o Programa não foi apenas um espaço de debates e repasse permanente

¹⁵⁷ O termo refere-se ao projeto ainda em construção, visto que o PADRS só foi instituído em 1998.

das ações e de organização dos atores envolvidos: foi um espaço de “capacitação” dos atores locais quanto aos interesses do MSTR.

A elaboração das suas cartilhas contou com a participação de pessoas ligadas ao Deser e três outras entidades de pesquisa e assessoria no campo: o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene) e o Movimento de Organização Comunitária (MOC). Também contou com a Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho (Sefor) e com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Além destes, houve a participação de acadêmicos ligados à extensão e sociologia rural.

Contudo, o Projeto não tinha uma linha pedagógica unitária, como viria a ser posteriormente a Enfoc: sua ideia foi a de fomentar projetos de desenvolvimento local. Um assessor da Secretaria de Formação e Organização da Contag e educador da Enfoc, ao resgatar sua memória sobre os processos que culminaram no surgimento da Enfoc, afirmou que, mesmo sendo uma formação específica para a construção de “projetos alternativos locais”, o PDLS foi uma inflexão na forma da Contag exercer sua formação política.

A gente tinha uma ideia de que o projeto alternativo era alternativo, mas a gente não tinha nada escrito. Então o PDLS vai acontecer nesse momento. O resultado foi a formação de mais de 15.000 mil lideranças no Brasil. Nós fizemos uma avaliação junto com o Projeto CUT/Contag em 1998 e gerou até um documento. A gente, avaliando o alcance do PDLS, a gente identificou que um monte de prefeituras... A gente conseguiu ganhar depois do PDLS (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 18/11/2012).

Em documentos, verificamos que a formação do PDLS buscou atingir 14.500 pessoas (agricultores, dirigentes, técnicos e assessores) em 3.500 municípios. Dentre outros, a capacitação intentou a elaboração de planos municipais de desenvolvimento e a formulação de políticas de geração deste desenvolvimento; a elaboração de propostas de educação para o meio rural e de qualificação profissional; a redemocratização das relações sociais de gênero e geração; a formação profissional de trabalhadores assalariados, qualificando-os para a intervenção na negociação com as empresas, conselhos e comissões.

O primeiro módulo do PDLS dedicou-se à construção de metodologias participativas para o desenvolvimento local. O segundo módulo abordou a importância do “animador” no processo de desenvolvimento, o conhecimento da realidade local e suas relações, a comunicação como estratégia de mudança da realidade local. Já o terceiro módulo tratou do gerenciamento e do planejamento do desenvolvimento local e municipal.

Há nesta formação fios de continuidades com a concepção proveniente das pastorais: por exemplo, no PDLS o animador é alguém com capacidade de refletir o cotidiano dos grupos “educandos”, compreendendo “o momento presente, simultaneamente, como resultado do passado e como possibilidade de construir o novo” (PDLS, 1998). Lembrando Neves (2008), entendemos que a função do “animador” do PDLS, ao cabo, seria a de mediar os “modos de ver o mundo” dos educandos – dirigentes e atores políticos-, organizando seus distintos símbolos em torno do desenvolvimento rural alternativo.

Sobre outro ponto de vista, tanto a formação política exercida pelo Projeto CUT/Contag, quanto a exercida pelo PDLS, trouxeram pautas e concepções de desenvolvimento rural e de formação política cutista para dentro da Contag.

Com o debate do desenvolvimento que é o que vem do CUT/Contag, especialmente com a entrada das novas lideranças. Lideranças cutistas

aqui na Contag. Aí a pauta muda sensivelmente. A pauta muda e se diversifica. Então algumas frentes do movimento que é a luta pela terra, a luta pelos direitos, que tinha a ver com a previdência ela passa a ser ampliada para o debate do desenvolvimento. Ao mesmo tempo ela fica fluida, para esse universo do desenvolvimento (Assessora da Contag e educadora da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 24/11/2012).

O debate sobre o desenvolvimento rural, a ascensão dos agricultores familiares no campo político sindical e no campo das políticas públicas, juntamente à implementação do Projeto CUT/Contag e do PDLS, acabou por ressignificar a formação política exercida pela Contag, tornando-a mais plural e propositiva. A formação política implementada pelo PDLS foi o primeiro passo dado pela Contag, no sentido dessa nova formação. Na fala do assessor da Contag,

O que era mesmo o CUT/Contag? Ele trazia para a gente uma ideia de que não dá para pensar o desenvolvimento como a gente pensava, olhando apenas para nós mesmos. Era necessário perceber as possibilidades e oportunidades que surgiam, inclusive quando a gente mergulhava nos conflitos. Por exemplo, perceber que a dinâmica de desenvolvimento elas não se limitavam à fronteira de um estado [...] Uma outra coisa que para a gente era novo era essa ideia de sustentabilidade. Essa era uma discussão nova. A gente não conseguia perceber essa ideia de sustentabilidade. A ideia de que veio lá da Eco92... é nesse burburinho, ela trouxe um negócio que nesse primeiro momento a gente ficou com o pé atrás: a ideia de agenda local. (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 18/11/2012).

A elaboração e execução do Projeto CUT/Contag e do PDLS acompanharam um momento externo que ocorria no campo político brasileiro: a instituição do Pronaf; a criação dos conselhos locais de desenvolvimento rural; a Eco 92. Sobre tudo isso, a construção de planos de desenvolvimento local rural era entendida pelo MSTTR como uma oportunidade de intervir nos espaços públicos em favor das demandas dos agricultores, intentando criar uma “nova cultura” nos espaços mais próximos dos seus cotidianos. Nos termos da cartilha do PDLS.

O desenvolvimento local é resultado do conjunto de diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, existentes no município e região, na construção de um projeto estratégico que orienta as suas ações a longo prazo. Portanto, não se trata apenas de políticas públicas, mas de uma nova cultura e de ações para a construção de um objetivo comum. A construção de um novo projeto de desenvolvimento depende da capacidade de organização dos atores do próprio município de gerenciar os seus recursos locais, bem como de enfrentar os fatores externos à governabilidade local. Não é através da ação de atores ou de políticas externas, o que, aliás, seria um processo de cima para baixo, portanto, não democrático. As experiências mais positivas de desenvolvimento local foram resultados da ação de seus próprios atores, que conseguiram utilizar de forma adequada os recursos disponíveis e do reinvestimento das riquezas geradas no próprio local. O desenvolvimento local deve ser um processo de mobilização das energias sociais, dos recursos e das potencialidades locais para a implementação de mudanças que elevam as oportunidades sociais e as condições de vida

no plano local, tendo como base a participação da sociedade no processo decisório. (CONTAG, 1997, p. 19)

A ideia foi a de partir da realidade local para se pensar o âmbito político rural: o diagnóstico destas realidades subsidiaria as pautas da Contag, levadas para negociação com o Estado, por meio dos Gritos da Terra. Mesmo que estas realidades não fossem originárias desse momento da trajetória do sindicalismo rural, o seu levantamento expressaria os limites das pautas e estratégias de ação da Contag, expressando debates “novos” para a Confederação, com contornos propositivos: era uma formação “dialógica”, a fim de formar consensos no âmbito sindical, com referências na consolidação de lutas pró PADRS.

Contudo, o PDLS “Era uma formação mais da estruturação da demanda”, de acordo com uma assessora da Contag. O tempo e a forma pensada para a execução do PDLS não permitia uma discussão numa perspectiva “crítica”, ou seja, buscava resolver necessidades imediatas emergentes no seio das práticas sociais, econômicas e políticas.

A organização sindical desencadeada pelo PDLS, no sentido da elaboração destes planos de desenvolvimento, desencadeou diagnósticos sobre as realidades locais rurais: formas de gestão de recursos financeiros, tecnológicos e naturais; também sobre a intervenção sindical nos distintos espaços públicos, como escolas, hospitais, associações, cooperativas, conselhos, câmara de vereadores e prefeituras. Mais do que isso, ela desencadeou uma necessidade da Contag mudar as diretrizes de sua formação, sobretudo, para conhecer a sua “nova realidade”, após a emergência dos novos atores políticos, sindicais e rurais. Conforme a fala do assessor da Contag:

[...] e não era mais um documento escrito por três pessoas, 20 pessoas ou até 1000 pessoas: era um documento que decorria de uma experimentação... que o CUT/Contag traz, que a própria trajetória traz, mas que o CUT/Contag, que o PDLS, trazem. Enfim, o que vai desembocar em 1998 é uma coisa riquíssima, que exigia da gente uma formação diferente que a gente fazia, porque ela começava a dizer assim pra gente: antes de mais nada, você não precisa dizer para as pessoas o que é reforma agrária, o que é assalariado. Não, a gente precisa perguntar para as pessoas como elas se vêem naquele momento e o que elas querem. (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 18/11/2012).

O processo formativo desencadeado pelo Projeto CUT/Contag e também pelo PDLS resultou na conclusão de que o campo de luta pelo desenvolvimento rural ultrapassava as fronteiras legais da estrutura sindical, além das fronteiras das ações de cada organização representante dos trabalhadores do campo. Tais desafios apontaram para a elaboração de pautas articuladas nos espaços representativos dos movimentos sociais. Este foi uma dos debates na formação da Enfoc, como vemos na fala abaixo.

[...] o CUT/Contag vai e volta dentro da escola [Enfoc] porque construiu uma passagem de um processo para o outro, entende? Ele deu uma base forte para problematizar quais são os desafios da classe trabalhadora e que organização responde a esses desafios. Essas perguntas vêm o tempo todo batendo na gente: que organizações e que tipos de organizações precisam ser constituídas para responder os desafios dos trabalhadores? Então o CUT /Contag é muito atual ainda nessas provocações (Assessora da Contag e educadora da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 24/11/2012).

O Projeto CUT/Contag e o PDLs, em conjunto com os Gritos da Terra Brasil, resultaram em novas propostas para a organização sindical. Ambas as ações subsidiaram a consolidação de uma política nacional de formação do MSTTR. Foram, portanto, locais de qualificação e consolidação de um discurso, conjuntamente, de construção, negociação e avaliação deste discurso, quando este era levado aos espaços públicos.

Ainda destacamos que a estratégia formativa buscou contornar as dificuldades e indisponibilidades sentidas pelos dirigentes em ficar diante das pessoas detentoras de *habitus políticos* requeridos nesses espaços de discussão dos planos de desenvolvimentos, como advogados e prefeitos. Neste caso, falamos da “segurança” de falar de si e do mundo, dentro de campo político, uma vez que, conforme o representante de um grupo, evidenciando limites em se comunicar dentro dessa linguagem, pode perder prestígio e confiabilidade pelos seus representados (BOURDIEU, 1989).

Estando em andamento o PDLs e o Projeto CUT/Contag, a Contag realizou o II Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (II CNETTR), em 1999. Seu debate focou nos mecanismos de implementação do PADRS a partir de discussões referentes à estrutura, organização, gestão e autossustentação do MSTTR.

Um ponto que nos chamou a atenção foi quanto à instituição do Pronaf, que, segundo seu documento base, teria colocado em evidência o limite da categoria “trabalhador rural”, dado que parte da base da Confederação seria de agricultores familiares.

Assim, por exemplo, no início da década de 1960, o governo permitiu a organização sindical dos assalariados rurais. No entanto, a categoria se organizou reunindo todos os setores que trabalhavam no campo. Na década de 1970, a categoria foi definida com base na extensão da propriedade, pois o objetivo era a cobrança da contribuição sindical. Mas, apesar do texto do Decreto Lei 1.166/71, a grande maioria dos agricultores familiares que exploravam área superior a um módulo continuou preferindo se filiar e ser representada pelo MSTR e não pelo sindicalismo patronal. Hoje a proposta do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, através de uma ampla e massiva reforma agrária e de fortalecimento e valorização da agricultura familiar, impõe uma redefinição de qual é exatamente a categoria que pretendemos representar e porque [...] O PADRS requer do MSTR uma mudança na definição da categoria que não foi ainda suficientemente aprofundada. O conceito de “pequeno produtor” permitia que um dos parâmetros fosse o tamanho da parcela de terra explorada. O de “agricultor familiar” carrega uma complexidade econômica, social, cultural muito maior. O objetivo agora não é simplesmente apoiar uma agricultura de subsistência ou de resistência na terra, mas sim o de promover o desenvolvimento econômico do trabalhador e da trabalhadora. Não faz sentido lutar para que o agricultor se desenvolva para, alcançando este objetivo, entregá-lo nos braços do sistema sindical patronal (CONTAG, 1999, p. 41)

No fundo, o conceito de “agricultor familiar”, presente no trecho, refere-se a uma categoria genérica, cujo fortalecimento significaria o fortalecimento das lutas dos agricultores: a luta pela resistência na terra, a luta por um desenvolvimento econômico, cultural e social do trabalhador do campo. O trecho ainda sugere que, na visão da Contag, sendo a categoria representante das demandas e valores de todos os segmentos do trabalho no campo (e, sendo a Confederação a porta-voz do trabalhador na agricultura na sua

integralidade), evitaria-se o seu entendimento como empregadores rurais, fato que poderia deslocá-la para a representação patronal.

Em 2001 ocorreu o VIII Congresso da Contag que reafirmou o PADRS e a participação articulada do MSTTR nos processos políticos governamentais, sobretudo nos processos eleitorais (nos Anais do Congresso temos indicações para que lideranças próprias do MSTTR se candidatassem a cargos do governo nas esferas municipais, estaduais e nacionais). Nisso, cabe destacar que no ano de 2002 houve a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, o que refletiu num aumento dos espaços de participação institucional, potencializando as possibilidades de atuação dos movimentos no estabelecimento de políticas públicas. No entanto, a continuidade do governo do PT ¹⁵⁸ com o projeto neoliberal, culminou num campo político em disputa entre os setores populares e os setores conservadores sobre os espaços de instituição de políticas públicas. De acordo com Delgado (2010), dentre os elementos que denotaram essa continuidade estão: a manutenção do agronegócio como setor determinante da agenda de negociações comerciais internacionais sobre a agricultura no Brasil; o peso do agronegócio na economia, na política e no governo, que, dentre outros, influenciou a decisão governamental de permitir o crescimento da produção de produtos transgênicos, mesmo sob oposição de diversos movimentos sociais e ONGs; a continuidade do aumento da produção de produtos agropecuários de exportação e a liderança do agronegócio nesse processo; insuficiente apoio do governo ao avanço da reforma agrária como um processo de fortalecimento da agricultura familiar.

Estes desafios e as releituras feitas sobre a retórica do sindicalismo rural colocaram a necessidade ao MSTTR de mais investimento na formação de novos quadros sindicais rurais. Para além da implementação do PADRS, um dos reflexos pretendidos através da formação foi a “luta pelos votos” nas eleições gerais do país, ou seja, a inserção de representantes aliados ao PADRS no campo político governamental a partir do lançamento de candidatura nos processos eleitorais. Essa estratégia de luta também é vista no IX Congresso da Contag ¹⁵⁹, realizado no ano de 2005:

E, nas eleições municipais de 2004, pela primeira vez, o MSTTR participou de forma organizada nacionalmente, lançamos mais de 2.000 candidatos e candidatas do próprio MSTTR, elegendo mais de 200 vereadores e vereadoras e 40 prefeitos e prefeitas. (CONTAG, 2005, p.45)

No mesmo IX Congresso ocorreu uma atualização do PADRS, com a adoção do princípio “Solidariedade” (o Projeto ficou com as siglas PADRSS). O princípio assume a complexidade colocada com a entrada de novos atores e temas no campo político rural e no sindical: a compreensão de que as lutas pelo PADRSS se fariam pela dimensão material e simbólica (suas identidades e valores).

No PADRSS o meio rural é concebido como um espaço político, social, econômico, produtivo, ambiental e cultural, que tem sujeitos organizados e dinâmicas de desenvolvimento potencializadoras da sustentabilidade. Do total de 5.507 municípios brasileiros existentes até o ano 2000, mais de 4.485 municípios fazem parte do Brasil Rural, pois têm menos de 50

¹⁵⁸ Seu primeiro mandato compreendeu o período de 2003 à 2006, seguido do segundo governo, que durou o tempo de 2006 à 2010.

¹⁵⁹ Na assessoria da secretaria de formação e organização sindical deste tempo já se encontrava alguns dos atuais assessores da Enfoc.

mil habitantes e cerca de 80 habitantes por Km². Neste sentido, o PADRSS se propõe a ser um processo permanente de produção e reprodução de qualidade vida para o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores rurais, contribuindo para a melhoria de vida das populações rurais e urbanas. A estratégia a ser adotada pelos STTRs, Fetags e a Contag, deve se orientar pela participação política e a gestão democrática na comunidade, município, território ou região, transformando os excluídos e marginalizados em cidadãos e cidadãs; nunca perdendo de vista a articulação entre o local, o regional e o territorial com o global, e o rural com o urbano, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática, igualitária e solidária.

Tem sido importante também para incorporar no nosso projeto político o enfoque da igualdade de gênero, articulado com a dimensão de classe, geração, raça e etnia. Na prática, isso significa que todas políticas e ações do MSTTR devem estar voltadas para o desenvolvimento da pessoa na sua integralidade. (CONTAG, 2005, p. 22- 23)

A noção de “solidariedade”, de “território” e de “integralidade”, expressas no trecho acima, explicita a concepção trazida pela Contag à agricultura familiar: a perspectiva econômica, assentada na reestruturação produtiva, junta a perspectiva cultural, no sentido de incorporar as questões de gênero, geração e etnia à luta pelo Projeto. Sob estes prismas é que deliberaram no Congresso criar a escola de formação política do MSTTR.

Apesar da demanda por uma escola de formação já ser observada desde o VII Congresso, a iniciativa pela construção de um espaço dedicado à formação política de caráter permanente parece ter advindo de reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais, que trouxeram este debate para sua III Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag (PNTTR) ¹⁶⁰, ocorrida em novembro de 2004. Na ocasião, pretendia-se elaborar uma escola de formação específica para as mulheres: suas demandas eram para se adquirir *habitus políticos* exigidos na gestão de uma instância sindical. Porém, deliberou-se pela criação de uma escola voltada para homens e mulheres, dirigentes e assessores do MSTTR, com perspectiva numa formação processual. Para uma dirigente que foi da Comissão de Mulheres neste tempo.

A ideia de uma Escola de formação política nasce a partir da necessidade das mulheres. Quando nós chegamos, nós, sujeito “mulheres”, no movimento sindical, mais deliberadamente nas direções, uma das grandes questões que aparecia de demandas era a necessidade das mulheres entenderem mais da vida política. Não que nós não soubéssemos ler o mundo, a gente sabia ler o mundo. Mas a gente encontrava dificuldade em traduzir a leitura do mundo para o mundo. Qual a ideia que nós começamos a discutir com algumas poucas mulheres? Que a gente tinha a necessidade de ter um espaço político de formação para nós mulheres. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012)

A busca por um espaço de formação não se remetia apenas a uma dificuldade de “traduzir o mundo para o mundo”, mas também ao fato das mulheres terem um espaço

¹⁶⁰ A Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag é a instância na qual o MSTTR realiza a avaliação das atividades da entidade. É promovida de quatro em quatro anos, sempre na metade do período da gestão, e são avaliadas as ações realizadas a partir das deliberações do Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

próprio destinado à construção de um sentimento de segurança para militar nos espaços tradicionalmente ocupados por direções masculinas. Outra dificuldade sentida pelas mulheres, que teria afirmado a sua demanda por uma Escola, foi a de se aproximar de uma linguagem formal, exigida no campo político.

Ou seja, a gente até lia entre nós, conversávamos um pouco, mas a gente se sentia insegura para dialogar sobre isso nos espaços em que nós estávamos e que os homens estavam. E os espaços masculinos, onde os homens estavam, como as grandes assembleias, os conselhos, as ações de ruas que é os Gritos da Terra. Isso a gente ficava um pouco tímida para falar, porque a gente se julgava não ter formação política o suficiente porque o tempo que a gente tinha para ler, para alguma coisa, a gente não ia fazer, a gente ia cuidar das coisas de casa. Nós sempre fomos mulheres dirigentes, mas sempre conduzimos todo processo de casa, ao redor da casa e dentro da própria casa. Então a Escola, o primeiro embrião de ideia de Escola, ela nasce num diálogo, até com organizações outras, para ver se a gente conseguia um financiamento para uma Escola das mulheres. Eu lembro que num seminário do IICA no Maranhão, que nós tivemos em 1999, 2000 e pouco, 2000, 2001, antes de se discutir território ou alguma coisa, a gente já começava a discutir sobre a criação de uma Escola de formação para as mulheres. E aí fomos dialogando, e dialogamos com uma espanhola que trabalhava, que tinha uma grande articulação com o IICA no Brasil. Lembro de ter conversado muito isso com uma feminista muito bacana, brasileira, chamada Cristina Buarque, e a gente conversava muito sobre isso.

E aí, teve um pedido dos homens... eu registro isso, porque acho um momento importante na vida do surgimento desta Escola. Nasce a ideia de que... Manoel Santos, que era o presidente da Contag na época, começou a dialogar conosco, na condição de mulheres, e depois levou o diálogo para a plenária [...] Aí, nós fomos avaliar um pouco, se isso, como é que seria, se teria prejuízo. Aí, a gente dialogou: tudo bem, essa Escola só não pode ser, não virará um monopólio masculino.

Então a Escola nasce, vinda desse sonho dessas mulheres, que não eram tantas, mas éramos algumas. E, assim, e como a gente ganhou a rua no ano de 2000, a gente disse assim: agora nós botamos a “cara na rua”, agora a gente saiu da janela e rompeu o véu e o manto, agora a gente precisa também ter uma formação política para a gente poder argumentar na mesa, tanto internamente como externamente. Então, o querer da gente caminhava muito nessa perspectiva. Então, começamos, na terceira plenária [...] que a gente se preparava, nessa terceira plenária, se não me falha a memória, para o IX Congresso da Contag. Então, assim, a plenária de mulheres funciona – funcionava, tudo no verbo do passado, o presente agora a outros pertence –, então, assim, as plenárias funcionavam como incubadoras de preparação para a intervenção nossa dentro do Congresso. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012)

A construção de estratégias formativas para uma Escola começou na Terceira Plenária de Mulheres e foi levada à deliberação da Confederação. Nesta época ocorreu a I Marcha das Margaridas, em 2000, que levou para o governo pautas específicas do segmento das trabalhadoras rurais. Capitaneada pela Contag, a Marcha acabou por dar corpo aos projetos das mulheres trabalhadoras rurais no âmbito externo, mas também no âmbito

interno da Confederação. Consta nas entrevistas que esse fator pode ter aprofundado a demanda por uma capacitação política da Contag para o segmento.

A deliberação pela construção da Escola ocorreu num momento em que a Contag ainda se encontrava filiada à CUT, o que sugere ter havido uma busca da Confederação por uma autonomia da sua formação política em relação à Central: dado o contexto de filiação, a Contag poderia ter feito uso das Escolas da CUT, ao invés de construir uma escola própria.

A eminência da fundação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) pode ter influenciado nessa decisão ¹⁶¹. Resumidamente, desde o seu primeiro Congresso, em 2008, a Central adotou em seus princípios a defesa da unicidade sindical, se posicionando contrária às concepções promotoras da divisão de categorias. Nos termos do I Congresso da CTB:

Historicamente, a unicidade sindical, instituída em 1939 e consagrada no Artigo 8º da nossa Constituição, tem se revelado uma norma preciosa para garantir a unidade no âmbito dos sindicatos. A CTB defende com firmeza a unicidade, proclama a necessidade de união das centrais e combate, com vigor, todas as concepções e iniciativas que promovem a divisão das categorias e o desmembramento das bases. (CTB, 2008, p.47, in PICOLOTTO, 2011).

Progressivamente, a Contag passa a adotar uma postura de independência das centrais, contudo, se mantém em diálogo com ambas Centrais (PICOLOTTO, 2011). A fundação da Enfoc pode já ter tido o objetivo de formar quadros menos alinhados ao discurso cutista, posto que o surgimento da CTB no jogo político sindical colocava o risco de descolamento da Contag junto a sua base.

Os primeiros passos para a construção da Enfoc foram discutidos numa reunião do Conselho Deliberativo ¹⁶² subsequente a sua criação, quando foi delineado seu funcionamento, itinerário e outros. Dentre as negociações houve a garantia de metade das vagas da Escola para as mulheres. A regra era a de que não fossem inscritos delegados para os cursos da Escola, caso a cota de mulheres não fosse cumprida pelas Fetags e STTRs.

[...] aí veio o grupo de trabalho, um grupo pequeno de trabalho para pensar uma escola. Mas Escola têm muitas. Qual é o diferente dessa Escola? Porque escolas têm muitas. Não podemos falar que não tem escola. Têm as Escolas da CUT, as Escolas do MST, as Escolas de alguns partidos. Mas o quê de diferente essa Escola tem que ter, para responder essas expectativas? Então a Escola nasce assim, essa pergunta é uma pergunta que eu acho que ela ainda permeia, até hoje, na equipe pedagógica da Escola, atualmente. Porque a gente precisa de uma Escola que não seja doutrinária, mas que seja uma escola de formação política e ideológica. Como é que você forma ideologicamente, sem ser

¹⁶¹ A Central é fundada em 2007, menos de um ano depois da fundação da Enfoc (que ocorreu na segunda metade de 2006). A proximidade de datas demonstra que os debates sobre a fundação da Central ocorreram no mesmo momento da construção da Escola. A CTB, desde a sua criação, acompanha muitas das mobilizações do MSTTR, sobretudo as mobilizações organizadas conjuntamente com outras Centrais. Cumpre ainda dizer que a CTB é criada a partir de sindicalistas independentes e dissidentes que saíram da CUT, ligados a uma corrente interna, a Corrente Sindical Classista (CSC), que, por sua vez, desde sua origem, foi contrária ao pluralismo sindical (PICOLOTTO, 2011).

¹⁶² O Conselho Deliberativo é a segunda instância de decisão do MSTTR, composto por diretores(as) da Contag e das Fetags. Tem por finalidade apreciar e deliberar sobre as pautas apresentadas pela diretoria da Confederação, dentre as quais a aprovação da prestação de contas, previsão orçamentária e plano de ação do MSTTR.

doutrinário? E aí, começamos a desalinhar o novelo que estava desalinhando e tornando ele em uma rede, em tecer uma coisa que pudéssemos compreender um pouco mais esse trançado. Olhando o Brasil inteiro, olhando as mulheres, olhando os homens. Olhando dentro do universo das mulheres, as especificidades que são: são brancas, negras, índias, mulatas. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012).

Em Gramsci (2010) chama-se a atenção para a formação de um intelectual, trazendo que esta se dá através da transformação de um sujeito com uma compreensão desagregada da realidade para um sujeito capaz de se entender enquanto um ser historicamente determinado. Contudo, o mesmo autor mostra que os indivíduos pertencem a uma multiplicidade de grupo, e, logo, sua formação provém destas várias vivências. Com base nessas ideias, temos que a inflexão pensada para a Enfoc não largou seu objetivo de formar um grupo social orgânico a instituição, com referências coerentes às concepções da mesma, no entanto, vê-se na fala que a nova conjuntura no campo político rural acabou por ressignificar a formação: ela passa a ser o canal por onde a Confederação permanentemente fica a par da realidade de seus representados.

3.2 A construção da Enfoc: o I e II Enafor e a formulação de suas diretrizes e metodologias

Foi instituído um Grupo de Trabalho (GT Enfoc) composto por dirigentes, assessores, representantes das regiões e colaboradores externos. Dentre os encaminhamentos para o GT estava a realização de um Encontro Nacional de Formação (I Enafor), cujo objetivo foi o de mapear os referenciais político-pedagógicos existentes no conjunto de práticas do MSTTR, para, com isso, delinear direções para a formação de seu primeiro curso nacional.

No primeiro ano após a deliberação pela criação da Escola, previa-se elaborar os referenciais políticos e pedagógicos e o itinerário da Enfoc, a partir das diretrizes dadas pelo IX Congresso da Contag. Além disso, previu-se elaborar o primeiro curso nacional. Para a dirigente entrevistada, este momento de elaboração da Escola

Foi um “linhar” muito grande de perguntas, para nós, no começo dessa Escola. Porque, assim, qual era a avaliação (de algumas, e não de todas as pessoas)? Que nós tínhamos também muita gente formada para a vida política, mas que esquecia o lado humano dela enquanto pessoa. Que essa formação dessa Escola, ela precisava trazer toda uma formação política e ideológica, mas ela tinha que conjugar também com essa coisa mais subjetiva, do ser enquanto ser, de estar no mundo. E o fato de ser uma grande liderança política, não é pra negar também de ser uma grande pessoa que cresce e que se desenvolve do seu ponto de vista subjetivo. Então, assim, essas coisas todas no começo da Escola, elas vinham muito forte. [...] Porque se você não estiver, você pode ser uma excelente liderança, mas pode se arrebentar ali na frente porque emocionalmente você não supre suas necessidades. Daí entram as danças circulares ¹⁶³, você vai ver aqui acompanhando, muitas coisas acontecem. Como é que a gente lia também esse crescimento das pessoas na Escola, para humanizar

¹⁶³ As danças circulares são exercícios de dança que tem por base as ideias de Paulo Freire sobre o ensino “circular”. Em outras palavras, consiste numa dança “dialógica” que parte da própria maneira de se expressar do participante.

mais o espaço em que a gente estava, chamado espaço sindical? Que as mulheres, nós não sentamos numa cadeira e passamos o dia inteiro discutindo política. No meio da nossa conversa, a gente canta, a gente conta as histórias umas das outras, socializa os saberes e o sofrer. E a partir daí a gente canta, faz poesia e vai levando. Então a gente queria uma Escola que a gente não perdesse também isso. E aí surge, vem, o grupo de trabalho, que trabalhou de 2005, eu acho que até... a Escola inaugura em agosto de 2006. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012).

A noção de processo trazida por Fillieule e Pudal (2010) nos ajuda a pensar a fala acima. Para os autores a formação do militante passa pelas suas oportunidades de realização de ações e também passa pelas oportunidades de transformação de seus valores e identidades. A ação militante se dá, sobretudo, por lógicas de seleção de atividades: passa pelo abrir mão de modos de vida e relações sociais, em prol da exigência do campo político em questão. Visto que a instituição de valores é processual e vai na medida que os indivíduos vão identificando papéis e funções militantes (FILLIEULE e PUDAL, 2010), a ação de mesclar a formação com aspectos do cotidiano dos dirigentes teve em vista estruturar direções da Contag, por via de códigos pré-existentes na vida destes indivíduos: vida familiar, rotina de trabalho, etc.

As buscas para a construção da Escola também originaram o I Encontro Nacional de Formação da Contag – I Enafor. O encontro foi realizado entre os dias 24 e 28 de outubro de 2005, com a participação de 160 dirigentes, assessores e colaboradores ligados a universidades e a organizações ¹⁶⁴. A intenção foi a de diagnosticar a realidade da formação política do MSTTR mediante um levantamento das ações realizadas pelas entidades sindicais.

“Por uma política nacional de formação” foi o título do I Enafor, explicitando a conclusão da Contag de fomentar uma política norteadora das suas práticas da educação sindical. Por outro lado, a evidência demonstra uma busca pela diferenciação entre aquilo que é prática de educação formal – básica, administrativa e/ou técnica – (que ficou sendo capitaneada pelas suas secretarias específicas), daquelas que seriam as de formação política (capitaneada pela Enfoc). Conforme assessores da Escola,

E desse ano, ficamos um ano depois do Enafor pegando todas as construções do Enafor. Tiramos um grupo de trabalho, que era gente daqui: cinco assessorias da Contag mais uma assessoria de cada regional ou pessoas que queriam colaborar, era um grupo de 10 pessoas [...] foi daí que surgiu a PNF, surgiu o PPP, surgiu a estratégia e o itinerário. (Assessora da Contag e educadora da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 24/11/2012).

Então aquelas pessoas que tinham resistência com esse negócio que tinha sido aprovado [a Escola], achando que era coisa da cabeça de uma pessoa, passou a compreender que esse lugar deveria ser o lugar onde deveriam trazer o melhor que tinham no estado. Para que o seu melhor – que trazia, contudo, a sua ideologia e visão de mundo – fosse capaz de dar rumo a essa escola, a esse negócio que surgia, que até então não tinha nome e certidão de nascimento. E foi muito legal porque também houve a sapiência de dizer assim: mas não vamos só ouvir a nós mesmos, vamos

¹⁶⁴ Foram eles: a Escola Quilombo dos Palmares – Equip, a Universidade Camponesa – UniCampo, o Dieese e a CUT.

trazer a experiência de formação fora da gente. (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 18/11/2012)

Os testemunhos nos indicam que houve disputas e negociações no I Enafor e no GT Enfoc, sobre a estratégia formativa a ser implementada pela Confederação e sobre o que ela representaria: seu público, seus parceiros e seu financiamento. Na construção da Enfoc havia uma evidente preocupação para que suas atividades fossem menos centradas nos dirigentes de cúpula, voltando-se mais para a direção de base. Foi, portanto, nos espaços mais próximos do cotidiano do trabalhador do campo que se explicitaram mais fortemente as contradições emergentes no processo de mudança de concepção da Confederação, desde a crise até a consolidação do PADRS.

Outra questão levantada na construção da Escola foi se as suas atividades contariam com outras entidades e organizações: deliberou-se que as parcerias da Escola seriam com colaboradores tais como professores universitários, especialistas e profissionais de organizações; também foi decidido que ela não contaria com vínculos financeiros e institucionais de outras entidades e a garantia da sua autonomia financeira foi feita a partir de um financiamento interno da Contag. Um dos motivos desta decisão foi o de manter a autonomia da escola (e com isso, a representação política da Contag), diante das mais diversas concepções e atores existentes no campo político rural.

Sobre os procedimentos adotados para a construção da Enfoc, a dirigente explicou:

Como é que a gente cria uma escola, se a gente não tem dinheiro? Como é que a gente faz? Criamos, levamos para o Conselho da Contag, que essa escola ia ser autofinanciada pelo Movimento Sindical, pelos sindicatos: 1% das arrecadações de um convênio que se tem, que são os associados que hoje já são aposentados e pensionistas, que se chama Convênio da DataPrev; 1% desse fundo ia ser destinado para a formação política. Porque nós avaliávamos na época, quando você faz um curso, que você tem que pedir dinheiro lá fora, você precisa se submeter à grade dele, ao financiador. E criamos o fundo da Escola. Essa Escola tem um fundo de financiamento. Ela se autofinancia para esses cursos. Para a gente poder ter a liberdade de formar na perspectiva política que a gente quer, e não da perspectiva que o financiador deseja. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012).

A definição pelo financiamento nestes moldes também garantiu que a contribuição fosse contínua, uma vez que as atividades da Escola demandariam recursos permanentes. Além disso, para um assessor-educador da Enfoc, a estratégia financeira da Enfoc deu substância para a escola ter uma autonomia com relação à própria Contag, e por isso é que ela pode ser um espaço de “autoanálise” da sua organização sindical.

A Contag teve uma sacada genial. O fundo solidário que é um recurso que vem direto dos sindicatos e federações para a Escola, retirou o compromisso com a Contag, deu à escola uma autonomia financeira. Isso da autonomia é um acreditar da direção. Mesmo a escola tendo um conselho político gestor (composto por seis diretores da Contag) isso não retira a autonomia. (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 12/03/2013)

Destas discussões levantadas no I Enafor e GT Enfoc, resultaram o Programa Nacional de Formação para o MSTTR (PNF) e o Projeto Político Pedagógico da Enfoc

(PPP). No PNF temos a institucionalização da inflexão na formação política da Contag: ela se volta para uma ação de permanente pesquisa da realidade sindical e rural e para a consolidação de uma retórica com fundamento no PADRS. De acordo com o documento, seus reflexos ocasionariam a reafirmação da Contag como representante das pautas dos trabalhadores na agricultura, diante do MSTTR e do Estado.

As diretrizes pedagógicas e metodológicas do PNF se encontram no PPP. De acordo com o documento, a prática da formação política da Contag aconteceria de dois modos: “programado” e “na ação”. O primeiro consiste nos cursos, seminários e oficinas da Enfoc, divididos em: 1) curso nacional – dado pela Enfoc; 2) regionais e estaduais – oferecidos pelos polos regionais e Fetags, com orientação da Enfoc; 3) espaços locais – os Grupos de Estudo Sindical (GES) – que, por sua vez, são grupos de estudos orientados pela Enfoc, realizados em distintos espaços como sindicatos, escolas, cooperativas e universidades. A “formação na ação” são as marchas, as manifestações, as negociações e outros.

No que diz respeito às parcerias, o PPP traz distinções quanto àqueles que seriam seus colaboradores e parceiros: os primeiros seriam os assessores, consultores e especialistas, chamados por possuir um *habitus*¹⁶⁵ acadêmico e/ou político ou pelos seus conhecimentos em determinados temas de interesse da Enfoc; os segundos seriam as instituições com as quais a Escola tem relações. A respeito dos objetivos da Escola:

Essa Escola é da Contag, mas ela tem um papel de ser uma Escola crítica, inclusive, às questões do movimento sindical. Ela não é uma Escola para validar tudo do Movimento Sindical. Ela é uma Escola aonde ela vai debater o desenvolvimento. Mas ela vai trazer à tona as questões complexas do desenvolvimento rural. Ela vai trazer à baila o projeto alternativo: o que desse projeto alternativo ainda precisa ser melhor aprimorado para ajudar o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras nas comunidades. Então essa escola tem um papel crítico. Ela é do Movimento Sindical, mas não é uma Escola para validar tudo do Movimento Sindical. Ela é uma escola para suscitar as inquietações do que precisa melhorar dentro do sistema da organização sindical.

Ela [a Enfoc] traz, não deliberadamente, mas dentro da sua intencionalidade, ela faz nascer temas, ideias novas, ideias-forças, que até então ela não tinha pensado. A materialização do projeto alternativo é uma delas. Eu acho que o “bum” são essas coisas que nela é forte. Dentro dela nascem várias coisas: a materialização do projeto alternativo, a capilaridade que os trabalhadores têm, com mais rapidez, da proposta política da Contag.

Porque foi um momento muito desafiador dentro da Contag. Primeiro, imprimir uma nova dinâmica: a dinâmica da Contag eram cursos de dois módulos, de três dias, seminários. De repente você vem para mesa da Contag, para o conjunto da sua diretoria, com uma proposta de Escola aonde tinha um itinerário nacional, regional, estadual e com os grupos de estudos, com os GES, que antigamente era grupo GED. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012).

A Escola juntou a intenção da Contag de ter um espaço próprio para a organização do seu sistema, com um esforço de contornar a ampliação e complexificação das frentes de luta e demandas dos distintos segmentos. A Enfoc nasceu sob responsabilidade da secretaria

¹⁶⁵ Bourdieu (1989).

de organização e formação sindical da Contag, o que teria sido um desafio no sentido da elaboração de cursos ligados aos sindicatos mais próximos à base, posto que a tradição em formação do MSTTR tendeu a se voltar para as direções de cúpula. A construção do Centro de Documentação e Informação (CID) foi um projeto que objetivou superar este desafio, no sentido do resgate da memória para se mapear a história e atualidade do Movimento.

Nas palavras da dirigente,

Casado com isso nasce a ideia de biblioteca. Hoje a Contag tem um centro. Eu não sei se é uma biblioteca ou já é um centro de documentação. É. Um centro de documentação. Nascem ao redor da proposta dessa Escola outras coisas.

– Como é que casa isso?

– Claro! Para você ter uma escola você precisa ter uma espaço onde as pessoas que viessem para Escola, para que elas possam se recolher, estudar, pesquisar. Como é que eu vou pesquisar a história? De onde vem esse sindicalismo brasileiro? Quais são as origens dele? Nós precisávamos ter um acervo que disponibilizasse para as pessoas, para que as pessoas pudessem ler. A ideia era a de que no mesmo prédio da Escola, tivéssemos a biblioteca. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012).

Nas nossas entrevistas também buscamos o processo pelo qual se construiu a formação da Escola traçando a trajetória daqueles que hoje compõem a sua coordenação: os assessores Amarildo Carvalho de Souza, Antenor Martins de Lima Filho, Iara Duarte Lins e Raimunda de Oliveira Silva. Além disso, consultamos as suas impressões sobre a Escola e seus primeiros momentos.

Amarildo Carvalho de Souza é formado em História e trabalhou com educação formal. Sua militância começou nos anos 1960 quando frequentou atividades da Igreja do bairro em que morava, em Salvador, Bahia. Antes de se tornar assessor da Contag, Amarildo Carvalho de Souza trabalhou como comerciante, entrando para o sindicato da categoria e participando das oposições sindicais. A sua trajetória o levou a ter contato com pessoas que faziam atividades de formação política no campo. Em meados da década de 1990, tornou-se assessor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Bahia (Fetag/BA), que, naquele momento, possuía uma prática de formação política distinta da que ele conhecia: os espaços eram escolhidos de acordo com os temas e as demandas locais, sob orientação da federação. No processo, Amarildo Carvalho de Souza entra na assessoria da Contag, chamado para estabelecer uma formação política permanente no sistema Contag e desencadear um processo de planejamento estratégico no sentido de democratizar a participação dos dirigentes, em especial, os jovens e as mulheres. De acordo com seu relato, este era um período em que a própria Contag organizava a sua estrutura interior. Um resultado disso, salientado pelo assessor, é que muitas das lideranças formadas neste tempo se tornaram dirigentes, atuando no sistema da Confederação atualmente.

Raimunda de Oliveira Silva nasceu na região do Cariri, no Ceará, e é formada em História. Sua militância tem relação com a trajetória de vida do pai, que é agricultor e foi diretor sindical. Quando frequentou a faculdade, Raimunda de Oliveira Silva fazia parte de uma ONG da região que tinha vínculos com a Igreja Católica. A ONG tinha programas voltados para o tema do desenvolvimento e tinha relações com o projeto CUT/Contag e o PDLS. O trabalho nesse projeto proporcionou a sua entrada para o movimento sindical rural, juntando-se à federação do Ceará, onde ficou cinco anos coordenando um projeto de

formação. Sua junção à Contag ocorreu antes da existência da Escola, quando a Secretaria de Formação e Organização acompanhava a formação temática das demais secretarias.

Iara Duarte Lins é formada em Direito. Em 1995, ela entrou no movimento sindical como advogada, ligada aos assalariados rurais no STTR de Joaquim Gomes, zona da mata de Alagoas. Assumiu a assessoria jurídica da Fetag de Alagoas em 1997, onde também trabalhou com formação política. No processo deste trabalho, recebeu o convite para o cargo de assessora da Secretaria Geral da Contag, transferindo-se, posteriormente, para a Secretaria de Administração e Finanças. Neste tempo, Juraci Moreira Souto (atual Secretário de Organização e Formação da Contag e diretor da Enfoc) era o encarregado desta secretaria, que, por sua vez, possuía um programa de formação para o fortalecimento da gestão das entidades sindicais. Por conta, a Secretaria de Administração e Finanças mantinha ações conjuntas com a Secretaria de Organização e Formação sindical. A proximidade entre os dois espaços e a necessidade da Secretaria de Organização e Formação de ter um contingente de pessoas com experiência para acompanhar os seus primeiros cursos regionais fez com que Iara Duarte Lins deles participasse, permitindo, posteriormente, a sua entrada na equipe da Escola. Para ela, no tempo da sua entrada, a Contag contava com uma prática de formação política temática, desencadeada por cada uma de suas secretarias. Contudo, com a política nacional de formação, teria surgido uma formação de caráter mais político.

Antenor Martins de Lima é sociólogo e trabalhou com educação popular em escolas de formação de organizações no Paraná (em especial o Cefúria ¹⁶⁶ e escolas do MST/Via Campesina), além de ter colaborado com o Instituto Cajamar ¹⁶⁷. Por conta de seu trabalho como educador popular, fez parte da rede de colaboradores da Escola, trabalhando no seu primeiro itinerário, junto aos cursos desenvolvidos no Paraná. Como resultado, foi chamado a dar um módulo no curso nacional e passou a acompanhar e a contribuir com os cursos regionais. Em 2009, passou para a equipe operativa da Escola, começando a assessorá-la em 2011. Ao indagar-se sobre as diferenças de participar na rede de colaboradores da Enfoc e na sua equipe operativa, Antenor Martins de Lima nos contou que apesar de haver uma identificação dos colaboradores com a Escola, o sentimento de ligação não é direto, uma vez que os indivíduos possuem outras rotinas para além dela.

Uma questão observada nos depoimentos foi quanto à organização de uma formação que contemplasse os diversos segmentos (agricultores familiares, assalariados etc.) e sua pluralidade social (mulheres, jovens, aposentados), frente às consequências do *capital político* ¹⁶⁸ proporcionado pela Escola a estes segmentos (no caso, saber discursar, entender sobre o campo político brasileiro, rural e sindical, apreender conhecimentos administrativos sobre a estrutura sindical, etc.). O acúmulo político por parte dos educandos da Enfoc poderia causar atritos entre estas novas lideranças e as lideranças tradicionais, posto que, segundo Bourdieu (1989), na medida em que um grupo adquire capital político, este se torna mais capaz de prever as representações construídas por seus representantes, podendo vir a questioná-las.

Uma maneira engendrada pela Enfoc para contornar esse tipo de situação foi a de criar mecanismos de variação dos participantes dos cursos, abarcando distintos dirigentes sindicais, funcionários e assessores por curso. Outro contorno nesse sentido foi quanto à concepção do “espaço Escola” e seu cronograma de atividades (se ela se limitaria às

¹⁶⁶ Centro de Formação Urbana e Rural Irmã Araújo, localizada em Curitiba. Além destas atividades mencionadas, Antenor Martins de Lima fez parte da Pastoral da Juventude, tendo uma trajetória militante ligada à igreja progressista.

¹⁶⁷ Muito embora nesta época, Antenor Martins de Lima não tivesse vínculo com o movimento sindical.

¹⁶⁸ Bourdieu (1989).

atividades realizadas num único espaço físico ou se às atividades se agregariam outras de caráter itinerante). Optou-se por uma formação itinerante, para que ela não reforçasse um centralismo (muito embora um dos primeiros passos foi a construção dos chamados Grupos de Estudos Dirigidos (GED): uma formação dirigida pela Confederação para o público de base).

Quando começamos a pensar, era Grupo de Estudos Dirigidos, era GED. Depois dentro do grupo de trabalho da Escola, depois de tanto matutar, a gente achou que era Grupo de Estudo Sindical, e fomos nos aprofundando. E no meio dessa... pensamos o primeiro curso nacional: um curso de 24 dias, dividido em dois módulos. Aonde a gente trazia várias coisas. Mas para preparar o curso regional precisaria de um processo de autoformação ... Porque a Escola, ela tem um trançado muito, eu julgo, muito interessante. Porque primeiro você prepara um curso nacional. O primeiro curso foi preparado por nós. O segundo curso já não mais fomos nós, mas nós e eles [os egressos do 1º curso], outros que vinham e que estavam vindo para ajudar nessa preparação...

– Os que cursaram...?

– A primeira turma foi muito laboratório. A gente pensou assim: vamos ver se vai dar certo. E aí assim, era uma Escola que você ia construindo ela, e ia fazendo: fazer fazendo. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012).

O primeiro curso nacional também carregou essa diretriz centralista de formação e teve por nome Curso Nacional Centralizado. Segundo um dos assessores:

[...] a palavra “centralizado” não era só uma palavra, era uma concepção de pedagogia. É uma concepção “brasiliense”: que dá poder, mas retoma o poder pra si. E isso causava um mal estar na coordenação. (Assessor da Contag; Educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 18/11/2012)

Por fim, o itinerário da Escola ficou dividido em cursos nacionais, regionais, estaduais, seminários e os Grupos de Estudos Sindicais (GES), sendo este último um espaço de formação “no cotidiano sindical” (ocorrendo nas comunidades, em polos sindicais, escolas técnicas, cooperativas). Percebe-se que à primeira visão centralista sobrepõe-se uma visão mais descentralizada, subsidiada nas diretrizes da educação popular e da Igreja.

Os cursos nacionais até atualmente comportam dois módulos de doze dias cada, com atividades entre módulos. O itinerário destes cursos foi e é organizado de maneira a contemplar uma formação permanente: os egressos dos cursos nacionais, no momento dos cursos regionais, assumem a formação, tornando-se educadores e agindo junto à equipe operativa da Escola. Da mesma forma, os egressos dos cursos regionais formam equipes de educadores para os cursos estaduais, sob a coordenação das secretarias estaduais de formação e apoiados pela equipe operativa da Enfoc. *Pari passu*, são realizadas outras atividades que cumprem o papel de elo entre os cursos, com a função de “favorecer a imersão dos educandos da escola no espaço militante do cotidiano sindical (tempo comunidade) e desencadear reflexões e estudos na vivência dos cursos (tempo escola)” (CONTAG, 2010, p.31)

No mesmo sentido de criar “elos”, gestou-se a estratégia de “trabalho em rede” preocupando-se que ela não se limitasse àqueles com os quais os participantes e formadores fossem ‘simpatizantes’, mas, ao contrário, não alijassem do processo formativo as distintas

visões de mundo ¹⁶⁹, dado o papel de avaliação da Escola. A Rede de Educadores e Educadoras Populares da Enfoc foi (e é) composta pelos secretários de organização e formação da Contag e das federações, assessores destas instituições, egressos dos cursos anteriores da Enfoc, pesquisadores de universidades e representantes de organizações entendidas como parceiras pela Escola. Para este grupo há as oficinas de autoformação. Tais cursos objetivam afinar os participantes da rede no discurso e compreensão da Enfoc. A autoformação também se dedica a avaliar os módulos, temas, abordagens, conceitos e parcerias.

Por sua vez, a “multiplicação criativa” trata do desdobramento desta rede para os cursos estaduais e GES. Para uma das assessoras,

[...] A gente sabia que precisava uma rede, mas como dar fisionomia à rede, a gente não tinha a pista. A pista surgiu quando as turmas foram saindo. Daí a gente encontrou João Francisco. Ele problematizava a sistematização de experiência feita pelo outro. Sistematizava a experiência de quem vive a experiência. Foi isso que eles levaram para escola, para dizer: para sistematizar o que a escola faz, tem que ter as pessoas que viveram o processo. E foi mais uma negociação com o conselho ¹⁷⁰. (Assessora da Contag e educadora da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 20/11/2012)

Para a elaboração dos registros da Escola pensou-se na estratégia de “sistematização” como um canal de reavaliação das ações sindicais, feito a partir de registros elaborados pelos próprios participantes dos cursos da Enfoc (não só o público, mas a rede de educadores e a equipe operativa). A sistematização é uma “avaliação em processo”, elaborada a partir de perguntas desenvolvidas pela coordenação da Escola, respondidas pelos participantes dos cursos nos encontros estaduais, regionais e nacionais e GES. Portanto, soma-se à avaliação a ação formativa: a partir do registro de uma história “de todos”, atribui-se aos sujeitos do MSTTR uma identidade comum. Nessa assertiva é que as sistematizações são feitas pelos educandos, porém, são organizadas pelos assessores da Enfoc, agrupadas e formatadas em publicações, como livros e cartilhas. Para um dos assessores,

Se àquela ideia de rede estava faltando alguma coisa que desse gancho para ganhar materialidade, a proposta pedagógica de sistematização, era essa a oportunidade. Eram os elos que faltavam. Porque a galera que passou pelo primeiro curso regional estabeleceu entre elas uma cumplicidade de tal forma que quando a segunda turma estava começando, muita gente dessa primeira turma estava escrevendo as suas vivências. Não mais no curso nacional. Mas já estavam vivendo nos estados. Então as perguntas que elas estavam respondendo, essas pessoas também perguntaram para aquelas pessoas entrando no curso estadual. Tipo assim, o que mudou em mim estando nesse processo? Para mim, que já vivi o nacional e o regional? Assim, eu falo de um lugar. Mas as pessoas que estavam entrando naquele momento no estadual também responderam essa pergunta. Só que elas estavam falando daquele outro

¹⁶⁹ Isso é particularmente importante, uma vez que, como vimos, no início da Escola seus dirigentes e assessores eram em sua maioria de origem nordestina.

¹⁷⁰ João Francisco de Souza era professor da UFPE com foco de pesquisa na educação popular. Ele faleceu em 2008, e para o seu lugar a Escola buscou Elza Maria Fonseca Falkembach, doutora em Ciências Humanas pela UFSC, atualmente professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Tal como seu antecessor, Elza Maria Fonseca Falkembach pesquisa com foco na educação popular.

lugar. Então a galera que estava olhando para aqui pôde ouvir essas pessoas e refletir a sua própria prática. Porque as pessoas estavam falando delas e também dessas outras. (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 19/11/2012)

Os cursos em conjunto com a sistematização das aprendizagens trouxeram a “unidade pedagógica”. Ao lado do processo cotidiano das lutas e da vida dos segmentos de trabalhadores do campo, os cursos e sistematização reconstruíam continuamente os códigos simbólicos destes segmentos, em razão da estabilidade da Contag enquanto seu representante político.

Assim, no decorrer da consolidação da Escola, novas pautas apareciam e eram colocadas pela equipe operativa nos Conselhos Deliberativos da Contag. No início da Escola, os cursos eram apenas nacionais e regionais e a ideia de se ter cursos estaduais relacionou-se com a implementação do financiamento. Também foi fruto do debate a legitimação dos GES.

Então a gente resolveu começar o processo com as coisas ainda, com muitas dúvidas sobre itinerário. Não sobre as estratégias, que a gente sabia que ia chegar à comunidade, a gente sabia que era esse tipo de problematização que a gente tinha que fazer, a gente sabia que a escola não podia chamar só a assessoria, que tinha que envolver diretoria, assessoria e gente de base. Então, quanto mais misturado o grupo, mais rico o debate. Que não é essa ideia da pessoa transmitir o conhecimento, mas de construir coletivamente esse conhecimento e trazer esse conjunto de habilidades e de como a gente recria isso. Disso a gente já tinha a certeza que ia trabalhar (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012).

As dificuldades pesavam sobre a efetividade das atividades problematizarem debates que explanassem a diversidade que compõe o MSTTR. Inicialmente foram três os eixos temáticos pensados para guiar os cursos: Estado, Sociedade e Ideologia; História, Conceção, Prática; e Estrutura Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Além de um eixo pedagógico: Pedagogia para uma nova sociabilidade. Contudo, nas primeiras experiências, mudanças foram feitas e os três eixos temáticos passaram a ter foco único: “Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”. Ao eixo pedagógico foi incorporado um segundo foco, cujo título é “Memória e Identidade”.

O tema “Ação Sindical” abraça discussões acerca da origem das centrais e dos sindicatos e suas distintas concepções; também a história do MSTTR e lideranças. Já o tema “Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário” aborda a sociedade e o seu desenvolvimento, pela perspectiva da organização dos trabalhadores do campo e pela perspectiva do trabalho, entendendo o termo enquanto identidade e enquanto modo de formação de relações sociais. Também o eixo compreende o debate sobre as matrizes do desenvolvimento e suas implicações para o campo, apresentando o PADRSS.

Os eixos pedagógicos “Memória e Identidade” e “Pedagogia para uma Nova Sociedade”, são articulados de modo que quando uma das atividades assume a centralidade, a outra segue como “facilitadora”. Em suma, ambos os eixos se dedicam a criar as relações de pertencimento e identidade dos participantes com a ação sindical, com a Confederação e com a bandeira do PADRSS, “[...] pois a apropriação do fio da história é fundamental para se pensar o movimento sindical contemporâneo” (ENFOC, 2012, p.34). O primeiro eixo refere-se à história de organização dos trabalhadores, com o objetivo de o participante se perceber como parte dela, “reforçando o sentimento de pertencimento de classe e de campo

[...] valendo-se da criticidade e rebeldia ante a arbitrariedade da história considerada como oficial.” (CONTAG, 2010, p. 34). O eixo a respeito da pedagogia constrói este sentimento, através do resgate desta identidade silenciada.

Para a operacionalização destas estratégias, foram procurados especialistas no tema da educação popular, para que a formação da Escola pudesse dialogar com o seu público, cuja trajetória econômica, social e cultural em grande medida é ligada às práticas da Igreja Progressista.

Mas que educação popular é essa? E foi uma discussão boa. Porque aí a gente percebeu que a gente estava bebendo numa fonte do Freire e da Teologia da Libertação. Porque boa parte daquela galera quando ia falar da sua ancestralidade formativa, de onde veio, falava das CEBs e falava das suas relações com as CEBs e da coisa do “ver, julgar e agir”. (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 12/03/2013)

Uma ação que houve, voltada para criar “elos” com a formação advinda das Igrejas Progressistas, foi a incorporação da prática da mística¹⁷¹ como um instrumento de resgate das histórias dos trabalhadores, uma vez que, de acordo com Bogo (2012) “os movimentos populares compreendem a mística como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção aos topos, a parte realizável da utopia” (p.474).

Para avaliar as primeiras práticas da Enfoc realizou-se o II Enafor, em 2008. Seu objetivo foi avaliar os referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos da Escola, olhando para a prática de sua rede de educadores e para o registro das atividades obtidos no decorrer deste tempo. Acima de tudo, buscou refletir sobre a ação de sistematização enquanto prática avaliativa e educativa.

O público do evento foi, em sua maioria, de dirigentes e assessores participantes das primeiras atividades da Enfoc. Buscou-se com isso, atualizar os referenciais políticos e pedagógicos contidos no PNF, sendo o passo seguinte a entrega de proposições ao X Congresso da Contag. As proposições mostraram uma compreensão de uma realidade diferenciada do conjunto sindical rural, uma vez que apontaram para a necessidade de uma maior consolidação dos coletivos formativos nas instâncias locais do MSTTR e de uma melhor atenção do PNF no sentido de aprofundar temas estratégicos e de socializar os processos formativos vivenciados.

Outro desdobramento do processo de avaliações retiradas no II Enafor foi a publicação do livro *Repercussões de um jeito de ser escola*, lançado em 2010 e escrito pelos egressos da primeira turma nacional e regional da Enfoc. Seu objeto de avaliação foram as vivências formativas ocorridas no período de 2006 a 2008.

Uma segunda publicação, intitulada *Multiplificação criativa, um entrelaçar de práticas e saberes*, foi lançada no ano de 2011 e contou com os participantes da segunda turma da Enfoc, focando os cursos estaduais. Além destes livros, foi publicado um “almanaque”, elaborado pela rede de educadores que esteve junto à primeira turma nacional e regional.

Para Bourdieu (1977) o poder simbólico de um grupo social é medido pela capacidade que este grupo tem em capturar o mundo social e em reconstruir e impor histórias por sobre este. A luta para não serem colocados enquanto *classe objeto*, antes de tudo, passa por um esforço dos grupos sociais subalternos de reconstrução da história

¹⁷¹ Lembramos que foi o MST que disseminou as místicas como um momento político.

naturalizada, inclusive, pelos seus próprios membros. Desta forma, estas publicações evidenciam um esforço da Escola em produzir a sua própria teorização, com base na subjetividade dos participantes e no resgate de suas memórias. “A teorização vem a partir do vivenciado. O militante ao escrever sobre ele começou a teorizar sobre a sua prática”, refletiu um dos assessores da Enfoc. No entanto, para a realização do registro e da avaliação por meio dos próprios participantes dos cursos, fez-se necessário um esforço de convencimento da Escola para a liberação dos dirigentes para a participação dos cursos e para a execução da sistematização. O depoimento de uma assessora nos afirma esse pensamento:

[...] A viabilidade desse projeto se deu primeiro: com a compreensão política do coletivo de que formação sindical, de que isso era importante: essa compreensão política das federações ¹⁷², de liberar quem estava participando do processo para que pudesse ter um momento para a escrita. Enfim, havia a necessidade de haver essa viabilidade, esse apoio político para isso acontecesse. E isso foi um momento muito importante no processo. E aí o grupo começou a escrever. E tinha oficinas de sistematização nacional, haviam encontros nos estados. E aí foi feita essa primeira publicação. (Assessora da Contag e educadora da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 24/11/2012).

O processo de sistematização em coerência ao itinerário da Escola promoveria a existência de uma rotina permanente de registro, segundo outra assessora.

A essência do itinerário, ele favorece a criação de uma rede. Só que a gente percebeu na caminhada que a gente precisa ter algumas atribuições para a rede, senão ela não se junta mais. Ela se perde. Ela se junta enquanto tiver no itinerário, mas depois do itinerário ela se perde porque cada um volta para a sua rotina. Então, como imprimir uma rotina para esse povo, enquanto rede? Foi aí que veio a sistematização. Porque não pensar em uma sistematização em processo, a partir da vivência, envolvendo esse grupo? (Assessora da Contag e educadora da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 20/11/2012)

Num plano amplo, as reflexões suscitadas pela Enfoc trouxeram desafios para as próprias ações sindicais da Contag, questionando as estratégias tradicionais pelas quais fez a sua unidade. Para um assessor,

[...] esse olhar sobre esse sujeito que é extrativista, que é ribeirinho, que é quilombola e tem uma relação com agricultura diferente, [...] que é indígena, [...] Esse olhar, eu acho, é um olhar que a Escola tem ajudando muito a Contag a olhar. Acho que a Escola tem trazido esses temas e discussões. E acho que é papel da Escola provocar isso. Qual o público? Se a gente for pensar o movimento sindical de modo formal, como o MSTTR foi formado juridicamente, a sua base sindical, a gente talvez não consiga olhar para esse sujeito. E a Escola não olha para esse sujeito apenas desse lado formal. Eu acho que isso é bacana. E isso me desafia cada vez. Eu tenho andando nesses caminhos e pensado assim: como é

¹⁷² O público escolhido para participar dos cursos é retirado pelas federações e sindicatos, sendo o único critério as porcentagens referentes às cotas de mulheres e jovens.

que eu consigo discutir com esses sujeitos, sendo que ele também é um sujeito da ação sindical? (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 19/11/2012)

A Contag dá todo o suporte financeiro à Enfoc, permitindo que ela seja orgânica. Ela tem foco na formação de dirigentes do MSTTR com objetivo na reivindicação e proposição de políticas públicas com base no PADRSS, mas também objetiva ser o ponto de partida e de chegada das reflexões existentes na prática sindical: um espaço de “autoanálise” da representação política da Contag e um espaço “termômetro”, onde se diagnostica, se reflete e se ressignifica a *práxis* sindical, de acordo com as direções dadas pela Contag e de acordo com as conjunturas políticas, local e nacional. É o lugar onde se costumam valores e identidades em um sentimento de pertencimento ao MSTTR:

[...] e quem faz o processo formativo da escola tem uma responsabilidade de estar no Congresso e levar o debate para dentro do Congresso. Se ele vai deliberar ou não, aí é outra história, mas tem o compromisso de fazer essa conversa no Congresso. (Assessora da Contag e educadora da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 24/11/2012).

No entanto, o fazer-se destas discussões, no tempo da evolução dos jogos políticos nos campos de luta – sindical e estatal – explicita permanentemente a diversidade existente na base sindical da Contag e os limites do próprio projeto político da Confederação. Se as representações políticas que os grupos sociais têm de si e dos outros são produtos de atividades de construção de verdades, como nos afirma Bourdieu (1989), as discussões tidas na Enfoc, ao passo das ações da Contag no campo político – sindical e estatal –, acabam explicitando aproximações e distâncias entre a Confederação e os seus representantes. Com isso, a própria Confederação é colocada em permanente lugar de tensão, uma vez que a institucionalização de uma representação política naturalmente não dá conta de representar toda a diversidade de representação existente dentre os agentes envolvidos na sua construção.

Isso é ainda mais tensionado, uma vez que os grupos sociais, ao criticarem sua realidade, podem vir a não se sentir representados pelas suas institucionalizações de origem, podendo vir a agregar-se a outra instituição que produza a sua continuidade enquanto tal (BOURDIEU, 1989). Um exemplo de tensão nessa linha foi quanto à questão da desfiliação da Contag à CUT.

A desfiliação ocorreu no seu X Congresso, em 2009, e a negociação da Confederação com a CUT e CTB tem estreita ligação com a distribuição de filiação das Fetags às duas Centrais¹⁷³. Isso, se por um lado reflete a Confederação como representante político dos segmentos do campo, por outro aponta a sua dificuldade em se manter como tal.

No quadro de desfiliação, a Enfoc é mantida com os mesmos princípios políticos e pedagógicos. Na fala da dirigente,

Essa Escola, ela nasce, ela tem nos seus princípios e estrutura, que fundamenta, que dão [...] para ser a Escola enquanto Escola, enquanto

¹⁷³ No ano de 2010 foram 16 Fetags filiadas à CUT e 7 filiadas à CTB. Os estados do Amapá e São Paulo não se vincularam a nenhuma das Centrais. “Essa situação de presença de federações nas duas centrais, aliada com as polêmicas do apoio de parcelas da CUT à Fetraf e a defesa dessa Central do pluralismo sindical fez com que o movimento sindical dos trabalhadores rurais optasse por desfiliar a Contag da CUT.” (PICOLOTTO, 2011, p. 236).

espinha que segura: por isso que é uma complexidade grande. [...] A escola nasce nessa perspectiva. E ela se mantém. É claro que não é fácil ela se manter na íntegra porque como a escola suscita muitos debates que inquietam muito, é claro que é um espaço que tem divergências. Mas as divergências precisam caminhar na perspectiva de ir melhorando a ação sindical. Precisamos melhorar a ação sindical. (Dirigente da Comissão das Mulheres da Contag, entrevista concedida a IMS no dia 17/11/2012).

Para um assessor, foi possível perceber mudanças nas falas e no compromisso dos dirigentes que frequentaram as atividades da Escola, apontando para uma maior coesão do MSTTR em torno da Contag, mesmo após a sua desfiliação à CUT.

A primeira turma, a sua maioria era dirigente de federação e na grande maioria com o pé atrás. Na segunda diminui as federações e aparecem os sindicatos. Na terceira [turma] é grande o número de sindicatos e na quarta as pessoas de comunidades ¹⁷⁴. Nessa turma ¹⁷⁵ todos já vieram com uma exata clareza do porque está aqui e suas responsabilidades após o curso. (Assessor da Contag e educador da Enfoc, entrevista concedida a IMS no dia 18/11/2012)

A fala sugere que os dirigentes que frequentaram o primeiro curso nacional da Enfoc não sabiam ao certo os motivos pelos quais a escola existia e pelos quais eles se encontravam ali. Contudo, progressivamente, tanto a instituição da Escola quanto seus intentos tornaram-se conhecidos e se consolidaram no sistema Contag. Este esforço em se manter e se consolidar, no quadro de existência das duas Centrais, pode apontar para um esforço da Contag em manter o PADRSS enquanto bandeira representante dos trabalhadores na agricultura, apesar da sua desfiliação à CUT (de onde a bandeira é originária) e da sua aproximação com a CTB.

Em outra medida, aponta que a Escola também é um campo político em disputa, aonde seus participantes e suas concepções e afinações políticas concorrem a fim de garantir as suas representações políticas como a do conjunto do MSTTR.

3.3 Os cursos de formação política da Enfoc: o curso estadual do Rio de Janeiro e o curso nacional

Tivemos a oportunidade de presenciar dois cursos realizados pela Enfoc: o 2º Módulo do Curso Estadual do Rio de Janeiro, ocorrido no município de Teresópolis em 2012; o 2º Módulo do Curso Nacional de Formação da 4ª Turma da Enfoc, ocorrido entre 9 e 20 de julho do mesmo ano. Ambos os cursos tiveram um público composto, majoritariamente, por dirigentes de sindicatos e delegacias sindicais, o que mostra um esforço da Escola em levar sua formação e o projeto político da Contag às bases.

Comparecemos a três dias no curso estadual do Rio de Janeiro e observamos que foi grande o investimento financeiro empreendido na formação, dado que a hospedagem e alimentação eram financiadas pela Contag, por federações e por sindicatos, permitindo a permanência dos participantes em horário integral. O curso foi realizado em um hotel rural com um auditório e com salas menores, na quais aconteceram as atividades.

¹⁷⁴ A mudança de público dos cursos foi uma deliberação da Escola, e teve como objetivo ampliar o número de pessoas frequentadoras dos módulos nacionais.

¹⁷⁵ A entrevista foi realizada no mesmo tempo em que ocorreu o curso nacional da Enfoc.

O módulo iniciou com um debate orientado pelo assessor Amarildo Carvalho de Souza, que tratou de temas como as ações sindicais e suas relações com as políticas públicas estaduais. A tarde deste dia contou com a palestra de um representante da CPT do Rio de Janeiro, que trouxe questões como a articulação de pautas comuns entre os sindicatos rurais e os movimentos sociais rurais do Rio de Janeiro, congruente ao PADRSS. O representante também comentou sobre as experiências em agroecologia adotadas pela CPT do Rio de Janeiro, dentre elas, os cursos de formação técnica para a prática.

Após este dia de palestras, o curso dedicou-se à socialização das práticas sindicais dos STTRs do Rio de Janeiro. Os participantes do curso, na sua maioria, sindicalistas de STTRs e da Fetag do Rio de Janeiro, foram divididos em pequenos grupos e, através de perguntas, debateram a construção de estratégias de ações sindicais para uma articulação com demais movimentos do campo, governo e sociedade civil. As discussões permearam assuntos como a violência no campo; as articulações dos sindicatos entre si e destes com os espaços acadêmicos e movimentos do campo; a participação do MSTTR do Rio de Janeiro na busca por políticas públicas estaduais.



Figura 2 e Figura3: Mística do GT de discussão sobre as ações sindicais dos STTRs - 2º módulo do curso estadual do estado do Rio de Janeiro.

A sistematização deste debate foi escrita em pequenos cartazes e apresentada no formato de mística, como exposto nas fotos. Neste momento frases foram colocadas no chão, montando um mapa das reflexões dos distintos grupos.

No último dia em que estivemos presentes visitamos a sede do STTR de Teresópolis, tido como um polo ativo no Rio de Janeiro. A visita intencionou mostrar uma experiência positiva de administração e organização sindical.

No decorrer do curso, houve a exibição de vídeos com temáticas de conflitos rurais no estado do Rio de Janeiro. Um deles retratou a história de seis irmãs descendentes de escravos, moradoras de uma área rural em Iguaba Grande, município da Região dos Lagos, no Rio de Janeiro¹⁷⁶ e mostrou a luta pela afirmação da ancestralidade e cultura delas, bem como o conflito por terra na região. O debate que se seguiu ao filme trouxe questões como a luta pela terra; a luta pela afirmação cultural dos agricultores; as categorias e lutas do campo relacionadas às questões de gênero e etnia.

Outro filme exibido teve por tema o conflito entre posseiros e latifundiários ocorrido nos anos 1970, na região da Fazenda Campos Novos (região de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro), onde as lutas pela permanência na terra e a violência dos conflitos desembocaram no assassinato de Sebastião Lan, então presidente do STTR de Cabo Frio e líder na região. O vídeo trouxe o tema da violência no campo.

¹⁷⁶ Filme “Ibiri, tua boca fala por nós”, de Nilma Texeira Accioli.

Ao longo do curso também houve cantorias, que agregavam o sentimento de participação das atividades da Escola à identidade de agricultor e de militante. Destacamos, nisso, o fato de um dos participantes ter elaborado uma música para a Escola, demonstrando um exemplo desta comunhão de sentimentos: A cantoria continha os seguintes versos: “[...] O interior invadido com alma é Enfoc. Essa é a bandeira de quem planta e colhe. O agricultor é Enfoc.”

O 2º Módulo do curso nacional da 4ª turma da Contag ocorreu na sede da Enfoc, na Contag, e teve por temas os projetos de desenvolvimento em disputa; a prática sindical; o PADRSS. Os participantes se alojaram no Centro de Estudos Sindicais Rurais (Cesir), um espaço inaugurado em 1972 que, desde então, sedia atividades de formação, seminários, plenárias, reuniões e demais ações da Contag. Atualmente, seus prédios contam com quartos coletivos, refeitório e estruturas como auditórios, nos quais se situam a Enfoc e o CID. Na ocasião do curso, nos corredores do Cesir, havia pôsteres que contavam a trajetória da Contag, desde sua fundação¹⁷⁷.

Uma mística de abertura do curso chamou atenção para o conflito no Mato Grosso do Sul referente aos índios guarani-kaiowás, que tiveram suas terras griladas. A resistência dos índios se deu através da ocupação de estradas e fazendas, gerando uma reação violenta por parte dos latifundiários. Em outubro de 2012 (um mês antes da realização do curso nacional) a questão dos guaranis-kaiowás repercutiu em grandes mobilizações pela sociedade civil, muito por conta de uma carta escrita pelos índios, que denunciava os latifundiários pela morte de algumas de suas lideranças e pelo emprego de grilagem na região de fazendas¹⁷⁸. A mística em torno do assunto gerou o nome da turma: “Turma Juraci Souto, Somos todos Guaranis Kaiowás”, que também homenageou o atual coordenador da Escola, Juraci Moreira Souto¹⁷⁹.

A homenagem ao coordenador da escola pode ter sido por conta da sua grande atividade à frente da mesma, porém, pode ter tido influências do Conselho Deliberativo da Contag, que ocorreu ao mesmo tempo do curso da Escola¹⁸⁰. O Conselho (que foi realizado com tomadas de decisões sobre a futura gestão da Contag) trouxe uma dinâmica específica ao curso da Enfoc. No seu desenrolar, os participantes do curso, por diversas vezes, se reuniram com os dirigentes do Conselho para debaterem as questões da organização da Contag. O momento trouxe à tona questões sobre a filiação dos sindicatos às centrais sindicais, especificamente aquelas referentes à CUT e CTB. As discussões podem ter gerado uma disputa entre grupos, pelo nome da turma.

A primeira atividade do curso nacional foi mapear as concepções dos educandos em relação aos projetos políticos de desenvolvimento rural existentes. O mapeamento foi feito com base nos votos dos participantes nas eleições municipais recém-ocorridas. Desta forma,

¹⁷⁷ Estes mesmos pôsteres estavam na bancada da Escola, no Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, ocorrido em Brasília, no mês de agosto de 2012.

¹⁷⁸ A carta foi motivada pela decisão da Justiça Federal da região, que determinou a retirada dos índios da região. Informações provenientes dos sites do governo do Estado: <http://www.secretariageral.gov.br/noticias> e <http://www.brasil.gov.br/noticias>

¹⁷⁹ Sumariamente, a trajetória militante de Juraci Moreira Souto começou quando ele se sindicalizou ao STTR de seu município de origem, em 1970, sendo eleito presidente em 1972. No ano de 1996, o dirigente é eleito secretário de Políticas Agrícolas da Fetaemg, chegando à Contag em 2001, quando assumiu o cargo de secretário de finanças e administração da Confederação. Na ocasião do X Congresso da Contag, Juraci Moreira Souto é eleito como secretário de formação e organização sindical, assumindo a coordenação da Enfoc.

¹⁸⁰ O Conselho se divide por ano em duas reuniões ordinárias e uma extraordinária. Este conselho realizado junto ao curso da Enfoc teria sido o último antes do XI Congresso da Contag. No Conselho, realizou-se um balanço geral das ações da Contag e Fetags no ano de 2012 e também da conjuntura política do Brasil. O debate abordou questões referentes aos três mandatos do PT no governo e o cenário político, em vista dos resultados das eleições municipais e estaduais ocorridos no mesmo ano.

foi verificado o campo político em disputa, no qual residia o projeto político hegemônico (do agronegócio) e o projeto político tido no PADRSS. À atividade de mapeamento agregou-se uma palestra ministrada por um jornalista da revista Carta Capital. A palestra, junto às atividades do segundo dia do encontro (ministrada por uma assessora de relações internacionais da Contag, uma representante de uma escola de educação popular do Equador, um representante da Uita e um representante da ActionAid ¹⁸¹), articulou o delinear das concepções de desenvolvimento rural dos participantes do curso com um levantamento da conjuntura política rural, nacional e da América Latina. Mais especificamente, trataram da atuação da Contag no campo político rural latino-americano. Também destacaram a “desmistificação do internacional”, estimulando as candidaturas dos dirigentes do MSTTR no âmbito governamental brasileiro: a presença de políticos ligados às concepções do PADRSS pesaria nas decisões governamentais do Brasil no campo político internacional.

Dentre as questões mais efervescentes nos debates estava a das alianças com outras organizações e movimentos sociais do campo. Na maioria das falas (dos palestrantes e participantes), as alianças eram vistas como positivas, se, contudo, não diluísse a representação e a unidade política da Contag. Se por um lado a Contag tem nessas orientações a ampliação do leque de possibilidades de implementação do seu projeto político, por outro, a manutenção da generalidade da sua representação política seria um ponto desafiador a sua unidade e a sua autonomia diante dessas organizações.

As palestras também chamaram a atenção para o recém ocorrido Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas ¹⁸², aprofundando a ideia de uma articulação do PADRSS com os movimentos sociais do campo. Igualmente, atentou para a complexidade existente no significado da categoria agricultor familiar, observando-a no âmbito das disputas no campo político agrário.

Após, o curso direcionou-se para as matrizes estruturadoras do PADRSS com uma discussão coordenada por uma professora da Universidade Federal de Campina Grande, componente da rede de educadores da Enfoc. A atividade se desenvolveu a partir da montagem de painéis sobre a origem e sobre a trajetória (de trabalho e militante) dos educandos. Um mapa do Brasil foi estendido no chão para que os participantes pudessem circulá-lo e se posicionarem, formando os painéis. À medida que os educandos circulavam e socializavam suas trajetórias, o debate foi trazendo à luz as trajetórias pessoais, sociais e culturais dos mesmos.

¹⁸¹ ONG internacional voltada para a erradicação da pobreza e desigualdades sociais.

¹⁸² O Encontro reuniu diversos movimentos sociais do campo, a exemplo do Congresso Camponês de 1961. Ele objetivou a construção de um programa alternativo para a agricultura brasileira, com base na reforma agrária, na produção agroecológica, na soberania alimentar e nos direitos territoriais.



Figura 4: Foto da atividade sobre territorialidade - 4º turma nacional da Enfoc.

O entrelaçar de trajetórias visou afirmar que a história política brasileira seria também resultado da trajetória militante do coletivo sindical rural, que, por sua vez, seria fruto das trajetórias militantes de cada um dos dirigentes e sindicalistas.

A ação introduziu o debate sobre memória, agregando a isto a ideia de território. Na atividade da Enfoc sobre o tema, foi clara a intenção de junção das perspectivas culturais e econômicas sobre o universo rural, voltada para a construção de uma “identidade rural” com base na agricultura familiar. À luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da produção agrícola com protagonismo do agricultor familiar, somar-se-iam elementos do cotidiano dos agricultores, como seus modos de vida e suas produções artesanais e típicas. Desta forma, a bandeira do PADRSS e da Reforma Agrária passou a ser também uma bandeira de dimensões simbólicas: a “reterritorialização” da terra, sugerida na palestra, seria de ordem material e simbólica, através das lutas pela identidade e pelos valores da vida agricultora familiar e através das lutas pela entrada de representantes do MSTTR no campo político rural, bem como por políticas públicas em favor do seu fortalecimento. A “reterritorialização” passaria pela estruturação de uma unidade de classe, por razão do PADRSS. Percebe-se nessas perspectivas a construção de uma ideia positiva da vida no campo, sendo um agricultor familiar. Ao contrário de uma relação de produção meramente econômica, representada na categoria do “pequeno produtor”, o núcleo familiar (entendido material e simbolicamente), daria sentido às relações sociais entre os agricultores: na racionalidade da produção na agricultura estariam contidos os múltiplos modos de vida (de ordem cultural, social e político) coexistentes no universo familiar.

Afirma-se na identidade da “agricultura familiar” a ideia do campo como um local para além de relações remetidas a um setor da economia (mão de obra utilizada, área plantada, relação com mercado, ação com tecnologia, etc.). Da mesma maneira, sua afirmação orientou-se a quebrar uma oposição entre aquilo que seria “familiar” e “não familiar”, ou assalariado. A ideia de território junto ao fortalecimento da ideia de qualidade social e cultural do modo de vida do agricultor familiar (e nela, o homem, a mulher, o idoso, o jovem¹⁸³), seria na ordem de construir no “agricultor familiar” a utopia almejada pela classe trabalhadora rural: seria a unidade identitária sindical da classe de trabalhadores rurais.

A complexidade desta perspectiva sobre o trabalho no campo veio à tona quando o curso se dedicou a debater assuntos internos da organização e prática sindical. Este momento foi ministrado por assessores da Contag, e, dentre outros, tratou da relação entre

¹⁸³ Uma parte do curso dedicou-se a oficinas sobre sexualidade, direitos raciais e étnicos, e outras.

agricultores familiares e assalariados rurais. Ao universo do agricultor familiar afirmou-se a atividade manual e artesanal das atividades produtivas, retirando da imagem do trabalho do campo a figura do trabalho gerenciado por um patrão (alheio à identidade do agricultor). Na lógica, na agricultura familiar, mesmo que eventualmente um agricultor contrate outro agricultor, a separação da atividade seria temporária, visto que a base da sua produção seria a unidade familiar. Este pensamento ganhou corpo através de gráficos mostrados no curso, elaborados a partir de dados de entidades de pesquisa (IBGE, Dieese) e reportagens midiáticas.

O curso também contou com debates sobre as próprias práticas de formação política da Enfoc e sobre a educação popular. Esta parte contou com a presença de professores universitários e de assessores da Escola e apresentou as diretrizes metodológicas e pedagógicas da Enfoc: a socialização e registro da memória dos educandos, a partir da sistematização; as ideias de Paulo Freire e as desenvolvidas com base na educação popular (dialógica e com fundamento na realidade do educando). Ao longo destas atividades, houve os “cochichos”, atividades norteadas por perguntas elaboradas pela coordenação do curso e apresentadas através de tarjetas, cujo objetivo foi o de discutir os temas a partir de conversas informais.

No caminho de adensar o sentimento de coletividade, uma parte considerável do curso foi dedicada às atividades lúdicas e subjetivas, e diversas oficinas foram realizadas como danças circulares, yoga, contação de histórias. Com o mesmo objetivo, foram formadas equipes operativas, cuja tarefa foi a de administrar o andamento do curso. Foram elas: lazer, animação, sistematização, organização, apoio e mística. Também foi incentivada a leitura de poemas, frases e músicas que remetiam ao universo camponês: através da “Rádio Enfoc”, os participantes (alunos e coordenadores) colocavam recados afetivos, de luta, sugestões operativas para o curso, etc. Outra atividade foi a captação de momentos da Escola a partir de fotos e vídeos, e sua divulgação em redes sociais virtuais. Ainda nesse intento, houve distintas atividades de socialização, as “culturais”, como a festa “Conversa ao pé do fogão” na qual os participantes apresentaram comidas típicas de suas regiões de origem servidas num jantar que teve a intenção de representar a diversidade dos sujeitos existentes no universo rural brasileiro.

No final do curso houve a festa de “formatura”, coordenada pelos paraninfos da turma: dois assessores educadores da Enfoc. Os nomes para os paraninfos, a mística, a cultural da festa e a camiseta da turma foram escolhidos pelos alunos, que se reuniram diversas vezes para tal. A formatura ainda contou com a presença de secretários da Contag, além do Secretário de Formação e Organização Juraci Moreira Souto e do presidente da Confederação, Alberto Broch.

Na festa, cada região contou com um representante – dirigente de uma federação – que entregou diplomas para os educandos. Fazendo alusão aos ritos acadêmicos, o ato de entrega dos diplomas legitimava simbolicamente o cumprimento das etapas necessárias para o exercício da função de educador da Enfoc. Ademais, a entrega de símbolos de legitimação de uma atividade formativa pareceu fundamentar-se na perspectiva de uma perpetuação histórica do grupo: nas paredes da escola, há placas de formatura das turmas anteriores, que ficam junto a imagens de lideranças da luta do campo, como Chico Mendes, Dorothy Stang e Margarida Alves.

A festa ressaltou o conflito dos guaranis-kaiowás. A entrada da turma no salão de formatura foi liderada por um aluno que usava vestimentas e entoava cantigas indígenas. Em outro momento, dois representantes da turma, ao discursarem sobre o curso aos demais presentes, pintaram seus rostos com desenhos que representavam símbolos indígenas.



Figura 5 e Figura 6: Festa de formatura - 4º turma nacional da Enfoc.

Por fim, é necessário dizer que, ao longo dos cursos – estadual e nacional – era visível certa identidade do público com a Enfoc, uma vez que era comum ver os participantes utilizando camisetas de atividades anteriores da Escola. Por outra parte, muitos desses materiais (cadernos, livro com canções e canecas com o símbolo da Escola, por exemplo) são entregues nos cursos, junto aos cadernos de textos que subsidiam as atividades. Também no espaço das atividades era possível observar vários participantes utilizando camisetas e bonés de centrais sindicais, em sua maioria, da CUT e da CTB. A preocupação vista ao longo do curso com a exposição visual de ideias pode ter tido relação com a divulgação destas ideias (também a disputas delas) no contexto do Conselho Deliberativo.

3.4 O III Encontro Nacional de Formação da Contag – o III ENAFOR: “Fortalecendo a ação sindical a partir de estratégias formativas de base”.

Para além dos cursos, nesta pesquisa tivemos a oportunidade de acompanhar o III Enafor “fortalecendo a ação sindical a partir de estratégias formativas de base”, que ocorreu no período de 26 a 30 de setembro de 2011, no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), em Luziânia, município de Goiás. O encontro contou com a presença de 512 dirigentes de todo o país, dentre eles o ex-presidente da Contag, Francisco Urbano de Araújo.

Ao longo do evento, realizamos uma pesquisa sobre o perfil dos participantes, que resultou em 300 questionários respondidos (58,6% do público total do encontro). Mostraremos os resultados desta pesquisa, a fim de ilustrar a narrativa do evento, que faremos a seguir.

A primeira verificação foi que 162 participantes (54,1%) possuíam entre 10 e 40 anos, e, portanto, nasceram entre os anos 1970 e 1990, o que mostra que um pouco mais da metade do percentual do público respondente é composto por dirigentes cuja prática sindical é relativamente nova, abarcando as ações de formação política exercidas pela Contag a partir dos anos 1980. Significa dizer que mais da metade do público respondente, se participou de atividades de formação política anteriormente, frequentou cursos de renovação sindical direcionados ou a enfrentar crise da Contag frente à emergência dos novos atores sindicais e rurais, ou à construção e consolidação do PADRSS. Contudo, é considerável o número daqueles que nasceram entre os anos de 1950 e 1970 (com faixa etária de 40 e 60 anos), compreendendo um total de 118 participantes (39,3%). Estes podem ter frequentado os cursos exercidos da Confederação empreendidos nas décadas de 1960 e 1970.

Vimos também que foi equilibrado o percentual entre os gêneros, o que demonstra a eficácia da determinação das cotas de 50% para lideranças mulheres, para as ações formativas da Enfoc. A determinação pelas cotas também viabilizou a emergência de dirigentes femininas como participantes das atividades de organização da Contag, posto que o público do III Enafor era majoritariamente composto por dirigentes. Os dados também evidenciam que foi significativo os investimentos nas cotas destinadas aos jovens, seja para as direções do sistema Contag, seja para os cursos da Escola.

Tabela 1. Distribuição em geração do público do III Enafor.

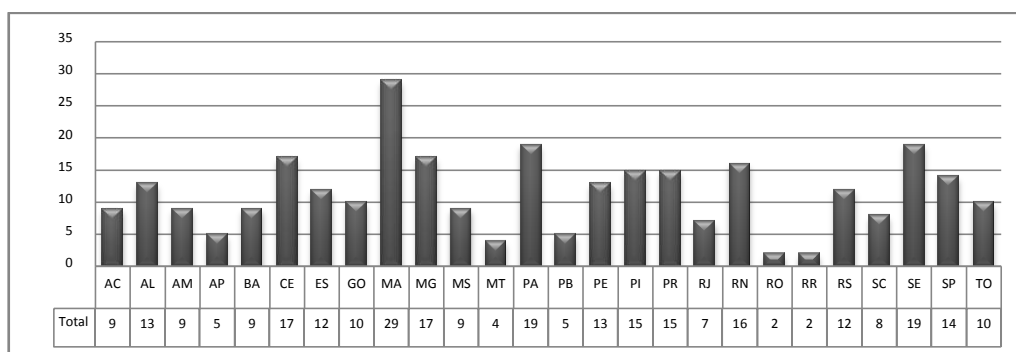
Faixa etária:	Número de participantes	Porcentagem
De 10 a 20 anos	5	1,7%
De 20 a 30 anos	74	24,7%
De 30 a 40 anos	83	27,7%
De 40 a 50 anos	73	24,3%
De 50 a 60 anos	45	15%
De 60 a 75 anos	17	5,6%
Não responderam	3	1%
Total:	300	100%

Tabela 2. Distribuição em gênero do público do III Enafor.

Sexo	Número de participantes	Porcentagem
Feminino	138	46%
Masculino	161	53,7%
Não responderam	1	0,3%
Total:	300	100%

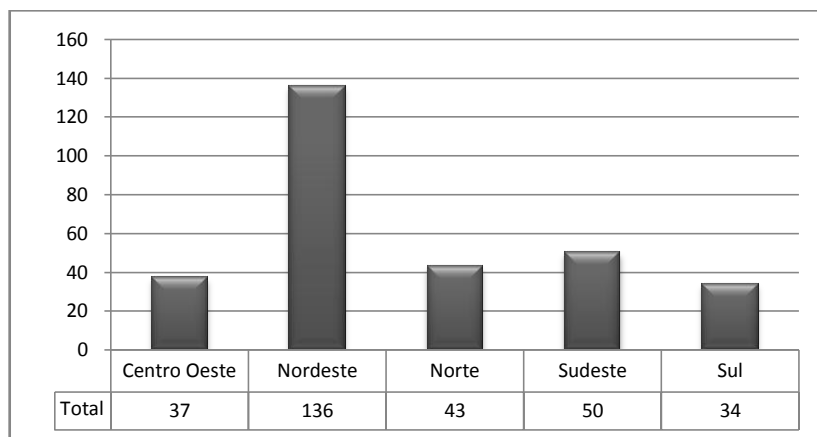
Pelo que foi evidenciado nas respostas aos questionários, o III Enafor contou com uma platéia mesclada quanto ao estado e região de origem e residência, muito embora tenha havido um percentual considerável de indivíduos de origem nortista/nordestina (116 respostas ou 45,3%), provenientes do Estado do Maranhão (29 respostas ou 9,7%), do Pará (19 respostas ou 6,3%) e do Sergipe (19 respostas ou 6,3%). A porcentagem daqueles que residem no Norte/Nordeste também foi considerável (foram 119 respostas ou 66,3%), contando com um maior número no estado do Sergipe (23 respostas ou 7,7%), seguido do estado do Pará (21 respostas ou 7%) e do Ceará (18 respostas ou 6%).

Gráfico 1. Distribuição por estado do local de nascimento do público do III Enafor



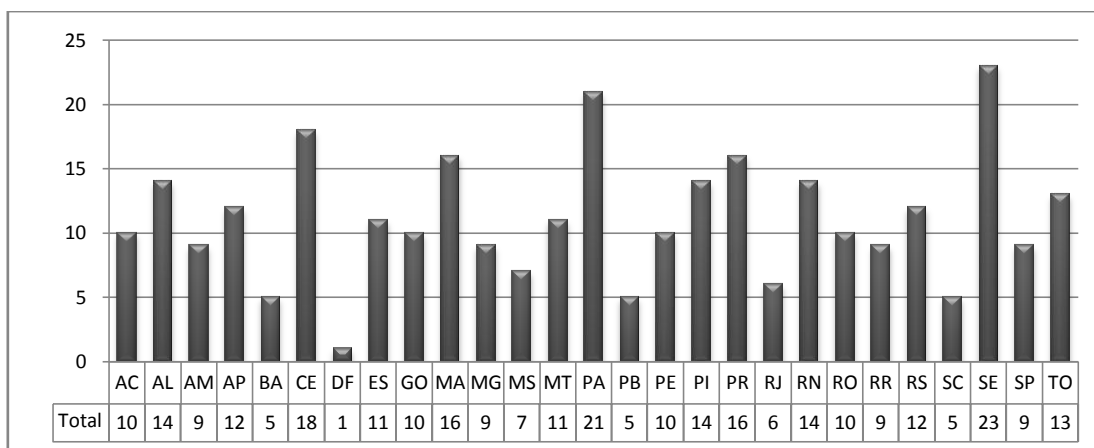
* Total de 300 respostas.

Gráfico 2. Distribuição por região do local de nascimento do público do III Enafor.



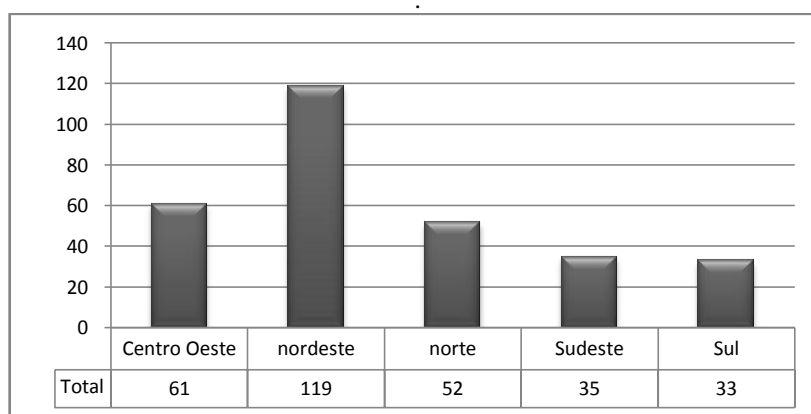
* Total de 300 respostas.

Gráfico 3. Distribuição por estado do local de residência do público do III Enafor.



* Total de 300 respostas.

Gráfico 4. Distribuição por região do local de residência do público do III Enafor

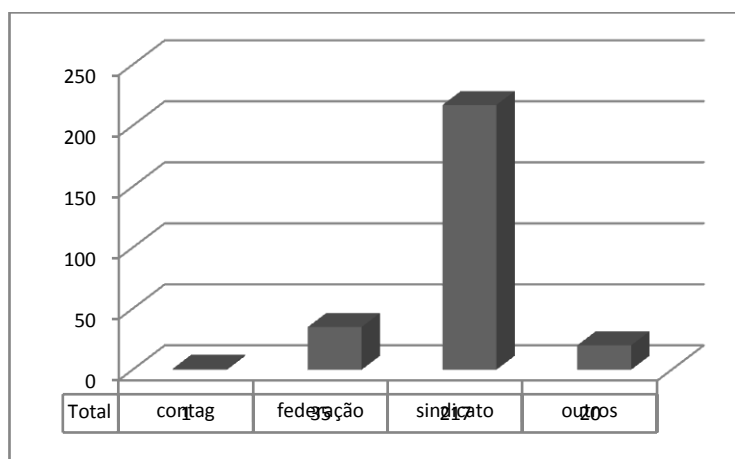


* Total de 300 respostas.

Perguntamos aos participantes do III Enafor se pertenciam a algum sindicato, federação, confederação ou outra entidade de representação (tal como associação, cooperativa, central sindical, entidades públicas, ONGs, universidades, outros sindicatos).

Os resultados mostraram que 253 participantes (92,7% do total de respondentes desta questão) faziam parte de alguma entidade sindical do sistema Contag. Destes, 217 (79,5%) pertenciam a algum STTR, 35 a Fetags (12,8%) e 1 a Contag (0,4%) ¹⁸⁴. Isso afirma que as experiências formativas avaliadas no encontro foram aquelas referentes às direções mais de base. A grande presença de participantes proveniente de STTRs e polos se deveu à convocação prévia feita pelos organizadores do evento, através de uma carta enviada às Fetags. Ainda verificamos que 20 participantes (ou 7,3%) eram ligados a outras entidades representativas. Parte do público do III Enafor era composto por pessoas chamadas para o encontro por conta de seus vínculos com organizações tidas como parceiras da Enfoc. Isso pode explicar o porquê da existência deste tipo de participante, uma vez que o público da Enfoc e do Enafor é o sistema Contag.

Gráfico 5. Tipos de entidades de representação – STTRs, Fetags, Contag e outras entidades, dos participantes do III Enafor.



* Obtivemos um total de 273 respostas.

Quanto à escolaridade, a maioria do público que respondeu ao nosso questionário cursou até o Ensino Médio e não possui algum tipo de formação adicional: neste item obtivemos 116 respostas (42,6%), dentre estes, 104 cursaram o ensino médio completo (89,6%) e 12 não chegaram a terminar o período (10,3%).

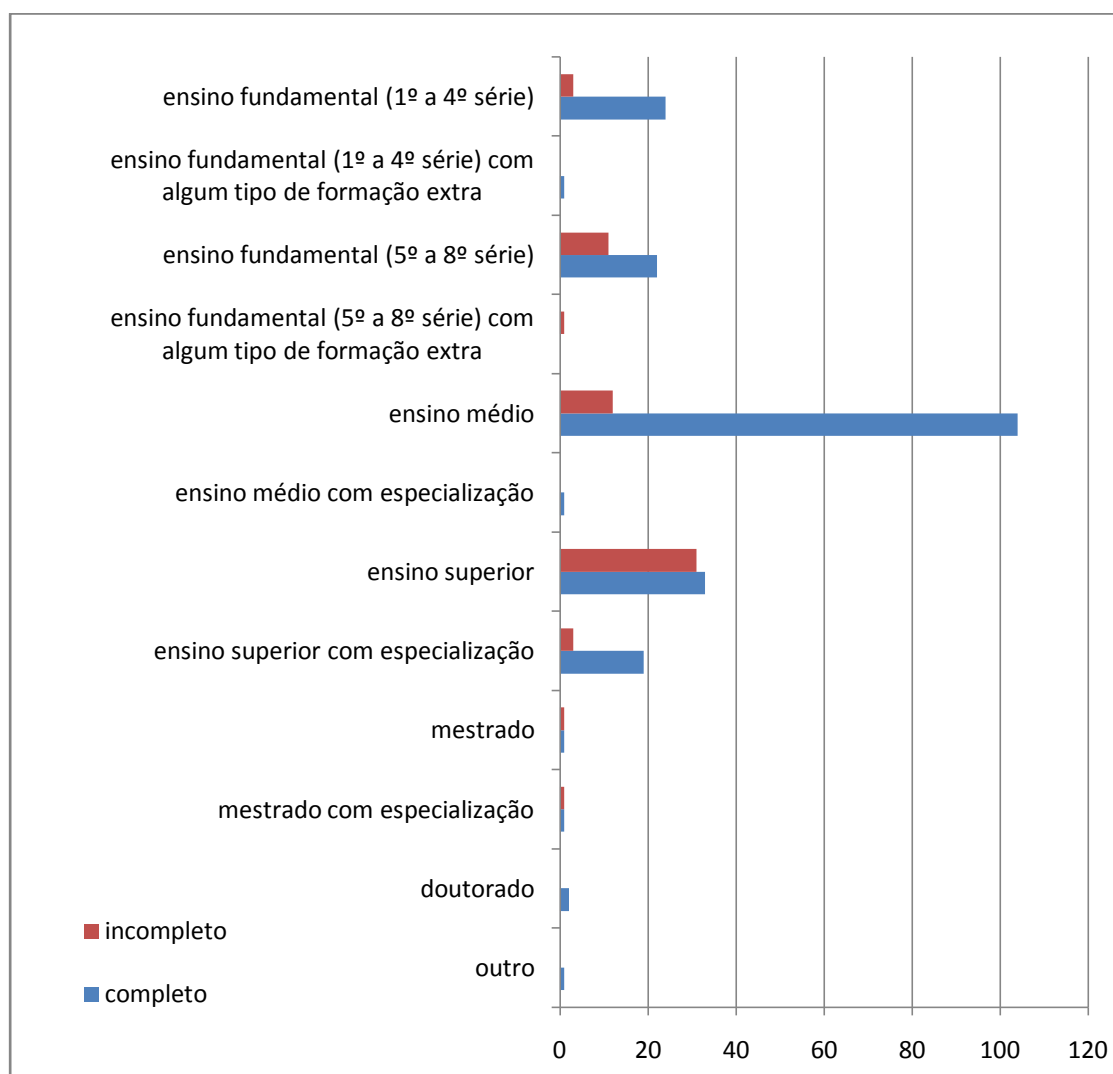
Contudo, o segundo maior número é referente àqueles que cursaram ensino superior (64 participantes ou 23,5%), com dados relativamente iguais entre aqueles que completaram o ciclo e aqueles que não: 33 respondentes deste ponto completaram o ensino superior (51,6%), e 31 não completaram (48,4%). O dado, muito embora expresse uma porcentagem consideravelmente inferior à porcentagem daqueles que frequentaram até o ensino médio, surpreende, visto que o quadro de escolaridade dos agricultores é especialmente baixo e uma vez que o público do III Enafor é composto basicamente de dirigentes de base. Ainda sobre este ponto, temos que estes participantes têm formação na área de Ciências Humanas, com 20 respondentes (ou 7,3% do total), seguido dos cursos da área de Educação, com 16 respondentes (ou 5,9% do total). Comparando ambos os dados, aferimos que, de um modo geral, a busca pela escolaridade e, particularmente, a busca por estes cursos específicos,

¹⁸⁴ Lembrando que houve pessoas que não responderam ao questionário. É possível que os integrantes da Contag, por serem os organizadores do evento, não tenham respondido o questionário por este ter sido dirigido aos participantes.

pode ter relação com uma demanda por uma qualificação técnica para desempenhar ações no âmbito do campo político rural e sindical; da mesma maneira, pode ter relação com uma busca destes participantes por conhecimento que os permitam desempenhar as atividades de formação política. Isso porque são nessas áreas que se encontram o estudo de temas como a estrutura, o desenvolvimento e a organização das sociedades, as práticas de formação de sujeitos e as políticas públicas. Ainda podemos deduzir que a busca pode ter tido influências da Enfoc e cursos de educação sindical desempenhados pelas secretarias, uma vez que o público do III Enafor tem por experiência de formação estes cursos.

Sendo a elevação de conhecimentos uma forma que os agentes têm de fazer valer a sua representação no campo político (BOURDIEU, 1989), podemos aferir que tal busca pode ter emergido da vontade destes dirigentes em se manter no posto por duas razões: a primeira porque com a consolidação da Enfoc houve uma elevação do *habitus político* do conjunto do MSTTR, o que o torna mais capacitado para prever as ações do dirigente no campo político; a segunda por conta da própria exigência de conhecimentos que o campo das políticas públicas e da ação sindical impõe.

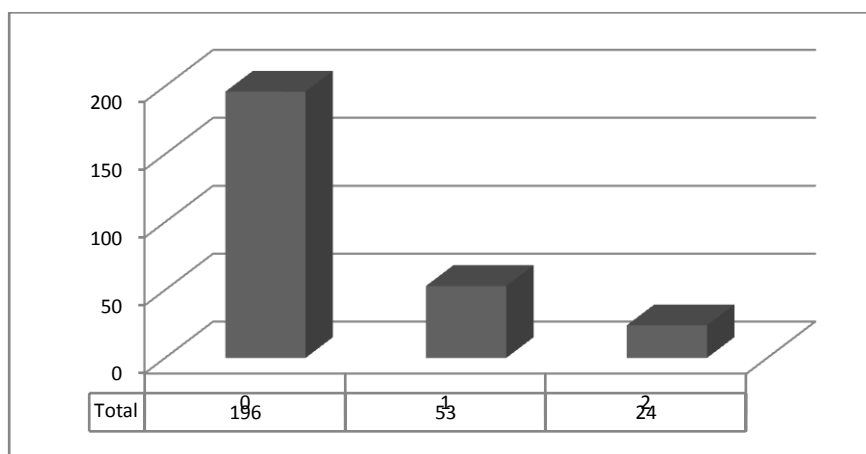
Gráfico 6. Escolaridade do público do III Enafor.



* Total de 272 respostas.

Outro dado que obtivemos foi que a presença do público nos encontros Enafor é recente (ao menos, daqueles que responderam o questionário), sendo o III Enafor o primeiro evento de muitos. Comparando este resultado com o sobre a faixa etária, temos que o público do encontro é rotativo e tem relação com o intento do encontro: para além de um espaço de socialização, os Enafor são, principalmente, espaços de mapeamento e avaliação da trajetória da formação política da Contag. Lembramos que o I Enafor dedicou-se a mapear a realidade da formação política desenvolvida no sindicalismo rural para criar nortes para a construção de políticas de formação para a Contag. Fruto desse processo foi a formação da Enfoc. Já o II Enafor intentou avaliar as primeiras práticas da Enfoc, e, por isso, seu público foram os participantes das primeiras turmas da Escola, basicamente compostas por dirigentes de federação. O intento do III Enafor foi justamente avaliar as práticas de formação ocorridas nos espaços mais de base, por isso seu público contou, majoritariamente, com dirigentes de sindicatos.

Gráficos 7. Frequência do público nos Encontros de Formação da Contag.



* Total de 273 respostas.

No entanto, os números revelaram que a maioria do público frequentou os cursos da Enfoc, sendo considerável a frequência em módulos executados no período entre 2000 a 2011, que compreende o tempo de surgimento das secretarias da Contag e da Enfoc. Temos com isso que o aumento da capilaridade de atividades de educação sindical empreendido pela Contag aumentou o acesso do MSTTR à apreensão das concepções expostas no PADRSS e aumentou a formação de agentes políticos com ações fundadas nestas concepções. A tabela abaixo nos mostra este resultado. Ela foi dividida em décadas, para compararmos os períodos em que os participantes do III Enafor frequentaram cursos de formação política, frente à trajetória da Confederação nessa perspectiva (a formação política empreendida pela Confederação nos anos 60 e 70; a formação política capitaneada pela CUT e pela Contag ao longo dos anos 80; a participação no Projeto CUT/Contag e/ou PDLs nos anos 90; a participação nos cursos da Enfoc, a partir da metade da década de 2000).

Tabela 3. Ano de frequência em atividades de educação sindical do público do III Enafor

Datas e frequência em cursos de formação	Valores	Porcentagem
1960 - 1969	1	0,3%
1970 - 1979	1	0,3%
1980 -1989	4	1,3%
1990 - 1999	20	6%
2000 -2009	158	47,7%
2010 – 2011	137	41,4%
Não especificaram o ano	10	3%
Total	331	100%

* Obtivemos mais de uma resposta para essa parte do questionário, totalizando 331 respostas.

Mesmo que o público do III Enafor tenha frequentado outro tipo de atividade de educação sindical concomitante aos cursos da Enfoc/Contag, estas tiveram pouca expressão, dado que as respostas diretamente relacionadas a outros tipos de formação foram baixas.

Tabela 4. Tipos de formação em educação sindical frequentado pelo público do III Enafor.

Categorias de tipo de atividade de formação	Valores	Porcentagem
Não frequentaram cursos	13	3,1%
Frequentaram atividades de educação sindical, sem especificações	140	33,2%
Frequentaram atividades de educação do campo	12	2,8%
Frequentaram cursos da Enfoc	224	53,3%
Frequentaram atividades de Formação da CUT	6	1,4%
Frequentaram atividades de formação do MST	1	0,3%
Outros	25	5,9%
Total	421	100%

* Obtivemos mais de uma resposta para essa parte do questionário, totalizando 421 respostas.

É importante destacar que as respostas sem especificações podem ter relação com os cursos de formação técnica e outros oferecidos pelas secretarias da Contag e Enfoc, ou apoiados por estas.

O III Enafor foi realizado num espaço no qual não existiam logotipos de outras entidades que não aquelas pertencentes ao próprio MSTTR, caracterizando a organicidade da Enfoc à Contag em relação às demais organizações representantes dos segmentos rurais. O lugar contava com um amplo saguão, no qual as pessoas se encontravam e conversavam e em que eram servidas as refeições diárias. Também havia duas grandes salas de conferências onde eram realizadas as palestras, além de outras salas menores, que abrigaram as oficinas e reuniões e também a secretaria do evento. Os corredores foram revestidos com cartazes que apresentavam a história, as matrizes discursivas, a metodologia e os objetivos da Enfoc. Junto aos cartazes havia frases e fotos de intelectuais e lideranças, significando as diretrizes teóricas e ideológicas da Escola (Karl Marx, Paulo Freire, também Margarida Alves e outros).



Figura 7: Corredor ordenado com frases e fotos sobre a história da Enfoc – III Enafor.

A proposta pedagógico-metodológica do III Enafor foi planejada antes do evento, numa oficina de autoformação com a Rede de Educadores, ocorrida na Enfoc nos dias 05 e 06 de setembro de 2011. Na oficina determinou-se que o encontro seria um espaço de diálogo entre as experiências formativas de base do MSTTR, para a construção de um “balanço” da formação. As atividades programadas foram o intercâmbio de experiências, a feira de saberes e sabores, o lançamento de publicações, a socialização de algumas experiências de formação de base do MSTTR (que se configuraram expressivas por sua capacidade de influenciar, seja sobre o modo de produção agrícola, seja sobre a ação sindical).

A Feira de Sabores e Saberes, voltada para a socialização das experiências positivas de formação da base foi organizada a partir de oito experiências pré-selecionadas, com o objetivo de que servissem de guia para as práticas formativas do MSTTR. As experiências foram apresentadas à organização do evento através de uma carta que foi enviada às Federações, que solicitou informações sobre as suas práticas formativas de base. A seleção destas experiências, portanto, não só expressou as vivências bem sucedidas, mas garantiu uma uniformidade por sobre as respostas.

As experiências selecionadas foram os GES; o programa Jovem Saber; a Educação do Campo e Pronera; organizações produtivas de Economia Solidária, Cooperativas do Sistema Contag; Organizações sociais e/ou produtivas de projetos de assentamentos da Reforma Agrária; Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNFES); Negociação coletiva de trabalho com assalariados rurais e Programa Gênero e Saúde no campo. Tratava-se de práticas de produção agrícola local, de administração sindical e de atividades em formação política e técnica. Não entraremos em pormenores de cada uma delas, bastando salientar que elas foram selecionadas por apresentarem traços particulares: eram experiências orientadas a partir da Contag, com alcance na base, o que explicitaria o conjunto de práticas formativas do MSTTR em âmbito local.

Na mesa de abertura (que destacamos por ter sido o “cartão de visitas” do Encontro, ou o momento em que foram apresentadas suas diretrizes e objetivos) encontrava-se o presidente da Contag, Alberto Broch, e o secretário de Organização e Formação da Contag, Juraci Moreira Souto, além de representantes das centrais sindicais CUT e CTB, do Estado, de organizações como a Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam)¹⁸⁵. Destacamos nos discursos apresentados a ênfase dada ao fato de

¹⁸⁵ Durante os anos de 1993 e 1994 se realizaram encontros entre organizações de agricultores familiares da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para conhecer as características do processo de integração iniciado com o Tratado de Assunção (que objetivou criar um mercado comum entre países da América Latina, vindo a

que, em 2013, a Confederação completaria 50 anos de existência e, frente a isso, a expectativa para a Enfoc foi que esta se tornasse referência em formação política para as organizações de representação política dos trabalhadores no Brasil. As falas ressaltaram como principal desafio a reorganização de estratégias, junto com os movimentos sociais e sindicais, frente às correlações de força existentes no conjunto político-governamental, que teria resultado das dinâmicas das alianças feitas pelo PT para alcançar o governo.

A primeira atividade do III Enafor foi dedicada à construção de um panorama sobre a formação no MSTTR, chamado de “balanço” sobre as práticas formativas de base do MSTTR. Seguindo um roteiro previamente planejado, sua primeira etapa consistiu na sistematização das experiências de formação política das Fetags e STTRs. A segunda foi a sistematização das práticas formativas das regiões do Brasil, com ênfase nas similaridades entre os estados. O balanço consistiu, por fim, numa atualização da avaliação feita no II Enafor, agregando a esta o mapeamento das práticas formativas de base, verificando suas articulações com outras experiências fora do sistema Contag.

As discussões foram norteadas por perguntas elaboradas pelos organizadores da Enfoc, sendo as seguintes: Quais ações formativas vêm sendo desenvolvidas no Estado? Temas abordados, duração e parcerias. De onde vêm os recursos? Quais foram os principais resultados? Quais foram os pontos fortes e pontos fracos? Os pontos que balizaram as reflexões dos grupos regionais foram: elementos comuns (ações, financiamento, grandes temas); elementos diferentes (ações, financiamento, grandes temas); cumprimento das cotas de mulheres e jovens; avanços; dificuldades. As discussões foram captadas por um “sistematizador”, função que era desempenhada por assessores ligados às secretarias de organização e formação das federações ou pessoas que já tivessem feito tarefas de sistematização nos cursos da Enfoc. O resultado foi apresentado ao público através de uma mística.



Figura 8: Balanço da formação feito pelo grupo do Estado do Maranhão. – III Enafor.

Na atividade do balanço, presenciamos o grupo estadual do Rio de Janeiro e do Maranhão, nos quais as pessoas, reunidas em círculo, expuseram suas respostas aos demais quando indagados pelo animador da reunião. Resumidamente, o levantamento sobre as práticas formativas de base de ambos estados apontou para o fato de que, além dos módulos da Enfoc, os sindicatos dos estados realizaram cursos de educação sindical com parcerias com o Senar; também com centrais sindicais, sindicatos de outras categorias e movimentos

formar o Mercosul). Fruto disso é a criação da Coprofam. O objetivo principal da Confederação é incidir sobre a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, camponesa e indígena, nos países membros do Mercosul.

sociais. Além destes, ocorreram cursos capitaneados pelas secretarias do sistema Contag: específicos para as mulheres e voltados para mobilizações em massa, como a Marcha das Margaridas; cursos sobre os direitos dos trabalhadores rurais; a previdência social; as políticas de desenvolvimento territorial; educação do campo; emissão de documentos; cooperativismo.

As experiências foram avaliadas como frutificadoras de uma maior organização das ações sindicais e mobilizações de massa, como espaços de elaboração e apreensão de conhecimentos, de socialização e de entretenimento. Porém, também se avaliou a falta de recursos e a falta de interesse de alguns diretores sindicais, entendo que os sindicatos não estariam empreendendo ações que dessem ênfase à ressignificação das práticas sindicais para algo mais afinado ao PADRSS. Nesse sentido, foram destaque os GES e a desconfiança sentida pelos dirigentes antigos frente às novas propostas organizativas da Contag e ao engajamento das novas lideranças (sobretudo os jovens) nestas novas propostas. A atenção dada a esta prática especificamente demonstra que o local é um campo de disputa de concepções entre as novas lideranças e os dirigentes tradicionais.

No segundo momento, observamos o grupo referente à região Norte. Foi constatado haver uma forte influência da Igreja no sindicalismo da região, sobretudo os recursos adquiridos para a formação na Regional tiveram a participação de entidades católicas. Sobre os avanços com a formação política na Região, ressaltaram que com ela houve a permanência do jovem no campo, bem como o crescimento da participação de mulheres e jovens nas direções sindicais e nas grandes mobilizações sindicais. Ao tratar dos desafios para a realização da formação política, um aspecto levantado foi a locomoção dos educadores e participantes para os locais dos cursos, posto que, na região, o acesso a muitas das localidades é difícil e só é feito via barcos.

A mística de apresentação do diagnóstico nacional das experiências formativas de base contou com a apresentação de cartazes, música, leitura de cordéis e indumentárias que simbolizavam os avanços e os desafios dos diversos grupos. As reflexões feitas a partir da prática da mística otimizou a formação de um sentimento coletivo de “autoanálise”. No geral, os relatos dos grupos explicitaram uma multiplicidade de tipos de formação, sendo elas os cursos da Enfoc, as atividades vinculadas às secretarias da Contag, as desenvolvidas junto a outras organizações, os cursos desenvolvidos pelo Estado. Nesta multiplicidade, o GES não se destacou frente às demais atividades, o que pode indicar que as atividades da Enfoc voltadas para as bases ainda encontram desafios, que podem residir na resistência dos dirigentes tradicionais às novas ideias e novas lideranças e nas disputas políticas locais.

Esse desafio é evidente ao compararmos as concepções com base no PADRSS frente às práticas de formação de base praticadas. Um aspecto difuso foi observado quanto às atividades de formação feitas em parceria, sendo expressiva a quantidade de cursos de educação profissional realizados por meio do Senar, que, como vimos, é um espaço capitaneado pela CNA. O fato mostra uma contradição ideológica das ações de educação sindical empreendidas pelo MSTTR, ou, ao menos, um deslocamento das concepções da Enfoc com relação às ações de formação política mais próxima das bases, uma vez que estes cursos são vinculados à instituições patronais. De todo modo, o fato questiona os limites entre a educação formal e profissionalizante e a formação política e discute o caráter pedagógico das atividades que não são organizadas com foco na formação política: se a diversidade de atividades de educação sindical aumenta a possibilidade da retórica do PADRSS adentrar os espaços contidos no conjunto do MSTTR e aqueles contidos no conjunto do campo das políticas públicas para o meio rural, por outro lado, provoca a

desarticulação da formação política em si, e, logo, da organicidade do MSTTR em torno da sua teoria.

A mesa intitulada “Pedagogia para uma Nova Sociabilidade” articulou as reflexões levantadas no “balanço” com debates sobre a política nacional de formação da Contag e a ferramentas pedagógicas do MSTTR. Nela estava presente um representante do Instituto Paulo Freire e um representante da Escola do MST – Escola Florestan Fernandes –, além da Enfoc. Fundamentalmente, as falas distinguiram aquilo que se entenderia por formação utilitária (direcionada para o aporte de conhecimentos técnicos) e formação para uma ação política e militante, calcada nas experiências oriundas no seio dos movimentos populares. Neste norte militante, à formação política se atrelaria a metodologia da educação popular de fundamento no pensamento freiriano, cumprindo o papel de dar voz aos movimentos sociais, mesmo quando a educação é formal. Na voz dos palestrantes, a “pedagogia do oprimido” seria uma educação “da luta”: a educação é vista como um campo político em disputa, sendo tal luta praticada também nos espaços formais de educação, como cursos técnicos, escolas e universidades. A função da formação política como prática exercida em todos os âmbitos da educação seria a de agir como um canal de divulgação dos movimentos do campo e como “voz” de suas lutas e bandeiras diante da opinião pública.

Realizou-se ainda uma palestra sobre o tema com as organizações internacionais Coprofam¹⁸⁶ e o Conselho de Educação de Adultos da América Latina – Ceaal¹⁸⁷, o que mostra um intento da Contag em ampliar seus espaços de formação política articulando-se com estas organizações latino-americanas. Para os palestrantes, a conjuntura política da América Latina, de existência de alguns governos progressistas, seria favorável a mudanças em direção a um desenvolvimento sustentável e solidário no meio rural. A mudança, contudo, exigiria das organizações um mesmo nível de informação e capacidade organizativa.

No segundo momento de avaliação das atividades de formação do MSTTR, a “ciranda de experiências”, foram organizados grupos, cada qual com participantes de distintas regiões. Na ciranda, levantaram-se as formas com que as oito experiências de base compreendidas como bem sucedidas (expostas na feira de saberes e sabores) estariam sendo realizadas. Foram 12 grupos, com representantes estaduais para cada uma das experiências: três grupos para o GES, dois grupos para o Jovem Saber, dois grupos para Educação do Campo e Pronera, um grupo para Negociação Coletiva – Assalariados Rurais, um grupo para Economia Solidária, Cooperativas do Sistema Contag; um grupo para Organizações Sociais e/ou Produtivas de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária; um grupo para o Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNFES; um grupo para Formação de Multiplicadores/as em Gênero, Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Num primeiro momento, a metodologia empregada foi a de um diálogo orientado, para, num segundo momento, ser construído um “mosaico” destas práticas. As questões norteadoras do diálogo se referiam às ações realizadas em cada experiência, aos sujeitos nelas envolvidos, aos desafios e superações da prática, à articulação da formação desenvolvida na experiência com o PADRSS. As respostas eram lidas uma a uma, colocadas

¹⁸⁶ O representante da Coprofam trouxe que há um projeto de formação de líderes rurais aplicado em países da América Latina, executado pela FAO e sob coordenação da Coprofam e da Contag/Enfoc. Seria um projeto piloto com objetivo de fortalecer as organizações para atuar de forma qualificada nos espaços de formulação e negociação de políticas públicas para a agricultura familiar, com enfoque territorial.

¹⁸⁷ A Ceaal é uma rede de organizações que conta com a presença de 21 países da América Latina e do Caribe. Com orientações na educação popular, a Ceaal desenvolve ações educativas com movimentos sociais para a promoção de políticas públicas e novas relações entre governo e sociedade.

em tarjetas dispostas no chão: ao respondê-las, os grupos circulavam para a pergunta seguinte, permitindo construir um “mosaico”. Após este momento, um grande painel foi pintado, simbolizando todas as reflexões obtidas na “ciranda”.

Após a apresentação do mosaico, houve uma palestra dedicada ao tema das identidades culturais e sociais existentes no espaço rural. O painel contou com colaboradores da Rede de Educadores da Enfoc e abordou a construção da identidade do sujeito a partir da ideia de territorialização. A concepção de território trazida atrelou a ideia de luta pela terra à preservação de uma identidade social e cultural rural: a negação do acesso à terra, incluiria a expropriação dos modos de produção da vida social e cultural do agricultor e do poder de autonomia dele sobre a sua vida; a história migrante do agricultor brasileiro e as permanentes expulsões de suas terras significam a “desterritorialização” da sua maneira de viver, bem como acusam assimetrias nas relações dos agricultores com outros espaços de vida, como a cidade. Da assimetria derivaria a existência conflituosa dos projetos políticos que se apropriaram do campo político do campo: o capitaneado pelo agronegócio e o PADRSS.

Ainda segundo a palestra, na contemporaneidade expressam-se grupos políticos que rompem as fronteiras nacionais na tentativa de afirmar uma identidade internacional. Desta forma, abre-se um campo de lutas políticas que vai além das fronteiras geográficas dos países: a “multiterritorialidade” aberta com o Estado liberal teria empregado a globalização das desigualdades e a fragmentação das classes e afirmado a concepção capitalista sobre o rural a nível internacional. Para a “reterritorialização” seria necessário uma luta de igual porte, a partir das ações calcadas na bandeira da Reforma Agrária e do PADRSS, destinadas a influenciar nas políticas públicas mundiais. O processo ocorreria ao passo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo: conforme a ótica, a reterritorialização só seria possível a partir da interação urbana e rural, entendendo por igual as especificidades de cada sujeito componente desse novo território. A integração residiria na pluriatividade, ou na possibilidade do agricultor exercer atividades não propriamente agrícolas, sem, com isso, desvincular-se das atividades agrícolas. Da mesma maneira residiria no entendimento do campo como espaço de vida, de produção, de relação social, ambiental e cultural ¹⁸⁸.

Remetendo-nos às ideias de Neves (2008) e Bourdieu (1989), nas quais temos que aspectos da vida social se constroem por delimitações, revelando desigualdades de identidades, concluímos, pelas falas, que o processo de categorização dos segmentos do campo ocorrido na história teria segmentado suas lutas e universalizado ideias sem perceber nelas as dimensões de mundo particulares. O reconhecimento do “plural de trabalhadores do campo” teria revelado “silêncios” em relação a essa diversidade de sujeitos que o compõe. Ao mesmo tempo, teria colocado um desafio às organizações, especialmente, à Contag e à estrutura sindical.

O III Enafor encerrou com o lançamento de algumas publicações da Escola e de entidades parceiras: *Multiplicação Criativa, um entrelaçar de Práticas e Saberes* e o *Almanaque Enfoc*, da Enfoc, e também os livros *Controle Social e Mobilização pelo Direito à saúde das Populações do Campo e Floresta*, das Prof^{as} Dras. Petilda Serva Vazquez e Maria do Socorro Souza e o *A Terra e o Povo Negro: Histórias, Políticas e Desenvolvimento no Meio Rural Brasileiro*, que teve como organizadoras Joana Célia dos Passos e Tânia Tomázia do Nascimento (Núcleo de Estudos Negros – NEN/Quorum Comunicação – Florianópolis/2010). Conjuntamente, houve o lançamento do CD de um integrante da Rede de Educadores da Enfoc ligado à arte popular. A ocasião do lançamento foi envolta de muita emoção, uma vez que o coordenador dedicou o CD ao casal José

¹⁸⁸ O emprego das cotas pela Contag (mulheres e jovens) também foi visto como instrumento de reterritorialização dos sujeitos silenciados na história do campo.

Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, lideranças extrativistas da região de Marabá/PA assassinados por conta de conflitos de terra na região. Maria do Espírito Santo era integrante de um programa de educação do campo da região, frequentado por diversos participantes presentes no III Enafor.

De maneira geral, as avaliações tidas no Enafor seriam o “cimento” entre as orientações dadas pela Contag (mais especificamente, seus educadores) e a construção de novas representações políticas para a Contag, uma vez que, conforme Gramsci (2011), a organização de uma sociedade ocorre dentro de suas diversas dimensões, logo, a expressão de uma “nova cultura” só se dá na formação de significações construídas e consolidadas no cotidiano rural: em narrativas, costumes, hábitos, símbolos e formas de conceber a vida e a história.

Conclusivamente, o surgimento de novos atores políticos sindicais e não sindicais no campo político rural acabaram provocando novos arranjos na organização sindical da Contag: houve a sua filiação à CUT, e, no processo, houve a construção de secretarias por categorias e por demandas dos segmentos do campo, dentre elas, a secretaria de Organização e Formação Política. Ao passo destes acontecimentos, novas demandas foram aparecendo no âmbito interno da Confederação e uma delas foi a reivindicação por parte das mulheres trabalhadoras rurais por uma escola de formação política que as munissem de um *habitus político* capaz de travar debates no campo político rural e sindical. Esta demanda teve haver com a aprovação da cota de 30% de mulheres nas direções sindicais da Contag; também teve relação com a ascensão do segmento no cenário político, devido a Marcha das Margaridas.

Tudo isso, junto às experiências formativas advindas do Projeto CUT/Contag e do PDLS, abriu um processo de profundas mudanças na prática de educação sindical da Contag: suas ações formativas continuaram a ser um espaço de qualificação de quadros, mas, progressivamente, passaram a ser também um espaço de pesquisa e avaliação do seu sistema e um canal de permanente costura das representações simbólicas de seus representados (as distintas questões político-econômicas e socioculturais dos diversos segmentos do campo) às representações políticas da Confederação (seu projeto político e suas ações de luta). A prática de formação da Enfoc, calcada na promoção do PADRSS em âmbito nacional, regional, estadual e local e calcada na constante sistematização da memória de seus educandos, evidencia essa inflexão. Igualmente são os Enafor: um encontro periódico de avaliação da formação política da Enfoc e, sobretudo, de avaliação da própria organização da Contag.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das ações para desencadear a construção de um sujeito coletivo é a atividade de formação política. Muito embora a historiografia oficial da educação brasileira entenda a educação escolar como *locus* privilegiado da educação das classes subalternas (MANFREDI, 1996), a presente dissertação mostrou que a educação dos trabalhadores do campo em muito ocorreu em espaços vinculados ao trabalho e as suas organizações políticas. Em outra perspectiva, esta dissertação mostrou que a formação tem fundamental importância na organização do poder político destes grupos.

Na história das organizações de trabalhadores no Brasil, a prática remonta ao início do século XX, e, no decorrer desta trajetória, expôs concepções distintas e teve relação com as correntes que atuaram no seio da sua organização: as engendradas pelos órgãos representantes da classe dominante, as mais afinadas às ideias comunistas e socialistas, e as de orientação religiosa, com destaque para os católicos. Essas concepções vieram a influenciar as práticas de formação política desenvolvidas, posteriormente, pelas organizações dos trabalhadores do campo, em especial, as do sindicalismo rural.

Através das lutas de resistência pela terra houve a emergência dos trabalhadores rurais na cena política. Estas ações contaram em muito com diferentes mediadores que buscavam representá-los a partir de uma linguagem mais geral (MEDEIROS, 2010). No processo, forjaram-se identidades como “lavradores”, “trabalhadores agrícolas”, “camponeses”. A regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado desembocou em disputas em torno da representatividade política dos distintos segmentos dos trabalhadores do campo, uma vez que, no processo, diversas entidades organizativas transformavam-se em sindicatos. Fruto disso é a fundação da Contag.

Desde sua origem, a Confederação dedicou-se a atividades de formação sindical, buscando manter-se enquanto representantes dos trabalhadores do campo, diante da sociedade civil e diante do Estado. No entanto, visto que as representações de um grupo social se fazem e se refazem na relação de concorrência entre os agentes envolvidos em um campo de lutas (BOURDIEU, 1989), a própria Confederação foi (e é) um campo político disputado por distintos agentes.

Na intervenção capitaneada por José Rotta as atividades de formação da Contag foram realizadas através de cursos profissionalizantes ligados ao Estado. Através do pensamento de que a formação técnica é ausente de concepções políticas, estas atividades, ao cabo, buscaram aquilo que Fillieule e Pudal (2010) afirmam ser a formação organizacional: buscou-se “homogeneizar” condutas e concepções político-ideológicas existentes no conjunto do sistema Contag, em torno da ideia de desenvolvimento rural como idêntico à modernização agrícola.

No entanto, o golpe civil militar e suas ações repressivas não culminaram no desaparecimento de concepções alternativas às práticas vigentes. Isto porque, em parte, sindicatos oriundos da ação da Igreja Católica foram poupados da repressão. A CNBB apoiou práticas de formação com concepções afinadas às do Estado, porém, no centro destas práticas forjaram-se concepções distintas a estas. E foi a partir dessa matriz alternativa que foi possível reconstruir uma rede sindical (PALMEIRA, 2005), desembocando na “retomada” da Contag, em 1968.

A reconfiguração de forças políticas na direção da Contag se deu sobre um delicado equilíbrio e uma das estratégias desenvolvidas para a sua renovação de lideranças foi a

formação política, que, diferente da formação da direção de José Rotta, contou com equipes próprias. Dado o contexto da variação de ideias políticas no interior do MSTTR – proveniente das disputas que ocorreram em torno da representatividade política dos distintos segmentos dos trabalhadores do campo no contexto da sua fundação, intensificado pela intervenção e pela retomada da Confederação –, tal esforço buscou consolidar a representação política da nova direção da Confederação a partir de uma unidade sindical e de uma linha de ação militante. A preocupação da Contag residiu na avaliação de que havia pouca combatividade entre as ações dos sindicatos. Buscou-se com esta nova formação trazer a ideia que os sindicatos estão além de serem aparatos apenas assistencialistas, sendo espaços de luta dos “trabalhadores rurais” (categoria imposta pelo Estado através da constituição do sindicalismo rural).

Foram cursos e treinamentos sobre associativismo, sindicalismo, cooperativismo, mas somou-se a esses, outros temas como a legislação agrária, trabalhista e previdenciária. Foi uma prática de formação em torno de uma concepção de organização sindical para reivindicar o cumprimento da lei. A ênfase residiu na ideia de ela ser uma vertente garantidora da unidade sindical.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a formação política capitaneada pelos dirigentes nordestinos teve por foco as bandeiras dos direitos trabalhistas e da reforma agrária, a partir da reivindicação do previsto na legislação– Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e Estatuto da Terra, de 1964. A ação foi importante por ressignificar bandeiras levantadas no pré-golpe, ao interpretar as legislações sindicais (com suas categorias de enquadramento e modos de organização), trabalhistas (agregando distintos segmentos do campo na ideia de classe trabalhadora) e fundiárias (a partir da reivindicação da Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra) nesse norte.

Estas traduções conformaram uma identidade comum através da qual a Confederação se projetou como representante político da categoria genérica dos “trabalhadores rurais”. Concomitantemente, ela estruturou a sua capilaridade durante o período da repressão, sobretudo porque a própria sobrevivência do discurso em defesa dos direitos trabalhistas e da reforma agrária dependia de acordos e negociações com as federações “que nem sempre estavam dispostas a traduzir esse discurso em prática sindical” (MEDEIROS, 2010, p. 125). Muitos foram os motivos que levaram a essa situação: o isolamento da Contag diante das organizações partidárias de esquerda, colocadas na clandestinidade; o sentimento de uma falta de experiência política por parte de diversos sindicatos; a repressão civil-militar; o surgimento de diversos sindicatos estimulados pelo Funrural; a concorrência com o sindicalismo patronal, sobremaneira em relação aos “pequenos proprietários”.

Ao cabo, ações formativas engendradas pela Contag neste tempo priorizaram os dirigentes sindicais e equipes de formadores para os instrumentalizarem e para “divulgar e informar os camponeses sobre a luta, formando uma grande corrente na multiplicação das ideias” (ENFOC, 2012, p.25). Com foco nas direções sindicais, esta formação, em certa medida, privilegiou as lideranças de cúpula, havendo uma divisão entre a formação dedicada àqueles sujeitos compreendidos como possuidores de certo *habitus político e mediáticos* – a segurança de falar de si e do mundo em nome de um coletivo pertencente a um campo político (BOURDIEU, 1989; NEVES, 2008) - e àqueles compreendidos como não detentores deste saber. No entanto, as matrizes discursivas provenientes da Igreja progressista – o “ver, julgar e agir” – se fizeram presentes, estimulando a socialização de conhecimentos e experiências. A ideia era a de que, conhecendo a realidade do trabalhador rural, seria possível solidificar concepções e ações comuns de lutas.

No começo da década de 1980, a Contag, então reconhecida como importante referência nacional (MEDEIROS, 2010), desempenhou grandes ações de formação política, visando ações em torno das campanhas salariais e das greves dos canavieiros nordestinos. Foram cursos que priorizaram as lutas coletivas e de pressão direta, bem como a busca de alianças com organizações envolvidas na luta pela redemocratização. A diretriz pedagógica passa a ser mais “dialógica”, ou a se pautar na “teoria e prática”, passando a divulgar mais as situações de lutas. Ao cabo, buscou garantir a Confederação como entidade representativa dos trabalhadores rurais frente à diversidade de conflitos e às alternativas organizativas que tensionavam a sua representação neste tempo. Isto porque este período trouxe novos cenários para a luta política: houve a crise do regime militar, como também uma efervescência de lutas sociais no campo e na cidade como as greves urbanas e rurais, as lutas pela abertura partidária, as lutas pela terra e por melhores preços agrícolas.

Tais acontecimentos desembocam numa ação no apoio da Contag ao I PNRA, marcando a expectativa da Confederação na realização da Reforma Agrária pelo Estado. A ação buscou afirmar a unidade sindical rural, orientando o olhar do MSTTR para o entendimento do Estado enquanto agente de negociação para a solução de conflitos e demandas dos trabalhadores rurais. Contudo, o cenário trouxe à luz na cena política do campo, organizações, discursos e categorias que colocaram à prova a representação política da categoria “trabalhador rural” como uma unidade representativa dos distintos segmentos do trabalho no campo. Essas emergentes representações políticas abriram novas portas para a expressão das demandas dos trabalhadores do campo e para a construção de novos arranjos, utopias e alianças.

A viabilidade de espaços para encontros e o trabalho de formação política desenvolvida em grande parte pela Igreja progressista durante o período ditatorial desemboca no aparecimento das “oposições sindicais”, por sua vez, porta-vozes de uma crítica à prática e estrutura sindical vigente. A CPT teve importante papel nisso: seu apoio as ações de resistência no campo, sobretudo nas áreas de fronteira (MEDEIROS, 2010), acabou fornecendo representações políticas críticas às do sindicalismo.

As oposições sindicais se articularam com o “novo sindicalismo” (gestado nas áreas urbanas), e na criação da CUT foi notória a sua presença. Explicita-se, com isso, uma ruptura no interior do sindicalismo rural e a formação de um campo político de disputa pela representação política dos trabalhadores do campo, especialmente os pequenos produtores. É instituído o DNTR/CUT e, no processo, o sindicalismo cutista passa a articular seu projeto de viabilização da pequena agricultura, segundo a nova identidade política: a “agricultura familiar” (PICOLOTTO, 2011). No entanto, a presença destes agricultores no interior da CUT reafirma a identidade do agricultor com o mundo do trabalho.

Em outro ponto, as lutas pela terra desencadeadas no início dos anos 1980, sobretudo no sul do país (onde se expressou mais fortemente a expropriação resultante do processo de modernização agrícola), deram origem aos “sem-terra”. Nos seus primeiros momentos, eles se relacionavam com as “oposições sindicais”, mas, aos poucos, foram se constituindo num movimento com características próprias. No processo, a bandeira da Reforma Agrária passa a ter o MST como porta-voz.

Para Neves (2008) a vida social se expressa por delimitações de fronteiras simbólicas entre campos de relação. Os campos, enquanto universo de afiliações, são atravessados por justaposições de concepções referenciadoras de práticas. Desta forma, a preocupação com as atividades de formação política das organizações críticas ao sindicalismo vigente (expressa na instituição das várias escolas de formação da CUT, que,

em grande medida, foram frequentadas pelos rurais) estampa um pluralismo de concepções políticas, o que faz com que a Contag redesenhe a sua formação política. As atenções da Confederação se voltaram para uma formação política de caráter amplo, levando mais em conta as demandas e especificidades existentes no cotidiano dos trabalhadores do campo.

O contexto de adesão do Estado ao neoliberalismo na década de 1990 e, diante disso, as mobilizações de massa unificadas como o Grito da Terra, também o avanço organizativo dos movimentos dos agricultores com produção com base familiar e o reconhecimento estatal da agricultura familiar através da institucionalização do Pronaf, fizeram ascender a categoria dos “agricultores familiares” no campo político sindical e estatal. Em consequência, tomou centralidade nos debates do sindicalismo rural a construção de estratégias voltadas para a proposição de políticas públicas e para a construção de um projeto político de desenvolvimento rural com base no fortalecimento dos agricultores familiares, alternativo à produção de *commodities* para a exportação e ao agronegócio, representado pelas multinacionais e agricultura patronal. Com isso, tomou centralidade a construção de referenciais de formação política direcionados para essa estratégia e bandeira: a categoria do “agricultor familiar” como representante dos diversos segmentos do campo. À concepção de agricultura alternativa de base familiar voltada para a produção de alimentos para o mercado local, agregam-se elementos ecológicos e de diversidade sociocultural.

A elaboração desta categoria política fundamentou-se em estudos feitos por instituições de pesquisa como a FAO/Incra e em debates surgidos no meio acadêmico. A rede constituída entre entidades de representação do trabalhador do campo e destes com pessoas que transitavam no meio acadêmico e no meio “estatal” permitiu que os debates de cada um desses meios se articulassem.

Da ascensão da categoria no campo político sindical e nacional, bem como das disputas pela sua representação, processou-se a filiação da Contag à CUT, que contou com negociações, dentre elas, a extinção do DNTR/CUT e a construção de uma bandeira: o projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar. Para tal, um “ambicioso” projeto de pesquisa e formação política foi realizado.

O Projeto CUT/Contag flexibilizou a prática de formação da Contag trazendo o aspecto da pesquisa como seu pilar. Realizado através de seminários, cursos e intercâmbio para a socialização de experiências, o projeto envolveu dirigentes, técnicos e assessores e teve como objetivo mapear o desenvolvimento social, político e econômico das populações rurais e das organizações sindicais, para, assim, projetar estratégias organizativas no MSTTR. Objetivou, principalmente, subsidiar propostas de políticas públicas para o desenvolvimento rural, através da construção de um discurso em torno do fortalecimento da agricultura familiar.

O Projeto “de alianças” deu subsídios para a elaboração do PADRS, no entanto, deixou outro legado para o sindicalismo rural: adensou o entendimento de que o MSTTR é composto por uma diversidade social, cultural e econômica. O projeto explicitou que uma concepção político-ideológica com base numa categoria política genérica é desafiadora num campo de disputa por representações políticas. Isso é notório quando o projeto aponta para uma “implosão da categoria do trabalhador rural”.

Ao cabo, a filiação da Contag à CUT, a extinção do DNTR/CUT, a elaboração e implementação do Projeto CUT/Contag e a instituição das secretarias da Contag (dentre estas, a Secretaria de Organização e Formação Sindical, que assume especificamente as ações voltadas para a formação política da Contag) rearranjaram o jogo político do sindicalismo rural.

Ao mesmo tempo do Projeto CUT/Contag, outros projetos de formação política foram empreendidos por ambas as entidades. O PDLS, capitaneado pela Contag, possuiu objetivos parecidos com o Projeto CUT/Contag, no entanto, teve uma particularidade estratégica: era um projeto de formação política capitaneado pela Contag, com orientações para forjar projetos de desenvolvimento rural a nível local a partir do alçar de lideranças próprias, fosse no campo político sindical, fosse no campo político rural. O PDLS foi uma ação da Contag que ocorreu no contexto de filiação da Confederação à CUT e após o lançamento dos resultados do Projeto CUT/Contag.

Sua aprovação ocorreu no VII Congresso da Contag (1998), no qual foi aprovado o PADRS, que, desde então, é a principal referência política da organização para suas lutas. O PADRS prioriza os agricultores com capacidade de serem economicamente viáveis e capazes de manter uma produção para o mercado interno (PICOLOTTO, 2007). Por outro lado, a natureza sindical impõe que a representação dos trabalhadores do campo seja uma categoria genérica, desta maneira, a representação política colocada à categoria política do “agricultor familiar” tenta abranger todos os segmentos do campo sob o discurso de que todos os agricultores estariam contemplados nas suas necessidades sociais, econômicas e culturais, sendo agricultores familiares.

Ainda no VII Congresso é aprovada a cota de 30% de mulheres para as direções sindicais de todo o sistema Contag. Muito embora a ideia da construção de uma Escola de Formação da Contag não seja exclusiva deste tempo, é na ocasião da demanda das dirigentes mulheres por uma capacitação que lhes permita exercer o cargo de direção que ela revigora. O contexto político, nacional e sindical e o esforço de ampliação de frente de lutas do sindicalismo contagiado resultou em outra mudança na formação política exercida pela Contag: a elaboração de uma escola de formação política própria da Contag, de caráter autônomo e prática permanente, com objetivos na capilarização no conjunto do MSTTR das concepções do PADRSS e no alçar da bandeira no campo político nacional. A autonomia da Escola busca aprofundar o reconhecimento da Contag enquanto representante político dos segmentos dos trabalhadores do campo pelos seus representados e pelo Estado. Isso é importante por causa da consolidação da Fetraf e da sua trajetória alinhada à CUT, e por causa do surgimento e da ascensão da CTB no campo sindical rural.

O primeiro passo para a construção da Enfoc foi a elaboração de referências norteadoras para a sua prática formativa, que são os projetos da formação política: o Programa Nacional de Formação – PNF – oferece os nortes políticos dados a todas as atividades de educação sindical empreendidas pelas secretarias da Confederação (sendo a Enfoc responsável por articular sua implementação) e o Projeto Político Pedagógico – PPP – inclui os nortes estratégicos para a implementação do PNF.

Outro passo foi a determinação de que seu financiamento fosse proveniente de arrecadações obtidas no próprio sistema Contag: o fundo solidário. Tendo um financiamento próprio, a formação não se vinculava a concepções de outras entidades, do Estado ou de ONGs, universidade e/ou organizações do campo: o *habitus* proporcionado nos espaços formativos da Enfoc seria responsabilidade da Rede de Colaboradores. A rede é formada por assessores e egressos da Enfoc, mas ela também se abre para a entrada de sujeitos que a Escola julgue interessante, por ter algum conhecimento ou experiência.

Vimos que a Rede de Educadores da Enfoc formam seus próprios “professores”, ou seja, formam intelectuais orgânicos à Contag, num exemplo típico de formação intelectual como visto em Gramsci (2011). Aos egressos dos cursos é concedido um *status* de orientadores das atividades de formação da Enfoc. Esse entendimento os legitima como “espartilhos” entre as concepções advindas da Escola e aquelas do cotidiano sindical rural. Ao mesmo tempo, estes educadores funcionam como canais de mediação entre as

diretrizes da Contag e o seu sistema e vice-versa. Tais “elos” são construídos a partir do processo de sistematização, no qual os próprios educandos escrevem a trajetória das práticas do MSTR, reconstruindo a sua história.

A metodologia empregada pela Escola – os cursos nacionais, regionais, estaduais e GES –, bem como suas matrizes discursivas – com forte base nas teorias de Paulo Freire – reforça a organização autônoma da malha contaguiana, uma vez que promove uma retroalimentação das diretrizes organizativas da Contag e suas bandeiras de luta e da prática sindical e produtiva dos trabalhadores do campo sindicalizados. A construção de uma identidade coletiva em torno da Contag, do PADRSS e da categoria do agricultor familiar é o objetivo da Escola e isso é feito a partir de algumas ideias que costuram essa identidade.

A primeira é a ideia de qualidade de vida atrelada aos modos de vida do agricultor familiar. Com esse olhar, a Escola traz a ideia de que o agricultor é um sujeito histórico de distintas ordens – social, político, econômico, cultural – guardando laços materiais e simbólicos com sua tradição. O esforço na junção da ideia de agricultura familiar à ideia de trabalho se dá pela seguinte costura: sendo o agricultor familiar detentor de sua terra e de sua produção (na qual a mão de obra é realizada pela sua própria família), ele não estaria sujeito às relações de trabalho capitalistas que, por sua vez, provocariam a sua precarização. Contudo, isso não o retiraria do conjunto dos trabalhadores, uma vez que a relação de trabalho estaria na própria relação familiar: de produção e social. Por outra perspectiva, as novas formas de organização social rural e, nisso, as novas relações campo-cidade, mesmo que com diferenças, não extinguiriam os segmentos rurais, sendo sua forma de trabalho a familiar.

A segunda ideia é sobre a “territorialidade”. Na concepção, a ideia de luta pela terra se liga à luta pelo fortalecimento da agricultura familiar e ao resgate e preservação de uma identidade cultural e social rural. A concepção de “reterritorialização” amplia as fronteiras das lutas de resistência “na terra”: agrega-se à questão fundiária as lutas de resistência simbólica.

No entanto, o impulso da Contag para ter um espaço de “autoanálise” da sua prática organizativa torna a própria Enfoc um campo de luta entre os distintos segmentos internos no sindicalismo contaguiano. Isso é expresso, por exemplo, nos conflitos evidentes por conta da concomitância entre a realização do curso e do Conselho Deliberativo.

Outro desafio à formação política da Contag é o de relacionar as suas diretrizes às atividades de educação que não estão sujeitas à coordenação da Enfoc, posto que os agricultores frequentam diversos cursos de educação formal e profissionalizante, que, por sua vez, são operados sob diversas matrizes discursivas e concepções políticas.

Todos esses desafios estavam presentes nos debates do XI Congresso da Contag, ocorrido em março de 2013, cujo marco principal foi a comemoração de 50 anos de existência da Confederação. Além da presença de antigos presidentes da Confederação – José Francisco da Silva, Francisco Urbano e Manoel dos Santos –, de representantes da CUT e da CTB e de organizações internacionais, como a Uita e a Coprofam, as palestras e sessões do Congresso (que, em grande medida, foram proferidas pelos mesmos palestrantes presentes nas atividades do 4º Curso Nacional da Enfoc) direcionaram-se para uma avaliação das ações da Contag, com perspectiva na diversidade política, ideológica e cultural do seu conjunto. Debateu-se sobre os atuais desafios de implementação do PADRSS, no âmbito nacional e internacional, a partir da proposição de políticas públicas. À luz destas reflexões é que se fizeram os encaminhamentos para a aprovação das teses dos Anais do Congresso e foram discutidos os modelos de desenvolvimento rural tidos no Brasil atual, o fortalecimento da agricultura familiar, o meio ambiente, a segurança

alimentar, os sujeitos políticos no campo, a organização do MSTTR, a aprovação da paridade de gênero para as direções do sistema Contag (garantindo que 50% das direções dos STTRs, Fetags e Contag sejam de mulheres), etc.

As deliberações no Congresso apontaram para a permanência do PADRSS como projeto político da Confederação e para a manutenção da Escola, que seguirá sendo um canal de renovação das lideranças sindicais do sistema Contag e de debates sobre a realidade rural para subsidiar proposições de políticas públicas para o meio rural. Também aparece no Congresso uma busca pela ampliação das ações da Contag em outras frentes de luta, como as lutas de causas étnicas, de gênero e geração, do meio ambiente, etc. e uma busca pela a internacionalização da Confederação, sendo a Escola, parte desse processo.

A Enfoc promove um relevante papel na consolidação de ações sindicais, enraizando ou ressignificando bandeiras e lutas da Contag, a partir de algumas frentes: 1) divulgando suas ideias a partir dos cursos e da “rede de educadores”; 2) cumprindo o papel de *mediador* entre a realidade sindical e as diretrizes dadas pela Contag para a prática sindical; e, a partir disso, 3) estabelecendo “elos” de identidades entre o PADRS e as diversas concepções de desenvolvimento rural e prática sindical existentes no MSTTR.

No que a Escola volta as suas ações para a renovação de quadros, para elevação do *habitus político* dos dirigentes e para a reconfiguração de identidades alinhadas ao projeto político da Contag, também age para a ressignificação do processo histórico da Confederação e promove a reorganização das práticas sindicais nas suas diversas dimensões: culturais, linguísticas, etc., promovendo a estruturação de uma “nova cultura” entre os representados pela Contag. Por outra parte, seu aspecto dialógico expõe permanentemente os limites e desafios da organização sindical da Confederação e coloca a própria Escola em disputa pelas distintas concepções dos seus alunos com relação a ela, com relação à Contag e suas representações políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 3º Ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. *Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. “Une classe objet”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 17-18, p. 2-5, nov. 1977.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand, 1989.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.
- CARNEIRO, Maria José. “Políticas públicas e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf”. In: *Sociedade e Agricultura*, v. 8, p. 70-82. abr. 1997.
- _____. “Em que consiste o familiar da agricultura familiar?”. In: COSTA, L.F.C; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (orgs.) *Mundo Rural Brasileiro. Ensaio interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X-EDUR, 2008.
- _____. “Ruralidade: novas identidades em construção”. In: *Sociedade e Agricultura*, v.1, p.53 -75 out. 1998.
- CHAIA, Miguel Wady. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955 -1990*. São Paulo: Humanidades, 1992.
- COLETTI, Tomé. *Organização da Produção na Agricultura Familiar: Análise das Proposições do Sindicalismo Rural Cutista do Sul do Brasil*. Monografia (conclusão de curso). Centro de Ciências Econômicas/ Universidade de Santa Catarina, 2005.
- DA VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Agrícola, uma visão histórica*. 2º Ed. São Paulo: EdUSP, 2007.
- DELGADO, Nelson G. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: IICA, MDA, CPDA/UFRRJ. 2009.
- FAVARETO, Arilson. “Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21 n. 62, p. 27-44, 2006.
- _____. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental/Universidade de São Paulo, 2006.
- FERRANTE, Vera Lucia B. Os herdeiros da modernização. Grilhões e lutas dos bóias-frias. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8 n.3, p. 93-104, 1994.
- FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. “Sociologie du militantisme: problématisations et déplacement des méthodes d’enquête”. In: Agrikoliansky Éric et al., *Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Paris: La Découverte/ Recherches, 2010.
- FREIRE, Paulo. *A educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 17º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- KALDT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2007.
- MANFRENDI, Sílvia Maria. *Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, K. “Salário, preço e lucro”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. “Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões”. In: *Cadernos RIAD*. Rio de Janeiro: IBASE, 1993.

_____. “‘Sem terra’, ‘assentados’, ‘agricultores familiares’: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. In: GIARRACCA, N. (Org.). *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

_____. “Agricultura familiar no Brasil: Aspectos da formação de uma categoria política”. In: MABEL Manzanal; GUILLERMO Neiman. (Org.). *Las agriculturas familiares del Mercosur. Trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: Ciccus, 2010.

_____. *Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime militar*. (no prelo)

NEVES, Delma Pessanha. “Mediação social e mediadores políticos”. In: NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. EFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. “Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo”. In: BOITO, Armando et al (orgs.). *O sindicalismo brasileiro os anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *De Corpo e Alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. São Paulo: Graphia, 1995.

PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola. 1985.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. “Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas”. In: *Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, v. 1, n.1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

_____. “O fazer-se dos agricultores familiares como sujeitos de direitos”. In: *Pensamento Plural*, v. 4, p. 91-115, jan-jun. 2009.

_____. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (doutorado). Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

RICCI, Ruddá. *Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. “Escolas sindicais da CUT: uma obra inacabada”. *Jornal Brasil de Fato*, ago. 2008. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/3788>. Acesso em: 29 ago 2013.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “As tendências políticas da formação das centrais sindicais”. In: BOITO, Armando et al (orgs.). *O sindicalismo brasileiro os anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. “Histórico, Caracterização e dinâmica recente do Pronaf — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004.

TAVARES, Ricardo. *CONTAG, da Ditadura à Transição — Memória Social e Construção Política do Campesinato*. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1992.

DOCUMENTOS CITADOS:

CONTAG. “Trajetória política da Contag – As primeiras lutas”. Disponível em: <http://www.contag.org.br/enfoc/web/arquivos/documento/43/Trajeteria-politica-da-contag--as-primeiras-lutas--revista-40-anos-da-contag.pdf>. Acesso em: 08 mar 2012.

_____. *Anais do II Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 1966.

_____. *Anais do II Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 1973.

_____. *Anais do III Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 1979.

_____. *Anais do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 1985.

_____. *Anais do V Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 1991.

_____. *Anais do VI Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 1995.

_____. *Anais do VII Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 1998.

_____. *Anais do VIII Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 2001.

_____. *Anais do IX Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 2005.

_____. *Anais do X Congresso dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: CONTAG, 2009.

_____. *Boletim do Trabalhador Rural*. CONTAG, 1969.

_____. *Documento Base do I Congresso Extraordinário dos Trabalhadores Rurais*. CONTAG, 1994.

_____. *Documento Base do II Congresso Extraordinário dos Trabalhadores Rurais*. CONTAG, 1999.

_____. *Agenda Política do II Enafor*. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/fagenda-politica-do-ii-enafor-2008.pdf>. Acesso em: 08 mar 2012

_____. *Política Nacional de Formação*. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/web/index.php?faces.view=/newpages/publicacaoViewAll.xhtml>. Acesso em: 26 jun 2013.

_____. *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/web/index.php?faces.view=/newpages/conteudoView.xhtml>. Acesso em: 26 jun 2013.

_____. *Projeto Político Pedagógico*. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/web/index.php?faces.view=/newpages/publicacaoViewAll.xhtml>. Acesso em: 15 ago 2012.

CUT. *A formação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CUT*. São Paulo: Instituto Integração, 2002.

_____. *Política Nacional de Formação da CUT: balanço e estratégia*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

_____. *Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT*. Belo Horizonte: Central Única dos Trabalhadores, 1988.

_____. *ENFOC: Repercussões de um jeito de ser escola*. 2º Ed. Brasília: Contag, 2010.

CUT/CONTAG. *Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil*. Brasília, 1998 (Projeto CUT/CONTAG).

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1994 (Versão preliminar do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

IBGE. *Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar: primeiros resultados - Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília, 1996.

RELAÇÃO DE ENTREVISTAS REALIZADAS

1. Entrevista com um assessor da Contag e educador da Enfoc, concedida a IMS no dia 18/11/2012
2. Entrevista com um assessor da Contag e educador da Enfoc, concedida a IMS no dia 12/03/2013
3. Entrevista com um assessor da Contag e educador da Enfoc, concedida a IMS no dia 19/11/2012
4. Entrevista com Avelino Ganzer, concedida a IMS no dia 09/11/2012
5. Entrevista com o assessor do DNTR/CUT, concedida a IMS no dia 17/12/2012
6. Entrevista com o assessor do DNTR/CUT, concedida a IMS no dia 26/02/2013
7. Entrevista com uma assessora da Contag e educadora da Enfoc, concedida a IMS no dia 20/11/2012
8. Entrevista com um consultor do Projeto CUT/Contag, concedida a IMS no dia 26/02/2013
9. Entrevista com José Francisco da Silva, concedida a IMS no dia 19/03/2013
10. Entrevista com consultora do Projeto CUT/ Contag, concedida a IMS no dia 13/12/2012.
11. Entrevista com uma dirigente da comissão das mulheres da Contag, concedida a IMS no dia 17/11/2012.
12. Entrevista com uma assessora da Contag e educadora da Enfoc, concedida a IMS no dia 24/11/2012.
13. Entrevista com uma consultora do Projeto CUT/ Contag, concedida a IMS no dia 25/02/2013.
14. Entrevista com uma pesquisadora do Projeto CUT/Contag, concedida a IMS no dia 07/12/2012.
15. Entrevista com uma pesquisadora do Projeto CUT/Contag, concedida a IMS no dia 11/12/2012.

